

RELATÓRIO FINAL DO 58º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional

Santa Maria/RS, 18 a 21 de julho de 2013

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	004
ATAS	
• Ata da Plenária de Abertura	008
• Ata da Plenária de Instalação	013
- Pauta e Cronograma do 58º CONAD	021
- Regimento do 58º CONAD	022
• Ata da Plenária do Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 32º CONGRESSO	032
• Ata da Plenária do Tema II – Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores	034
• Ata da Plenária do Tema III – Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores	041
• Ata da Plenária do Tema IV – Questões organizativas e financeiras	051
• Ata da Plenária de Encerramento	056
- Carta de Santa Maria	058
- Moções	062
RESOLUÇÕES	
TEMA II – Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores	
- Sindical	073
- Ciência e Tecnologia, Agrária, Urbana e Meio Ambiente	073
- Comunicação	074
- Educação	074
- Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	074

TEMA III – Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores	
- Geral	079
- Atualização do Plano de lutas do setor das IEES/IMES	079
- Atualização do Plano de lutas do setor das IFES	081
- Atualização do Plano de lutas do setor das IPES	083
TEMA IV – Questões organizativas e financeiras	
- VII Encontro Intersetorial	085
- Sede do 58º CONAD do ANDES-SN	086
- Apoio político e material à construção do Sindicato na base	086
- Designar a sala de reuniões da sede do ANDES-SN com o nome do companheiro Edmundo Fernandes Dias	087
- Comissão da Verdade do ANDES-SN	087
- Prestação de Contas do exercício 2012	088
- Previsão Orçamentária para 2014	106
- Prestação de Contas do 32º CONGRESSO	107
- Rateio das despesas de Congressos e CONAD	109
Rateio do 58º CONAD	110
Caderno de Textos	113
Anexo ao Caderno de Textos	204
Textos apresentados na Plenária de Instalação	295

RELAÇÃO DOS DELEGADOS AO 58º CONAD

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	Antônio Lisboa Leitão de Souza	ADUF CG	F
2	Lighia Brigitta-Horodynski Matsushigue	ADUSP	F
3	Cid Marcos Gonçalves Andrade	SESDUEM	E
4	Sandra Buenafuente	SESDUF-RR	F
5	Elmo Swoboda	APROFURG	F
6	Neli Edite dos Santos	ADUFU	F
7	Cenira Andrade de Oliveira	ADUFES	F
8	Astrid Baecker Avila	APUFPR	F
9	Paulo César de Souza Ignácio	APESJF	F
10	Aderaldo Alexandrino de Freitas	ADUFERPE	F
11	Jones Dari Goettert	ADUFDOURADOS	F
12	Rafael Bellan Rodrigues de Souza	ADUA	F
13	Maria Cecília Cardoso Benatti	ADUNICAMP	E
14	Eblin Joseph Farage	ADUFF	F
15	Robert Ponge	Seção Sindical na UFRGS	F
16	José Torres Filho	ADUFERSA	F
17	Elyson Adan Nunes	ADUFS	F
18	José Tarcísio Lima	ADUFLA	F
19	João Freire Rodrigues	ADFURRN/ADUERN	E
20	Márcia Cristina Fontes Almeida	ASPUV	F
21	Patrícia Rocha Chaves	SINDUFAP	F
22	Suelene Pavão	ADUFPA	F
23	Marta Maria Azevedo Queirós	ADUFPI	F
24	Celeste dos Santos Pereira	ADUFPel	F
25	Antonio José Mayher Nunes	ADUR-RJ	F
26	Jerônimo Siqueira Tybusch	SEDUFSM	F
27	Maria Luzinete A. Vanzeler	ADUFMAT	F
28	Ivo Pereira de Queiroz	SINDUTF-PR	F
29	Luciana Boiteux	ADUFRJ	F
30	Neila Nunes de Souza	SESDUFT	F
31	David Pinheiro Júnior	ADUFOP	F
32	Antônio Arapiraca	SINDCEFET-MG	F
33	Carlos Vitorio	ADUSC	E
34	Valéria Siqueira Roque	ADFMTM	F
35	Paulo Rocha Aguiar	SINDIUVA	E
36	Valdeci Fontoura	ADLESTE	F
37	Helvio Alexandre Mariano	ADUNICENTRO	E
38	Maria Rita Rocha do Carmo	ADFUNREI	F
39	Elda Maria Freire Maciel	SINDUECE	E
40	Juliana Fiúza Cislighi	ASDUERJ	E
41	Rigler da Costa Aragão	SINDUFPA-MAR	F
42	Wilson Brum Trindade Junior	ADUEMS	E
43	Sinoélia Silva Pessoa	ADUNEB	E
44	Alexandre Galvão Carvalho	ADUSB	E
45	Lina Maria Santana Fernandes	ADCESP	E
46	Elson Moura Dias Junior	ADUFS-BA	E

47	Rosilene Horta Tavares	Sindicalizada da APUBH	F
48	Soraya Franzoni Conde	Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC	F
49	Ricardo de Figueiredo Lucena	ADUFPB	F

RELAÇÃO DOS OBSERVADORES AO 58º CONAD

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	Tiago Iwasawa Neves	ADUFCG	F
2	Adriana Pedrosa Biscaia Tufaile	ADUSP	E
3	César Antunes Freitas	ADUSP	E
4	Sueli Train	SESDUEM	E
5	Tiaraju Freitas	APROFURG	F
6	Paulo Rieger	APROFURG	F
7	Manoel L. Martins da Cruz	APROFURG	F
8	Ubiratã Jacobi	APROFURG	F
9	Luís Fernando Minasi	APROFURG	F
10	Aparecida Clemilda Porto	ADUFU	F
11	Luiz Caetano de Salles	ADUFU	F
12	Paulo César Peres de Andrade	ADUFU	F
13	Josemar Machado de Oliveira	ADUFES	F
14	Raphael Goes Furtado	ADUFES	F
15	Cláudio Simões Salim	ADUFES	F
16	Cláudio Antônio Tonegutti	APUFPR	F
17	Adriana Hessel Dalagassa	APUFPR	F
18	Paulo de Oliveira Perna	APUFPR	F
19	Antônio Marcos Alves de Oliveira	ADUFERPE	F
20	Levy Paes Barreto	ADUFERPE	F
21	Cauê Guion de Almeida	ADUFERPE	F
22	Valério José Arantes	ADUNICAMP	E
23	José Vitorio Zago	ADUNICAMP	E
24	Verônica Fernandez	ADUFF	F
25	Sônia Lúcio	ADUFF	F
26	Felipe Brito	ADUFF	F
27	Cláudia March	ADUFF	F
28	Carlos Alberto Gonçalves	Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS	F
29	Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus	ADUFS	F
30	Eronivaldo Fernando Dantas Pimentel	ADUFEPE	F
31	Eustáquio Souza Dias	ADUFLA	F
32	Antonio Gautier Farias Falconieri	ADFURRN/ADUERN	E
33	Francisco Valdomiro de Moraes	ADFURRN/ADUERN	E
34	Kléos Lenz Magalhães Jr.	ASPUV	F
3	Renata Rena Rodrigues	ASPUV	F
36	Yurgel Caldas	SNDUFAP	F
37	Ermeson Campos	SNDUFAP	F
38	Nelma Nunes da Silva	SNDUFAP	F
39	Arley José Silveira da Costa	SINDUFAP	F

40	João Santiago	ADUFPA	F
41	José Aléxis Bezerra Leite	ADUFPI	F
42	Beatriz Franchini	ADUFPEL	F
43	Henrique Andrade Furtado de Mendonça	ADUFPEL	F
44	Giovanni Felipe Ernst Frizzo	ADUFPEL	F
45	Getúlio Silva Lemos	SEDUFMS	F
46	Suze Gomes Scalcon	SEDUFMS	F
47	Marcelo Pustilnik de Almeida Vieira	SEDUFMS	F
48	Ascisio dos Reis Pereira	SEDUFMS	F
49	Ester Wayne Nogueira	SEDUFMS	F
50	Gilberto Alexandre Soares Goulart	ADUFMAT	F
51	Vilemar Gomes da Silva	APRUMA	F
52	Ariel Clodoaldo Magalhães	APRUMA	F
53	Marly de Jesus Sá Dias	APRUMA	F
54	Cláudia Alves Durans	APRUMA	F
55	Jazomar Vieira da Rocha	SINDUTF-PR	F
56	Maurini de Souza	SINDUTF-PR	F
57	Rogers Caparroz	SINDUTF-PR	F
58	Sidemar Presotto Nunes	SINDUTF-PR	F
59	Emilio Gonzalez	SINDUTF-PR	F
60	Salatiel Menezes	ADUFRJ	F
61	Cleusa Santos	ADUFRJ	F
62	Luciano Coutinho	ADUFRJ	F
63	Suzana Zatti	SINDCEFET-MG	F
64	Paulo Rodrigues	ADUSC	E
65	Marcos Leopoldo Borges	ADFMTM	F
66	Antônio Passos Lima Filho	ADUFAL	F
67	João Antônio Corrêa Filho	ADFUNREI	F
68	Maria Jaqueline G. Araújo	ADFUNREI	F
69	Sandra Boari Silva Rocha	ADFUNREI	F
70	Pablo Luiz Martins	ADFUNREI	F
71	Ignácio César de Bulhões	ADFUNREI	F
72	Bruno Deusdará Rodrigues	ASDUERJ	E
73	Maria Luiza Testa Tambellini	ASDUERJ	E
74	Naira Souza Moura	ADUNEB	E
75	Tadeu Bello dos Santos	ADUNEB	E
76	Liliane Maria Macedo Machado	ADUnB	F
77	Márcia Santos Lemos	ADUSB	E

RELAÇÃO DOS CONVIDADOS AO 58º CONAD

Nº	NOME	Instituição	Regional
1	Maria Lúcia Salgado Cordeiro dos Santos	Faculdade Sumaré	São Paulo
2	André Vasconcelos Ferreira	ADUFC Sindicato	NE1

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 58º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de julho do ano de dois mil e treze, no Centro de Eventos do Hotel Itaimbé, na cidade do Santa Maria/RS, teve início a plenária de abertura do 58º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional com uma saudação inicial do cerimonial feita pelos professores Humberto Zanata e Jerônimo Tybusch, que recepcionaram os presentes com uma mensagem de boas-vindas: “Nesta memorável manhã de Santa Maria, o Brasil se faz presente no coração do Rio Grande do Sul. Tanto quanto as vozes e propostas, aqui vão ressoar as Vozes do Brasil, através dos professores e Professores que, das Universidades Brasileiras, representam suas entidades de classe e que sentem, privilegiadamente, de seus lugares e olhares distintos, este que quer ser diferente, atuante e transparente. Sensível a este momento e a este clamor das ruas e das Vozes Brasileiras, queremos iniciar com arte, talento, música, dança e coreografia o nosso trabalho de reflexão, de análise e de alteração de rumos, se necessário, que compreenderão as múltiplas atividades do nosso 58º CONAD. Para tanto, a arte do Grupo de Danças do Colégio Centenário e Integração e Arte da Faculdade Metodista de Santa Maria vão nos ajudar a iniciarmos com a clareza da reflexão amadurecida e consciente, às vezes dura e radical, mas sempre enternecida e humana, o trabalho do CONAD, em sua edição de número 58”. Em seguida o grupo Integração e Arte Cenária, da Faculdade Metodista, apresentou o espetáculo Vozes do Brasil. Ao final da apresentação o professor Jerônimo chamou para compor a mesa os professores Marinalva Silva Oliveira (presidente do ANDES-SN), Márcio Antônio de Oliveira (secretário-geral do ANDES-SN), Fausto de Camargo Júnior (1º tesoureiro do ANDES-SN), Rondon Martim Souza de Castro (presidente da SEDUFMS), Carlos Alberto Pires (1º vice-presidente da regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN). Na sequência, foram chamados os representantes das entidades: professor Felipe Martins Muller, reitor da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; senhor Atnágoras Lopes, representante da CSP-Conlutas; senhor Luiz Felipe Lima de Magalhães, membro da Comissão Nacional de Educação Jurídica da OAB – representando o presidente do Conselho Federal da OAB; senhor Moacir Meireles, secretário-geral da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP; professor Antonio Carlos Lemos, representante o executivo municipal e o prefeito de Santa Maria; senhor Fioravante do Amaral, representante da Associação dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação da UFSM – ASSUFMS e o sr. Alex Monaiar, representante do Diretório Central dos Estudantes – DCE/UFSM. Inicialmente a professora Marinalva saudou os participantes do 58º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional com o tema central: ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classistas dos trabalhadores. Disse que durante os próximos dias teríamos debates e atualização do plano de lutas do Sindicato, muita disposição para continuarmos fazendo aquilo que sempre fizemos, lutando em defesa da categoria, dos trabalhadores e por uma universidade e uma educação de qualidade. Dando prosseguimento à abertura, a professora Marinalva informou que o Sindicato gostaria de prestar uma homenagem a um a companheiro que fez parte da construção e da luta desse Sindicato e que faleceu recentemente, o companheiro Edmundo Fernandes Dias. Na sequência, convidou o professor Márcio Antônio de Oliveira para prestar a homenagem a esse companheiro histórico do Sindicato Nacional. Inicialmente o professor Márcio falou da emoção ao se dirigir à Plenária de Abertura para falar do professor Edmundo. Em seguida fez a leitura do seguinte texto: “Com uma trajetória marcada pela indissociabilidade entre o rigor intelectual e a intensa atuação política,

sempre comprometido com a transformação radical da sociedade, Edmundo Fernandes Dias imprimiu em sua vida o sentido mais profundo da máxima gramsciana – ‘pessimismo da razão e otimismo da vontade’. Para todo o movimento docente e sindical, tornou-se uma referência humana íntegra e solidária, que conseguiu sempre com peculiar solidez conjugar competência intelectual e simplicidade, convicção e serenidade. Além da dedicação às atividades acadêmicas, atuou intensamente no movimento sindical. Um exemplo de militância, Edmundo participou ativamente na criação e construção do ANDES-Sindicato Nacional. Deu ainda especial e fundamental contribuição às análises de conjunturas, em diversos momentos de crise vivenciados pela classe trabalhadora, e na formação sindical de inúmeros docentes e trabalhadores de outras categorias. Ainda em 1979, participou da corajosa primeira greve geral do funcionalismo público paulista sob a ditadura militar, bem como da mobilização contra a intervenção malufista na Unicamp em 1981. No mesmo ano, Dias foi um dos organizadores do I Congresso Nacional dos Docentes Universitários, realizado em Campinas, que resultou na criação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes, transformada em Sindicato Nacional a partir de 1988. Enquanto docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, Edmundo trabalhou intensamente na luta e interpretação da obra de Gramsci. Deixou extensa produção bibliográfica sob a forma de artigos e livros de Sociologia e Ciência Política situados no campo do marxismo como *O outro Gramsci* (Xamã, 1996) e *Gramsci em Turim* (Xamã, 2001), obras que trazem contribuições fundamentais para a compreensão do pensamento deste intelectual revolucionário italiano. Mas recentemente, escreveu *Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos e Revolução Passiva e Modo de Vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*, ambos publicados pela editora José Luis e Rosa Sundermann. Nestas obras, Edmundo retoma e atualiza aspectos essenciais da teoria marxista da revolução e empreende análises críticas sobre as reconfigurações da hegemonia capitalista nos planos nacional e mundial. Na militância no movimento docente, a história de Edmundo se confunde com a do ANDES-SN, Sindicato que ajudou a construir e consolidar. Enquanto diretor da entidade, ocupou o cargo de suplente da vice-presidência na regional São Paulo entre 1982 e 1984 e 1988 e 1990. Foi 3º vice-presidente do Sindicato Nacional na gestão 1992-1994, ocupou duas vezes o cargo de secretário-geral do ANDES-SN (1994-1996 e 2000-2002) e 3º secretário entre os anos de 2004 e 2006. Ajudou também a fundar a CSP-Conlutas, sendo um de seus mais entusiasmados militantes. Por sua contribuição ao movimento docente, sindical e de luta da classe trabalhadora, Edmundo foi homenageado durante o 30º Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro de 2011 em Uberlândia – último evento nacional da entidade que contou com sua participação. É impossível relembrar todas as contribuições dadas pelo Edmundo. Ele esteve presente em todos os momentos importantes do nosso Sindicato: na fundação da ANDES e sua transformação em Sindicato Nacional, na luta do setor público da educação, nos embates das instituições particulares de ensino superior, nas memoráveis mobilizações dos anos oitenta, na inserção do ANDES na luta sindical, no fortalecimento do internacionalismo do nosso Sindicato, da solidariedade e reforço da luta por direitos de todos os trabalhadores, na luta pela democracia no Brasil, nas Diretas Já!, no impeachment de Collor de Mello, na defesa da educação pública e gratuita, na luta pela autonomia da Universidade Brasileira, pela liberdade de organização sindical. Enfim, na luta intransigente pelo Sindicato ANDES-SN independente, autônomo, comprometido tão-somente com a classe. Edmundo estará presente sempre em nossas lutas e em nossas ações. Edmundo Fernandes Dias, sempre presente!” Dando sequência aos trabalhos a professora Marinalva passou a palavra ao

professor Rondon de Castro para a sua saudação. O professor Rondon falou em nome da diretoria da SEDUFMS e de todos os sindicalizados da Seção Sindical dando as boas vindas para todos os delegados e observadores e disse que este evento vem coroar a luta do dia a dia da Seção Sindical. Ao final, desejou um bom evento a todos os participantes do 58º CONAD. Em seguida, o professor Carlos Alberto Pires, 1º Vice-Presidente da Regional Rio Grande do Sul, falou sobre a contribuição dos novos docentes no 58º CONAD. Falou também que a renovação misturada com a experiência vai ajudar muito para que possamos fazer boas análises para o tempo que virá e que exigirá muito do nosso Sindicato. O professor Felipe, reitor da UFSM, foi o próximo a intervir e falou da emoção que estava sentindo em participar da abertura do 58º CONAD registrando que esteve na organização do Congresso do ANDES-SN realizado em 1996, Santa Maria e das lutas do movimento sindical. Em seguida, o professor Júlio Quevedo e o cacique da aldeia Três Soitas – Kentyjugtegtu de Santa Maria, Natanael Claudino, foram chamados para fazer o lançamento do livro “As aventuras do Indiozinho Bretã”, trabalho inédito idealizado pela SEDUFMS em parceria com a comunidade indígena Kaingang. O cacique Natanael agradeceu a oportunidade e disse que a publicação pode ser um simples trabalho para muitos mas, para a comunidade indígena tem um grande valor pois é a nossa histórica contada pelos próprios indígenas. Na sequência, o professor Márcio fez a leitura de mensagens enviadas pelas entidades convidadas para a abertura do 58º CONAD: Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, que desejou um bom êxito ao evento; do senhor Edison Guilherme Haubert, presidente do Instituto MOSAP. O professor Márcio fez também o registrou a presença na abertura do 58º CONAD da professora Ladi Mayer, Sindicato dos Professores Municipais; da professora Sandra Régio, presidente do CPERGS – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul/Santa Maria; da professora Tânia Moura da Silva, da APUSM – Associação dos Professores Universitários de Santa Maria; da professora Teresinha Ventunini, representante da Secretaria de Educação; do senhor Heverton Padilha, assessor jurídico da SEDUFMS; da professora Ângela Marinho, do Instituto Federal Farroupilha; Matias Rempel, Grupo de Apoio aos Povos Indígenas – Gapim; Eleones de Souza Oliveira, CSP-Conlutas/Santa Maria e Pedro Luciano de Oliveira Dornelles – OAB/RS. Na sequência falou o professor Antônio Carlos Lemes, representante do Prefeito de Santa Maria. Na sua intervenção o professor falou da alegria em receber em Santa Maria, professores dos diversos municípios brasileiros e desejou a todos um bom evento. Em seguida falou o Sr. Luiz Felipe, representante da OAB que, na sua saudação, desejou que este encontro traga bons frutos para os professores e para o Brasil. Na sequência falou o sr. Moacir Meireles, representante da COBAP, que registrou o grande prazer em representar a entidade no 58º CONAD. O próximo a usar a palavra foi o discente. Alex, representante do DCE que falou da parceria da SEDUFMS e do ANDES-SN nas lutas da cidade e também ressaltou o tema do CONAD, dizendo ser muito oportuno para o momento vivido em nosso país. O próximo a intervir foi o sr Fioravante do Amaral, da Associação dos Servidores Técnico-Administrativos da UFSM que agradeceu o convite e desejou um bom evento e uma boa luta a todos. Em seguida, a presidente do ANDES-SN convidou a Comissão Editorial da Revista Universidade e Sociedade para o lançamento do nº 52 da Revista que tem como título (IN)certezas, movimento docente e expansão nas IES públicas. A professora Ana Estevão contou que a edição traz uma reflexão sobre os atuais acontecimentos na sociedade brasileira. O próximo a intervir foi o sr. Atnágoras, representante da CSP-Conlutas que, na sua intervenção, falou que a homenagem ao Edmundo é uma homenagem ao Sindicato Nacional e a luta dos docentes desse país. Registrou também a importância do Conad e da presença dos

docentes em Santa Maria registrando a tragédia ocorrida recentemente. Ressaltou ainda o Dia Nacional de Luta, realizado em 11 de julho em todo o país, a Marcha do dia 24 de abril que reuniu em Brasília mais de 20 mil pessoas, e a importância de se colocar a classe trabalhadora em seu papel protagonista para mudar a realidade do país. Ao final fez um chamado para a luta do dia 30 de agosto. Na sequência, a professora Marinalva fez o seu discurso: “Bom dia, companheiros e companheiras! - Com o tema ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores, a professora Marinalva iniciou a sua intervenção. Subestimam as forças econômico-sociais aqueles que acreditam que podem ter sob controle estrito as sociedades que governam. Uma aparente tranquilidade pode ser interrompida a um sinal não percebido e gerar uma explosão insurrecional. No mundo inteiro, nos últimos anos, tem sido evidente esse sinal emitido contra o *status quo* imposto pelo capital triunfante da globalização ilimitada e do mercado sagrado. Há cinco anos, a Europa arde; há quase tanto, sopra o vento das mudanças no Norte da África e no Médio Oriente. Também, no Brasil, os sinais vinham sendo dados nos protestos ecológicos, na movimentação contrária às ações de remoção das populações de áreas dos megaeventos, nas manifestações contra a corrupção crescente, na luta contra o aumento das tarifas urbanas, no Movimento Passe Livre, estopim da explosão que ocorre em muitas cidades do país levando milhares às ruas contra esse mundo de ‘faz de contas’, que tem buscado induzir os brasileiros a acreditar que estão a caminho da ascensão social, do progresso, da riqueza e da abundância. A marcha do dia 24 de abril, organizada no espaço unidade de ação e pela nossa Central- CSP Conlutas, já mostrou a força da classe trabalhadora, que, em unidade com demais setores, como os estudantes e movimentos populares, mostrou sua indignação diante das políticas privatistas desse governo, retirando direitos sociais e ampliando as benesses para o capital. O governo tem sido o grande aliado do capital nesse trabalho de envolvimento da população. Durante séculos, submetida pelas elites, explorada e coisificada pelos governantes, a grande massa vem sendo seduzida pela possibilidade de alcançar o paraíso do consumo, dela se escondendo que isso fortalece e reproduz as condições da sua própria submissão e ainda alimenta o fetiche da democracia burguesa. Não é pouco o que está acontecendo agora. E por quê? Educação péssima; o governo gasta pouco com a educação pública de qualidade; sustenta instituições particulares quase falidas e que fornecem educação inferior à população; a universidade pública impedida de exercer o papel que lhe cabe na organização e construção dinâmica da ciência, das artes e da cultura referenciadas na sociedade brasileira; PNE do governo; a saúde permanece em um estágio muito ruim, caminhando para uma privatização sob a liderança dos convênios e desmonte do sistema público de saúde; segurança inadequada; justiça desigualitária; polícia despreparada, truculenta; governo/poderes permissivos com a corrupção, condescendentes com os grupos econômicos, concessivos com os setores dominantes, permissivos com a corrupção e gastos injustificados, cinismo e arrogância no ato de governar; gastos públicos despudorados nos megaeventos, fortalecendo os esquadrões do grande capital, dos grandes negócios e as corporações internacionais, menos para o lazer e a cultura. Tem ainda os juros da dívida, fortunas que negamos à educação pública de acesso para todos, que faltam também à saúde, à prevenção da doença, à assistência e à aposentadoria. Esse sinal, que está vindo de todas as partes do Brasil, pode ser precursor de um movimento social orgânico consistente que configure um projeto novo de sociedade em contraposição às falácias e simulacros de promessas do capital, que reproduza e aprofunde os nossos laços de sociabilidade e permita um patamar de existência acessível a homens e mulheres e de reencontro da sua natureza humana. Durante esse processo, a diretoria do ANDES compreendeu o significado das manifestações e fez orientações às

seções sindicais para participarem; dias 27 de junho e dia 11 de julho, a resposta das seções sindicais de forma organizada e pautadas na unidade com os trabalhadores, estudante e movimentos populares; os professores deram uma grande demonstração de unidade em defesa dos trabalhadores aderindo às paralisações, que, sem dúvida, é um marco na luta dos trabalhadores brasileiros. Em todo o país, fomos às ruas levando as nossas pautas específicas, que dialogam diretamente com as reivindicações da população e das outras categorias. Educação pública de qualidade, com a destinação imediata de 10% do PIB, condições dignas de trabalho, em defesa da saúde pública e contra a privatização dos hospitais universitários, contra o PL 92/2007, que cria fundações privadas no setor público, pela paridade entre ativos e aposentados, entre outras. Desafios: o grande desafio nesse momento; durante esses 4 dias debatermos e atualizarmos o nosso plano de lutas considerando a conjuntura. É fundamental que os movimentos organizados cumpram seu papel nesse momento: não podemos, em nenhum momento, recuarmos da responsabilidade organizativa; não perder o tempo do momento, mas sem atropelar as nossas formas organizativas democráticas pela base; agilidade das seções sindicais em ampliar e fortalecer a participação dos docentes nas ações orientadas pelo Sindicato Nacional e pelos espaços de unidade e pela nossa Central- CSP Conlutas; fortalecer a nossa Central – CSP Conlutas, que desempenhou desde a sua fundação o papel em defesa dos trabalhadores; e nessa conjuntura, tem mostrado que acertamos na nossa política. A AGENDA: - Dia 6 de agosto – Realização de atos de protesto nos Estados e no DF contra o PL 4330; - Dia 30 de agosto – Dia Nacional de greves, paralisações e manifestações convocadas pelas Centrais. - Mês de agosto – setor das IFES - atualização das pautas locais e retomada de negociações com as reitorias; - Meses de agosto e setembro – Jornada de lutas contra o FUNPRESP e o setor das IFES, priorizar os temas *aposentadoria e adoecimento*, e autonomia. - Mês de setembro – setor das IFES, priorizar os temas *necessidades de cargos/vagas, política para os CAP, política para os CEFET, e Hospitais Universitários*; - Dias 25 a 27 de outubro - Encontro Intersetorial em Brasília. - Mês de outubro – setor das IFES, priorizar os temas *infraestrutura e campi descentralizados*; - Mês de novembro – setor das IFES, priorizar o tema *democracia*. O desafio está posto, companheiros e companheiras; o povo está nas ruas, onde sempre estivemos; vamos juntos! Declaro aberto o 58º CONAD!” Nada mais havendo a tratar, às 12h50 foi encerrada a plenária de abertura do 58º CONAD e eu, Márcio Antônio de Oliveira, secretário-geral, lavei presente ata que será assinada por mim e pela presidente.

Márcio Antônio de Oliveira
Secretário-Geral

Marinalva Silva Oliveira
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 58º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às quatorze horas e trinta minutos do dia 18 de julho de 2013, no auditório do Hotel Itaimbé, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, confirmado o quorum regimental, foram iniciados, pela professora Marinalva Oliveira, os trabalhos da plenária de instalação do 58º CONAD. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pela presidente do ANDES-SN, professora Marinalva Oliveira; pelo secretário geral, professor Márcio Antonio de Oliveira; pelo 1º tesoureiro, professor Fausto Camargo Junior e pela professora Vânia Graciele Lezan Kowalczyk, 2ª secretária da mesa. A professora Marinalva apresentou o número de participantes do CONAD, informando a presença de 49 seções sindicais, 45 delegados, 77 observadores, 1 convidado, 34 diretores, totalizando 156 participantes. Após apresentar a pauta da plenária, composta por: a) regimento do 58º CONAD; b) cronograma e pauta do 58º CONAD; c) pendências de credenciamento; d) inclusão de novos textos e TRs, a presidente da mesa, professora Marinalva, passou ao primeiro ponto da pauta. O professor Márcio passou à leitura do **Regimento do 58º CONAD: Capítulo I - Do 58º CONAD. Art. 1º O 58º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (58º CONAD do ANDES-SN), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 18 a 21 de julho de 2013, em Santa Maria-RS, organizado pela SEDUFMS seção sindical do ANDES-SN. Parágrafo único. O período de realização do 58º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 22 de julho de 2013. Art. 2º O 58º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN. Art. 3º O 58º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22, Capítulo II - Das Atribuições. Art. 4º São atribuições do 58º CONAD: I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 32º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição; II - implementar o cumprimento das deliberações do 32º CONGRESSO do ANDES-SN; III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 32º CONGRESSO do ANDES-SN; IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto; V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria; VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria; VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN; VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN; IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las; X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente; XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente. Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN. Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores**

do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO do Sindicato imediatamente subsequente. Capítulo III - Dos Participantes. Art. 6º São participantes do 58º CONAD: I – um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; II – um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; III – uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN; IV – o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto; V – observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito a voz; VI – os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz; VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz; VIII – os(as) convidados(as) pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz. § 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos; § 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 58º CONAD, obedecidas as seguintes condições: a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora; b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais dos sindicalizados via secretaria regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as); c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento. Art. 7º A (O) presidente do ANDES-SN preside o 58º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões. Capítulo IV - Do Credenciamento. Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 58º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18 (dezoito) horas do dia 18 de julho de 2013, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação. § 1º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença. § 2º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata (ou extrato) que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. justificando a situação. § 3º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que os(as) escolheu. § 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e ou votação, em cores diferentes. § 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária. § 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora. § 7º Quaisquer recursos acerca do

credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final. Capítulo V - Do Funcionamento. Seção I - Dos Órgãos. Art. 9º São órgãos do 58º CONAD: I - Comissão organizadora; II - Comissão diretora; III - Grupos mistos; IV - Plenárias. § 1º As comissões organizadora e diretora são criadas a partir da convocação. § 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização. § 3º O quorum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 58º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto. § 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quorum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto. § 5º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quorum previsto no § 3º deste artigo. Seção II - Da Comissão Organizadora. Art. 10 A comissão organizadora do 58º CONAD é constituída por 3 (três) representantes da SEDUFMS e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN. Art. 11 É de competência da comissão organizadora: I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 58º CONAD; II - organizar a sessão de abertura; III providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação; IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.; V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes. Seção III - Da Comissão Diretora. Art. 12. A comissão diretora do 58º CONAD é composta pela diretoria do ANDES-SN. Art. 13. É de competência da comissão diretora (do 58º CONAD): I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes; II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento; III - elaborar a prestação de contas, para apreciação no próximo Congresso; IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por membros efetivos da diretoria do ANDES-SN; V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento. Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente. Seção IV - Dos Grupos Mistos. Art. 14. Os grupos mistos são compostos por: I delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto; II observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz; III diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz; IV convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz. Parágrafo único. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as). Art. 15 Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a). § 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do referido grupo. § 2º O(A) coordenador(a) da mesa coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as) componentes do mesmo. § 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as). § 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora. Art. 16 Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos

do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento. Art. 17 Compete ao(à) Relator(a): I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação; II - participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento. Art. 18 Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades. Art. 19 As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 58º CONAD, observado o quorum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo. § 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quorum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo. § 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma nova lista de frequência. § 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo. Art. 20 Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à comissão diretora o relatório de seu grupo, digitado; sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal. Parágrafo único. Para os relatórios de grupos mistos cujas reuniões terminem após às 19 horas, o prazo limite é até às 10 horas do dia seguinte. Art. 21 A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) relatores(as) dos diversos grupos mistos. Art. 22 Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 58º CONAD constarão, necessariamente: I - as propostas aprovadas por maioria simples; II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em pelo menos um dos grupos mistos; III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, por esta última em conjunto com os(as) relatores(as). Art. 23 Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas. Seção V - Das Plenárias. Art. 24 As plenárias são compostas por: I – delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto; II – observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz; III - membros das comissões diretora e organizadora do 58º CONAD, com direito a voz; IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito a voz. Art. 25 Os trabalhos das plenárias do 58º CONAD serão dirigidos por uma mesa coordenadora composta por um(a) presidente, um(a) vice-presidente, um(a) 1º(1ª) secretário(a) e um(a) 2º(2ª) secretário(a). § 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da mesa coordenadora de cada plenária. § 2º A plenária poderá, a partir de encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos. Art. 26 Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora: I - preparar, junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos

trabalhos da plenária; II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento. Art. 27 Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora: I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades; II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos. Art. 28 Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a): I - preparar, junto com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária; II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária; III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 58º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva. Parágrafo único No caso das plenárias de instalação, inicial e encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo da sessão. Art. 29 Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a): I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades; II - elaborar a ata da plenária; III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 58º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva. Art. 30 A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte: I - Plenária de abertura: (duas) horas; II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; III - Plenária do tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; IV - Plenária do tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; V - Plenária do tema III: 3 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; VI - Plenária do tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas. § 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária. § 2º. Compete à plenária de instalação: I - aprovar o Regimento e cronograma do 58º CONAD; II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 58º CONAD; III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 58º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento. § 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 58º CONAD, nos termos deste Regimento. § 4º . As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior. § 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário. Art. 31A verificação do quorum no início das plenárias do 58º CONAD será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da seção sindical ou AD-Seção sindical ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura. Parágrafo único. A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto. Capítulo VI - Das Discussões e Votações. Art. 32 Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e nas plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições. Art. 33 Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do plenário ou do grupo misto, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária. § 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo. § 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão. Art. 34As discussões e votações terão o seguinte procedimento: I - fase de discussão,

com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário. § 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscitos(as). § 2º Somente serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas: a) as aprovadas nos grupos mistos; b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes nos grupos mistos; c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com os relatores, nos termos do art. 22 deste Regimento; d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário. Art. 35 As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária. § 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento. § 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento. Art. 36 As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto do ANDES - SN. Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Finais. Art. 37 As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do 58º CONAD, até às 18 (dezoito) horas do dia 20 de julho de 2013, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo. § 1º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 58º CONAD o teor das moções propostas, até às 14 (quatorze) horas do dia 21 de julho de 2013. § 2º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto. Art. 38 As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora. Art. 39 Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se absterem no momento da votação. § 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora. § 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação. Art. 40 A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 58º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final. Art. 41 Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária. Art. 42 Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 58º CONAD do ANDES-SN. Santa Maria-RS, 18 de julho de 2013. Após a chamada de cada capítulo ou seção, a mesa consultou o plenário sobre eventuais destaques ao texto do Regimento. Foram apresentados dois destaques: o primeiro referente ao artigo 8º "O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 58º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18 (dezoito) horas do dia 18 de julho de 2013, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação" pelo professor Valter (Regional Nordeste 3), que explicou que o delegado de uma das seções sindicais vinculada à regional estava a

caminho e talvez não chegasse a tempo do final do credenciamento, e que, desse modo, talvez fosse necessário aumentar o horário de credenciamento para as 20h, pois o professor poderia ter algum problema e não chegar a tempo. O professor Marcio explicou que existe o pré-credenciamento e que, de qualquer modo, a mudança para às 20h talvez não pudesse resolver este possível problema, permanecendo o texto como está. O segundo destaque solicitado pelo professor Vilemar (APUMA), artigo 30 do Regimento, que solicitou esclarecimento sobre a duração da terceira plenária, que estava com redação numérica de 3 horas, mas digitado duas horas. Foi esclarecido o erro de digitação e corrigido o texto escrito para três horas, ficando **V - Plenária do tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora**. O professor Antonio Lisboa (ADUFCG) solicitou esclarecimento sobre o inciso onze do artigo 4, "XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente", que foi esclarecido pelo professor Márcio. Não havendo mais destaques, com a revisão do texto no inciso V do artigo 30, a íntegra do Regimento foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se a apreciação do cronograma e pauta, com a seguinte proposta: 5ª feira (18/07) - **9h às 12h** - Credenciamento; **10h às 12h** - Plenária de abertura; **14h às 16h** - Plenária de instalação; **14h às 18h** - Credenciamento; **18h às 20h** - Plenária tema I; 6ª feira (19/07) - **9h às 12h**, Grupo misto - tema II; **14h às 17h** - Grupo misto - tema III; **18h às 21h** - Grupo misto - tema IV; Sábado (20/07) - **9h às 12h** - Plenária tema II; **14h às 17h** - Plenária tema III; Domingo (21/07) - **9h às 12h** - Plenária tema IV; **15h às 17h** - Plenária de encerramento. Houve um destaque do professor Paulo Rizzo, que explicou que a comissão organizadora sugeriu inverter a noite livre de sábado para sexta-feira. A justificativa para a alteração é que existe uma atividade cultural especial para os participantes do CONAD na praça da cidade programada para sexta-feira, e seria uma forma de fazer uma divulgação maior para o evento junto à população local. A proposta transfere o grupo misto do tema IV de sexta à noite para sábado pela manhã. A plenária do tema II para sábado à tarde e do tema III para a noite. O professor João (ADUFPA) sugeriu que fosse realizada uma passeata em homenagem aos mortos na tragédia da boate Kiss antes da atividade cultural. Foi explicado que seria levada a proposta para esta mudança para a comissão organizadora, mas que não faz parte das atividades oficiais do 58º CONAD. A proposta apresentada pelo professor Paulo Rizzo com o seguinte cronograma: 5ª feira (18/07) - **9h às 12h** - Credenciamento; **10h às 12h** - Plenária de abertura; **14h às 16h** - Plenária de instalação; **14h às 18h** - Credenciamento; **18h às 20h** - Plenária tema I; 6ª feira (19/07) - **9h às 12h** - Grupo misto - Tema II; **14h às 17h** - Grupo misto - Tema III; Sábado (20/07) - **9h às 12h** - Grupo misto - Tema IV; **14h às 17h** - Plenária tema II; **18h30 às 21h30** - Plenária tema III; Domingo (21/07) - **9h às 12h** - Plenária tema IV; **15h às 17h** - Plenária de encerramento foi aprovada, com duas abstenções. Ao passar ao próximo ponto da pauta, a professora Marinalva passou a palavra ao professor Márcio, que explicou a situação de uma delegada Sindicalizada da APUBH, que solicita o pagamento da sua vinda pela tesouraria do ANDES-SN. A diretoria da seção sindical da UFMG não convocou assembleia para o envio de delegados para o CONAD e desse modo o 1º Vice Presidente Regional, Rubens Luiz Rodrigues, de acordo com o Art.41, Inciso VIII do Estatuto do ANDES-SN, a pedido de sindicalizados da seção sindical, convocou uma assembleia, via regional, na qual foi retirado o nome da delegada Rosilene para participar do CONAD. O professor Rubens fez uma intervenção explicando a situação do sindicato na UFMG, e a professora Rosilene fez uma fala informando a situação da organização política dos professores da APUBH. O professor Helvio fez uma fala sobre

a preocupação que surgiu a partir do congresso do Rio e que estava sendo apresentada um TR neste CONAD, e que ele considerava que esses gastos deveriam ser pagos pelo próprio CONAD. O professor Paulo Rizzo explicou que, diante do atual estatuto e das resoluções vigentes, a forma possível de ressarcimento é pela tesouraria do ANDES-SN. Colocada em votação, com 1 voto contrário e 3 abstenções, foi aprovado o ressarcimento dos gastos da delegada Sindicalizada da APUBH pela tesouraria do ANDES-SN. Em seguida, apresentou-se a aprovação de inclusão de novos textos. Dando continuidade, a professora Marinalva perguntou se havia algum texto a ser inserido na plenária. A professora Eblin (ADUFF) apresentou dois textos e justificou que estes não foram enviados a tempo, pois o prazo final de envio foi em uma semana em que houve uma grande movimentação no Rio de Janeiro, acarretando perda do prazo e passou à mesa os textos (contribuição da assembleia geral da ADUFF-SSIN): “Primavera em junho: o processo de (re)organização da classe trabalhadora está aquém da grandiosidade das manifestações” sobre análise de conjuntura (tema I) e “O ANDES-SN e os desafios de ampliação do trabalho de base e da disputa com o sindicalismo oficial” dentro do tema II. Colocada em votação a inclusão do texto, de análise de conjuntura do tema I, foi aprovada, com 1 abstenção, e do texto do tema II, foi aprovada, com 1 abstenção. A professora Marinalva perguntou à plenária se alguém mais iria apresentar texto, e passou a palavra ao professor Schuch, que apresentou um texto novo proposto pela diretoria, “Avaliação e atualização do Plano de Lutas dos Setores, como TR Geral, antecedendo aos TRs específicos dos três setores”, com um cronograma atualizado pela nova conjuntura. A professora Liliane (ADUNB) esclareceu que a UNB estará em recesso no período proposto e não poderá participar. A inclusão do texto foi aprovada por unanimidade. O professor Paulo Rizzo, devido à finalização da plenária de instalação antes do tempo previsto, solicitou o adiantamento da plenária do tema I. O professor Ariel (APRUMA) propôs o início da próxima plenária para as dezoito horas, que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Vânia Graciele Lezan Kowalczuk, 2ª secretária desta mesa, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente do ANDES-SN.

Vânia Graciele Lezan Kowalczuk
2ª Secretária

Marinalva Silva Oliveira
Presidente

PAUTA E DO CRONOGRAMA DO 58º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Santa Maria, 18 a 21 de julho de 2013

Tema Central: ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores

5ª feira (18/7)	6ª feira (19/7)	Sábado (20/7)	Domingo (21/7)
<p>9h às 12h Credenciamento</p> <p>10h às 12h Plenária de Abertura</p>	<p>9h às 12h Grupo Misto - Tema II</p>	<p>9h às 12h Grupo Misto - Tema IV</p>	<p>9h às 12h Plenária Tema IV</p>
<p>14h às 16h Plenária de Instalação</p> <p>14h às 18h Credenciamento</p>	<p>14h às 17h Grupo Misto - Tema III</p>	<p>14h às 17h Plenária Tema II</p>	<p>15h às 17h Plenária de Encerramento</p>
<p>18h às 20h Plenária Tema I</p>		<p>18h30 às 21h30 Plenária Tema III</p>	

TEMÁRIO:

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 32º CONGRESSO.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

Tema IV: Questões organizativas e financeiras

Regimento do 58º CONAD

Capítulo I Do 58º CONAD

Art. 1º O 58º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (58º CONAD do ANDES-SN), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 18 a 21 de julho de 2013, em Santa Maria-RS, organizado pela SEDUFMSM seção sindical do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 58º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 22 de julho de 2013.

Art. 2º O 58º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 58º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 58º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 32º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 32º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 32º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO do Sindicato imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 58º CONAD:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III - uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito a voz;

VI - os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz;

VIII - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 58º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais dos sindicalizados via secretaria regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as);

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º A (O) presidente do ANDES-SN preside o 58º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 58º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18 (dezoito) horas do dia 18 de julho de 2013, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata (ou extrato) que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. justificando a situação.

§ 3º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que os(as) escolheu.

§ 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e ou votação, em cores diferentes.

§ 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V Do Funcionamento Seção I Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 58º CONAD:

- I - Comissão organizadora;
- II - Comissão diretora;
- III - Grupos mistos;
- IV - Plenárias.

§ 1º As comissões organizadora e diretora são criadas a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º O quorum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 58º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quorum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quorum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 10. A comissão organizadora do 58º CONAD é constituída por 3 (três) representantes da SEDUFSM e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da comissão organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 58º CONAD;

II - organizar a sessão de abertura;

III providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;

V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 12. A comissão diretora do 58º CONAD é composta pela diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da comissão diretora (do 58º CONAD):

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes;

II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III - elaborar a prestação de contas, para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por membros efetivos da diretoria do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção IV
Dos Grupos Mistos

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

I - delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz.

Parágrafo único. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do referido grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as) componentes do mesmo.

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 58º CONAD, observado o quorum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quorum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma nova lista de frequência.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

Art. 20. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à comissão diretora o relatório de seu grupo, digitado; sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

Parágrafo único. Para os relatórios de grupos mistos cujas reuniões terminem após às 19 horas, o prazo limite é até às 10 horas do dia seguinte.

Art. 21. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) relatores(as) dos diversos grupos mistos.

Art. 22. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 58º CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, por esta última em conjunto com os(as) relatores(as).

Art. 23. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As plenárias são compostas por:

I - delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - membros das comissões diretora e organizadora do 58º CONAD, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito a voz.

Art. 25. Os trabalhos das plenárias do 58º CONAD serão dirigidos por uma mesa coordenadora composta por um(a) presidente, um(a) vice-presidente, um(a) 1º(1ª) secretário(a) e um(a) 2º(2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, a partir de encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 26. Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar, junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a):

I - preparar, junto com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 58º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação, inicial e encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo da sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 58º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas;

II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Plenária do tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

IV - Plenária do tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

V - Plenária do tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VI - Plenária do tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e cronograma do 58º CONAD;

II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 58º CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 58º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 58º CONAD, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. A verificação do quorum, no início das plenárias do 58º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da seção sindical ou AD-Seção sindical ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e nas plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 33. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do plenário ou do grupo misto, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscitos(as).

§ 2º Somente serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes nos grupos mistos;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com os relatores, nos termos do art. 22 deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 35 As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto do ANDES - SN.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do 58º CONAD, até às 18 (dezoito) horas do dia 20 de julho de 2013, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 58º CONAD o teor das moções propostas, até às 14 (quatorze) horas do dia 21 de julho de 2013.

§ 2º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 39. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 40. A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 58º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 58º CONAD do ANDES-SN.

Santa Maria/RS, 18 de julho de 2013

Atendendo ao disposto no art. 37 do Regimento do 58º CONAD, a Comissão Diretoria sugere que as moções apresentadas no 58º CONAD obedçam ao seguinte formulário.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

_____ Cidade _____ Cep.: _____

Fax: _____ e-mail _____

Fato Motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I DO 58º CONAD - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 32º CONGRESSO

Ao décimo oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e treze, às dezesseis horas, no auditório do Centro de Eventos do Hotel Itaimbé - Santa Maria/RS, depois de confirmado o *quorum* regimental, foi aberta a plenária do tema I – Movimento Docente e Conjuntura: Avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 32º Congresso. A mesa foi composta pelo professor José Valter Alves da Silva, presidente; professor Antônio Libério de Borba, vice-presidente, e professora Maria Suely Soares, primeira secretária. O presidente iniciou os trabalhos informando o horário previsto da plenária, que foi antecipado por decisão da plenária de abertura, com início às dezesseis horas e término às dezoito horas, com possibilidade de prorrogação por mais uma hora. Dando início aos trabalhos, o presidente da mesa informou o número de participantes no Congresso: 52 seções sindicais, 48 delegados, 76 observadores, 34 diretores do ANDES-SN e 1 convidada. Em seguida, informou sobre a existência de 5 textos de conjuntura, sendo: dois no Caderno de Textos; O Texto 1, de título Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 32º Congresso, apresentado pela diretoria do ANDES-SN; e o Texto 2 – A práxis como exigência da práxis – contribuição da diretoria da ADUFPI-Seção Sindical; dois textos no Anexo do Caderno de Textos; o Texto 20 – A retomada da luta de massas e a luta em defesa da educação pública federal – contribuição da diretoria da ADUFRJ-Seção Sindical, e o Texto 21 – Situação nacional e desafios da categoria docente - contribuição dos professores Cláudia Durans, Welbson Madeira, Catarina Malcher, Marcone Dutra, Rosenverck Estrela Santos, Suly Rose Pinheiro, Vilemar Gomes – sindicalizados da APRUMA-Seção Sindical; e, ainda, aceito pela plenária anterior, o texto Primavera em junho: o processo de organização da classe trabalhadora está aquém da grandiosidade das manifestações – contribuição da assembleia da ADUFF-Seção Sindical. O presidente da mesa informou aos presentes sobre o modo de desenvolvimento da plenária, que consistiria da apresentação oral dos textos de conjuntura, com direito a dez minutos de fala, seguindo-se debate com intervenções dos presentes à plenária mediante inscrição feita com o crachá de identificação depositado na mesa, sendo essas intervenções de três minutos cada. A seguir, o presidente da mesa concedeu a palavra à professora Marinalva Silva Oliveira para a apresentação do Texto 1 - *A atual conjuntura e os desafios do ANDES – SN para o próximo período da diretoria do ANDES-SN*. Na sequência, foram apresentados o Texto 2 – *A práxis como exigência da práxis*, pelo professor Alexis; o Texto 20 – *A retomada da luta de massas e a luta em defesa da educação pública federal*, da diretoria da ADUFRJ, pela professora Luciana; o Texto 21 - *Situação nacional e desafios da categoria docente*, dos sindicalizados da APRUMA-Seção Sindical, pelos professores Vilemar Gomes e Claudia Durans, e finalmente, o Texto - *Primavera em junho: o processo de organização da classe trabalhadora está aquém da grandiosidade das manifestações*, da assembleia da ADUFF-Seção Sindical, pela professora Eblin Farage. A seguir, o presidente da mesa abriu as inscrições para intervenções de membros da plenária, com o recebimento dos crachás relativos às inscrições pela mesa, definindo-se a aprovação das inscrições em blocos de 10 intervenções. Fizeram uso da palavra os 23 inscritos: Malu (convidada da regional São Paulo), Osvaldo Coggiola (diretoria), Alexis (ADUFPI-SSind), Zago (ADUNICAMP), Rigler Aragão (SINDUFPA-MAR), Vilemar (APRUMA-SSind), Marina (Diretoria),

Neli Edite Santos (ADUFU-SSind), Rafael Bellan (ADUA-SSind), Alexandre (ADUSB-SSind), Paulo Rizzo (diretoria), Suelene (ADUFPA-SSind), Aberaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE-SSind), Raphael (ADUFES-SSind), Neila (SESDUFT-SSind), João Santiago (ADUFPA-SSind), Schuch (Diretoria), Claudia Durans (APRUMA-SSind), Helvio (ADUNICENTRO-SSind), Sonia Meire (ADUFS-SSind), Gean (diretoria), Alexis (segunda fala) e Marcio (Diretoria). Encerradas as inscrições, o presidente procedeu a alguns informes. Encerrados os informes e não havendo mais nada a tratar, o presidente deu por concluídos os trabalhos da plenária, e eu, Maria Suely Soares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente da mesa.

Maria Suely Soares
1ª Secretária

José Valter Alves da Silva
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II DO 58º CONAD - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Às quatorze horas e vinte minutos do dia vinte de julho do ano de dois mil e treze, no auditório do Hotel Itaimbé, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, foi instalada a PLENÁRIA DO TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO 58º CONAD. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos professores Antônio Gonçalves Filho, presidente; Gean Claudio de Souza Santana, vice-presidente; Paulo Marcelo Cambraia da Costa, 1º secretário; e Antonio José Vale da Costa, 2º secretário. O presidente da mesa iniciou os trabalhos apresentando os componentes da mesa e, antes de apresentar os TRs, submeteu à apreciação da plenária o pedido tardio de credenciamento de Vicente Ribeiro, da seção sindical da Universidade Federal da Fronteira Sul – SINDUFFS. O professor deu as explicações e a plenária as considerou autorizando seu credenciamento por unanimidade. Em seguida, iniciou anunciando como se daria a metodologia dos trabalhos, dizendo que os TRs (Textos Resolução) pertinentes ao tema II em apreciação seguiriam o mesmo agrupamento (TRs 3, 8 e 31; TRs 4 e 9; TR 5; TR 6; e TRs 7, 22, 23 e 24) discutidos nos grupos mistos. Na sequência, o presidente informou os TRs do primeiro grupo: **TR 3 – Tratando os desafios político-organizativos do ANDES-SN; TR 8 – A práxis como exigência da práxis; e TR 31 – O ANDES-SN e os desafios de ampliação do trabalho de base e da disputa com o sindicalismo oficial.** Em seguida, o presidente passou a apresentar para deliberação os TR 3, 8 e 31. Iniciando pelo **TR 3 – TRATANDO OS DESAFIOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS DO ANDES-SN**, passou à leitura do item 1, que diz “1. Realize, precedendo o VII Encontro Intersetorial, um levantamento e um diagnóstico das práticas organizativas e políticas das seções sindicais que atuam em instituições multicampi, para que seja possível definir algumas orientações gerais, bem como pensar em possíveis modificações na estrutura do ANDES-SN, em sua política de sustentação financeira, de assessoria jurídica e outras”. A situação nos grupos foi de aprovação com modificação, registrando-se a seguinte votação: grupo 1, F10, C0, A1; grupo 2, F10, C0, A1; grupo 3 (unanimidade) e grupo 4, F10, C0, A1. A modificação proposta para o **item 1** aprovada em todos os grupos é: **(O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN) Promova um processo de discussão preparatório do VII Encontro Intersetorial, envolvendo as seções sindicais sobre os desafios político-organizativos do ANDES-SN, que levante as práticas organizativas e políticas das seções sindicais, das que atuam em instituições multicampi, das dificuldades de estruturação de seções sindicais pequenas e, ainda, das disputas com organizações que dividem o MD, para que seja possível definir algumas orientações gerais, bem como pensar em possíveis modificações na estrutura do ANDES-SN, em sua política de sustentação financeira, de assessoria jurídica e outras.** Passando à votação, o item 1 foi aprovado por ampla maioria. Quanto ao item 2 – “Promova atividades de formação sindical nas cinco regiões geográficas do Brasil no segundo semestre de 2013 (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul)”, cuja situação nos grupos repetiu a votação anterior, submeteu para apreciação e discussão a modificação proposta pelo grupo 1, sendo aprovada por unanimidade. O **item 2** passou a ter o seguinte texto: **(O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN) Promova atividades de formação sindical, subsidiadas, inclusive, pelos resultados do levantamento e diagnóstico das práticas organizativas e políticas das**

seções sindicais, nas cinco regiões geográficas do Brasil no segundo semestre de 2013 (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul). Dessa forma, os subitens 2.1 e 2.2 originais deixam de existir. Na sequência, o presidente colocou para apreciação da plenária a proposta de inclusão de novo item, que, depois de aprovado por unanimidade, passou a ser o **item 3** e ter a seguinte redação: *(O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN) Por meio das seções sindicais e dos setores das IFES, IEES/IMES e IPES, pautar a discussão sobre as providências necessárias para a implementação plena da política de contribuição dos sindicalizados definida em congresso do ANDES-SN e busque encontrar as providências necessárias para superar rapidamente as inconsistências que têm sido identificadas pela tesouraria a número efetivo de sindicalizados, que se refletem no valor dos repasses, dos quais são fiéis depositárias, para a tesouraria nacional ANDES-SN.* Em apreciação de nova proposta de inclusão de item, após ser submetida à votação, e registrada a sua aprovação, com duas abstenções, o TR 3 passou a ter o **item 4** com o seguinte texto: *(O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN) Implemente ações para o fortalecimento do GTPFS nas seções sindicais.* Quanto à proposta de inclusão de um item 5 proposto nos grupos, o presidente suspendeu a sua apreciação para que a plenária passasse a analisar o TR 31 por sua pertinência temática – O ANDES-SN E OS DESAFIOS DE AMPLIAÇÃO DO TRABALHO DE BASE E DA DISPUTA COM O SINDICALISMO OFICIAL. Com a concordância da plenária, passou a ler o item 1, que diz “Pelo apoio às oposições organizadas na base do PROIFES e MDIA que estejam construindo seu trabalho de base a partir dos princípios do ANDES-SN, sua proposta de carreira docente e de universidade.” A situação nos grupos foi: grupo 1 - aprovada a substituição (F10, C0, A0); grupo 2 - considerou-a superada; grupo 3 - aprovada a substituição (F9, C0, A0), e grupo 4 - considerou-a superada. O plenário passou a discutir a proposta de inclusão idêntica dos grupos 1 e 3 em conjunto com as propostas para o item 5 do TR 3, registrando-se, ao final, a sua aprovação por 15 votos contra 14 votos daquelas, e 14 abstenções. Em seguida, a plenária aprovou a sua transferência para o TR 3 passando a ser o **item 5**, com a seguinte redação: **O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN apoie, em instituições em que o ANDES-SN não esteja organizado, setores que estejam construindo seu trabalho de base a partir de princípios do ANDES-SN, sua proposta de carreira docente e universidade.** Considerando-se que os itens 2 e 3, bem como as propostas indicadas para o item 4 do TR 31 foram rejeitadas pela plenária por ampla maioria, este TR deixa de existir. Igualmente sendo rejeitado por todos os grupos o TR 8 – A PRÁXIS COMO EXIGÊNCIA DA PRÁXIS – O 58º CONAD delibera: **1.** Constituir uma força tarefa de pessoas interessadas – para além do GTFS –, até setembro de 2013, composto por representantes de toda a nossa rede de associados – IFES-IEES-IMES-IPES – junto ao ANDES, e por ele coordenado, com a finalidade de planejar ações voltadas para desconstruir a alienação produzida pelo sistema capitalista em nossa base social. Com essa situação nos grupos, o TR foi considerado suprimido. Em seguida, o presidente colocou em votação todo o TR 3, sendo aprovado por ampla maioria e algumas abstenções. Passando a apreciar o segundo agrupamento de TRs, o presidente iniciou pelo TR 4 – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, fazendo a leitura do *caput* e do item 1 *(A partir das ações aprovadas no 32º Congresso, o 58º CONAD delibera:)* **Que as seções sindicais acompanhem e relatem à coordenação do GT C&T a celebração de possíveis convênios entre as IFES e a ação piloto da EMBRAPPII.** A situação nos grupos foi a seguinte: grupo 1 - aprovado com a inclusão do item 2 (F10, C0, A0) “Que o ANDES-SN estimule as seções sindicais a implementarem o GTC&T; grupo 2 - remeteu para a plenária (F10, C0, A0); grupo 3 - aprovou por unanimidade, e grupo 4 -

aprovou com a inclusão do item 2 (F8, C2, A1): Que o ANDES-SN estimule as seções sindicais a implementarem o GT C&T. Colocado em apreciação, o **item 1** foi mantido por unanimidade pela plenária. Analisando a proposta idêntica dos grupos 1 e 4 para um novo item, a plenária aprovou sua inclusão por ampla maioria e duas abstenções. O **item 2** tem a seguinte redação: *(A partir das ações aprovadas no 32º Congresso, o 58º CONAD delibera:)* **Que o Andes-SN estimule as seções sindicais a implementarem o GT C&T.** Em seguida, o presidente colocou em votação a integralidade do TR 4, sendo aprovado por ampla maioria. Passando ao TR 9 – UMA PROPOSTA DE MOBILIZAÇÃO. Desta forma, após o exposto, entende-se como fundamental que: 1. Os GTC&T e o GTPAUA atuem em conjunto, tendo em vista que os problemas do campo, cidade e da pesquisa apresentam um natural e indissolúvel encadeamento. 2. Estes GTs promovam reuniões periódicas na região sul estabelecendo, num primeiro momento, uma pauta mínima de debates. 3. Este indicativo de trabalho conjunto e de elaboração de uma pauta mínima também seja encaminhado à diretoria do ANDES-SN, agora pensando numa pauta nacional. Situação nos grupos: grupo 1 - aprovado com modificações (unanimidade); grupo 2 - remetido para a plenária (F10, C0, A0); grupo 3 - aprovado com modificações dos itens 1 e 2 e exclusão do item 3 (F9, C0, A1), e grupo 4 - rejeitado (F7, C3, A2). O presidente leu o item 1, que diz “Os GTC&T e GTPAUA atuem em conjunto, tendo em vista que os problemas do campo, cidade e da pesquisa apresentam um natural e indissolúvel encadeamento”, e suas propostas de modificação. Após o debate, a plenária aprovou por ampla maioria o texto proposto pelo grupo 3, com alteração da plenária, passando o **item 1** a ter a seguinte redação: **O GTC&T e o GTPAUA sigam atuando em conjunto, nos pontos comuns aos GTs, quando necessário, tendo em vista que os problemas do campo, cidade e pesquisa apresentam um natural e indissociável encadeamento.** Passando a apreciar o **item 2** e sua proposta de modificação, a plenária aprovou por ampla maioria o seguinte texto: **Estes GTs promovam reuniões periódicas estabelecendo pauta comum de debate, em locais onde se evidenciam problemas específicos envolvendo as temáticas dos GTs.** O item 3 do TR foi rejeitado por 28 votos contra 6 e 12 abstenções. Colocado em votação a integralidade do TR 9, este foi aprovado por ampla maioria. O presidente passou, em seguida, a ler o TR 5 - SOBRE A PROPOSTA DE PROJETO DE LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA DE INICIATIVA POPULAR – O 58º CONAD delibera: 1. **Apoiar a proposta de Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica – Lei da Mídia Democrática;** 2. Divulgar a campanha de coleta de assinaturas em apoio a essa proposta de iniciativa popular. Situação nos grupos: grupo 1 - aprovado (F10, C0, A0); grupo 2 - remetido para a plenária (F10, C0, A0); grupo 3 - aprovado (unanimidade), e grupo 4 - aprovado com modificação (F10, C0, A2): acrescentar após campanha “e proceder à”. Não havendo modificação nos grupos para o **item 1**, o presidente o colocou para apreciação e votação da plenária, sendo aprovado por unanimidade. Passando ao **item 2** e sua proposta de modificação, foi votado e aprovado por ampla maioria o novo texto, que passa a ser **Divulgar a campanha e proceder à coleta de assinaturas em apoio a essa proposta de iniciativa popular.** Ato contínuo, o presidente procedeu à votação do TR 5 como um todo, sendo aprovado por amplíssima maioria. Passando ao **TR 6 - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE EDUCAÇÃO.** O presidente informou a situação nos grupos: grupo 1 - aprovado com modificações (unanimidade); grupo 2 - remetido para a plenária (F10, C0, A0); grupo 3 - aprovado com modificações (unanimidade), e grupo 4 - aprovado com modificação (F10, C0, A2). Quanto ao item 1, que diz “Denuncie o PNE como política de governo contrária aos interesses da sociedade”, o presidente apresentou as propostas dos grupos 1 e 4 e as colocou para apreciação da plenária, que,

ao analisá-las, decidiu por aprovar, com ampla maioria de votos, o seguinte texto para o **item 1: (O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN) Intensifique o processo de denúncia do PNE como proposta de governo contrária aos interesses da sociedade por entender que ela amplia os interesses privatistas e mercantilistas na educação, não assegura os recursos necessários ao desenvolvimento da educação pública com qualidade e acentua a precarização do trabalho docente.** Quanto ao item 2, que diz “Lutar para que o financiamento da educação seja efetivado exclusivamente via Tesouro Nacional”, foram apreciadas as propostas de modificações vindas dos grupos. Após as análises, foi aprovado, com duas abstenções, o seguinte texto consolidado para o **item 2: (O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN) Lute para que o financiamento público seja exclusivo para a educação pública, com recursos orçamentários crescentes, de origem perene e adequados à execução das ações planejadas e a crescente valorização dos trabalhadores da educação.** Passando ao item 3 do TR, que aponta que o ANDES-SN “Denuncie as estratégias que rompem com o financiamento da educação como um direito constitucional”, o presidente colocou em debate as duas propostas vindas dos grupos, sendo aprovado, com ampla maioria, o texto consolidado para o **item 3, a seguir: (O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN) Divulgue e denuncie as estratégias que, ao romperem com o financiamento necessário, inviabilizam, na prática, o acesso ao direito constitucional à educação.** Quanto ao **item 4**, o plenário, ao avaliar a proposta do grupo 4, decidiu por ampla maioria manter o texto original, que é **(O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN) Realize, em conjunto com as secretarias regionais e seções sindicais, os Encontros Preparatórios/Atividades visando ao Encontro Nacional de Educação em 2014.** O item 5, que aponta “Lutar contra o PL nº 147 de 2004, e pela revogação da lei que regulamenta a eleição nos termos atuais (70-15-15 e lista tríplice), a plenária aprovou, por unanimidade, o texto corretivo indicado pelo grupo 1, passando o **item 5** a ter a seguinte redação: **(O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN) Lute contra o PL nº 147 de 2004 e pela revogação da lei que regulamenta a eleição nos termos atuais (70% para o voto docente e lista tríplice).** Em seguida, o presidente passou a apresentar as propostas de inclusão de novos itens. Ao avaliar a proposta para um **item 6**, a plenária aprovou, por unanimidade, o seguinte texto: **(O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN) Resgate e sistematize publicações do ANDES-SN, de preferência em formato eletrônico sobre temas centrais de nossa luta, tais como, PNE da Sociedade Brasileira, cotas, dentre outros.** Da mesma forma, ao apresentar uma proposta de **item 7**, a plenária aprovou, com duas abstenções e sem nenhum voto contrário, o texto a seguir: **(O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN) Reforce a Campanha Nacional pelos 10% do PIB para a educação pública, já.** Em seguida, o presidente colocou em votação o TR 6 em sua integralidade, sendo aprovado por unanimidade. Passando ao último agrupamento dos TRs, o presidente leu o TR 7 - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA, apresentando a situação de debates nos grupos, que foi: grupo 1 - aprovado com modificações (unanimidade); grupo 2 - remetido para a plenária (F10, C0, A0); grupo 3 - aprovado com modificações (unanimidade), e grupo 4 - remetido para a plenária (unanimidade). Como não houve propostas de modificação para o **item 1 e seus subitens**, estes foram colocados em discussão na plenária e aprovados com unanimidade, passando a ter o seguinte teor: **(O 58º CONAD delibera) Jornada Nacional de lutas contra o FUNPRESP: 1.1 Realizar uma Jornada de Lutas contra a adesão ao FUNPRESP, no período de agosto a setembro de 2013, em articulação com os demais SPF, buscando intensificar o debate e a conscientização sobre os riscos de adesão ao FUNPRESP; 1.2 Marcar o início da**

Jornada de Lutas contra o FUNPRESP, nas seções sindicais, para a primeira quinzena de agosto de 2013, utilizando como material de divulgação: cartilha, panfleto explicativo e cartaz; 1.3 Montar estratégias de enfrentamento, com orientação para as seções sindicais, para a luta contra o FUNPRESP junto às administrações das IES; 1.4 Denunciar estratégias de coação dos professores para aderirem ao FUNPRESP. Ainda que o *caput* do item 2 - (O 58º CONAD delibera) **Intensificação da luta contra a implementação da EBSEERH nas IFE:** - não tenha recebido modificação, sendo automaticamente aprovado, o mesmo não aconteceu com seus subitens. Quanto ao **subitem 2.1**, a plenária avaliou e aprovou, por ampla maioria, a supressão de parte do texto original, ficando assim sua redação: **2.1 Continuar a conscientizar a comunidade universitária e os usuários dos HU em relação às mudanças que virão com a implantação da EBSEERH, no que se refere a: a) Autonomia universitária; b) Qualidade do ensino, pesquisa e extensão; c) Formação de profissionais da área da saúde; d) Contrato de trabalho, estabilidade e direitos trabalhistas dos servidores dos HU; e) Qualidade e gratuidade do atendimento de saúde dos usuários.** Em relação ao **subitem 2.2**, que diz “Indicar, sempre que possível, a presença do movimento docente nas IFE, nos momentos de crise ou onde estiver ocorrendo discussão sobre a adesão da Universidade à EBSEERH”, foi colocado em apreciação a proposta do grupo 3, que, ao ser discutida no plenário, sofreu alterações e teve aprovação, com um voto contrário, do seguinte texto: **2.2 Implementar estratégias para denunciar os descumprimentos da legislação por parte do governo federal no que se refere a repasse de recursos, abertura de concursos públicos e transferência de atribuições do MEC para a EBSEERH.** O presidente passou a apresentar a proposta de um novo subitem, apresentado pelo grupo 1, que, em sua discussão no plenário, teve desdobramentos, passando a existir, por votação contrária de um voto, os seguintes subitens: **2.3 Promover medidas, jurídicas se necessário, com o apoio da assessoria jurídica nacional, para garantir que as universidades que não tenham aderido à EBSEERH tenham sua relação com o MEC de determinação de orçamento, concursos e todos os recursos necessários para o funcionamento autônomo de seus hospitais de forma independente desta empresa; 2.4 Intensificar a presença do ANDES-SN nas IFES onde estiverem ocorrendo discussões sobre a adesão à EBSEERH, incluindo as reuniões de conselhos universitários ou conselhos superiores equivalentes, e deflagrar o debate público sobre a EBSEERH onde não houve a discussão; 2.5 Convocar o GTSS e o GTPE para intensificar ações objetivando fortalecer a luta nacional, com a finalidade de barrar a contratação da EBSEERH onde não foi realizada e reverter a contratação onde tenha sido aprovada; 2.6 Intensificar a participação do ANDES-SN e das suas seções sindicais nas frentes em defesa da saúde pública (e organizações afins) nos estados e a articulação com setores parlamentares comprometidos com a educação e a saúde pública contra a EBSEERH; 2.7 Organizar debates e a produção de material informativo para a comunidade acadêmica e a população, e a realização de atos públicos informativos sobre o tema e atos massivos de intervenção nas instâncias decisórias dentro e fora das universidades nos momentos de crise ou onde estiver ocorrendo a discussão sobre a adesão da universidade à EBSEERH.** Quanto ao **subitem 2.8 - Promover ato nacional no Rio de Janeiro, em conjunto com Fasubra, Sinasef e movimento estudantil, nos dias em que forem pautadas as propostas de adesão a EBSEERH no Estado, diante do grande número de hospitais universitários que se localizam na região – este recebeu votação de ampla maioria da plenária.** Já a inclusão do **subitem 2.9 - Construir, no segundo semestre de 2013, um dossiê-denúncia sobre a**

implementação da EBSEH nas IFES, incluindo as estratégias e táticas utilizadas pelo governo federal, em articulação com governos estaduais e municipais e pelas administrações das universidades para a aprovação da adesão à EBSEH; medidas e ações no campo jurídico para impedir a implementação da EBSEH – recebeu aprovação por unanimidade. Quanto aos itens 3 e 4 do TR, estes não tiveram nenhuma proposta de alteração, passando a ser aprovados por unanimidade. Dessa forma, o texto definitivo do **item 3** é *(O 58º CONAD delibera)* **Intensificar as ações junto ao Congresso Nacional, em articulação com outras entidades, com o objetivo de impedir a aprovação do PLC 92/2007**, enquanto o **item 4** é *(O 58º CONAD delibera)* **Intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/2006 junto aos deputados federais, sobretudo, aos líderes partidários**. Ato contínuo, o presidente passou a ler a proposta de inclusão de novo item, que, em discussão na plenária, recebeu aprovação por maioria. Assim, o **item 5** aprovado passa a ser *(O 58º CONAD delibera)* **Intensificar a luta em defesa do SUS pública e estatal, contra as políticas do governo federal e de governos estaduais e municipais, de subfinanciamento e privatização dos serviços públicos, contra a precarização das condições de trabalho e a não valorização de todos os profissionais do setor de saúde, com uma análise, em especial, da Medida Provisória 621, de 8 de julho de 2013**. Na sequência, apresentou a proposta do **item 6**, que recebeu votação favorável por maioria e tem a seguinte redação: *(O 58º CONAD delibera)* **Intensificar a articulação com as executivas nacionais de cursos da área de saúde e a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, no sentido de aprofundar o debate e ampliar as ações em defesa da formação profissional socialmente referenciada, em defesa da saúde como direito**. Em seguida, o presidente colocou em votação o TR 7, agora em sua integralidade, recebendo aprovação unânime. Passando ao TR 22 - PARIDADE DAS AÇÕES DO ANDES-SN PARA ATIVOS E INATIVOS -, o presidente apresentou a situação nos grupos, que foi: grupo 1 - remetido para a plenária (unanimidade); grupo 2 - remetido para a plenária (F10, C0, A0); grupo 3 - aprovado com modificação (F8, C1, A2), e grupo 4 - remetido para a plenária (unanimidade). Colocada a única proposta de substituição sugerida pelo grupo 3, esta recebeu aprovação da plenária por ampla maioria, passando o **item 1** (único) a ter a seguinte redação: **O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN intensifique a luta em defesa dos direitos de aposentadoria dos docentes para recuperar a integralidade e a paridade entre aposentados e ativos, fortalecendo a atuação dos GTSSA locais e nacional**. Neste momento, o presidente colocou em votação a prorrogação da plenária por mais uma hora, sendo aprovado. Na sequência, o presidente passou ao TR 23 - POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA -, apresentando o seguinte quadro de discussão nos grupos: grupo 1 - remetido para a plenária (unanimidade); grupo 2 - remetido para a plenária (F10, C0, A0); grupo 3 - rejeitado (F9, C2, A0), e grupo 4 - remetido para a plenária (unanimidade). Na análise pela plenária, colocado em votação, o TR 23 foi rejeitado por 21 votos contra 16 e seis abstenções. Quanto ao TR 24 - SUGESTÃO DE ALTERAÇÕES NO PL DO SENADOR PAULO PAIM -, que teve a seguinte forma de apreciação nos grupos: grupo 1 - remetido para a plenária (unanimidade); grupo 2 - remetido para a plenária (F10, C0, A0); grupo 3 - aprovado (unanimidade), e grupo 4 - remetido para a plenária (unanimidade), após ser submetido à apreciação da plenária pelo presidente, recebeu aprovação por ampla maioria. O TR 24 tem o seguinte texto final: **O 58º CONAD decide que a diretoria do ANDES-SN deverá encaminhar pedido de que, além dos TAEs, os docentes também sejam contemplados no PL do senador Paulo Paim, conforme modelo (vide página 76 do Relatório do Tema II), o qual procura dispor sobre a equiparação do posicionamento de aposentados e**

pensionistas às tabelas remuneratória dos servidores da ativa. Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa deu por encerrado os trabalhos e eu, Antonio José Vale da Costa, 2º secretário, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo presidente.

Antonio José Vale da Costa
2º Secretário

Antônio Gonçalves Filho
Presidente

**ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO
DO PLANO DE LUTAS: SETORES
58º CONAD DO ANDES-SN**

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte do mês de julho do ano de dois mil e treze, no auditório do Hotel Itaimbé, na cidade de Santa Maria – Rio Grande do Sul, foi dado início aos trabalhos da **PLENÁRIA DO TEMA III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS – SETORES do 58º CONAD**. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos professores Ana Maria Ramos Estevão, presidente; Geraldo Carneiro, vice-presidente; Walcyr de Oliveira, 1º secretário e Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, 2ª secretária. A presidente da mesa informou sobre os TR a serem tratados nesta plenária, a saber: **TR – 32 - Tema III – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas dos Setores, como TR Geral, antecedendo aos TRs específicos dos três setores; TR – 10 - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES; TR – 25 – QUE O ANDES-SN ASSUMA NO ESTADO DO PARANÁ A LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO À CONTAGEM DE TEMPO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL (MI-880/STF); TR – 11 - AVALIAÇÃO ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES; TR – 12 - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES**. A presidente apresentou a metodologia de trabalho a ser utilizada pela mesa para a condução dos trabalhos. Inicialmente, os TRs seriam lidos e, logo em seguida, apresentada a situação deles nos grupos. Caso fossem aprovados, sem modificação, em todos os grupos, não haveria necessidade de apreciação do TR e, conseqüentemente, dos itens que o compunham, sendo posteriormente aprovados em bloco. Caso houvesse proposta de supressão do TR, a votação seria encaminhada da seguinte forma: manutenção ou supressão. Quando houvesse a necessidade de discussão dos TR na plenária, seria feito o seguinte encaminhamento: acolhimento das inscrições pela mesa, intervenções feitas em bloco de cinco inscrições, sendo submetida à plenária, após o final das inscrições do bloco, havendo a necessidade de novas intervenções. O tempo de intervenção proposto pela mesa foi de três minutos. A plenária aprovou a metodologia de trabalho proposta pela mesa. A presidente apresentou a **TR 32 – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas dos setores, como TR Geral, antecedendo aos TRs específicos dos três Setores. O 58º CONAD delibera: 1- Indicar as seções sindicais que participem da construção das atividades previstas para os dias 6 e 30 de agosto, chamadas pelas centrais sindicais e movimentos sociais, mobilizando a categoria e buscando formas de dar visibilidade à nossa pauta de lutas**. Situação do TR 32 nos grupos mistos: grupo 1: aprovado por unanimidade sem modificações, grupo 2: aprovado por unanimidade sem modificações, grupo 3: aprovado com inclusão de item – 6F, 2C, 1A. 2. *Que as secretarias regionais exerçam efetivamente a função de articular as iniciativas regionais no âmbito de suas seções sindicais, bem como com as demais categorias dos SPF, em especial, além de manter o diálogo permanente com os demais setores organizados da classe*, grupo 4: aprovado por unanimidade sem modificações e inclusão do item surgido na discussão do TR 11. *Que o ANDES-SN, via seções sindicais e secretarias regionais, atue na organização do Grito dos Excluídos, ampliando a participação dos docentes no mesmo*. Votação – 8F, 2C; A presidente colocou em discussão a inclusão do item proposto pelo grupo 3 *“Que as secretarias regionais exerçam efetivamente a função de articular as iniciativas regionais no âmbito de suas seções sindicais, bem como com as demais categorias dos SPF, em especial,*

além de manter o diálogo permanente com os demais setores organizados da classe”. Após a discussão a mesa colocou em votação e por ampla maioria foi rejeitada a inclusão deste item. Em seguida a mesa colocou em discussão a inclusão proposta pelo grupo 4. Como não teve nenhuma inscrição, a mesa colocou em votação e por ampla maioria foi aprovada a inclusão do item: **“Que o ANDES-SN via seções sindicais e secretarias regionais atue na organização do Grito dos Excluídos, ampliando a participação dos docentes no mesmo”**. Na sequência a mesa colocou em votação o TR 32 como um todo, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida passou para o **TR – 10 - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES, TR – 10 O 58º CONAD do ANDES/SN delibera: 1.** Acompanhar a tramitação da proposta encaminhada pela ABRUEM que trata sobre a destinação de recursos federais para as universidades estaduais e municipais; **2. Que as seções sindicais intensifiquem a mobilização para acompanhar junto às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais as discussões sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA); 3.** Realizar, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013, o XI Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, conforme planilha a seguir; **4. Autoriza a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do XI Encontro Nacional das IEES/IMES, que acontecerá nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013 na cidade de Brasília.** A presidente apresentou a situação nos grupos: grupo 1 - aprovado por unanimidade com modificações (no item 3, retirar ... do setor ... ficando das IEES ... 3. Realizar, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013, o XI Encontro Nacional - do Setor das IEES/IMES, conforme planilha constante da página 163 do Caderno de Textos); grupo 2 - aprovado sem modificações (sem informação de contagem de votação); grupo 3 - aprovado por unanimidade sem modificação; grupo 4 - aprovado por unanimidade sem modificações. Colocado em discussão item por item, no item 3 retirar ... do setor ... ficando das IEES ... ficando a redação: **3. Realizar, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013, o XI Encontro Nacional das IEES/IMES, conforme planilha constante da página 80 do relatório do Tema III).** O grupo 2 colocou que o item 1 foi rejeitado na discussão e que não constava no relatório consolidado e solicitou a abertura de bloco de discussão para esse item antes da votação; colocado em regime de votação: 1- manutenção do texto com está, 2 - aprovação do texto sem prejuízo de modificação (rejeição do item 1). Resultado: aprovada a rejeição, retirado o item 1. **TR – 25 – QUE O ANDES-SN ASSUMA NO ESTADO DO PARANÁ A LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO À CONTAGEM DE TEMPO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL (MI-880/STF).** O 58º CONAD delibera: 1. Que o Andes-SN, através da AJN, elabore parecer sobre o MI-880/STF, e suas implicações para as aposentadorias especiais nos estados, em especial no Estado do Paraná, que ainda não regulamentou o MI-880/STF a ser enviado para as seções sindicais do setor das estaduais até o final de julho de 2013; 2. Convocar o GTSSA, para discutir o MI-880/STF e sua aplicação nos estados na primeira semana de agosto de 2013. Esta reunião deverá ocorrer na cidade de Curitiba-PR, contando com a participação da AJN; **3.** Que este tema seja incorporado ao Encontro do setor das IEES-IMES que vai ocorrer no segundo semestre de 2013; 4. Que o Andes-SN elabore material explicativo sobre o MI-880/STF em forma de Informandes especial online para o setor das estaduais, a ser enviado até o final do mês de agosto de 2013. A presidente colocou a situação dos grupos: grupo 1 - rejeitado (9F, 1C, 0A); grupo 2 - TR retirado; aprovada por unanimidade a sua substituição como recomendação, a partir de ajuste na redação do item 4 **“Que o Andes-SN elabore material explicativo sobre o MI-880/STF em forma de Informandes especial online para o setor das estaduais, a ser enviado até o final do mês**

de agosto de 2013 como parte do processo de mobilização da categoria para o segundo semestre de 2013”; grupo 3 - retirado e aprovado o substitutivo (7F, 0C, 1A) “Na defesa do preceito constitucional de garantia do direito a redução da contagem de tempo, a título de aposentadoria, de servidores públicos que exercem atividades em situações penosas, insalubres ou perigosas”, e grupo 4 - rejeitado (10F, 0C, 2A). O prof. Paulo Rizzo argumentou que na proposta apresentada pelo grupo 3 estava faltando um verbo e propôs acrescentar “Que o ANDES-SN atue”. A Presidente colocou em votação e a proposta de substitutivo do TR 25 que foi aprovado por ampla maioria ficando com a seguinte redação final: **Que o ANDES-SN atue na defesa do preceito constitucional de garantia do direito a redução da contagem de tempo, a título de aposentadoria, de servidores públicos que exercem atividades em situações penosas, insalubres ou perigosas.** A presidente abriu a discussão, depois, encaminhou para a votação, sendo aprovada por unanimidade a **recomendação** com a seguinte redação com ajuste de redação feita no plenário: “**Que o Andes-SN elabore material explicativo sobre o MI-880/STF em forma de Informandes especial online, a ser enviado até o final do mês de agosto de 2013, como parte do processo de mobilização da categoria para o segundo semestre de 2013**”. Em seguida colocou em votação o TR 25 com os devidos ajustes que foi aprovado por ampla maioria. Na sequência, passou-se à discussão do **TR – 11 - AVALIAÇÃO ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES. Considerando que o direcionamento e as ações aprovadas no 32º Congresso permanecem pertinentes e em curso, o 58º CONAD delibera agregar para o segundo semestre os seguintes encaminhamentos: A - NO ÂMBITO DOS SPF, 1. Dar continuidade às lutas articuladas conjuntamente com os demais SPF e no âmbito do Espaço de Unidade de Ação; 2. Fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para a regularização das contribuições financeiras; 3. Articular previamente, no espaço da CNESF, as proposições para atuação no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, objetivando potencializá-las; 4. Retomar as iniciativas políticas com vistas à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF; 5. Destacar as lutas pela anulação da reforma da previdência; contra o PLP 92/07, a EBSERH e a revisão do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e a defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta; 6. Encaminhar, em articulação com as demais entidades dos SPF, a produção por todas elas de dossiês sobre precarização/repressão no serviço público, com vistas à produção de materiais de denúncia e divulgação; 7. Organizar, no próximo período e em articulação com as demais entidades dos SPF, atividades nacionais e regionais de formação política; 8. Elaborar, em articulação com as demais entidades dos SPF, materiais conjuntos para enfrentamento do FUNPRESP; 9. Propor à CNESF e ao Fórum Nacional das Entidades dos SPF que o balanço da Campanha 2013 e a construção articulada de pauta e agenda de lutas para 2014 sejam realizados ainda neste ano, de forma que já seja possível deslançar a campanha no mês de janeiro. LUTA ESPECÍFICA DO SETOR 1. Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes eixos: 1.1 Cargos/vagas: lutar pela ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas**

abertas e critérios de alocação; **1.2 Infraestrutura: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, identificação por um lado as insuficiências e por outro as impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras;** **1.3 Democracia: enfrentar a agudização dos ataques à autonomia das instituições e arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC e a criminalização/punição do direito de divergir;** **1.4 Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, CAP e demais escolas vinculadas;** **2. Elaborar dossiês durante a atualização das pautas locais: 2.1 Dar visibilidade aos elementos identificados nos dossiês locais dentro e fora das instituições, em nível local e nacional;** **2.2 Encaminhar à secretaria do ANDES-SN o material produzido pelas seções sindicais contendo, além da pauta definida, fotos, vídeos, documentos e outros materiais comprobatórios, notícias publicadas na imprensa local, regional e nos veículos das seções sindicais, sobre os temas;** **3. Carreira docente: 3.1 Intensificar as denúncias, como instrumento de mobilização, das consequências das iniciativas do governo para os diferentes segmentos da categoria e para o futuro das instituições;** **3.2 Atuar no novo cenário criado pela MP 614/13, estimulando o debate nas instituições, na sociedade e no Congresso Nacional e também pressionando o governo a abrir negociações;** **3.3 Produzir documentos que explicitem a repercussão geral para cada segmento que compõe a categoria, a fim de gerar maior identidade e pertencimento à resistência cotidiana e fomento da luta geral, além de documento que atualize a realidade da situação salarial, em termos de valor real, após a Lei e a MP;** **4. Outros encaminhamentos: 4.1 Organizar e estimular o debate nas seções sindicais e nos CAP, construindo atividades preparatórias para o 3º Seminário Estado e Educação, que discutirá, entre outros temas, políticas para os Colégios de Aplicação;** **4.2 Dar sequência ao conjunto de iniciativas de resistência em curso à EBSEH, ao FUNPRESP e ao PLP 92/07. AGENDA - mês de agosto - atualização das pautas locais e retomada de negociações com as reitorias;- até o dia 23 de agosto - envio das pautas locais atualizadas/dossiês para a secretaria do ANDES-SN;- meses de agosto e setembro - construir atividades preparatórias ao Seminário Estado e Educação sobre a política para os CAP;- dias 31 de agosto e 1º de setembro - reunião do setor das IFES, em Brasília;- meses de agosto e setembro - atuar junto aos parlamentares, durante a tramitação da MP 614/13, em defesa da nossa proposta e por abertura de negociações com o poder executivo; - mês de setembro - lançamento nacional da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFES; - mês de setembro - priorizar os temas “necessidades de cargos/vagas”, “política para os CAP”, “política para os CEFET”, “Hospitais Universitários”;** **- mês de setembro - participação no seminário Estado e Educação, cuja pauta incluirá o debate sobre política para os CAP; - mês de outubro - lançamento em cada seção sindical da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFES; - mês de outubro - priorizar os temas “infraestrutura” e “campi descentralizados”;** **- mês de novembro - priorizar os temas “democracia”, “aposentadoria” e “adoecimento docente”. A presidente, após a leitura do TR, colocou a situação nos grupos: grupo 1 - aprovado com modificações/inclusão. 4.3 Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição, lutando para que o poder executivo reverta o conjunto normativo e suas**

posturas que atentam contra a autonomia universitária; 4.3.1 Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo com parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do Andes para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e à democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”; grupo 2 - aprovado com modificações - no âmbito dos SPF, item 4, retomar as iniciativas políticas com vistas à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF, **fomentando, dentro do possível, a efetiva participação da CSP-Conlutas e outras centrais que se disponham à luta política de mobilização dos SPFs nos estados** (11F; 0C; 0A); item 5, destacar as lutas pela anulação da reforma da previdência; contra o PLP 92/07, a EBSEH e a revisão do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e a defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta; trocar o verbo “**destacar**” por “**intensificar**” (9F; 0C); **1A; Luta específica do setor**, 1.4 Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, CAP e demais escolas vinculadas; acrescentar **IFE**, após CEFET. Aprovado por unanimidade; 3.2 Atuar no novo cenário criado pela MP 614/13, **que modifica a lei 12.772/12 que desestruturou a carreira docente**, estimulando o debate nas instituições, na sociedade e no Congresso Nacional e também pressionando o governo a abrir negociações. Aprovado por unanimidade. 3.3 Produzir documentos que explicitem a repercussão geral para cada segmento que compõe a categoria, a fim de gerar maior identidade e pertencimento à resistência cotidiana e fomento da luta geral, além de documento que atualize a realidade da situação salarial, em termos de valor real, após a **Lei 12.772/12 e a MP 614/13**; complementação na redação: aprovado por unanimidade. A mesa colocou em discussão e após os acréscimos 4.3 e 4.3.1 foram aprovados por ampla maioria, com dois votos contrários e com o registro de duas abstenções, ficando com a seguinte redação final: **4.3 Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição, lutando para que o poder executivo reverta o conjunto normativo e suas posturas que atentam contra a autonomia universitária; 4.3.1 Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo com parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do Andes para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e a democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”. Agenda Modificação – Deslocar do mês de novembro para os meses de agosto e setembro – priorizar os temas aposentadoria e adoecimento docente, acrescentando o tema autonomia. Aprovado por unanimidade; Modificação e acréscimo no mês de outubro: Por ocasião do lançamento nacional da 2ª Edição do dossiê... que cada Seção Sindical envie esforços para realizar também o lançamento dos seus respectivos dossiês locais sobre precarização das condições de trabalho docente, potencializando o momento de mobilização da categoria docente para os enfrentamentos necessários no próximo período. Aprovado por unanimidade; Grupo 3: aprovado com inclusão de item – 6F, 2C, 1ª; **No âmbito dos SPF** Sugestão de alteração: 9. Propor à CNESF e ao Fórum Nacional das Entidades dos SPF que o balanço da Campanha 2013 e a construção articulada de pauta e agenda de lutas para 2014 sejam realizados **ate 31 de agosto de 2013**, com o fim de vislumbrar a campanha**

no mês de janeiro. A proposta de alteração do grupo 3 foi rejeitada por ampla maioria.

Luta específica do setor: Sugestão de acréscimo de itens proposto pelo grupo 3. 3.4 *Considerando a nova conjuntura aberta a partir do mês de junho de 2013, considerando o avanço inflacionário e a intensificação da crise econômica, considerando que varias categorias dos SPFs estão atualizando suas campanhas salariais, o CONAD delibera propor ao ANDES que lute junto ao governo federal pela antecipação da terceira parcela de 2015 para 2014.* Submetida à deliberação a proposta de acréscimo foi rejeitada por ampla maioria. 3.4.1. *Atualizar o quadro de perdas salariais previstos durante a greve de 2012.* Votação 7F, 0C e 1A. O professor Schuch esclareceu que este item já estava contemplado no item 3.3. Acréscimo do item 4.3 e 4.3.1 proposto pelo grupo 3. Aprovado 7F e 2A 4.3 **Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da constituição, lutando para que o Poder executivo reverta o conjunto normativo e suas posturas que atentam contra a autonomia universitária** 4.3.1 **Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo com parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do Andes para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e à democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”.** A mesa esclareceu que os itens estavam superados por votação anterior. **Agenda: crescer na previsão para o mês de agosto as datas de 6 e 30 como dias de luta.** Aprovado por unanimidade ficando com a seguinte redação final: **mês de agosto - atualização das pautas locais e retomada de negociações com as reitorias e indicar as datas de 6 e 30 como dias de lutas.** Modificação – deslocar do mês de novembro para os meses de agosto e setembro – priorizar os **temas aposentadoria e adoecimento docente, acrescentando o tema autonomia.** Aprovado por unanimidade ficando com a seguinte redação final: **meses de agosto e setembro - atuar junto aos parlamentares, durante a tramitação da MP 614/13, em defesa da nossa proposta e por abertura de negociações com o poder executivo e priorizar os temas autonomia, aposentadoria e adoecimento docente.** Sugestão de acréscimo. Onde se lê CAP, acrescentar “e demais escolas vinculadas”. Votação: 8F e 1A. Grupo 4: aprovado por unanimidade com modificações. A Plenária também acatou a sugestão de acréscimo. **No âmbito dos SPF** – aprovado por unanimidade; **Luta específica do setor** – aprovado por unanimidade. Acréscimo do item 4.3 e 4.3.1. 4.3 **Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição, lutando para que o poder executivo reverta o conjunto normativo e suas posturas que atentam contra a autonomia universitária.** 4.3.1 **Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo com parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do Andes para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e à democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”.** A mesa esclareceu que os itens 4.3 e 4.3.1 estavam superados por votação anterior. A mesa colocou em discussão a modificação proposta pelo grupo 2 no item 4 do tema **No âmbito dos SPF Item 4 - Retomar as iniciativas políticas com vistas à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF, fomentando, dentro do possível, a efetiva participação da CSP-Conlutas e outras centrais que se disponham à luta política de mobilização dos SPFs nos estados.** Colocada em votação a inclusão do texto no item foi aprovada com algumas abstenções. Passou-se ao item 5 – Destacar as lutas pela anulação da reforma da previdência; contra o PLP 92/07, a EBSERH e a revisão do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao

trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e a defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta. A proposta do grupo 2 foi de trocar o verbo “*destacar*” por “*intensificar*”; colocado em votação, foi aprovado por unanimidade; sugestão de alteração ficando o item com a seguinte redação final: **5 – Intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência; contra o PLP 92/07, a EBSERH e a revisão do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e a defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta. Luta específica do setor.** A mesa apresentou a proposta de acréscimo ao item 1.4 proposta pelo grupo 2: acrescentar após CEFET “*IFE*”. O professor Lisboa fez uma correção afirmando que a proposta era de acrescentar “*IF*”, Instituto Federal. Esclarecida a questão a mesa colocou em votação e o acréscimo foi aprovado por unanimidade ficando o item com a seguinte redação final: **1.4 - Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas;** Em seguida passou-se à discussão do item 3.2. O grupo 2 apresentou proposta de acréscimo após “*MP 614/13*” de “*que modifica a lei 12.772/12 que desestruturou a carreira docente*”. Submetida à votação o acréscimo foi aprovado por ampla maioria e com o registro de uma abstenção ficando com a seguinte redação final: **3.2 Atuar no novo cenário criado pela MP 614/13 que modifica a lei 12.772/12 que desestruturou a carreira docente** estimulando o debate nas instituições, na sociedade e no Congresso Nacional e também pressionando o governo a abrir negociações. No item 3.3 o grupo 2 também apresentou proposta de substituir “*Lei*” e após “*MP*” por: *Lei 12.772/12 e a MP 614/13. Submetida à votação a proposta foi aprovada ficando o item com a seguinte redação final:* **3.3 Produzir documentos que explicitem a repercussão geral para cada segmento que compõe a categoria, a fim de gerar maior identidade e pertencimento à resistência cotidiana e fomento da luta geral, além de documento que atualize a realidade da situação salarial, em termos de valor real, após a Lei 12.772/12 e a MP 614/13. No tema Luta Específica do Setor:** foi aprovada pelo grupo 3 o acréscimo de um item com a seguinte redação: **3.4- Considerando a nova conjuntura aberta a partir do mês de junho de 2013, considerando o avanço inflacionário e a intensificação da crise econômica, considerando que várias categorias dos SPFs estão atualizando suas campanhas salariais, o CONAD delibera propor ao ANDES que lute junto ao governo federal pela antecipação da terceira parcela de 2015 para 2014;** colocado em discussão, logo após procedeu à votação de inclusão do item, que foi rejeitado. Logo em seguida, foi apresentado o item **3.4.1 Atualizar o quadro de perdas salariais previstos durante a greve de 2012;** a mesa entendeu que o item estava superado mediante a rejeição do item 3.4; **Agenda:** a presidente procedeu à leitura das modificações: acrescer na previsão para o mês de agosto as datas de 06 e 30 como dias de luta; deslocar do mês de novembro para os meses de agosto e setembro “*priorizar os temas aposentadoria e adoecimento docente, acrescentando o tema autonomia*”; na redação do mês de setembro, acrescentar após a palavra **CAP** “*e demais escolas vinculadas*”; modificação e acréscimo no mês de outubro: por ocasião do lançamento nacional da 2ª Edição do dossiê... “*que cada seção sindical envide esforços para realizar também o lançamento dos seus respectivos dossiês locais sobre precarização das condições de trabalho docente, potencializando o momento de mobilização da categoria docente para os*

enfrentamentos necessários no próximo período”. Após a leitura, procedeu à votação das inclusões e modificações, que foram aprovadas por unanimidade ficando o item com a seguinte redação final: **mês de outubro: priorizar os temas “infraestrutura” e “campi descentralizados” e por ocasião do lançamento nacional da 2ª Edição do dossiê... que cada seção sindical envie esforços para realizar também o lançamento dos seus respectivos dossiês locais sobre precarização das condições de trabalho docente, potencializando o momento de mobilização da categoria docente para os enfrentamentos necessários no próximo período**”. Colocado o TR como um todo para votação, foi aprovado por unanimidade, ficando o TR 11 com a seguinte redação final: **NO ÂMBITO DOS SPF, 1. Dar continuidade às lutas articuladas conjuntamente com os demais SPF e no âmbito do Espaço de Unidade de Ação; 2. Fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para regularização das contribuições financeiras; 3. Articular previamente, no espaço da CNESF, as proposições para atuação no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, objetivando potencializá-las; 4. Retomar as iniciativas políticas com vista à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF, fomentando, dentro do possível, a efetiva participação da CSP-Conlutas e outras centrais que se disponham à luta política de mobilização dos SPFs nos estados; 5. Intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência; contra o PLP 92/07, a EBSERH e a revisão do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e a defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta; 6. Encaminhar, em articulação com as demais entidades dos SPF, a produção por todas elas de dossiês sobre precarização/repressão no serviço público, com vistas à produção de materiais de denúncia e divulgação; 7. Organizar, no próximo período e em articulação com as demais entidades dos SPF, atividades nacionais e regionais de formação política; 8. Elaborar, em articulação com as demais entidades dos SPF, materiais conjuntos para enfrentamento do FUNPRESP; 9. Propor à CNESF e ao Fórum Nacional das Entidades dos SPF que o balanço da Campanha 2013 e a construção articulada de pauta e agenda de lutas para 2014 sejam realizados ainda neste ano, de forma que já seja possível deslançar a campanha no mês de janeiro. LUTA ESPECÍFICA DO SETOR 1. Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes eixos: 1.1 Cargos/vagas: lutar pela ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação; 1.2 Infraestrutura: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, identificando por um lado as insuficiências e por outro, as impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras; 1.3 Democracia: enfrentar a agudização dos ataques à autonomia das instituições e arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC e a criminalização/punição do direito de divergir; 1.4 Destacar outras situações que sofram precarização/ataques**

específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas; 2. Elaborar dossiês durante a atualização das pautas locais; 2.1 Dar visibilidade aos elementos identificados nos dossiês locais dentro e fora das instituições, em nível local e nacional; 2.2 Encaminhar à secretaria do ANDES-SN o material produzido pelas seções sindicais contendo, além da pauta definida, fotos, vídeos, documentos e outros materiais comprobatórios, notícias publicadas na imprensa local, regional e nos veículos das seções sindicais, sobre os temas. 3. Carreira docente: 3.1 Intensificar as denúncias, como instrumento de mobilização, das consequências das iniciativas do governo para os diferentes segmentos da categoria e para o futuro das instituições; 3.2 Atuar no novo cenário criado pela MP 614/13, que modifica a Lei 12.772/12 que desestruturou a carreira docente, estimulando o debate nas instituições, na sociedade e no Congresso Nacional e também pressionando o governo a abrir negociações; 3.3 Produzir documentos que explicitem a repercussão geral para cada segmento que compõe a categoria, a fim de gerar maior identidade e pertencimento à resistência cotidiana e fomento da luta geral, além de documento que atualize a realidade da situação salarial, em termos de valor real, após a Lei 12.772/12 e a MP 614/13. 4. Outros encaminhamentos: 4.1 Organizar e estimular o debate nas seções sindicais e nos CAP e demais escolas vinculadas, construindo atividades preparatórias para o 3º Seminário Estado e Educação, que discutirá, entre outros temas, políticas para os Colégios de Aplicação e demais escolas vinculadas; 4.2 Dar sequência ao conjunto de iniciativas de resistência em curso à EBSERH, ao FUNPRESP e ao PLP 92/07; 4.3 Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição, lutando para que o poder executivo reverta o conjunto normativo e suas posturas que atentam contra a autonomia universitária; 4.3.1 Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo com parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do Andes para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e à democracia - “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”. AGENDA - mês de agosto - atualização das pautas locais e retomada de negociações com as reitorias; indicar as datas de 6 e 30 como dias de luta; - até o dia 23 de agosto - envio das pautas locais atualizadas/dossiês para a secretaria do ANDES-SN; - meses de agosto e setembro - construir atividades preparatórias ao Seminário Estado e Educação sobre a política para os CAP e demais escolas vinculadas; - dias 31 de agosto e 1º de setembro - reunião do setor das IFES, em Brasília; - meses de agosto e setembro - atuar junto aos parlamentares, durante a tramitação da MP 614/13, em defesa da nossa proposta e por abertura de negociações com o poder executivo; priorizar os temas autonomia, aposentadoria e adoecimento docente e a Jornada de Lutas contra o FUNPRESP; - mês de setembro - lançamento nacional da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFE; - mês de setembro - priorizar os temas “necessidades de cargos/vagas”, “política para os CAP” e demais escolas vinculadas, “política para os CEFET”, IF, “Hospitais Universitários”; - mês de setembro - participação no seminário Estado e Educação, cuja pauta incluirá o debate sobre política para os CAP e demais escolas vinculadas; - mês de outubro - lançamento em cada seção sindical da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFE; - mês de outubro - priorizar os temas “infraestrutura” e “campi descentralizados”; por

ocasião do lançamento nacional da 2ª Edição do dossiê “Precarização das condições de trabalho” que cada seção sindical envie esforços para realizar também o lançamento dos seus respectivos dossiês locais sobre precarização das condições de trabalho docente, potencializando o momento de mobilização da categoria docente para os enfrentamentos necessários no próximo período; - mês de novembro - priorizar o tema “democracia”. TR – 12 - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES O 58º Conad do Andes delibera: **1. Dar continuidade à luta política e jurídica para a obtenção do registro sindical do ANDES-SN como representante dos docentes das IPES; 2. Dar continuidade à denúncia das condições de trabalho dos docentes das IPES, produzindo materiais específicos para isso; 3. Lutar pelo cumprimento dos marcos regulatórios contra a internacionalização do ensino superior privado no Brasil; 4. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do Encontro Nacional das IPES que acontecerá nos dias 15 e 16 de novembro em São Paulo/SP (vide planilha na página 84 do Relatório do Tema III).** A presidente procedeu à leitura do TR, e foi colocada a situação nos grupos: grupo 2 - aprovada sem prejuízo de modificação, modificação – supressão do item 3 (3F e 8A); grupo 3 - remetido para a plenária; grupo 4 - aprovado por unanimidade. A presidente colocou em discussão, indicando a supressão do item 3 da TR, inclusão de novo item e modificação na redação do item 2. Colocado em votação a supressão do item 3, a maioria votou pela supressão do item; no item 2, foi indicada uma mudança de redação; colocada em votação, ficou o **item 2** com a seguinte redação: **“dar continuidade à denúncia das condições de trabalho dos docentes das IPES, produzindo materiais específicos para serem divulgados até o 33º Congresso do ANDES-SN”**; apresentada a inclusão de novo item substituindo o item 3 - **“Envidar esforços, com auxílio das regionais, para construção de um conjunto de diretrizes que contemple uma proposta de piso salarial e de regulamentação da jornada de trabalho para os docentes das IPES. Este material deve ser objeto de discussão no próximo encontro nacional do setor”**. Colocada em votação, a inclusão foi aprovada por unanimidade. Colocado em votação o TR como um todo, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a presidente da mesa agradeceu à plenária e deu por encerrados os trabalhos, às vinte e uma horas e cinquenta minutos, e eu, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, 2ª secretária, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa
2ª Secretária

Ana Maria Ramos Estevão
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA IV DO 58º CONAD – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e um de julho do ano de dois mil e treze, no auditório do Hotel Itaimbé, na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, foi instalada a plenária do Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras do 58º CONAD. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta por: Marina Barbosa Pinto, presidente, Carlos Alberto Pires, vice-presidente, Rubens Luiz Rodrigues, primeiro secretário e Marcos Antônio da Silva Pedroso, segundo secretário. A presidente da mesa abriu os trabalhos apresentando ao plenário os componentes da mesa e, imediatamente, deu início à apreciação do tema questões organizativas e financeiras, composto pelos TRs: **TR 13** - VII Encontro intersetorial. **TR 14** - Sede do 59º CONAD. **TR 15** - Apoio político e material à construção do Sindicato na base. **TR 16** - Designar a sala de reuniões da sede do ANDES-SN com o nome do Companheiro Edmundo Fernandes Dias. **TR 17** - Comissão da Verdade do ANDES-SN. **TR 28** - Proposta de emenda (acréscimo) ao TR 17. **TR 18** - Prestação de contas do exercício 2012. **TR 19** - Previsão orçamentária para 2014. **TR 26** - Prestação de contas do 32º CONGRESSO. **TR 27** - Rateio das despesas de Congressos e CONADs. A presidente fez a leitura do **TR 13 – VII Encontro intersetorial. - O 58º CONAD aprova a alteração da data de realização do VII Encontro intersetorial do ANDES-SN para o período de 25 a 27 de outubro de 2013, em Brasília, de acordo com a planilha apresentada e autoriza a diretoria a realizar os ajustes necessários na mesma.** Situação nos grupos: grupo 1 - aprovado (F10; C0; A0); grupo 2 - aprovado (F9; C0; A0); grupo 3 - aprovado por unanimidade; grupo 4 - aprovado (F8; C0; A0). A presidente submeteu o TR à deliberação da plenária, que o aprovou por unanimidade (vide planilha na página 85 do Relatório do Tema IV). **Recomendação: ajustar a redação no que se refere às siglas das seções sindicais/AD e o número de filiados das mesmas.** Em seguida, passou-se à discussão do **TR 14 - Sede do 59º CONAD.** Situação nos grupos: grupo 1 - aprovado, Aracaju-SE - ADUFS (9F); grupo 2 - aprovado, Aracaju-SE - ADUFS (unanimidade); grupo 3 - remetido para a plenária; grupo 4 - remetido à plenária. A mesa colocou em votação e foi aprovada por unanimidade a **realização do 59º CONAD do ANDES-SN pela ADUFS - Aracaju/SE.** Em seguida, passou-se à discussão do **TR 15 - Apoio político e material à construção do Sindicato na base.** **1. A diretoria do ANDES-SN fica autorizada a disponibilizar recursos do seu Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que estas consigam viabilizar sua autossustentação e a regularização de suas receitas por meio da contribuição dos sindicalizados.** **2.** Aplica-se esta resolução para o caso de seções sindicais já existentes até a data do 58º CONAD. **3.** As seções sindicais que estejam recebendo tais ajudas não estarão dispensadas do repasse regular da parcela da contribuição sindical dos sindicalizados à tesouraria do ANDES-SN, sendo essa uma condição para o recebimento da ajuda definida por esta resolução. **4. Os recursos para este fim ficam limitados em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo período total de um ano, para cada uma das seções sindicais contempladas.** **5.** As seções sindicais solicitantes deverão apresentar pedido devidamente justificado e plano de uso dos recursos que especifique a destinação e os valores necessários. **6. Para a aprovação**

das solicitações, a diretoria deverá fundamentar suas análises nas justificativas e especificações de cada plano. 7. A liberação dos recursos poderá ser parcelada em conformidade com as especificações de cada plano, após sua aprovação pela diretoria do ANDES-SN. 8. O comprometimento de despesas de cada seção sindical é de sua responsabilidade exclusiva, durante e após o período de vigência de uso da ajuda financeira aqui aprovada. Situação nos grupos: grupo 1 - aprovado (8F); grupo 2 - aprovado; grupo 3 - aprovado com modificação (7F; 0C; 3A); grupo 4 - aprovado com modificação (8F; 0C; 0A). O grupo 4 propôs acrescentar ao final do item 2 a expressão “pelo prazo de 1 ano”. Inicialmente, a mesa colocou em votação a manutenção do TR, sem prejuízo de modificação e foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi posta em discussão a alteração aprovada no grupo 2, que no plenário foi aprovada por ampla maioria, ficando com a seguinte redação final: **2 - Aplica-se esta resolução para o caso de seções sindicais já existentes até a data do 58º CONAD, pelo prazo de 1 ano.** Em seguida, foi posta em votação e aprovada por ampla maioria, com dois votos contrários, a palavra necessária no item 3, proposta no grupo 3, ficando com a seguinte redação: **3 - As seções sindicais que estejam recebendo tais ajudas não estarão dispensadas do repasse regular da parcela da contribuição sindical dos sindicalizados à tesouraria do ANDES-SN, sendo essa uma condição necessária para o recebimento da ajuda definida por esta resolução.** Em seguida, o TR 15 foi aprovado como um todo por unanimidade. Na sequência, passou-se à discussão do **TR 16 - Designar a sala de reuniões da sede do ANDES-SN com o nome do Companheiro Edmundo Fernandes Dias.** Situação nos grupos: grupo 1 - aprovado com modificações (10F); grupo 2 - aprovado por unanimidade; grupo 3 - aprovado (8F); grupo 4 - aprovado com modificações (10F, 0C, 0A). Após discussão, foi aprovada, com ampla maioria, três votos contrários e duas abstenções, a inclusão da palavra Professor, ficando o TR com a seguinte redação: **Designar a sala de reuniões do ANDES-SN, localizada no terceiro andar da sede, no Edifício Cedro II, em Brasília, com o nome do companheiro “Professor Edmundo Fernandes Dias”.** Em seguida, passou-se à discussão do **TR 17 – Comissão da Verdade do ANDES-SN. 1. A Comissão da Verdade do ANDES-SN terá a seguinte a composição: 3 (três) membros efetivos, sendo 1 (um) da diretoria e dois eleitos no 58º CONAD, e 3 (três) suplentes, sendo 1 (um) da diretoria e dois eleitos no 58º CONAD. 2. A Comissão da Verdade do ANDES-SN realizará reunião em agosto próximo, em conjunto com o GTHMD, para definir plano de trabalho, funcionamento e atividades a serem desenvolvidas. 3. Autorizar a diretoria a aprovar o plano de trabalho e disponibilizar recursos financeiros para a realização dos trabalhos da Comissão, dentro da disponibilidade financeira do Sindicato. 4. A Comissão da Verdade do ANDES-SN deverá apresentar relatórios de suas atividades no 33º Congresso do ANDES-SN, para avaliação.** Situação nos grupos: grupo 1 - aprovado com modificações (9F); grupo 2 - aprovado sem modificação (3F) - aprovado com modificação (3F) - Abstenções (2 votos); grupo 3 - aprovado com modificação (10F); grupo 4 - aprovado com modificação (11F). As modificações apresentadas pelos grupos foram as seguintes: No item 1 o grupo 2 aprovou alterar o número de componentes da comissão para 5 membros titulares e 5 suplentes; no item 2 os grupos 1, 2, 3 e 4 aprovaram acrescentar após GTHMD “que convocará as seções sindicais”. O grupo 1 aprovou o nome do professor Edson Teixeira (ADUFF) para compor a Comissão; o grupo 2 aprovou os nomes dos professores Hélvio Mariano (ADUNICENTRO), Edson Teixeira (ADUFF) e Elídio Alexandre Borges Marques (ADUFRJ); o grupo 3 aprovou o nome do professor Hélvio Mariano (ADUNICENTRO) - titular, Edson Teixeira (ADUFF) - suplente; o grupo 4 não apresentou indicação. Os grupos 1, 2, 3 e 4 aprovaram incluir no item 2,

após GTHMD, a expressão “que convocará as seções sindicais”. A presidente da mesa informou que esse TR seria debatido em conjunto com o TR 28 - Proposta de emenda (acréscimo) ao TR 17: no TR 17, proposto pela diretoria, após o item 2, introduzir a seguinte proposta de acréscimo: **2.1.** A Comissão da Verdade do ANDES-SN promoverá a realização de uma reunião de representantes docentes dos Comitês/Comissões da Verdade que vêm sendo constituídos nas IFEs no decorrer dos dois últimos semestres; participarão também da reunião representantes de seções sindicais interessadas em trabalhar pela constituição de Comitês/Comissões da Verdade em sua IFE. Sugere-se que a reunião ocorra por ocasião da reunião de agosto, referida no item 2 da proposta de TR 17 apresentada ao 58º CONAD pela diretoria do ANDES-SN. **2.2.** Ciente dos embates em curso no seio da Comissão Nacional da Verdade (também, nas Comissões Estaduais) sobre se essa deve, ou não, se posicionar pela necessidade de revisão da Lei de Anistia (Lei nº 6683/1979), o 58º CONAD: **2.2.1** reafirma a decisão do 32º Congresso do ANDES-SN de se posicionar pelo fim da impunidade de que gozam os agentes civis e militares que usaram a autoridade e o poder estatais para torturar, assassinar e desaparecer com militantes, democratas e cidadãos considerados suspeitos por atuarem em oposição à ditadura civil-militar (1964-1985), além de outros cidadãos comuns; **2.2.2** orienta a Comissão da Verdade do ANDES-SN a desenvolver iniciativas visando à realização, junto com outras entidades sindicais e democráticas, de um seminário ou encontro nacional que tenha por objetivo debater a questão da revisão da Lei de Anistia e impulsionar um movimento voltado à conquista da mesma”. A situação dos grupos no TR 28 foi a seguinte: grupo 1 - remeteu à plenária; grupo 2 – superados os itens 2.1, 2.2, 2.2.1 (7F, 0C, 1A); altera o item 2.2.2 para recomendação (7F, 0C, 1A); grupo 3 - rejeitado (8F, 1C, 0A); grupo 4 - rejeitado (7F, 0C, 4A). A mesa esclareceu que o TR 17 seria discutido juntamente com o TR 28. Iniciando pelo TR 17, a presidente colocou em votação duas propostas: proposta 1 - manutenção do TR17; proposta 2 - manutenção do TR 17, sem prejuízo de modificação. Por ampla maioria foi aprovada a manutenção, sem prejuízo de modificação. Posto em discussão o TR 17, foi dado um esclarecimento do professor Hélvio, participante do grupo 2, que o relatório estava equivocado no sentido de que a proposta feita pelo grupo 2 era de cinco membros titulares e três suplentes para a Comissão da Verdade, o que foi prontamente acolhido pela mesa, resgatando que a informação não constava do relatório do grupo. Após as discussões, procedeu-se à votação das modificações do item 1 proposta pelo grupo 2 e a proposta original, que a Comissão da Verdade será composta por três membros titulares e três suplentes. Por ampla maioria, quatro votos contrários e uma abstenção, foi aprovado o texto original. Após a deliberação, foi discutido o item 2 do TR 17 e posto em votação. Por ampla maioria, com 3 votos contrários e 1 abstenção, foi aprovada a modificação proposta pelos grupos 1, 2, 3 e 4 para o item 2. A nova redação foi a seguinte: **2 - A Comissão da Verdade do ANDES-SN realizará reunião em agosto próximo, em conjunto com o GTHMD, que convocará as seções sindicais, para definir plano de trabalho, funcionamento e atividades a serem desenvolvidas.** Em seguida, passou-se à discussão e votação do TR 28. Após discussão, foi posta em votação e, por maioria, dez votos contrários e quatro abstenções, o TR 28 foi rejeitado. Em seguida, passou-se à composição da Comissão da Verdade. Após discussão, com ampla maioria e uma abstenção, a Comissão ficou com a seguinte composição: **Márcio Antônio de Oliveira (diretoria) - titular, Paulo Cambraia (diretoria) - suplente, Hélvio Mariano (ADUNICENTRO) - titular, Edson Teixeira (ADUFF) - titular, Elídio Alexandre Borges Marques (ADUFRJ) - suplente e Antônio Lisboa (ADUFCG) - suplente.** Foi colocado em votação o TR como um todo e, com as devidas alterações, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, passou-se à

discussão do **TR 18 - Prestação de contas do exercício 2012 - O 58º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2012.** A diretoria do ANDES-SN apresentou para os trabalhos dos grupos mistos, um substitutivo do Demonstrativo de Orçamento e Execução. Situação dos grupos: grupo 1 - aprovado o substitutivo (9F; 0C; 1A); grupo 2 - aprovado o substitutivo (9F; 0C; 0A); grupo 3 – aprovado o substitutivo (10F; 0C; 0A); grupo 4 - aprovado o substitutivo (11F; 0C; 0A). Após discussões, foi aprovado o substitutivo da diretoria por unanimidade. Foram apresentadas algumas recomendações pelos grupos que, após discussões, foram postas em votação e aprovadas pela maioria, com dois votos contrários e três abstenções. As recomendações foram as seguintes: **detalhar os valores que são repassados às entidades às quais o ANDES-SN é filiado; organizar a apresentação da tabela por ordem alfabética; especificar os encargos de INSS sobre cada serviço; desmembrar e detalhar os gastos discriminados no demonstrativo; apresentar uma análise sobre a prestação de contas que contribua para uma melhor interpretação dos dados na tabela.** Em seguida, passou-se à discussão do **TR 19 – Previsão orçamentária para 2014. O 58º CONAD aprova a previsão Orçamentária para 2014.** A diretoria do ANDES-SN apresentou para os trabalhos dos grupos mistos um substitutivo da Previsão orçamentária. Situação dos grupos: grupo 1 - aprovado o substitutivo (9F); grupo 2 – aprovado o substitutivo (10F; 0C; 0A); grupo 3 – aprovado o substitutivo (9F; 0C; 0A); grupo 4 – aprovado o substitutivo (12F; 0C; 0A). Posto em votação, foi aprovado por unanimidade o substitutivo. Em seguida, passou-se à discussão do **TR 26 - Prestação de contas do 32º CONGRESSO. O 58º CONAD aprova a prestação de contas do 32º CONGRESSO.** Situação nos grupos: grupo 1 - aprovado (8F); grupo 2 - aprovado (9F; 0C; 0A); grupo 3 – aprovado (7F; 0C; 0A); grupo 4 - aprovado (12F; 0C; 0A). Posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, passou-se à discussão do **TR 27 - Rateio das despesas de Congressos e CONADs.** O 58º CONAD delibera que: **1.** As seções sindicais com até 150 filiados terão direito ao reembolso do valor gasto com passagens aéreas e hospedagens nos eventos nacionais (CONGRESSOS e CONAD); **2.** As seções sindicais com até 200 filiados terão direito apenas ao reembolso das passagens aéreas; **3.** O reembolso só é válido para delegados, caso a seção sindical envie também observadores, perderá o direito ao reembolso e entrará no rateio com as demais seções sindicais; **4.** No caso de AGs convocadas de acordo com artigo 41 do Estatuto do Andes-SN, o limite para pagamentos de despesas com passagens aéreas e hospedagens devem respeitar as mesmas normas para as seções sindicais com até 200 filiados; **4.1** Para o pagamento de passagens aéreas e hospedagens, nos casos dos delegados via artigo 41, fica limitado ao número de um delegado até 100 filiados e apenas passagens aéreas para as que possuam mais de 101 filiados, limitado ao número de 03 (três) delegados para este reembolso; **4.2** Em nenhuma hipótese o Caixa Nacional poderá utilizar recursos próprios para custear despesas com delegados nos eventos nacionais (CONGRESSOS e CONAD), sendo todos os gastos rateados entre as seções sindicais participantes nos eventos nacionais (CONGRESSOS e CONAD). Também não haverá, em nenhuma hipótese, o pagamento de diárias a esses delegados. **5.** Estas alterações passam a valer a partir do 33º Congresso do Andes-SN. Situação nos grupos: grupo 1 - rejeitado; grupo 2 - aprovada a substituição (9F; 0C; 0A); grupo 3 - rejeitado (9F; 0C; 1A); grupo 4 - rejeitado (11F; 0C; 0A). O grupo 2 apresentou uma proposta de substituições dos itens 1, 2, 3, 4 e 5: **Que a diretoria apresente até o Encontro Intersetorial um estudo Nacional que demonstre: o número de filiados, a forma e o percentual e o valor de arrecadação de cada seção sindical. O estudo nacional deve informar as seções sindicais que não disponibilizarem as informações solicitadas.** Após discussão, o TR 27 foi aprovado pela maioria do plenário sem prejuízo de

modificação. Em uma segunda votação, foi aprovado o substitutivo apresentado pelo grupo 2 por ampla maioria e com o registro de três abstenções. Nada mais havendo a tratar, a presidente deu por encerrados os trabalhos e eu, Marcos Antônio da Silva Pedroso, 2º secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Marcos Antônio da Silva Pedroso
2º Secretário

Marina Barbosa Pinto
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO DO 58º CONAD

Às doze horas e quinze minutos do dia vinte e um de julho do ano de dois mil e treze, no auditório do Hotel Itaimbé, na cidade de Santa Maria/RS, iniciaram-se os trabalhos da plenária de encerramento do 58º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos diretores do ANDES-SN: Marinalva Silva Oliveira (presidente), Márcio Antônio de Oliveira (secretário-geral), Fausto de Camargo Júnior (1º tesoureiro), Daniel Nedel (2º vice-presidente da regional Rio Grande do Sul) e Rondon de Castro (presidente da SEDUFSM). A professora Marinalva abriu os trabalhos passando a palavra para o Rondon, que fez suas saudações e agradecimentos. Em seguida, falou o professor Daniel, que ressaltou a importância do evento. Dando prosseguimento aos trabalhos, a presidente passou a palavra ao senhor Flávio José e à senhora Rosilene, do Movimento do Luto à Luta. Na sequência, o professor Márcio passou à leitura das treze moções encaminhadas à secretaria, conforme segue: **Moção 1** – de repúdio ao quadro de violências e repressão de Estado às manifestações ocorridas recentemente em todo o Brasil; **Moção 2** – de solidariedade aos professores da Universidade de Buenos Aires; **Moção 3** – de apoio à greve dos estudantes do curso de cinema e audiovisual da UFPA; **Moção 4** – de repúdio ao governador Sérgio Cabral pela repressão à juventude no Rio de Janeiro; **Moção 5** – de apoio à comunidade acadêmica do campus IV Litoral Norte da UFPB; **Moção 6** – de repúdio ao uso de força policial para desalojar os estudantes que ocuparam o prédio da reitoria da UNESP em São Paulo; **Moção 7** – de manifestação contrária ao Projeto de Lei Complementação do Código de Mineração; **Moção 8** – de solidariedade com os docentes da UFPR lotados no campus litoral; **Moção 9** – de repúdio à direção do setor litoral da UFPR; **Moção 10** – de repúdio ao fechamento da Escola Estadual Agrícola David Aires França no Município de Arraias/TO; **Moção 11** – de repúdio ao desrespeito continuado e crescente a docentes e discentes por parte de universidades do setor privado; **Moção 12** – de repúdio ao andamento dado pela reitoria da UFPEL em direção à assinatura de convênio com a EBSEH; **Moção 13** – de repúdio à bárbara violência institucional do Estado brasileiro ocorrida na Favela da Maré, no Rio de Janeiro. O professor Raphael (ADUFES) solicitou a inclusão de moção contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais no Estado do Espírito Santo. A solicitação foi acatada pela plenária. A mesa colocou em votação, uma a uma, as moções que foram aprovadas por ampla maioria, com exceção da moção 11, que foi rejeitada pelo plenário. Em seguida, a professora Rosilene Tavares, sindicalizada da APUBH, pediu a palavra para fazer um agradecimento: “Com o compromisso de divulgar ao máximo na UFMG as discussões e resoluções deste CONAD do ANDES, despeço-me agradecida pela acolhida solidária de nossa delegação. Em futuro próximo, esperamos que vários companheiros da UFMG possam ter a rica oportunidade que tivemos de aprender um pouco mais sobre a importância da organização nacional de nossa categoria, em conjunto com os demais trabalhadores. E, uma vez mais, ressaltamos o valor agregador da presença na UFMG da direção nacional e regional do ANDES, antes, durante e depois da greve de 2012. Convidamos a todos a visitarem o site e a página do coletivo de professores da UFMG no facebook, para postarem lá suas lutas em cada região, o que, com certeza, poderá dar maior dinamicidade ao nosso próprio trabalho. Ainda que com pouca infraestrutura, poucas pessoas e poucos recursos, além destas mídias, também criamos os e-mails próprios do coletivo, a partir dos quais vimos divulgando semanalmente, para cerca de 2 mil professores, o Infomandes, além de outros materiais. Deixo aqui um forte abraço a todos os companheiros do CONAD e o desejo renovado

de construção de uma outra sociedade, de fato democrática, sem desigualdade social! Na sequência, o professor Márcio passou à leitura da Carta de Santa Maria. Marinalva fez suas declarações finais e agradecimentos e, às quatorze horas e vinte minutos declarou encerrado o 58º CONAD do Andes-SN, e eu, Márcio Antônio de Oliveira, secretário-geral, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Márcio Antônio de Oliveira
Secretário-Geral

Marinalva Silva Oliveira
Presidente

CARTA DE SANTA MARIA

ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores. Sob a égide desse tema, realizou-se o 58º CONAD do ANDES SINDICATO NACIONAL, de 18 a 21 de julho de 2013, com a presença de quarenta e nove delegados e setenta e sete observadores de cinquenta e três seções sindicais, e dois convidados e trinta e quatro diretores, na Cidade Santa Maria da Boca do Monte - RS, terra dos Guaranis e dos Kaingangs, terra generosa de grandes contingentes de imigrantes, terra de fortes tradições e de lutas do povo gaúcho, plantada no coração do Rio Grande do Sul.

O 58º CONAD, na atualização do Plano de Lutas do Sindicato deliberado pelo 32º Congresso do ANDES-SN, constatou o acerto de nossas análises que apontavam a intensificação da sociabilidade do capital sobre a vida de cada trabalhador, o recrudescimento do pensamento conservador, o crescimento do individualismo, a intensificação da onda neoliberal, a privatização das políticas públicas e os reducionismos que lhe são impostos por meio de programas de alívio à pobreza, a partir de políticas compensatórias orientadas pelo mercado.

A esses elementos já presentes em nossas análises somaram-se as fortes movimentações da sociedade brasileira, tendo à frente principalmente os jovens, cobrando os direitos à educação, saúde, segurança e direito de ir e vir, exigências decorrentes da crise econômica internacional aguda, cujos efeitos agora alcançam o Brasil e que os governos sucessivos, há tempos, não têm dado resposta justamente por sua opção pelos ricos, dominantes e controladores – os donos do capital.

Na perspectiva de fazer o Sindicato avançar entre os professores e ampliar a articulação de classe com todos os trabalhadores, bem como estabelecer um diálogo com todos os brasileiros, a demonstrar que a luta dos professores, a educação pública e gratuita, a saúde, a aposentadoria, entre outros, são partes integrantes da luta do Sindicato, pelas quais foi criado e subsiste com a classe trabalhadora, os docentes presentes no 58º CONAD, de forma democrática e concisa, aprofundaram a discussão e tomaram as deliberações que se seguem.

- Em relação a sua organização e fortalecimento interno, foi deliberado que o ANDES-SN apoie setores que estejam construindo seu trabalho de base a partir dos princípios do ANDES-SN, sua proposta de carreira e de universidade em instituições que não tenham organização; que se promova um processo preparatório do VII Encontro Intersetorial, envolvendo as seções sindicais sobre os desafios políticos-organizativos do ANDES-SN; que se faça um levantamento sobre as práticas organizativas e políticas das seções sindicais incluindo as que atuam em instituições multicampi, assim como sobre as dificuldades de estruturação de seções sindicais pequenas e, ainda, as disputas com organizações que dividem o Movimento Docente.
- Buscando o fortalecimento do Sindicato, o seu revigoramento junto às bases e para o enfrentamento da difícil conjuntura, o 58º CONAD aprovou o apoio político e material à continuação da construção do Sindicato na base. A consolidação do Sindicato será tanto maior quanto mais realizarmos a multiplicação de nossas iniciativas em todas as instituições de ensino superior do Brasil, dialogando e fortalecendo um projeto que é a resposta dos trabalhadores brasileiros para a educação nacional.
- Sobre a questão estratégica da Ciência e Tecnologia, foi decidido que as seções sindicais acompanhem e relatem a celebração de possíveis convênios entre as

IFE e a ação piloto da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial II – EmbrapII, visando fortalecer a luta contra a privatização das instituições públicas e a submissão das pesquisas e da ciência aos interesses mercadológicos. Nessa mesma direção, foi encaminhado que os Grupos de Trabalho de Ciência e Tecnologia e de Política Agrária, Urbana e Ambiente devem continuar atuando em conjunto, em pontos comuns, sempre que necessário, tendo em vista que os problemas do campo, da cidade e da pesquisa apresentam um natural e indissociável encadeamento.

- A Proposta de Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica – Lei da Mídia Democrática - mereceu o apoio do 58º CONAD, assim como a divulgação da campanha de coleta de assinaturas para encaminhamento dessa proposta, que é fundamental para o estabelecimento de uma mídia democrática, a serviço da população e sob o controle social.
- Neste momento em que o governo continua a manter a educação superior pública sob ataque cerrado, o 58º CONAD aprovou a intensificação do processo de denúncia do PNE como proposta de governo contrária aos interesses da sociedade, por entender que amplia os interesses privatistas mercantilistas. Ao mesmo tempo, reafirmou a necessidade de ampliação da luta para que o financiamento público seja exclusivo para a educação pública, com recursos orçamentários crescentes de origem perene e adequados à execução de ações planejadas e à valorização dos trabalhadores da educação. Mantém-se inarredável o princípio dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já! Exigência do PNE da Sociedade Brasileira.
- A questão da saúde, com ênfase especial nos hospitais universitários, foi salientada nesse momento em que o governo federal amplia o cerco em relação à autonomia universitária, fracionando a relação dos hospitais com a universidade a que pertencem. O 58º CONAD considera como uma das questões centrais para a defesa da universidade pública e do Sistema Único de Saúde a luta contra a criação da EBSEH. Para tanto, deverão ser promovidas ações jurídicas, se necessário, para defender as universidades que não aderirem a essa empresa; deve ser intensificada a presença do ANDES-SN nas IFES nas lutas de enfrentamento contra a EBSEH, inclusive nas reuniões de Conselhos Superiores; deve ser intensificada a participação do ANDES-SN nas Frentes em defesa da saúde pública nos Estados, bem como preparado e divulgado o material informativo que esclareça a respeito; deverão também ser implementadas estratégias para denunciar o descumprimento do governo federal no que se refere aos recursos, abertura de concursos e transferência de atribuições do MEC à EBSEH. Nessa linha, estará sendo elaborado dossiê circunstanciado sobre a articulação governamental da união com os estados e municípios visando à imposição dessa organização de cunho privatista. Foi dado realce especial à deliberação do 58º CONAD de propor um ato nacional no Rio de Janeiro, articulado com outras entidades da educação e o movimento estudantil, quando for pautada a discussão da adesão à EBSEH no Estado do Rio de Janeiro, que concentra a maior rede de hospitais públicos no Brasil. O movimento docente mantém-se, assim, alerta e firme na defesa desse patrimônio que pertence ao povo brasileiro e que não pode ser entregue à sanha de grupos a serviço de uma política de Estado descompromissada com os interesses da maioria da população brasileira.
- No que se refere aos aposentados, foi aprovado que o ANDES-SN intensifique a luta em defesa dos direitos de aposentadoria dos docentes para recuperar a

integralidade e a paridade entre aposentados e ativos; da mesma forma, que busque incluir os docentes em projetos de leis que disponham sobre a equiparação do posicionamento de aposentados e pensionistas às tabelas remuneratórias dos servidores da ativa.

- Também foi deliberado pelo 58º CONAD que o ANDES-SN atue na defesa do preceito constitucional de garantia do direito à redução da contagem de tempo, a título de aposentadoria, de servidores públicos que exercem atividades em situações penosas, insalubres ou perigosas.
- Na discussão sobre os setores, o 58º CONAD deliberou que as seções sindicais intensifiquem a mobilização para acompanhar junto às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais as discussões sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) e referendou a realização do XI Encontro Nacional das IEES/IMES, que acontecerá em Brasília, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013.
- O 58º CONAD reafirmou a necessidade de dar continuidade à luta política do ANDES-SN como legítimo representante dos docentes das IPES. Além disso, voltou a enfatizar a denúncia das condições de trabalho dos docentes das IPES, assim como que se envidem esforços para a construção de um conjunto de diretrizes que contemple uma proposta de piso salarial e de regulamentação da jornada de trabalho para os docentes das IPES. Ratificou, igualmente, a realização do Encontro Nacional das IPES em novembro de 2013.
- Para os docentes do Setor das IFES, no plano geral, o 58º CONAD deliberou: dar continuidade às lutas articuladas conjuntamente com os demais SPF e no âmbito do Espaço de Unidade de Ação; fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, e intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência e o enfrentamento ao FUNPRESP. Deliberou, também, que seja proposto à CNESF e ao Fórum Nacional das Entidades dos SPF que o balanço da Campanha 2013 e a construção articulada de pauta e agenda de lutas para 2014 sejam realizados ainda neste ano, de forma que já seja possível deslançar a campanha no mês de janeiro/2014.
- No que se refere à pauta específica dos docentes do Setor das IFES, o 58º CONAD, dentre outros pontos, deliberou: dar continuidade à luta pela ampliação do quadro de professores efetivos das instituições federais de ensino; por infraestrutura de funcionamento adequada; pela democracia efetiva e respeito à autonomia da universidade; contra a precarização do trabalho docente; pelo projeto de carreira única do ANDES-SN. Também deliberou atuar nas universidades em defesa da autonomia universitária, com democracia e financiamento público das IFEs, tendo com parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do Andes para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e a democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”.
- A agenda de atividades para os docentes das IFES no 2º semestre de 2013 mereceu destaque nas discussões do 58º CONAD dando ênfase para o Seminário Estado e Educação sobre a política para os CAP; para a atuação necessária junto aos parlamentares durante a tramitação da MP 614/13, em defesa da nossa proposta de carreira e por abertura de negociações com o Poder Executivo; para o lançamento nacional da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização

das Condições de Trabalho nas IFE, síntese das condições reais propiciada pela política governamental da expansão universitária.

- Essas deliberações reafirmam que o ANDES-SN não abre mão igualmente da representação de todos os docentes dos três setores e continuará os esforços para fazer avançar os princípios de autonomia e democracia que têm orientado a existência do nosso Sindicato.
- No âmbito interno, o 58º CONAD aprovou a prestação de contas de 2012 do Sindicato e a previsão de gastos para 2014, a demonstrar o esforço contínuo de sustentação das lutas dos docentes articulados com o conjunto dos trabalhadores brasileiros, particularmente com a CSP-Conlutas, nossa Central combativa, na perspectiva de um novo patamar de sociedade.
- Com esse propósito, o 58º CONAD aprovou o seu calendário de lutas para o 2º semestre de 2013, com ênfase especial em duas datas: 1) o dia 6 de agosto – Dia Nacional de Atos nos Estados e no DF contra o PL 4330 sobre terceirização; 2) Dia 30 de agosto – Dia Nacional de paralisações, manifestações e greves – convocado pelas Centrais Sindicais.

O 58º CONAD prestou uma homenagem ao companheiro de lutas Edmundo Fernandes Dias, dando o seu nome ao espaço de discussão na sede do Sindicato, para marcar de forma simples e direta a lembrança histórica que a sua presença evoca e deixar marcado que o seu trabalho e o seu esforço de construção ficam como legados para o Sindicato e para aqueles que o constroem.

O 58º CONAD cumpriu o seu papel de conselho fiscal e a tarefa designada pelo 32º Congresso de atualizar o plano de lutas para todos os docentes organizados na base do ANDES-SN. Todas as suas resoluções referendam e aprofundam as tarefas que lhe foram designadas. O 58º CONAD, neste momento em que as lutas no Brasil recrudescem com o povo nas ruas, tem claro qual é o papel dos docentes: ampliar os nossos esforços na defesa de uma organização sindical autônoma e classista com o conjunto dos trabalhadores; aprofundar nossa relação política com todos os professores; implementar nossa luta pelo avanço contínuo de nossas propostas de luta, pela educação, saúde, direitos do trabalho, ciência e tecnologia expressos no plano de lutas do Sindicato.

Santa Maria, 21 de julho de 2013.

Moções

Moção 1

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s): Governadores Estaduais, Movimentos Sociais e CSP-Conlutas, Secretaria Especial de Direitos Humanos

Fato Motivador da Moção: o governo brasileiro, em atendimento às exigências internacionais, gastou algo em torno de 58 milhões na aquisição de equipamentos “antimotim” para a instrumentalização da coerção às manifestações populares de repúdio aos megaeventos. Em todas as capitais, um duro processo de repressão vem sendo imposto aos manifestantes, à classe trabalhadora e às comunidades precarizadas nos entornos dos locais dos megaeventos. Nesse mesmo tom, segue em curso no Congresso Nacional – relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR) – um projeto de lei que enquadra como terrorismo qualquer manifestação popular durante os megaeventos – Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016. Ademais, da mesma forma, o aparato policial do Estado vem sendo também utilizado para proteger cerimônias particulares e reprimir manifestações populares que denunciam esses abusos adotados pelas autoridades de forma antidemocrática.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados presentes ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, repudiam veemente o quadro de violências e repressão de Estado – Força Nacional de Segurança, Polícia Federal, Polícia Militar (principalmente), Guardas Municipais – impostos durante as manifestações ocorridas recentemente em todo o Brasil. A truculência e a criminalização com que o aparato repressivo de Estado vem agindo frente à luta democrática em defesa da garantia de direitos básicos da população - sobretudo educação, saúde e mobilidade urbana - evidenciam um panorama político e social que confirma a agudização das contradições sociais e o irrestrito compromisso dos governos, em suas três esferas, com os projetos voltados para o capital.

Os docentes reafirmam o seu repúdio a esse quadro intolerável de violências e à criminalização dos movimentos sociais, declaram-se intransigentemente em defesa da livre manifestação e da luta dos trabalhadores e da população em prol de uma vida digna.

Moção 2

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s) e Endereços:

À Embaixada da República Argentina

Ao Conselho Superior e à Secretaria Geral da Universidade de Buenos Aires

(consejosup@rec.uba.ar; secgral@rec.uba.ar)

À Conaduh (Argentina) (ileanacelotto@yahoo.com.ar; nhcorrea12@gmail.com)

À Comissão de Professores e Pesquisadores da Universidade de Buenos Aires e à Associação Gremial Docente da UBA (AGD-UBA) (noalcesededocentesenlauba@yahoo.com.ar)

À CSP-Conlutas (secretaria@cspconlutas.org.br)

À Red Europea de Sindicatos Alternativos y de Base (alex_950@yahoo.it) – Union Syndicale Solidaires (mahieux@solidaires.org)

Fato Motivador da Moção: descumprimento da Lei 26508, que permite ao(à) professor(a) optar pela aposentadoria ou não aos 65 anos; Universidade de Buenos Aires – UBA desconhece a Lei e obriga professores e professoras à aposentadoria compulsória.

MOÇÃO

Não à aposentadoria compulsória na UBA

Os delegados ao 58º CONAD, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, fazem ouvir suas vozes, juntas às de centenas de professores e pesquisadores da América Latina e do mundo todo frente à gravíssima situação que atravessa a Universidade de Buenos Aires (UBA), onde o Reitorado Buenos Aires teima em desconhecer a lei e pretende impor a aposentadoria compulsória a centenas de docentes. Neste momento, mais de 700 professores, e nos próximos meses mais outras centenas de professores, encontram-se perante a ameaça direta de serem demitidos de seus cargos pela Reitoria da UBA, em um ato ilegal, brutal e arbitrário que agride suas condições de vida e que, além disso, constitui um ato de aberta destruição da Universidade Pública. Faz três anos, os docentes universitários argentinos conquistaram, depois de árduo reclamo e mobilização, a Lei de Aposentadoria para os Docentes e Pesquisadores por votação unânime do Congresso Nacional. No fundamental, a lei estabelece um salário equivalente a 82% da última remuneração para o colega que se aposentar (antes não chegava a 50%) e a atualização do mesmo seguindo o salário dos docentes ativos. Estabelece também o direito de os docentes e pesquisadores de, ao atingir os 65 anos de idade, optarem por continuar em suas tarefas até os 70 anos. Este direito permite, por um lado, que muitos docentes, perseguidos pela ditadura, alcancem o tempo de serviço para aceder à aposentadoria; e, por outro, preservar na Universidade Pública cátedras, equipes, projetos e saberes de seus mais destacados e experimentados integrantes.

As autoridades da Universidade de Buenos Aires são as únicas que não aplicam a lei no país impondo a aposentadoria compulsória a todo docente ou pesquisador que chegue aos 65 anos. Uma política de ajuste e de mercantilização encoberta pelo argumento da autonomia, conquista da Reforma Universitária de 1918, obtida justamente para garantir a mais ampla vida democrática no interior da Universidade e vinculá-la ao progresso social. A comunidade universitária da UBA encontra-se massivamente mobilizada para impedir o desrespeito aos direitos trabalhistas e previdenciários dos docentes e a destruição da Universidade Pública. Reclamamos, portanto, o pleno respeito à Lei 26508 da República Argentina e às normas de aposentadoria e de opção que consagra. Fazemo-lo em defesa dos direitos de docentes e pesquisadores argentinos e da própria Universidade Pública.

Moção 3

Proponentes: Suelene Leite Pavão – Delegada da ADUFPA, JOÃO SANTIAGO – Observador da ADUFPA e Rigler – Delegado da seção sindical de Marabá-PA

Destinatário(s): Ministro da Educação (MEC) e Reitor da UFPA, Ministério da Cultura/MINC e Secretaria do Audiovisual do governo

Fato Motivador da Moção: greve dos estudantes do Curso de Cinema e Audiovisual da UFPA

MOÇÃO DE APOIO À GREVE DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CINEMA E AUDIOVISUAL DA UFPA

Desde o dia 3 de julho os estudantes do curso de bacharelado em cinema e audiovisual da UFPA estão em greve. As principais reivindicações dos estudantes, que contam com o apoio de professores e da comunidade, são a conclusão das obras do prédio anexo da Faculdade de Artes Visuais, que faz parte dos acordos do REUNI e está atrasada e sem data para a conclusão; a aquisição imediata de equipamentos (filmadoras, etc), mobiliário, e a realização de concurso público para a contratação de pessoal docente e técnico.

A greve dos estudantes expõe a ineficiência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que estimulou a expansão precária das universidades brasileiras. Os alunos sofrem na pele as consequências da abertura de

vagas na graduação das universidades federais sem os devidos investimentos para garantir a infraestrutura, contratação de pessoal e educação/formação de qualidade.

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES – SN solidarizam-se e apóiam a justa greve dos estudantes do Curso de Bacharelado em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Pará e pedem providências imediatas do MEC e do Reitor da UFPA no atendimento das reivindicações.

Santa Maria/RS, 20 de julho de 2013.

Moção 4

Proponente: JOÃO SANTIAGO – Observador da ADUFPA

Destinatário(s): Governador do RJ Sérgio Cabral e Secretaria de Segurança do RJ

Fato Motivador da Moção: repressão à juventude no Rio de Janeiro

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL PELA REPRESSÃO À JUVENTUDE NO RJ

Como consequência das Jornadas de Junho, que mobilizaram quase um milhão de pessoas nas ruas do Rio de Janeiro, a juventude e setores do movimento popular continuam um processo de mobilização no Estado do RJ, inclusive tendo como bandeira a renúncia do governador Sérgio Cabral do poder executivo.

Desde o início das mobilizações em junho e até o presente momento, a Polícia Militar do RJ, sob as ordens de Sérgio Cabral, tem tido uma única resposta às justas reivindicações da juventude nas ruas: a repressão descabida e desenfreada, com o uso excessivo de gás lacrimogênio, spray de pimenta e balas de borracha, e a prisão de manifestantes, como visto no episódio do Leblon, na última quarta-feira, onde o ativista do movimento estudantil foi preso de forma arbitrária por estar portando uma faixa com os dizeres “Fora Cabral” e o advogado da OAB, que tentou impedir a prisão, foi imobilizado com spray de pimenta nos olhos pela Polícia Militar.

Contra toda essa truculência e repressão desenfreada da Polícia Militar do RJ às legítimas manifestações e reivindicações da juventude e dos setores populares no Estado, os delegados ao 58º CONAD do ANDES – SN repudiam o governo de Sérgio Cabral do RJ e exigem a liberdade de todos os presos políticos que ainda se encontram nas prisões do Estado do RJ. Também repudiam a oferta da presidente Dilma Rousseff do Exército para ajudar o governador a reprimir as manifestações no RJ.

**TODO APOIO À LUTA DA JUVENTUDE NO RJ!
NÃO À REPRESSÃO POLICIAL AO MOVIMENTO DE RUA!
LIBERDADE PARA TODOS OS PRESOS POLÍTICOS DAS MANIFESTAÇÕES!**

Moção 5

PROPONENTE: Ricardo Lucena

SEÇÃO SINDICAL: ADUFPB Seção Sindical

DESTINATÁRIOS:

- Gabinete da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
- Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB)
- Diretório Central dos Estudantes da UFPB (DCE/UFPB)

ENDEREÇO: UFPB, Campus I, João Pessoa/PB.

FATOR MOTIVADOR DA MOÇÃO: A greve deflagrada recentemente pelos discentes do Campus IV da UPB e a situação precária do Campus IV com o não cumprimento, por parte da reitoria da UFPB, da

entrega do prédio e efetivo funcionamento do Restaurante Universitário (RU) e da Moradia Estudantil à comunidade do Campus IV.

MOÇÃO DE APOIO

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, **manifestam total e irrestrito APOIO à comunidade acadêmica do Campus IV - Litoral Norte**, da UFPB e também reiteram que a oferta de RU e moradia estudantil fazem parte das conquistas históricas dos estudantes e servidores técnicos e docentes, e são elementos importantes para uma política de acesso e permanência na universidade pública, gratuita e de qualidade por que tanto lutamos.

Moção 6

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s): ao reitor da Unesp e Conselho Universitário da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Conselho de reitores

Endereço(s):

Fato Motivador:

Moção de Repúdio

Os delegados presentes ao 58º CONAD, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam seu repúdio ao uso de força policial para desalojar os estudantes que ocuparam o prédio da Reitoria da Unesp em São Paulo, depois foram levados à delegacia, submetidos a constrangimentos e estão sob ameaça de sindicância e processo administrativo.

Repudiamos veementemente qualquer atitude truculenta que se assemelhe ao período da ditadura militar e que responda com violência ou trate reivindicação de direitos como questão de polícia.

Reconhecemos e apoiamos o direito dos estudantes a uma política de permanência estudantil, a restaurante universitário, à moradia estudantil, a lutar contra o Programa de Inclusão Social por Mérito dos Estudantes de São Paulo, pela regularização das bolsas que estão em atraso e pela paridade no voto.

Moção 7

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(s) e Endereços: CPS-Conlutas, Ministério das Minas e Energias, ao Deputado Homero Pereira (PSD/MT) autor do projeto.

MOÇÃO

Os delegados ao 58º CONAD, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam-se radicalmente contrários ao Projeto de Lei Complementar 227/2012 (Código de Mineração), incorporando a PEC 215, que permite legalizar latifúndios, assentamentos rurais, cidades, estradas, hidrelétricas e projetos de mineração em terras indígenas, e sua votação em regime de urgência, tendo em vista: 1. o ataque ao território e o direito das comunidades tradicionais; 2. a exclusão da sociedade civil e movimentos sociais no debate da questão; 3. o processo de privatização dos recursos naturais, capitaneado pelo governo federal, atendendo ao projeto do capital, em detrimento das necessidades e direitos da população; 4. a votação em caráter de urgência do projeto de lei, para atender as demandas das grandes empresas mineradoras, desconsiderando completamente o valor social da terra, os direitos históricos dos povos originais, e os direitos dos trabalhadores do setor de mineração.

Moção 8

Proponente(s): Delegação da Associação dos Professores da UFPR – Seção Sindical do ANDES-SN no 58º CONAD

Destinatário(s): Prof. Valdo José Cavallet - Diretor do Setor Litoral da UFPR

Endereço(s) do(s) destinatário(s): R. Jaguariaíva, 512 - Caiobá - Matinhos (PR) CEP: 83260-000

Com cópia para:

Prof. Aloizio Mercadante
Ministro de Estado da Educação
Esplanada dos Ministérios, Bl. “L” 8º Andar - Gabinete
70047-900 - Brasília - DF

Prof. Zaki Akel Sobrinho
Reitor da Universidade Federal do Paraná
Rua XV de Novembro, 1299
CEP 80060-000 – Curitiba - PR

Fato Motivador da Moção:

Em 2004, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (UFPR) criou o campus Litoral, sediado no município de Matinhos – PR, com suas atividades de ensino se iniciando no segundo semestre de 2005. Em 2007, o campus foi transformado no Setor Litoral da UFPR, com representação nos Conselhos Superiores da Universidade.

Entretanto, desde a sua criação, essa unidade da UFPR apresentou carência na infraestrutura necessária às atividades propostas, problemas em seu projeto pedagógico e, num primeiro momento, a inexistência de projetos pedagógicos de seus cursos, falta de um regimento que regulasse efetivamente a vida administrativa e acadêmica do corpo docente, e descumprimento sistemático de normativas da UFPR, em particular, no tocante à realização do estágio probatório dos docentes.

Este estado de coisas gerou um ambiente acadêmico/administrativo precário propício à existência de situações de assédio moral, contra as quais a Associação dos Professores da UFPR – Seção Sindical do ANDES-SN (APUFPR-SSind) vem lutando desde 2007, tanto no âmbito político e administrativo da UFPR quanto no judiciário. Em 2009 e 2010, a diretoria da APUFPR apresentou denúncia à administração da Universidade e à comissão de ética da mesma sobre as irregularidades e a existência de práticas de assédio moral.

No dia 5 de junho de 2013, a diretoria da APUFPR-SSind esteve em audiência com a administração da UFPR na qual discutiu o andamento das conquistas das greves de 2011 e 2012, oriundas da pauta local, dentre as quais a questão da não realização regular dos processos de avaliação de estágio probatório dos docentes, que, pelas normas em vigor na UFPR, são de responsabilidade da direção do Setor, e a questão da continuidade da ocorrência de situações de assédio moral no Setor Litoral. Como decorrência dessa audiência, a Reitoria determinou que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas procedesse à realização da avaliação de estágio probatório de quarenta docentes que não tiveram os seus processos de avaliação realizados pela direção do Setor Litoral.

No dia 12 de julho de 2013, cerca de 30 docentes do Setor Litoral, juntamente com a diretoria da APUFPR-SSind., participaram de audiência com a Reitoria da UFPR com o objetivo de requerer medidas administrativas urgentes para solucionar os graves problemas que acontecem

no Setor Litoral. Na audiência, os docentes expuseram as diversas situações de assédio moral e irregularidades a que estão submetidos. A APUFPR-SSind produziu um vídeo documentando vários desses relatos, que está disponibilizado em sua página web. A partir desta movimentação, a APUFPR-SSind requereu formalmente providências da administração, que levou o assunto à discussão em sessão extraordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão realizada em 19 de julho de 2013, que deliberou criar uma Comissão Especial para apurar os fatos e propor soluções.

Para a APUFPR-SSind está claro que todo esse estado de coisas, que vem se agravando ao longo dos anos, decorre das ações irresponsáveis e incompetentes da direção do Setor Litoral e da sua recorrente negativa em cumprir as normativas da UFPR e os prazos impostos nos procedimentos, atentando, portanto, aos princípios democráticos de funcionamento da instituição.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam sua solidariedade com os docentes da Universidade Federal do Paraná lotados no Campus Litoral pela luta empreendida para a garantia de seus direitos enquanto servidores públicos federais e contra as situações de assédio moral sofridas por esses docentes.

Moção 9

Proponente(s): Delegação da Associação dos Professores da UFPR – Seção Sindical do ANDES-SN no 58º CONAD

Destinatário(s): Prof. Valdo José Cavallet - Diretor do Setor Litoral da UFPR

Endereço(s) do(s) destinatário(s): R. Jaguariaíva, 512 - Caiobá - Matinhos (PR) CEP: 83260-000

Com cópia para:

Prof. Aloizio Mercadante
Ministro de Estado da Educação
Esplanada dos Ministérios, Bl. “L” 8º Andar - Gabinete
70047-900 - Brasília - DF

Prof. Zaki Akel Sobrinho
Reitor da Universidade Federal do Paraná
Rua XV de Novembro, 1299
CEP 80060-000 – Curitiba - PR

Fato Motivador da Moção:

Em 2004, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (UFPR) criou o campus Litoral, sediado no município de Matinhos – PR, com suas atividades de ensino se iniciando no segundo semestre de 2005. Em 2007, o campus foi transformado no Setor Litoral da UFPR, com representação nos Conselhos Superiores da Universidade.

Entretanto, desde a sua criação, essa unidade da UFPR apresentou carência na infraestrutura necessária às atividades propostas, problemas em seu projeto pedagógico e, num primeiro momento, a inexistência de projetos pedagógicos de seus cursos, falta de um regimento que regulasse efetivamente a vida administrativa e acadêmica do corpo docente, e descumprimento

sistemático de normativas da UFPR, em particular no tocante à realização do estágio probatório dos docentes.

Este estado de coisas gerou um ambiente acadêmico/administrativo precário propício à existência de situações de assédio moral, contra as quais a Associação dos Professores da UFPR – Seção Sindical do ANDES-SN (APUFPR-SSind) vem lutando desde 2007, tanto no âmbito político e administrativo da UFPR quanto no judiciário. Em 2009 E 2010, a diretoria da APUFPR apresentou denúncia à administração da Universidade e à comissão de ética da mesma sobre as irregularidades e a existência de práticas de assédio moral.

No dia 5 de junho de 2013, a diretoria da APUFPR-SSind esteve em audiência com a Administração da UFPR na qual discutiu o andamento das conquistas das greves de 2011 e 2012, oriundas da pauta local, dentre as quais a questão da não realização regular dos processos de avaliação de estágio probatório dos docentes, que, pelas normas em vigor na UFPR, são de responsabilidade da direção do Setor, e a questão da continuidade da ocorrência de situações de assédio moral no Setor Litoral. Como decorrência dessa audiência, a Reitoria determinou que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas procedesse à realização da avaliação de estágio probatório de quarenta docentes que não tiveram os seus processos de avaliação realizados pela direção do Setor Litoral.

No dia 12 de julho de 2013, cerca de 30 docentes do Setor Litoral, juntamente com a diretoria da APUFPR-SSind., participaram de audiência com a Reitoria da UFPR com o objetivo de requerer medidas administrativas urgentes para solucionar os graves problemas que acontecem no Setor Litoral. Na audiência, os docentes expuseram as diversas situações de assédio moral e irregularidades a que estão submetidos. A APUFPR-SSind produziu um vídeo documentando vários desses relatos, que está disponibilizado em sua página web. A partir desta movimentação, a APUFPR-SSind requereu formalmente providências da administração, que levou o assunto à discussão em sessão extraordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão realizada em 19 de julho de 2013, que deliberou criar uma Comissão Especial para apurar os fatos e propor soluções.

Para a APUFPR-SSind está claro que todo esse estado de coisas, que vem se agravando ao longo dos anos, decorre das ações irresponsáveis e incompetentes da direção do Setor Litoral e da sua recorrente negativa em cumprir as normativas da UFPR e os prazos impostos nos procedimentos, atentando, portanto, aos princípios democráticos de funcionamento da instituição.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam seu repúdio à direção do Setor Litoral da UFPR pela não realização dos procedimentos de avaliação de estágio probatório dos docentes lotados naquela unidade, ferindo o direito dos docentes à estabilidade no serviço público federal e pelas ações que caracterizam assédio moral contra docentes do Setor Litoral.

Moção 10

Proponente(s): Neila Nunes de Souza (delegada da SESDUFT)

Seção Sindical: SESDUFT (Seção Sindical dos Docentes da UFT)

Destinatário(s): Governador do Estado do Tocantins, Secretário de Educação do estado do Tocantins, Ministro da Educação, Reitor da Universidade Federal do Tocantins, Presidente da Assembleia Legislativa; Diretor da Escola, Prefeito de Arraias.

Fato Motivador da Moção: fechamento da Escola Estadual Agrícola David Aires França no município de Arraias/TO.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam repúdio ao fechamento da Escola Estadual Agrícola David Aires França no Município de Arraias - TO.

Considera-se grave a situação das ações do governo do Estado do Tocantins, que já entregou para uma multinacional a Escola Agrícola no Município de Pedro Afonso, e outra no município de Natividade, que foi remanejada para a pasta da Secretaria de C& T.

Desde o início do ano, os docentes e alunos da Escola Agrícola de Arraias estão na luta almejando barrar o fechamento da escola, que era previsto para acontecer neste mês de julho, mas foi prorrogado para o final do ano.

Importante dizer que essa escola tem 25 anos de existência, única na região a oferecer o curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, com regime de internato, onde *“os alunos exercitam na prática o que aprendem na teoria, ou seja, aprendem a fazer fazendo porque a escola dispõe de laboratório próprio para as práticas das atividades agropecuárias, além da formação humana, condições que a intensa convivência proporciona.”*

São mais de 200 alunos, filhos de trabalhadores rurais, residentes nos distantes sertões do município de Arraias. O fechamento da escola, como propõe o governo do estado do Tocantins, através da Secretaria de Educação, implica mais alunos distantes da escola, a quem são negados o direito constitucional à educação, vendo este direito de estudar ser retirado de forma acintosa e antidemocrática.

Moção 11 – Rejeitada

Moção 12

Proponente(s): Delegação da Adufpel no 58º CONAD

Seção Sindical: ADUFPEL

Destinatário(s): Reitoria da Universidade Federal de Pelotas e Conselho Universitário

Endereço(s) do(s) destinatário(s): Gomes Carneiro, nº 01

Cidade: Pelotas-RS, **Cep.:** 96100-010 **e-mail:** reitor@ufpel.edu.br

Fato Motivador da Moção: Encaminhamentos da reitoria para a adesão à EBSEH, de modo aligeirado e autoritário.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado de 18 a 21 de julho de 2013, em Santa Maria/RS, manifestam repúdio ao andamento dado pela reitoria da UFPel em direção à assinatura de convênio com a EBSEH com vistas à transferência da responsabilidade da gestão do Hospital Escola (HE) para a mesma, sem possibilitar sequer o necessário debate na comunidade. Ao final da gestão da UFPel do período 2008-2012, o então reitor constrangeu o CONSUN para a aprovação liminar, em desrespeito ao estatuto da Universidade, da adesão à empresa, além de constituir uma comissão para proceder a um diagnóstico da situação do HE naquela instituição. Posteriormente, o novo reitor, empossado no início de 2013, reformulou a referida comissão dando sequência ao processo de elaboração de diagnóstico situacional, em flagrante descompasso com sua proposta de campanha eleitoral de ampliar o debate interno e de efetuar plebiscito antes da deliberação sobre adesão à EBSEH. A atual administração promoveu, num prazo exíguo, a eleição para a nova direção do HE da UFPel – cuja legalidade está sendo questionada judicialmente – e vem trabalhando na perspectiva de aprovação da

construção de um novo HU, com caráter regional, mas vinculado também à contratualização com a EBSEH. Neste sentido, **manifestamos nosso repúdio em relação à falta de transparência e de debate democrático com a comunidade universitária e demais setores sociais envolvidos sobre a adesão à EBSEH pela UFPel.**

Moção 13

Proponentes: Delegações da ADUFRJ-SSIND e da ADUFF-SSIND

Destinatários e Endereços: Governador do Estado do RJ (Palácio Guanabara, rua Pinheiro Machado, s/nº, Laranjeiras/RJ); Secretário de Segurança Pública do RJ (Praça Cristiano Ottoni, s/nº, 4º andar, Centro, rio de Janeiro/RJ); Observatório das Favelas (rua Teixeira Ribeiro, nº 535, Ramos/RJ)

Fato motivador: violência policial ocorrida nas manifestações no Rio de Janeiro nos meses de junho e julho do ano em curso.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado de 18 a 21 de julho de 2013, repudiam:

i) a bárbara violência institucional do Estado brasileiro (especialmente dos governos federal e estadual), por meio de sua força policial, tanto nas manifestações nas ruas como especialmente diante do exercício sistemático de eliminação dos pobres, tratados como criminosos, tal como ocorreu na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, nos dias 25 e 26 de junho último. As forças policiais sequer têm respeitado a institucionalidade do Estado de Direito, eis que, nas situações de ocupação das comunidades, agem como polícia, juízes e executores, inclusive de pena de morte. "Estado que Mata, nunca mais!";

ii) a violência seletiva dirigida aos partidos de esquerda e movimentos sociais e às organizações de trabalhadores que tiveram seus militantes brutalmente atacados pelo simples fato de portarem suas bandeiras e defenderem seus direitos de livre organização, nas últimas manifestações de rua.

Manifestamos nosso profundo apoio e solidariedade a todos os que foram vítimas desta violência praticada pelo Estado e seus agentes.

Moção 14

Proponente: Raphael Góes Furtado

Seção Sindical: Adufes

Destinatários e Endereços: Governador do ES, Renato Casagrande; Presidente da Assembleia Legislativa do ES, Theodorico de Assis Ferraço; Presidente do TJES, Pedro Vals Feu Rosa e CSP-Conlutas

Moção Contra a Repressão e Criminalização dos Movimentos Sociais no ES

Assim como todo o país, o estado do Espírito Santo vive desde o início do mês de junho um clima de intensa mobilização popular motivada pela luta por direitos. Sendo assim, nesse período diversas atividades têm ocorrido no sentido de garantir o debate, a organização e a expressão dos anseios populares. Os mais variados segmentos da sociedade têm se organizado

por meio de assembleias populares horizontais, grupos de discussão pela internet e tomado as ruas por meio de grandes atos que marcam o ascenso da participação popular na vida política do Estado. Outras formas de manifestação também ocorreram nesse período como, por exemplo, a ocupação da Assembleia Legislativa do estado, que ocorreu após os deputados manobrem no sentido de evitar a votação de um decreto parlamentar que trazia a possibilidade do fim de um pedágio abusivo cobrado na ponte que liga os municípios de Vitória e Vila Velha.

Desde as primeiras manifestações populares, entretanto, salta aos olhos a discrepância existente entre o anseio popular de ter suas demandas ouvidas, respeitadas e atendidas e a contrapartida dada pelas autoridades, sobretudo pelo governo do Estado. Em todos os atos de rua, o povo vem sofrendo com o uso desproporcional de força na ação policial, que é sustentada por um discurso de criminalização das movimentações populares criado pelo Estado e veiculado pela imprensa parcial e comprometida com o governo e com os grandes grupos capitalistas do ES. Durante o período da ocupação da Assembleia Legislativa, a violência tomou contornos de terrorismo psicológico, gerado pelas pressões e ameaças constantes de reintegração de posse e uso de força policial. É lamentável o nível de violência criada pelo Estado. No dia 15/07 pessoas foram impedidas de assistirem a uma sessão plenária e expulsas da frente da assembleia com bombas e balas de borracha, gerando vários feridos. Para agravar a situação, no dia 19/07 a ação da polícia, além de agredir e humilhar indiscriminadamente as pessoas que estavam no centro da capital após um ato marcado pelo uso excessivo da força, terminou por levar dezenas de pessoas a se tornarem presos políticos. Muitos, inclusive, somente por estarem passando pelas ruas do centro da cidade, por morarem ou trabalharem ali.

Diante desses fatos, os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, repudiam veementemente a criminalização dos movimentos populares, a violência praticada pelo Estado e a falta de diálogo com a sociedade estabelecida pelo governador Renato Casagrande. Somos solidários ao sofrimento das famílias dos presos políticos. Pela liberação imediata de todos os presos políticos e pela devida apuração de todos os excessos praticados pela polícia! Pela pronta abertura de efetiva negociação com os manifestantes!

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÕES DO TEMA II - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

I – SINDICAL

O 58º CONAD delibera:

1. Promover um processo de discussão preparatório do VII Encontro Intersetorial, envolvendo as seções sindicais sobre os desafios político-organizativos do ANDES-SN, que levante as práticas organizativas e políticas das seções sindicais, das que atuam em instituições multicampi, das dificuldades de estruturação de seções sindicais pequenas e, ainda, das disputas com organizações que dividem o MD, para que seja possível definir algumas orientações gerais, bem como pensar em possíveis modificações na estrutura do ANDES-SN, em sua política de sustentação financeira, de assessoria jurídica e outras;
2. Promover atividades de formação sindical, subsidiadas, inclusive, pelos resultados do levantamento e diagnóstico das práticas organizativas e políticas das seções sindicais, nas cinco regiões geográficas do Brasil no segundo semestre de 2013 (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul).
3. Pautar, por intermédio das seções sindicais e dos setores das IFES, IEES/IMES e IPES, a discussão sobre as providências necessárias para a implementação plena da política de contribuição dos sindicalizados definida em congresso do ANDES-SN e busque encontrar as providências necessárias para superar rapidamente as inconsistências que têm sido identificadas pela tesouraria a número efetivo de sindicalizados, que se refletem no valor dos repasses, dos quais são fiéis depositárias, para a tesouraria nacional ANDES-SN.
4. Implementar ações para o fortalecimento do GTPFS nas seções sindicais.
5. Apoiar, em instituições em que o ANDES-SN não esteja organizado, setores que estejam construindo seu trabalho de base a partir de princípios do ANDES-SN, sua proposta de carreira docente e universidade.

II – CIÊNCIA E TECNOLOGIA, AGRÁRIA, URBANA E MEIO AMBIENTE

O 58º CONAD delibera:

1. Que as seções sindicais acompanhem e relatem à coordenação do GT C&T a celebração de possíveis convênios entre as IFE e a ação piloto da EMBRAPPII;
2. Que o ANDES-SN estimule as Seções Sindicais a implementarem o GT C&T.
3. Que o GT C&T e o GTPAUA sigam atuando em conjunto, nos pontos comuns aos GTs, quando necessário, tendo em vista que os problemas do campo, cidade e pesquisa apresentam um natural e indissociável encadeamento.
4. Que estes GTs promovam reuniões periódicas estabelecendo pauta comum de debate, em locais onde se evidenciam problemas específicos envolvendo as temáticas dos GTs.

III – COMUNICAÇÃO

O 58º CONAD delibera:

1. Apoiar a proposta de Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica – Lei da Mídia Democrática;
2. Divulgar a campanha *e proceder à coleta* de assinaturas em apoio a essa proposta de iniciativa popular

IV – EDUCAÇÃO

O 58º CONAD delibera:

1. Intensificar o processo de denúncia do PNE como proposta de governo contrária aos interesses da sociedade por entender que ela amplia os interesses privatistas e mercantilistas na educação, não assegura os recursos necessários ao desenvolvimento da educação pública com qualidade e acentua a precarização do trabalho docente;
2. Lutar para que o financiamento público seja exclusivo para a educação pública, com recursos orçamentários crescentes, de origem perene e adequados à execução das ações planejadas e a crescente valorização dos trabalhadores da educação;
3. Divulgar e denunciar as estratégias que, ao romperem com o financiamento necessário, inviabilizam, na prática, o acesso ao direito constitucional à educação.
4. Realizar em conjunto com as secretarias regionais e seções sindicais, os Encontros Preparatórios/Atividades visando ao Encontro Nacional de Educação em 2014.
5. Lutar contra o PL nº 147 de 2004 e pela revogação da lei que regulamenta a eleição nos termos atuais (70% para o voto docente e lista tríplice.)
6. Resgate e sistematize publicações do ANDES-SN, de preferência em formato eletrônico sobre temas centrais de nossa luta, tais como, PNE da sociedade Brasileira, cotas, dentre outros;
7. Reforçar a Campanha Nacional pelos 10% do PIB para a educação pública já.

V – SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 58º CONAD delibera:

1. Jornada Nacional de lutas contra o FUNPRESP:
 - 1.1 Realizar uma Jornada de Lutas contra a adesão ao FUNPRESP, no período de agosto a setembro de 2013, em articulação com os demais SPF, buscando intensificar o debate e a conscientização sobre os riscos de adesão ao FUNPRESP;
 - 1.2 Marcar o início da Jornada de Lutas contra o FUNPRESP, nas seções sindicais, para a primeira quinzena de agosto de 2013, utilizando como material de divulgação: cartilha, panfleto explicativo e cartaz;
 - 1.3 Montar estratégias de enfrentamento, com orientação para as seções sindicais, para a luta contra o FUNPRESP junto às administrações das IES;
 - 1.4 Denunciar estratégias de coação dos professores para aderirem ao FUNPRESP;
2. Intensificação da luta contra a implementação da EBSEH nas IFE:
 - 2.1 Continuar a conscientizar a comunidade universitária e os usuários dos HU em relação às mudanças que virão com a implantação da EBSEH, no que se refere a: a) Autonomia universitária; b) Qualidade do ensino, pesquisa e extensão; c) Formação de

profissionais da área da saúde; d) Contrato de trabalho, estabilidade e direitos trabalhistas dos servidores dos HU; e) Qualidade e gratuidade do atendimento de saúde dos usuários;

2.2 Implementar estratégias para denunciar os descumprimentos da legislação por parte do governo federal no que se refere a repasse de recursos, abertura de concursos públicos e transferência de atribuições do MEC para a EBSEERH;

2.3 Promover medidas, jurídicas se necessário, com o apoio da assessoria jurídica nacional, para garantir que as universidades que não tenham aderido à EBSEERH tenham sua relação com o MEC de determinação de orçamento, concursos e todos os recursos necessários para o funcionamento autônomo de seus hospitais de forma independente desta empresa;

2.4 Intensificar a presença do ANDES-SN nas IFES onde estiverem ocorrendo discussões sobre a adesão à EBSEERH, incluindo as reuniões de conselhos universitários ou conselhos superiores equivalentes, e deflagrar o debate público sobre a EBSEERH onde não houve a discussão;

2.5 Convocar o GTSS e o GTPE para intensificar as ações, objetivando fortalecer a luta nacional, e ação com o objetivo de barrar a contratação da EBSEERH onde não foi realizada e reverter a contratação onde tenha sido aprovada.

2.6 Intensificar a participação do ANDES-SN e das suas seções sindicais nas frentes em defesa da saúde pública (e organização afins) nos estados e a articulação com setores parlamentares comprometidos com a educação e a saúde pública e contra a EBSEERH;

2.7 Organizar debates e produção de material informativo para a comunidade acadêmica e para a população e a realização de atos públicos informativos sobre o tema e atos massivos de intervenção nas instâncias decisórias dentro e fora das universidades nos momentos de crise ou onde estiver ocorrendo a discussão sobre a adesão da Universidade à EBSEERH;

2.8 Promover ato nacional no Rio de Janeiro, em conjunto com a Fasubra, o Sinasef, e o movimento estudantil, nos dias em que forem pautadas as propostas de adesão a EBSEERH no Estado, diante do grande número de hospitais universitários que se localizam na região;

2.9 Construir, no segundo semestre de 2013, um dossiê-denúncia sobre a implementação da EBSEERH nas IFES, incluindo as estratégias e táticas utilizadas pelo governo federal, em articulação com governos estaduais e municipais e pelas administrações das universidades para a aprovação da adesão à EBSEERH; medidas e ações no campo jurídico para impedir a implementação da EBSEERH.

3. Intensificar as ações junto ao Congresso Nacional, em articulação com outras entidades, com o objetivo de impedir a aprovação do PLC 92/2007.

4. Intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/2006 junto aos deputados federais, sobretudo, aos líderes partidários.

5. Intensificar a luta em defesa do SUS pública e estatal, contra as políticas do governo federal e de governos estaduais e municipais, de subfinanciamento e privatização dos serviços públicos, contra a precarização das condições de trabalho e a não valorização de todos os profissionais do setor de saúde, com uma análise, em especial, da Medida Provisória 621, de 8 de julho de 2013.

6. Intensificar a articulação com as executivas nacionais de cursos da área de saúde e a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, no sentido de aprofundar o debate e

ampliar as ações em defesa da formação profissional socialmente referenciada, em defesa da saúde como direito.

7. Intensificar a luta em defesa dos direitos de aposentadoria dos docentes para recuperar a integralidade e a paridade entre aposentados e ativos, fortalecendo a atuação dos GTSS/A locais e nacional.

8. Encaminhar, por meio diretoria do ANDES-SN o pedido de que, além dos TAEs, os docentes também sejam contemplados no PL do senador Paulo Paim, conforme modelo abaixo, o qual procura dispor sobre a equiparação do posicionamento de aposentados e pensionistas às tabelas remuneratória dos servidores da ativa.

ANEXO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2011

Altera o art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, para dispor sobre o posicionamento dos aposentados e pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes do Anexo I da Lei e altera o art. 5º da Lei nº 11.344, de 08 de setembro de 2006, para dispor sobre o posicionamento dos aposentados e pensionistas na classe de professor associado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 15.....

§ 6º O enquadramento dos servidores aposentados e dos pensionistas nas tabelas constantes do Anexo I desta Lei será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão.” (NR)

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 11.344, de 08 de setembro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 5º

§ 1º

§ 2º Os professores aposentados que, na data da aposentadoria, preencherem os requisitos dos incisos I e II do art. 5º, serão posicionados na classe de associado no mesmo nível que ocupavam na classe de adjunto, sendo aplicada a mesma regra para professores assistentes que passarão à classe de adjunto, bem como referente aos diferentes níveis das pensões.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, objeto de alteração pelo nosso projeto, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

A promulgação da Lei resultou de intensas negociações por largo espaço de tempo, e ainda assim deixou a desejar no que concerne ao posicionamento dos aposentados e pensionistas. Com efeito, a esses cidadãos que dedicaram suas vidas em prol de atividades ligadas à Educação não foi dispensado o merecido tratamento com relação à forma de seu enquadramento na tabela remuneratória, pois não se levou em conta a situação em que se encontravam nas datas em que se deram a aposentadoria e a concessão da pensão.

A nossa intenção, pois, é corrigir essa injustiça mediante a alteração da Lei no seu art. 15, acrescentando-lhe um parágrafo e, dessa maneira, dispensar a esses cidadãos o mesmo tratamento dado a outras categorias de aposentados e pensionistas em diversas Leis, das quais citamos a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que, entre outras coisas, institui o Plano Especial de Cargos de Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural. O seu art.

1º comporta parágrafo com disposição idêntica à alteração que se pretende aprovar pelo Projeto ora apresentado.

Já a Lei nº 11.344, de 08 de setembro de 2006, que também é objeto de alteração pelo nosso projeto, dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de **Magistério de Ensino Superior** e de Magistério de 1º e 2º Grau e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, e dá outras providências.

A lei em questão criou uma nova classe na carreira dos docentes, situada entre as classes de Professor Adjunto e a de Professor Titular e permitiu aos professores em atividade e que ocupavam o último nível da classe de Professor Adjunto, progredirem funcionalmente para a nova classe.

A classe de Professor Adjunto era a última classe que poderia ser acessada mediante progressão funcional. A classe de Professor Titular, que vinha imediatamente após a de Professor Adjunto, somente poderia ser acessada pela via do concurso público.

Assim, os professores aposentados que estavam no último nível da classe de Professor Adjunto, estavam, efetivamente, na última classe da carreira de Professor do Ensino Superior, uma vez que não tinham mais como progredir funcionalmente, independentemente do desempenho ou do tempo de serviço que tivessem.

A nossa intenção, pois, é corrigir essa injustiça mediante a alteração da Lei no seu art. 5º, acrescentando-lhe um parágrafo e, dessa maneira, dispensar a esses cidadãos aposentados o mesmo tratamento dado aos professores em atividade, bem como aplicar regra semelhante à aplicada aos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, cujos aposentados tiveram a sua posição na carreira considerada quando do enquadramento em nova tabela remuneratória, como se pode observar no art. 119 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Creemos, dessa forma, que a acolhida da nossa iniciativa pelos ilustres Pares corrigirá lacuna existente na Lei nº 11.091, de 2005, e na Lei nº 11.344, de 2006, prejudicial aos aposentados e pensionistas ali referidos, razão que nos leva a esperar por sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM LEGISLAÇÃO CITADA

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2005.

Texto compilado

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 15. O enquadramento previsto nesta Lei será efetuado de acordo com a Tabela de Correlação, constante do Anexo VII desta Lei.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nos 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estruturado o Plano Especial de Cargos da Cultura, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, da Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, da Fundação Biblioteca Nacional - FBN e da Fundação Cultural Palmares - FCP, em 30 de julho de 2005, ou que venham a ser redistribuídos para esses Quadros, desde que as redistribuições tenham sido requeridas até 12 de julho de 2005, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante no anexo I desta Lei.

RELATÓRIO DO TEMA III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DOS SETORES

I – GERAL

O 58º CONAD delibera:

1. Indicar às seções sindicais que participem da construção das atividades previstas para os dias 6 e 30 de agosto, chamadas pelas centrais sindicais e movimentos sociais, mobilizando a categoria e buscando formas de dar visibilidade à nossa pauta de lutas.
2. Que o ANDES-SN via seções sindicais e secretarias regionais atuem na organização do Grito dos Excluídos, ampliando a participação dos docentes no mesmo.
3. Que o ANDES-SN atue na defesa do preceito constitucional de garantia do direito a redução da contagem de tempo a título de aposentadoria, de servidores públicos que exercem atividades em situações penosas, insalubres ou perigosas.

Recomendação

Que o ANDES-SN, elabore material explicativo sobre o MI-880/STF em forma de Informandes especial online, a ser enviado até o final do mês de agosto de 2013, como parte do processo de mobilização da categoria para o segundo semestre de 2013.

II - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 58º CONAD do ANDES/SN delibera:

1. Que as seções sindicais intensifiquem a mobilização para acompanhar junto às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais as discussões sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
2. Realizar, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013, o XI Encontro Nacional das IEES/IMES, conforme planilha a seguir.
3. Autoriza a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do XI Encontro Nacional das IEES/IMES, que acontecerá nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013 na cidade de Brasília.

Planilha (em real) de despesas do XI Encontro Nacional das IEES/IMES
27, 28 e 29 de setembro – Brasília/DF

Seção Sindical	Trechos	Despesas Deslocamento	Despesas Hospedagem	Despesas Diárias
Regional Norte 1				
SINDUERR	BVB/BSB/BVB	527,08	334,00	300,00
Regional Norte 2				
SINDUEPA	BEL/BSB/BEL	536,70	334,00	300,00
SINDUEAP	MCP/BSB/MCP	640,08	334,00	300,00
Regional Nordeste 1				
Convidado UEMA	SLZ/BSB/SLZ	416,60	334,00	300,00
SINDCENTEC-JN	FOR/BSB/FOR	485,70	334,00	300,00
ADCESP	THE/BSB/THE	364,08	334,00	300,00
Regional Nordeste 2				
ADESA-PE	REC/BSB/REC	372,70	334,00	300,00
ADUPE	REC/BSB/REC	372,70	334,00	300,00
ADUEPB	REC/BSB/REC	372,70	334,00	300,00
Convidado Autarquias Municipais do Interior de Pernambuco	REC/BSB/REC		334,00	300,00
Regional Nordeste 3				
UNICISAL-AL	SSA/BSB/SSA	352,41	334,00	300,00
Regional - Rio Janeiro				
ADUEZO	RIO/BSBRIO	346,70	334,00	300,00
Regional Leste				
SINDUEMG	BHZ/BSB/BHZ	291,61	334,00	300,00
Convidado Instituto Est. Anísio Teixeira	BHZ/BSB/BHZ	291,61	334,00	300,00
Regional Planalto				
Convidado UNITINS	PMW/BSB/PMW	244,98	334,00	300,00
ADUEG	GYN/BSB/GYN	256,08	334,00	300,00
FECIPAR – TO	Paraíso - TO	244,98	334,00	300,00
FECOLINAS – TO	Colinas - TO	244,98	334,00	300,00
SESDFESG	Goiatuba - GO	244,98	334,00	300,00
Regional Sul				
APRUDESC	FLN/BSB/FLN	520,70	334,00	300,00
Convidado ADESSC	FLN/BSB/FLN	520,70	334,00	300,00
SINDUNISPAR	CWC/BSB/CWB	460,70	334,00	300,00
ADUNICENTRO	CWB/BSB/CWB	460,70	334,00	300,00
Regional R. G. do Sul				
Convidado UERGS	POA/BSB/POA	406,70	334,00	300,00
Total		R\$ 8.976,17	R\$ 8.016,00	R\$ 7.200,00
Total Geral	24.192,17			

HOTEL BSB = ST. PAUL R\$ 167,00 (3 diárias final de semana)

III - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

Considerando que o direcionamento e as ações aprovadas no 32º Congresso permanecem pertinentes e em curso, o 58º CONAD delibera agregar para o segundo semestre os seguintes encaminhamentos:

A- NO ÂMBITO DOS SPF

- 1.** Dar continuidade às lutas articuladas conjuntamente com os demais SPF e no âmbito do Espaço de Unidade de Ação
- 2.** Fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para regularização das contribuições financeiras
- 3.** Articular previamente, no espaço da CNESF, as proposições para atuação no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, objetivando potencializá-las
- 4.** Retomar as iniciativas políticas com vistas à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF, fomentando, dentro do possível, a efetiva participação da CSP-Conlutas e outras centrais que se disponham à luta política de mobilização dos SPF's nos Estados.
- 5.** Intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência; contra o PLP 92/07, a EBSEH e a revisão do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e a defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta
- 6.** Encaminhar, em articulação com as demais entidades dos SPF, a produção por todas elas de Dossiês sobre precarização/repressão no serviço público, com vistas à produção de materiais de denúncia e divulgação
- 7.** Organizar, no próximo período e em articulação com as demais entidades dos SPF, atividades nacionais e regionais de formação política
- 8.** Elaborar, em articulação com as demais entidades dos SPF, materiais conjuntos para enfrentamento do FUNPRESP
- 9.** Propor à CNESF e ao Fórum Nacional das Entidades dos SPF que o balanço da Campanha 2013 e a construção articulada de pauta e agenda de lutas para 2014 sejam realizados ainda neste ano, de forma que já seja possível deslançar a campanha no mês de janeiro

LUTA ESPECÍFICA DO SETOR

1. Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes eixos:

1.1 Cargos/vagas: lutar pela ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação

1.2 Infraestrutura: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, identificação por um lado das insuficiências e por outro das impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e

discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras

1.3 Democracia: enfrentar a agudização dos ataques à autonomia das instituições e arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC e a criminalização/punição do direito de divergir

1.4 Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas

2. Elaborar dossiês durante a atualização das pautas locais:

2.1 Dar visibilidade aos elementos identificados nos dossiês locais dentro e fora das instituições, em nível local e nacional

2.2 Encaminhar à secretaria do ANDES-SN o material produzido pelas seções sindicais contendo, além da pauta definida, fotos, vídeos, documentos e outros materiais comprobatórios, notícias publicadas na imprensa local, regional e nos veículos das seções sindicais, sobre os temas

3. Carreira docente:

3.1 Intensificar as denúncias, como instrumento de mobilização, das consequências das iniciativas do governo para os diferentes segmentos da categoria e para o futuro das instituições.

3.2 Atuar no novo cenário criado pela MP 614/13, que modifica a lei 12.772/12 que desestruturou a carreira docente, estimulando o debate nas instituições, na sociedade e no Congresso Nacional e também pressionando o governo a abrir negociações.

3.3 Produzir documentos que explicitem a repercussão geral para cada segmento que compõe a categoria, a fim de gerar maior identidade e pertencimento à resistência cotidiana e fomento da luta geral, além de documento que atualize a realidade da situação salarial, em termos de valor real, após a Lei 12.772/12 e a MP 614/13.

4. Outros encaminhamentos:

4.1 Organizar e estimular o debate nas seções sindicais e nos CAP e demais escolas vinculadas, construindo atividades preparatórias para o 3º Seminário Estado e Educação, que discutirá, entre outros temas, políticas para os Colégios de Aplicação e demais escolas vinculadas.

4.2 Dar sequência ao conjunto de iniciativas de resistência em curso à EBSERH, ao FUNPRESP e ao PLP 92/07

4.3 Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da constituição, lutando para que o Poder executivo reverta o conjunto normativo e suas posturas que atentam contra a autonomia universitária.

4.3.1 Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo com parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do Andes para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e a democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”.

AGENDA

- **mês de agosto** - atualização das pautas locais e retomada de negociações com as Reitorias; indicar as datas de 06 e 30 como dias de luta.
- **até o dia 23 de agosto** - envio das pautas locais atualizadas/dossiês para a secretaria do ANDES-SN;
- **meses de agosto e setembro** - construir atividades preparatórias ao Seminário Estado e Educação sobre a política para os CAP e demais escolas vinculadas;
- **dias 31 de agosto e 1º de setembro** - reunião do setor das IFES, em Brasília;
- **meses de agosto e setembro** - atuar junto aos parlamentares, durante a tramitação da MP 614/13, em defesa da nossa proposta e por abertura de negociações com o poder executivo; priorizar os temas autonomia, aposentadoria e adoecimento docente e a Jornada de Lutas Contra o FUNPRESP’;
- **mês de setembro** - lançamento nacional da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFE;
- **mês de setembro** - priorizar os temas “necessidades de cargos/vagas”, “política para os CAP” e demais escolas vinculadas, “política para os CEFET”, IFE, “Hospitais Universitários”;
- **mês de setembro** - participação no seminário Estado e Educação, cuja pauta incluirá o debate sobre política para os CAP e demais escolas vinculadas;
- **mês de outubro** - lançamento em cada seção sindical da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFE;
- **mês de outubro** - priorizar os temas “infraestrutura” e “campi descentralizados”; Por ocasião do lançamento nacional da 2ª Edição do dossiê “Precarização das condições de trabalho” que cada Seção Sindical envide esforços para realizar também o lançamento dos seus respectivos dossiês locais sobre precarização das condições de trabalho docente, potencializando o momento de mobilização da categoria docente para os enfrentamentos necessários no próximo período.
- **mês de novembro** - priorizar o tema “democracia”

IV - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

O 58º Conad do Andes delibera:

1. Dar continuidade à luta política e jurídica para a obtenção do registro sindical do ANDES-SN como representante dos docentes das IPES.
2. Dar continuidade à denúncia das condições de trabalho dos docentes das IPES, produzindo materiais específicos para serem divulgados até o 33º Congresso do ANDES-SN.
3. Envidar esforços, com auxílio das regionais, para construção de um conjunto de diretrizes que contemple uma proposta de piso salarial e de regulamentação da jornada de trabalho para os docentes das IPES. Este material deve ser objeto de discussão no próximo encontro nacional do setor.
4. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do Encontro Nacional das IPES que acontecerá nos dias 15 e 16 de novembro em São Paulo/SP.

Planilha de despesas do Encontro Nacional das IPES 2º semestre de 2013
 Data prevista - 15 e 16 de novembro
 Local – São Paulo-SP

Entidades	Trechos	Despesa com deslocamento	Despesa com hospedagem	Despesa com diária
ADESSC (1)	FLN/SÃO/FLN	363,14	243,00	200,00
ADUCSAL (1)	SSA/SÃO/SSA	443,14	243,00	200,00
ADUNIFOR (1)	FOR/SÃO/FOR	915,00	243,00	200,00
SINDFAFICA (1)	REC/SÃO/REC	916,04	243,00	200,00
Associações de IPES profissionais: MG (1), PR (1), RJ (1)	BHZ/SÃO/BHZ	300,94	243,00	200,00
	CWB/SÃO/CWB	280,94	243,00	200,00
	RIO/SÃO/RIO	302,94	243,00	200,00
Associações de IPES Confessionais/SÃO	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
ADUNIMEP (1)	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
IPES SP:	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Uninove	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Fernão Dias,	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Unicsul	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
FMU	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Total Previsto		R\$ 4.572,14	R\$ 3.402,00	R\$ 2.800,00

**RELATÓRIO TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS
– 58º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

I - VII ENCONTRO INTERSETORIAL

O 58º CONAD aprova a alteração da data de realização do VII Encontro Intersetorial do ANDES-SN para o período de 25 a 27 de outubro de 2013, em Brasília, de acordo com a planilha apresentada e autoriza a diretoria a realizar os ajustes necessários na mesma.

REALIZAÇÃO DO VII ENCONTRO INTERSETORIAL DO ANDES-SN

Seção Sindical	Nº Filiaados	Trechos ¹	Despesa com deslocamento	Despesa com hospedagem	Diárias
Regional Norte I					
SIND-UEA	138	Manaus	537,50	334,00	300,00
SINDUERR	90	Boa Vista	482,08	334,00	300,00
Regional Norte II			0,00	0,00	0,00
ADUFRA	90	Belém	503,70	334,00	300,00
SINDUFAP	182	Macapá	613,08	334,00	300,00
SINDUEPA	50	Belém	503,70	334,00	300,00
SINDUFPA-MAR	S/I ²	Marabá	433,88	334,00	300,00
SINDUFOPA	S/I	Santarém	616,98	334,00	300,00
SINDIFAP	15	Macapá	613,08	334,00	300,00
Regional NE I			0,00	0,00	0,00
SINDIUVA	100	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
ADCESP	358	Teresina	336,08	334,00	300,00
ADUNIFOR	174	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
SINDURCA	194	J. do Norte	648,60	334,00	300,00
SINDCENTEC	30	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
SINDCEFET-PI	31	Teresina	336,08	334,00	300,00
SINDUECE	262	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
Regional NE II			0,00	0,00	0,00
ADUFCG-PATOS	76	Patos	506,98	334,00	300,00
ADESA-PE	37	Arco Verde	376,60	334,00	300,00
ADUEPb	476	J. Pessoa	372,70	334,00	300,00
SINDFAFICA	45	Caruaru	376,60	334,00	300,00
ADUC	47	Cajazeiras	506,98	334,00	300,00
ADUFERSA	220	Mossoró	712,50	334,00	300,00
SINDUNIVASF	102	Petrolina	1.252,26	334,00	300,00
ADUPE	890	Recife	376,60	334,00	300,00
Regional NE III			0,00	0,00	0,00
ADUCSAL	214	Salvador	376,70	334,00	300,00
ADUNICISAL	S/I	Salvador	376,70	334,00	300,00
APUR	101	C+ das Almas	376,70	334,00	300,00
Regional Leste			0,00	0,00	0,00
SINDFAFEID	82	Belo Horizonte	322,70	334,00	300,00

² S/I – Sem informação

ADOM	25	Teófilo Otoni	322,70	334,00	300,00
Regional Planalto			0,00	0,00	0,00
ADCAC	156	Catalão	280,00	334,00	300,00
ADCAJ	25	Jataí	250,00	334,00	300,00
ADUEG	206	Goiânia	308,08	334,00	300,00
SESDFESG	S/I	Goiatuba	308,08	334,00	300,00
Regional Pantanal			0,00	0,00	0,00
Adleste	27	T. Lagoas – MS	746,71	334,00	300,00
Regional RJ			0,00	0,00	0,00
SESDUENF	189	Rio de Janeiro	322,70	334,00	300,00
ADUEZO	15	Rio de Janeiro	322,70	334,00	300,00
Regional SP			0,00	0,00	0,00
ADUNIMEP	229	Piracicaba	414,06	334,00	300,00
ADUFABC	106	São Paulo	322,70	334,00	300,00
ADEEP	52	Piracicaba	414,06	334,00	300,00
Regional Sul			0,00	0,00	0,00
ADUNIOESTE	244	Cascavel	667,88	334,00	300,00
ADUNICENTRO	140	Guarapuava	472,70	334,00	300,00
SINDUEPG	256	Ponta Grossa	472,70	334,00	300,00
SINDUNESPAR		Curitiba	460,70	334,00	300,00
APRUDESC	211	Florianópolis	540,50	334,00	300,00
S. Sind do ANDES na UFSC	200	Florianópolis	540,50	334,00	300,00
SINDUFFS	S/I	Chapecó	1.469,75	334,00	300,00
Regional RGS			0,00	0,00	0,00
S. Sind do ANDES na UFRGS	25	Porto Alegre	386,70	334,00	300,00
SESUNIPAMPA	111	Bagé	386,70	334,00	300,00
Total: 53.361,10			R\$ 23.563,10	R\$ 15.698,00	R\$ 14.100,00

Observação: 1 tarifas voando nos dias 25 e 27 de outubro de 2013
2 tarifas de final de semana no H. Saint Paul R\$ 167,00 + taxas.

Recomendação: Ajustar a redação no que se refere às siglas das seções sindicais e o número de filiados das mesmas.

II - SEDE DO 59º CONAD DO ANDES-SN

O 59º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de Aracaju/SE, sob a organização da ADUFS Seção Sindical

III - APOIO POLÍTICO E MATERIAL À CONSTRUÇÃO DO SINDICATO NA BASE

O 58º CONAD delibera que:

1. A diretoria do ANDES–SN fica autorizada a disponibilizar recursos do seu Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua

homologação, tempo para que estas consigam viabilizar sua autossustentação e a regularização de suas receitas por meio da contribuição dos sindicalizados.

2. Aplica-se esta resolução para o caso de seções sindicais já existentes até a data do 58º CONAD, pelo prazo de 1 ano.

3. As seções sindicais que estejam recebendo tais ajudas não estarão dispensadas do repasse regular da parcela da contribuição sindical dos sindicalizados à tesouraria do ANDES-SN, sendo essa uma condição necessária para o recebimento da ajuda definida por esta resolução.

4. Os recursos para este fim ficam limitados em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo período total de um ano, para cada uma das seções sindicais contempladas.

5. As seções sindicais solicitantes deverão apresentar pedido devidamente justificado e plano de uso dos recursos que especifique a destinação e os valores necessários.

6. Para a aprovação das solicitações, a diretoria deverá fundamentar suas análises nas justificativas e especificações de cada plano.

7. A liberação dos recursos poderá ser parcelada em conformidade com as especificações de cada plano, após sua aprovação pela diretoria do ANDES-SN.

8. O comprometimento de despesas de cada seção sindical é de sua responsabilidade exclusiva, durante e após o período de vigência de uso da ajuda financeira aqui aprovada.

IV - DESIGNAR A SALA DE REUNIÕES DA SEDE DO ANDES-SN COM O NOME DO COMPANHEIRO EDMUNDO FERNANDES DIAS

O 58º CONAD aprova designar a sala de reuniões do ANDES-SN, localizada no terceiro andar da sede, no Edifício Cedro II, em Brasília, com o nome do companheiro “Professor Edmundo Fernandes Dias”.

V - COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

O 58º CONAD delibera que:

1. A Comissão da Verdade do ANDES-SN terá a seguinte composição: 3 (três) membros efetivos, sendo 1 (um) da diretoria e dois eleitos no 58º CONAD; e 3 (três) suplentes, sendo 1 (um) da diretoria e dois eleitos no 58º CONAD.

Márcio Antônio de Oliveira (Diretoria) – Titular

Hélvio Mariano (ADUNICENTRO) – Titular

Edson Teixeira (ADUFF) – Titular

Paulo Cambraia (Diretoria) – Suplente

Elídio Alexandre Borges Marques (ADUFRJ) – Suplente

Antônio Lisboa (ADUFCG) – Suplente.

2. A Comissão da Verdade do ANDES-SN realizará reunião em agosto próximo, em conjunto com o GTHMD, que convocará as seções sindicais, para definir plano de trabalho, funcionamento e atividades a serem desenvolvidas

3. Autorizar a diretoria a aprovar o plano de trabalho e disponibilizar recursos financeiros para a realização dos trabalhos da Comissão, dentro da disponibilidade financeira do Sindicato.

4. A Comissão da Verdade do ANDES-SN deverá apresentar relatórios de suas atividades no 33º Congresso do ANDES-SN, para avaliação.

VI - PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012

O 58º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2012

Demonstrativo de Orçamento e Execução

Receita	Previsão 2012	Execução 2012
Receita Total	7.505.000,00	7.288.147,14
Receita de Contribuições	7.027.000,00	7.089.958,07
Receita de aplicações financeiras	293.300,00	83.388,90
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	184.700,00	114.800,17

Despesas	Previsão 2012	Execução 2012
Pessoal e Encargos	1.340.000,00	1.950.060,97
Diárias de Diretores	350.000,00	374.524,00
Material de Consumo	165.000,00	133.599,92
Assessoria Jurídica Pessoa Física	35.000,00	34.422,61
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	385.500,00	351.820,26
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	371.500,00	385.500,00
Assessoria Contábil	90.000,00	77.657,90
Transportadoras e Fretes	180.000,00	454.210,90
Conduções e Passagens Urbanas	75.000,00	107.071,99
Passagens Aéreas e Terrestres	810.000,00	954.250,83
Hospedagem	290.000,00	522.057,89
Telefone	160.000,00	126.356,46
Energia Elétrica	45.000,00	46.230,78
Água e Esgoto	8.000,00	807,01
Alimentação	6.000,00	73.323,07
Aluguel de Bens Imóveis	155.000,00	231.951,19
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	95.000,00	93.221,29
Manutenção e Reparos Bens Móveis	12.000,00	25.213,15
Custas e Emolumentos	20.000,00	24.300,51
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	70.000,00	63.572,00
Locação de Equipamentos e Veículos	11.000,00	5.268,86
Assinaturas e Periódicos	2.500,00	1.888,52
Reembolso de Kilometragem	22.000,00	20.103,52
Estacionamentos / Pedágios	4.500,00	4.157,80
Revista - Universidade & Sociedade	80.000,00	115.135,50

Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	150.000,00	327.650,00
INSS s/Serviços	25.000,00	25.390,84
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	65.000,00	23.318,67
Despesas Financeiras	40.000,00	30.331,33
Repasses p/ Entidades Filiadas:	343.678,69	457.158,16
DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC		
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	18.000,00	0,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	18.000,00	0,00
Despesas com Regionais	850.000,00	901.128,10
Despesas Diversas	86.000,00	583.647,19
Total de despesas	R\$ 6.378.678,69	R\$ 8.525.331,22

Demonstrativos de Despesas Diversas

(-) Diárias - Funcionários	6.615,00
(-) Diárias - Colaboradores/Convidados	38.360,00
(-) Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF	165,00
(-) Limpeza e conservação - PF	666,66
(-) Serviços Fotográficos - PF	10.017,07
(-) Serviços de Terceiros - Fundos	316,56
(-) Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF	12.253,90
(-) Outros Serviços - PF	27.173,16
(-) Internet	36.052,26
(-) Fotocópias/Encadernações	1.311,06
(-) Assinatura de TV a Cabo	3.541,88
(-) Serviços Fotográficos - PJ	2.797,00
(-) Anúncios e Publicações	5.065,55
(-) Serviços Técnico Profissionais - PJ	189.633,11
(-) Seguros em Geral	561,63
(-) Locação de Máquinas e Equipamentos	108,11
(-) Seminários, Congressos e Convenções	16.040,00
(-) Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	1.700,00
(-) IRRF s/Apl. Financeiras	19.982,80
(-) Impostos e Taxas Diversas	953,00
(-) Outras Contribuições/Doações	80.512,23
(-) Outras Despesas	1.096,40
(-) Correios e Telégrafos	114.057,57
(-) Despesas de exercícios anteriores	574,56
(-) Despesas com evento	14.092,68
	583.647,19

Demonstrativo de Despesas - Mensal Jan a Dez 2012

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
<i>Despesas c/Pessoal e Encargos</i>	184.978,57	129.749,70	165.692,08	114.838,70	169.755,05	139.076,14	904.090,24
<i>Diárias - Diretores</i>	39.810,00	31.408,00	29.595,00	24.861,00	30.750,00	57.000,00	213.424,00
<i>Diárias - Funcionários</i>	6.315,00	0,00	200,00	1.000,00	100,00	5.400,00	13.015,00
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados</i>	2.710,00	1.000,00	5.000,00	3.200,00	7.693,00	2.357,00	21.960,00
<i>Despesas c/Material de Consumo</i>	3.241,15	11.275,00	24.348,48	7.900,52	28.767,22	22.347,54	97.879,91
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,30
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,00	165,00
<i>Limpeza e conservação - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	416,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	416,66
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	0,00	53,32	0,00	0,00	0,00	53,32
<i>INSS s/Serviços - PF</i>	1.360,89	3.278,08	1.881,85	2.474,71	2.439,77	2.203,72	13.639,02
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	421,43	5.875,78	0,00	0,00	0,00	619,22	6.916,43
<i>Outros Serviços - PF</i>	723,34	2.789,50	2.641,69	6.198,27	0,00	2.379,88	14.732,68
<i>Assessoria Jurídica - PJ</i>	48.383,39	44.064,73	41.042,72	93.383,38	46.383,38	45.845,30	319.102,90
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	34.051,68
<i>Transportes e Fretes</i>	29.417,00	25.779,00	18.140,00	69.644,00	49.601,70	40.867,00	233.448,70
<i>Conduções e Transportes Urbanos</i>	2.895,24	8.192,03	11.981,31	8.458,47	12.587,44	7.583,14	51.697,63
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	8.411,42	45.637,18	98.108,46	107.647,29	76.382,67	130.226,26	466.413,28
<i>Hospedagem</i>	639,00	99.968,13	19.121,99	25.190,03	99.929,54	33.202,07	278.050,76
<i>Telefone</i>	5.408,21	11.649,38	14.473,77	9.406,15	11.733,92	11.555,37	64.226,80
<i>Energia Elétrica</i>	2.973,30	3.098,08	4.395,48	4.516,25	4.188,93	4.294,51	23.466,55
<i>Água e Esgoto</i>	121,72	0,00	124,55	64,24	60,86	60,86	432,23
<i>Alimentação</i>	448,12	89.364,20	265,30	0,00	73,80	4.378,00	94.529,42
<i>Aluguel de Imóveis</i>	10.701,20	72.590,77	11.515,98	15.520,29	13.395,85	12.403,75	136.127,84
<i>Condomínio</i>	2.191,66	7.783,18	8.213,93	7.820,77	8.011,91	14.104,96	48.126,41
<i>Manut. e Reparo de Bens Móveis</i>	992,00	1.857,80	1.449,80	2.782,00	5.702,00	4.729,98	17.513,58
<i>Serviços Gráficos</i>	9.110,00	20.510,00	8.792,00	0,00	930,00	14.980,00	54.322,00

<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	283,08	282,59	279,06	279,06	286,96	300,08	1.710,83
<i>Correios e Telégrafos</i>	1.176,15	13.524,73	3.731,42	9.206,59	14.051,49	3.727,65	45.418,03
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	855,00	2.858,58	1.325,10	1.240,50	2.052,90	2.280,48	10.612,56
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	170,10	375,30	413,30	284,30	295,40	303,60	1.842,00
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	2.500,00	0,00	0,00	57,00	0,00	2.557,00
<i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	0,00	455,55	0,00	1.710,00	980,00	3.145,55
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	11.140,00	28.600,00	0,00	0,00	0,00	47.650,00	87.390,00
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	6.000,00	93.160,00	380,00	15.000,00	0,00	69.600,00	184.140,00
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	319,10	600,00	162,00	1.081,10
<i>Jornal Informandes</i>	21.990,00	29.200,00	24.420,00	31.000,00	7.240,00	58.400,00	172.250,00
<i>Seguros em Geral</i>	0,00	0,00	0,00	60,20	0,00	0,00	60,20
<i>Locação de Máquinas e Equipamentos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,11	108,11
<i>Locação de Veículos</i>	390,00	-	687,06	100,00	12.760,00	1.810,00	15.747,06
<i>Custas e Emolumentos</i>	3.372,88	2.352,50	1.813,12	5.444,34	1.519,18	334,65	14.836,67
<i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	11.880,00	0,00	11.880,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>IPTU/TLP</i>	819,18	1.623,16	243,72	243,72	13.481,09	852,36	17.263,23
<i>IRRF s/Apl. Financeiras</i>	475,26	955,56	243,95	893,06	11.444,94	1.449,15	15.461,92
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	213,00	0,00	213,00
<i>Despesas Financeiras</i>	2.342,53	4.131,53	878,65	1.192,27	3.656,45	1.192,38	13.393,81
<i>Contrib. p/DIEESE</i>	19.725,76	2.681,55	22.407,31	12.544,43	12.544,43	15.225,98	85.129,46
<i>Contrib. p/DIAP</i>	259,00	0,00	259,00	259,00	777,00	518,00	2.072,00
<i>Contrib. p/CNESF</i>	4.644,76	6.106,68	6.668,20	6.973,95	5.482,27	0,00	29.875,86
<i>Contrib. p/FNDC</i>	210,00	0,00	210,00	0,00	0,00	0,00	420,00
<i>Contrib. p/CONLUTAS</i>	14.099,50	0,00	14.099,50	14.099,50	14.099,50	46.998,34	103.396,34
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	25.790,00	5.450,00	8.050,00	13.823,88	3.550,00	13.319,00	69.982,88
<i>Despesas c/Regionais</i>	52.539,55	44.410,38	71.762,84	112.446,28	108.549,11	205.452,19	595.160,35
<i>Despesas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas	537.690,27	864.651,48	637.983,55	740.940,58	805.787,87	1.038.633,26	4.625.687,01

DESCRIÇÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Despesas c/Pessoal e Encargos</i>	172.881,34	152.771,90	154.846,84	155.733,68	161.282,62	248.454,35	1.045.970,73
<i>Diárias - Diretores</i>	36.950,00	33.400,00	16.400,00	30.250,00	35.600,00	8.500,00	161.100,00
<i>Diárias - Funcionários</i>	0,00	0,00	0,00	200,00	1.000,00	(7.600,00)	(6.400,00)
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados</i>	100,00	0,00	5.200,00	1.600,00	7.900,00	1.600,00	16.400,00
<i>Despesas c/Material de Consumo</i>	17.911,63	20.839,77	8.352,10	3.853,72	14.238,42	(29.475,63)	35.720,01
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	2.868,56	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,31
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Limpeza e conservação - PF</i>	666,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666,66
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	900,00	8.700,41	0,00	0,00	0,00	0,00	9.600,41
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	118,47	144,77	0,00	0,00	0,00	263,24
<i>INSS s/Serviços - PF</i>	1.229,56	3.754,85	1.641,93	1.624,97	1.745,19	1.755,32	11.751,82
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	1.250,57	350,00	0,00	1.142,86	1.469,04	1.125,00	5.337,47
<i>Outros Serviços - PF</i>	370,24	2.910,86	220,24	0,00	0,00	8.939,14	12.440,48
<i>Assessoria Jurídica – PJ</i>	45.125,46	50.496,39	62.122,51	64.480,72	94.034,76	101.957,52	418.217,36
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	12.458,92	43.606,22
<i>Transportes e Fretes</i>	68.010,00	74,00	35.216,00	38.190,00	36.957,20	42.315,00	220.762,20
<i>Condições e Transportes Urbanos</i>	10.170,59	12.348,47	8.225,45	6.523,87	9.185,91	8.920,07	55.374,36
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	87.224,65	94.970,46	22.703,41	88.848,17	129.471,78	64.619,08	487.837,55
<i>Hospedagem</i>	19.339,73	42.366,51	60.370,78	29.672,30	24.977,33	67.280,48	244.007,13
<i>Energia Elétrica</i>	805,01	9.168,02	2.792,20	2.798,41	3.880,23	3.320,36	22.764,23
<i>Água e Esgoto</i>	60,86	60,86	61,06	64,00	64,00	64,00	374,78
<i>Alimentação</i>	0,00	11.173,65	(14.715,00)	0,00	718,00	(18.383,00)	(21.206,35)
<i>Aluguel de Imóveis</i>	12.675,61	13.038,68	12.466,90	13.166,90	12.119,90	32.355,36	95.823,35
<i>Condomínio</i>	2.411,64	7.450,94	9.194,29	9.524,50	8.169,73	8.343,78	45.094,88
<i>Manut. e Reparo de Bens Móveis</i>	1.298,25	901,62	1.176,08	1.200,08	1.198,88	1.924,66	7.699,57
<i>Serviços Gráficos</i>	5.500,00	0,00	4.100,00	90,00	4.500,00	(4.940,00)	9.250,00
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	0,00	738,10	0,00	(368,10)	0,00	0,00	370,00
<i>Internet</i>	1.348,54	8.157,43	536,48	2.875,08	2.878,09	7.214,02	23.009,64
<i>Fotocópias/Encadernações</i>	211,44	0,00	34,20	51,00	0,00	49,85	346,49
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	300,08	300,08	305,08	309,96	275,04	340,81	1.831,05
<i>Correios e Telégrafos</i>	63.213,24	876,12	1.188,08	747,42	1.438,87	1.175,81	68.639,54
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	2.260,37	2.000,49	1.211,16	630,90	2.330,00	1.058,04	9.490,96

DESCRIÇÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	379,20	405,20	918,10	492,60	876,80	(756,10)	2.315,80
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00
<i>Anúncios e Publicações</i>	1.440,00	(960,00)	0,00	0,00	1.440,00	0,00	1.920,00
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.745,50	27.745,50
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	1.443,11	0,00	290,00	260,00	3.500,00	0,00	5.493,11
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,30	15,30
<i>Jornal Informandes</i>	29.920,00	0,00	29.480,00	30.920,00	30.920,00	34.160,00	155.400,00
<i>Seguros em Geral</i>	227,60	0,00	0,00	0,00	0,00	273,83	501,43
<i>Locação de Veículos</i>	1.581,40	0,00	0,00	180,40	0,00	(12.240,00)	(10.478,20)
<i>Custas e Emolumentos</i>	3.300,17	18,83	1.117,67	4.034,85	659,18	333,14	9.463,84
<i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	4.160,00	0,00	4.160,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00
<i>IPTU/TLP</i>	131,40	243,72	243,72	4.993,22	243,72	199,66	6.055,44
<i>IRRF s/Apl. Financeiras</i>	1.736,06	1.037,96	442,54	274,49	983,69	46,14	4.520,88
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	600,00	740,00
<i>Despesas Financeiras</i>	7.219,44	1.637,06	836,95	5.559,22	928,28	756,57	16.937,52
<i>Contrib. p/DIEESE</i>	10.345,56	14.121,79	13.639,11	14.604,47	14.121,79	14.121,79	80.954,51
<i>Contrib. p/DIAP</i>	0,00	518,00	0,00	259,00	259,00	259,00	1.295,00
<i>Contrib. p/CNESF</i>	5.580,50	5.580,50	0,00	11.611,66	5.931,48	6.691,00	35.395,14
<i>Contrib. p/FNDC</i>	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	0,00	525,00
<i>Contrib. p/CONLUTAS</i>	0,00	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.906,17	23.691,17	118.094,85
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	34.916,63	435,55	(11.451,58)	3.550,00	3.550,00	27.528,75	58.529,35
<i>Despesas c/Regionais</i>	18.427,63	69.629,40	53.167,02	56.925,97	53.135,47	54.682,26	305.967,75
<i>Despesas Diversas</i>	0,00	0,00	0,75	573,81	0,00	14.092,68	14.667,24
Total das Despesas	687.315,92	617.860,31	522.167,77	632.359,66	717.197,10	770.743,45	3.947.644,21

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE
SUPERIOR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E
DEZEMBRO DE 2012
(Em Reais)
CNPJ 00.676.296/0001-65**

	Patrimônio Líquido	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit/ Déficit
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00	6.183.036,9
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	218.554,8
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,0
REVERSÕES DE RESERVAS	0,00	0,00	0,0
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,0
REALIZAÇÃO AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,0
SUPÉRAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	(1.285.184,0)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00	5.116.407,9

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente

CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR

1º Tesoureiro

CPF: 040.970.858-59

Iêda M

(

CRC/I

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE
SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2012**

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	2012	2011
	R\$	R\$
DISPONIBILIDADES	3.457.483,69	4.183.036,9
Caixa Geral	1.045,62	
Caixa - ANDES	386,38	
Caixa - FNM	433,97	
Caixa - CNESF	225,17	
Caixa - FNG	0,10	
Bancos c/Movimento	610.533,49	
BB - c/c 403.726-x (ANDES)	489.712,27	
BB - c/c 437.515-7 (FNM)	5.450,37	
BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)	6.116,20	
BB - c/c 437.525-4 (CNESF)	12.889,17	
BB - c/c 5.551-4 (Publicações)	388,40	
BB - c/c 437.864-4 (Eventos)	7.788,49	

<i>CEF - c/c 51.567-2 (Contribuição Sindical)</i>	87.692,99	388,91
<i>BB - c/c 437.545-9 (FNG)</i>	495,60	0,00
Bancos c/Depósitos Bloqueados	202,25	916,96
<i>BB - c/c 437.515-7 (FNM)</i>	178,25	398,20
<i>BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)</i>	24,00	310,82
<i>BB - c/c 437.864-4 (Eventos)</i>	0,00	207,94
Bancos c/Aplicações Financeiras	2.845.702,33	4.425.371,55
<i>BB - c/403.726-x (ANDES)</i>	66.521,50	1.640.368,20
<i>BB - c/437.515-7 (FNM)</i>	980.802,85	1.043.606,25
<i>BB - c/437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)</i>	1.277.244,23	1.396.001,45
<i>BB - c/437.525-4 (CNESF)</i>	315.852,43	255.045,74
<i>BB - c/437.864-4 (Eventos)</i>	147.216,56	90.349,91
<i>BB - c/437.545-9 (FNG)</i>	58.064,76	0,00
CRÉDITOS	1.056.303,33	1.079.198,02
Devedores por Empréstimos	83.280,44	103.408,13
CNESF	29.013,64	12.739,85
Fundo de solidariedade	0,00	28.824,32
FNM	0,00	12.843,96
APUFSC	19.000,00	19.000,00
ADUNEB	0,00	10.000,00
SESDUEM	20.000,00	20.000,00
SINDUFAP	5.266,80	0,00
SESF-Sind.Emp.Est.Serv.Saude de	10.000,00	0,00
Devedores da Entidade	354.784,11	302.981,33
SSind. Rateio 22º Congresso	1.461,55	1.461,55
SSind. Rateio 47º CONAD	3.228,37	3.228,37
SSind. Rateio 23º Congresso	14.546,39	14.546,39
SSind. Rateio 48º CONAD	938,27	938,27
SSind. Rateio 49º CONAD-Brasília	3.093,85	3.093,85
SSind. Rateio 24º Congresso	13.368,91	13.368,91
SSind. Rateio 6º CONAD Extraordinário	12.855,39	12.855,39
SSind. Rateio 50º CONAD	9.156,94	9.156,94
SSind. Rateio 25º Congresso-MT	16.517,38	16.517,38
SSind. Rateio 51º CONAD	20.075,92	20.075,92
SSind. Rateio 26º Congresso-PB	17.369,90	17.369,90
SSind. Rateio 27º Congresso-GO	662,98	662,98
SSind. Rateio 3º Congresso Extraordinário	4.505,08	4.505,08
SSind. Rateio 52º CONAD	5.742,90	5.742,90
SSind. Rateio 28º Congresso-RS	53.281,84	53.281,84
SSind. Rateio 54º CONAD	19.121,34	19.121,34
SSind. Rateio 29º Congresso	17.578,71	17.578,71
SSind. Rateio 55º CONAD	13.247,37	13.676,67
SSind. Rateio 56º CONAD-PR	6.521,89	13.513,79
SSind. Rateio 30º Congresso-MG	22.121,87	22.121,87
SSind. Rateio 31º Congresso-Manaus/AM	25.828,29	0,00
SSind. Rateio 57º CONAD-Parnaíba/PI	26.994,14	0,00
Devedores Diversos	46.564,83	40.163,28

Créditos Diversos	229.012,08	247.060,09
Despesas a Regularizar	210.291,67	203.168,30
Secretaria da Receita Federal	7.121,16	6.664,39
Cheques em caução	3.473,85	3.473,85
INSS a Recuperar	0,00	25.628,15
Secretaria de Fazenda e Planejamento	450,17	450,17
Cheques devolvidos	4.975,28	4.975,28
FGTS a Recuperar	2.699,95	2.699,95
Adiantamento a Funcionários	37.612,51	16.036,45
Adiantamento de Salários	3.450,00	6.498,43
Adiantamento de Férias	34.162,51	9.538,02
Adiantamento a Fornecedores	97.637,50	174.081,50
Adiantamento a Fornecedores	97.637,50	174.081,50
Adiantamento a Diretores - Gestão 96/98	0,00	585,26
Zildo Gallo	0,00	137,03
Paulo Martins	0,00	448,23
Adiantamento a Diretores - Gestão 98/00	0,00	2.816,23
Renato Dagnino	0,00	1.608,60
Marcos Vinicius B. Silva	0,00	565,13
Mary Stella	0,00	642,50
Adiantamento a Regionais	253.976,69	232.229,03
Regional Sul	12.332,25	1.006,30
Regional RJ	15.829,78	11.519,72
Regional NE I	12.521,11	10.238,78
Regional NE II	28.382,71	15.922,92
Regional NE III	9.842,89	10.464,16
Regional SP	25.903,26	10.502,74
Regional Leste	8.340,52	46.925,44
Regional Norte I	14.718,92	14.733,50
Regional Norte II	11.889,55	4.106,99
Regional Planalto	7.722,40	15.750,95
Regional Pantanal	85.172,59	57.793,22
Regional RS	21.320,71	33.264,31
Total do Ativo Circulante	4.513.787,02	5.695.957,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
Edificações	2.280.000,00	2.280.000,00
Benfeitoria 3º Andar	198.565,73	198.565,73
Benfeitoria 5º Andar	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.252.850,25	1.183.279,13
Móveis e Utensílios em Geral	315.182,46	316.500,46
Biblioteca	555,00	555,00
Máquinas e Equipamentos	471.979,72	467.225,72

<i>Equipamentos de Informática</i>	445.615,07	380.579,95
<i>Equipamentos de Comunicação</i>	19.518,00	18.418,00
Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
<i>(-) Dep. Móveis e Utensílios</i>	(20.191,19)	(20.191,19)
<i>(-) Dep. Máquinas e Equipamentos</i>	(47.558,40)	(47.558,40)
<i>(-) Dep. Equipamentos de Informática</i>	(5.217,69)	(5.217,69)
<i>(-) Dep. Edificações</i>	(14.079,52)	(14.079,52)
<i>(-) Dep. Benfeitoria</i>	(6.272,17)	(6.272,17)
<i>(-) Dep. Máquinas, Motores, Aparelhos-BTNF</i>	(1.118,79)	(1.118,79)
Total do Imobilizado	4.069.161,59	3.999.590,47
INTANGÍVEL		
Bens Intangíveis	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
(-)Amortização	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização de Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)
Total do Intangível	15.635,51	15.635,51
Total do Ativo Não Circulante	4.084.797,10	4.015.225,98
TOTAL DO ATIVO	8.598.584,12	9.711.183,46

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2012**

PASSIVO

	2012	2011
PASSIVO CIRCULANTE	R\$	R\$
EXIGIBILIDADES	824.399,38	741.024,83
Fornecedores	27.815,19	10.191,03
Fornecedores Diversos	27.815,19	10.191,03
Obrigações Sociais e Trabalhistas	110.605,66	93.369,56
Salários a Pagar	0,00	4.501,70
INSS a Recolher	100.108,36	79.467,05
FGTS a Recolher	10.497,30	9.400,81
Obrigações Fiscais e Tributárias	20.818,52	32.389,71
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	12.157,25	4.005,91
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	123,48	.290,45
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	1.010,53	4.885,28
PIS s/Folha a Recolher (8301)	1.729,60	818,73
ISS a Recolher	4.024,70	5.549,82
Contribuição Sindical a Recolher	0,00	61,65
Mensalidade Sindical/SESC a Recolher	0,00	1.515,26

PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	1.636,86	10.233,56
ISS a Recolher PJ	0,00	29,05
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	136,10	0,00
Credores da Entidade	28.932,20	22.963,53
Credores Diversos	28.932,20	22.963,53
Valores a Compensar	0,00	4.507,38
Cheques a Compensar	0,00	900,00
Cheques a Compensar - CEF	0,00	3.607,38
Depósitos de Diversas Origens	81.425,39	55.163,66
Depósitos não Identificados	81.425,39	55.163,66
Credores por Empréstimo	554.802,42	522.439,96
Fundo de Solidariedade	528.074,36	1.087,65
FNM	10.263,00	372.826,12
FNG	16.465,06	148.526,19
Fundos p/Financiamento de Campanha	2.657.777,10	2.787.121,71
FNM - Fundo Nacional de Mobilização	986.865,44	1.055.232,29
Contribuições Recebidas	2.174.820,22	2.019.558,39
Rendimentos s/Apl. Financeiras	757.675,66	669.065,17
Depósitos a Identificar	5.929,10	5.929,10
Empréstimos Recebidos - ANDES	0,00	12.843,96
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	660,50	0,00
Empréstimos Recebidos - FNG	10.497,50	0,00
(-) Despesas c/Diárias	(275.818,90)	(210.458,90)
(-) Despesas c/Passagens	(566.145,70)	(421.716,14)
(-) Despesas c/Hospedagem	(175.862,10)	(149.629,91)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(133.493,84)	(79.962,46)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(27.067,70)	(24.902,29)
(-) Despesas Gerais	(33.212,06)	(33.212,06)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(109.109,16)	(95.216,66)
(-) Despesas c/Impostos	(1.425,10)	(1.004,92)
(-) Acordos Concedidos	(9,01)	(9,01)
(-) Despesas a Regularizar	(142.644,93)	(85.844,93)
(-) Despesas c/Combustíveis	(173,00)	(173,00)
(-) Despesas c/Reembolso de Kilometragem	(184,40)	(184,40)
(-) Empréstimos Concedidos-ADUNEB	(20.000,00)	(20.000,00)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(48.455,00)	(48.455,00)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(32.989,13)	(26.421,86)
(-) Despesas c/Locações	(65.080,00)	(50.080,00)
(-) Despesas c/Material de Consumo	(59.274,65)	(21.863,85)
(-) Despesas c/Material de Consumo Diverso	(277,72)	(202,82)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(10.263,00)	(372.826,12)
(-) Despesas c/Contribuições/Doações	(260.787,20)	(10.000,00)
(-) Empréstimos Concedidos - FDO SOLIDARIEDADE	(444,94)	0,00
FNG - Fundo Nacional de Greve	58.560,46	0,00
Contribuições Recebidas	773.055,30	581.273,55
Rendimentos s/Apl. Financeiras	85.300,76	84.736,00
Doações Recebidas	8.044,35	8.044,35

<i>Depósitos a Identificar</i>	7.522,85	5.734,85
<i>Credores Diversos - FNG</i>	82,00	0,00
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(169.575,99)	(85.515,99)
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	(99.506,41)	(61.077,38)
<i>(-) Despesas c/Hospedagem</i>	(61.289,50)	(26.153,70)
<i>(-) Despesas c/Condução e Transporte</i>	(34.670,46)	(20.290,18)
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	(8.065,09)	(7.429,79)
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	(80.639,71)	(79.808,67)
<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	(12.616,49)	(12.616,49)
<i>(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade</i>	(74.181,34)	(60.801,34)
<i>(-) Despesas c/Prestação de Serviços</i>	(62.073,32)	(49.896,60)
<i>(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	(64.326,63)	(32.537,74)
<i>(-) Despesas c/Material de Expediente</i>	(47.805,94)	(40.713,19)
<i>(-) Despesas Diversas</i>	(8.000,09)	(7.995,44)
<i>(-) Despesas a Regularizar</i>	(8.473,68)	(2.600,00)
<i>(-) Xerox Com. E Ind. Ltda</i>	(10.528,14)	(10.528,14)
<i>(-) Despesas c/Telefone</i>	(5.972,91)	(5.972,91)
<i>(-) Despesas c/Limpeza, Higiene e Conservação</i>	(2.460,75)	(1.083,09)
<i>(-) Despesas c/Medicamentos Utens. Farmácia</i>	(317,85)	(218,43)
<i>(-) Despesas c/Jornais e Revistas</i>	(880,50)	(880,50)
<i>(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	(1.234,16)	(455,54)
<i>(-) Despesas c/Locações</i>	(19.392,30)	(14.887,16)
<i>(-) Despesas c/Serviços Gráficos</i>	(4.223,00)	(4.073,00)
<i>(-) Despesas c/Material Permanente</i>	(4.038,00)	(4.038,00)
<i>(-) Despesas c/Material de Consumo Diversos</i>	(7.742,26)	(1.467,56)
<i>(-) Despesas c/Juros e/ou Multas</i>	(221,72)	(221,72)
<i>(-) Empréstimos Concedidos - ANDES</i>	(16.465,06)	(148.526,19)
<i>(-) Reembolso de Kilometragem</i>	(246,00)	0,00
<i>(-) Empréstimos Concedidos - FNM</i>	(10.497,50)	0,00
Fundo de Solidariedade	1.283.384,43	1.471.071,18
<i>Contribuições Recebidas</i>	2.981.315,22	2.708.423,82
<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	1.055.457,05	937.467,87
<i>Depósitos a Identificar</i>	7.541,19	7.541,19
<i>Empréstimos Recebidos - ANDES</i>	0,00	28.824,32
<i>Empréstimos Recebidos - FNM</i>	444,94	0,00
<i>(-) Despesas c/Salários</i>	(2.117.609,71)	(2.117.609,71)
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(1.110,00)	(1.110,00)
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	(1.401,60)	(1.401,60)
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	(42.055,04)	(39.693,94)
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	(7.000,00)	(7.000,00)
<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	(11.177,53)	(10.949,89)
<i>(-) Empréstimos Concedidos FNM</i>	(660,50)	(648,00)
<i>(-) Empréstimos Concedidos SINDURCA</i>	(3.757,00)	(3.757,00)
<i>(-) Despesas c/Ação FGTS</i>	(19.000,00)	(19.000,00)
<i>(-) Acordos Concedidos</i>	(40,13)	(40,13)
<i>(-) Despesas c/Internet</i>	(85,84)	(85,84)
<i>(-) Cheques Devolvidos</i>	(8.802,26)	(8.802,26)

(-) Despesas a Regularizar	(20.500,00)	0,00
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(528.074,36)	(1.087,65)
(-) Empréstimos Concedidos - CNESF	(100,00)	0,00
CNESF-Coord. Nac. Ent. Serv. Federais	328.966,77	260.818,24
Contribuições Recebidas	1.517.229,81	1.404.518,81
Rendimentos s/Apl. Financeiras	138.831,96	118.324,22
Receitas de Plenária	69.761,73	69.761,73
Depósitos a Identificar	46.263,36	45.263,36
Empréstimos Recebidos - ANDES	29.013,64	12.739,85
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	100,00	0,00
(-) Despesas c/Material de Expediente	(69.495,04)	(68.036,34)
(-) Despesas c/Plano de Saúde	(3.182,21)	(3.182,21)
(-) Despesas c/Fotocópias	(5.036,30)	(5.021,30)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(82.623,00)	(82.623,00)
(-) Despesas c/Juros e Multas	(2.664,77)	(2.155,89)
(-) Despesas c/Telefone	(66.948,77)	(65.354,89)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(9.410,84)	(9.410,84)
(-) Despesas c/Água e Esgoto	(392,16)	(392,16)
(-) Despesas c/Energia Elétrica	(7.016,31)	(6.742,95)
(-) Despesas c/Condomínios	(11.660,91)	(9.099,00)
(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF	(10.210,48)	(9.471,88)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(198.866,01)	(195.166,59)
(-) Despesas c/Vale Alimentação	(425,00)	(425,00)
(-) Despesas c/Vale Transporte	(120,00)	(120,00)
(-) Despesas c/Internet	(4.539,07)	(3.998,27)
(-) Despesas c/Material de Limpeza	(1.740,83)	(1.740,83)
(-) Despesas c/Gêneros Alimentícios	(20.952,46)	(20.952,46)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(155.205,40)	(155.205,40)
(-) Despesas c/Locações	(193.585,05)	(179.824,55)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.275,35)	(1.275,35)
(-) Despesas c/Diárias	(6.075,00)	(5.775,00)
(-) Despesas c/Passagens	(22.603,88)	(22.603,88)
(-) Despesas c/Gratificações	(150,00)	(150,00)
(-) Despesas c/Brindes	(3.023,98)	(3.023,98)
(-) Despesas c/Flores e Ornamentos	(455,00)	(455,00)
(-) II Enc. Ent. Assoc. de Aposentados	(54.239,98)	(54.239,98)
(-) Despesas a Regularizar	(104.357,14)	(104.357,14)
(-) Despesas c/Transportes e Fretes	(7.280,54)	(7.280,54)
(-) Despesas c/Alimentação	(1.774,03)	(799,49)
(-) Despesas c/Assinaturas e Periódicos	(9.731,14)	(8.819,64)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(365.216,39)	(315.133,78)
(-) Empréstimos Concedidos	(400,00)	(400,00)
(-) Despesas c/Hospedagem	(23.243,06)	(22.169,04)
(-) Despesas c/IPTU	(3.020,90)	(2.258,95)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(19.416,21)	(16.227,88)
(-) Despesas c/Mat. Consumo Uso Duradouro	(5.096,52)	(5.096,52)
(-) Devedores Diversos	(800,00)	(800,00)

Total do Passivo Circulante	3.482.176,48	3.528.146,54
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SUPERÁVITs/DÉFICITs ACUMULADOS	6.401.591,72	6.395.517,65
Superávit Acumulado	6.521.987,82	6.734.468,55
Ajustes de Exercícios Anteriores	(120.396,10)	(338.950,90)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(1.285.184,08)	(212.480,73)
Déficit do Período	(1.285.184,08)	(212.480,73)
Total do Patrimônio Líquido	5.116.407,64	6.183.036,92
TOTAL DO PASSIVO	8.598.584,12	9.711.183,46

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2012 que apresenta um total de R\$ 8.598.584,12 (oito milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2012

MARINALVA SILVA OLIVEIRA
Presidente
 CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR
1º Tesoureiro
 CPF: 040.970.858-59

IÊDA MENDES CORREA
Contadora
 CRC/DF: 013.720/O-8

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

31 de Dezembro de 2012

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS	2012	2011
	R\$	R\$
(+) RECEITAS ORDINÁRIAS	7.262.582,98	7.244.741,45
(+) RECEITAS SOCIAIS	7.089.958,07	6.927.267,14
Contribuições	7.089.958,07	6.916.192,58
Contribuições de Exercícios Anteriores	0,00	11.074,56
(+) Outras Receitas	89.236,01	47.926,90
Contribuição Sindical	87.706,38	44.860,02
Descontos Obtidos	1.529,63	718,78
Recuperação de Despesas	0,00	2.348,10
(+) Receitas Financeiras	83.388,90	269.547,41

<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	83.388,90	269.547,41
(+) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	25.564,16	454.477,31
(+) Receitas Diversas	25.564,16	81.113,98
Vendas de Revistas e Jornais	120,00	376,00
Receitas de Eventos	8.611,16	80.727,98
Receitas Diversas	16.833,00	10,00
(+) Receitas de Vendas de Bens	0,00	373.363,33
(+) Receitas de Vendas de Bens Imóveis	0,00	373.363,33
Total das Receitas	7.288.147,14	7.699.218,76
DESPESAS		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	8.573.331,22	7.911.699,49
(-) DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS	1.950.060,97	1.678.347,25
(-) Despesas c/Pessoal	1.561.128,40	1.343.040,37
Ordenados e Salários	906.092,93	772.083,66
Férias	63.129,89	64.658,22
1/3 Férias	21.043,31	19.254,07
Abono Pecuniário de Férias	16.594,06	20.945,67
13º Salário	92.809,99	78.357,99
Horas Extras	36.151,59	38.392,96
DSR s/HE	14.017,91	4.280,94
Indenizações Trabalhistas	1.288,68	5.022,40
Reembolso Creche/Auxílio Educação	26.745,16	21.184,33
Aviso Prévio	0,00	9.084,28
Adicional Noturno	340,67	28,83
Atestado Saúde Ocupacional	657,00	98,00
Vale Alimentação	278.670,62	249.730,94
Vale Transporte	2.933,59	2.284,98
Auxílio Saúde	70.010,00	43.266,00
Hora Extra Pré-Contratada	27.133,00	14.367,10
Bolsistas	3.510,00	0,00
(-) Encargos Sociais	388.932,57	335.306,88
INSS Patronal	281.859,47	244.091,18
FGTS	94.988,13	80.390,03
PIS s/Folha de Pagamento	12.084,97	10.825,67
(-) DIÁRIAS	419.499,00	399.414,08
(-) Despesas c/Diárias	419.499,00	399.414,08
Diretores	374.524,00	379.744,08
Funcionários	6.615,00	1.100,00
Colaboradores/Convidados	38.360,00	18.570,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.627.719,72	4.135.793,56
(-) Despesas c/Material de consumo	133.599,92	182.289,78
Material de Expediente	48.065,56	50.235,68
Gás, Combustível e Lubrificantes	22.398,12	18.060,10
Material de Limpeza, Higiene e Conservação	6.452,70	9.175,66

Gêneros Alimentícios	1.117,81	20.032,21
Material de Copa e Cozinha	512,83	3.989,54
Material de Manutenção e Reparos	1.321,65	5.157,30
Material de Uso Duradouro	3.288,09	5.851,89
Medicamentos e Utensílios de Farmácia	1.155,18	739,34
Equipamentos e Material de Informática	20.779,20	32.641,56
Material Elétrico e Hidráulico	1.133,90	4.445,71
Material de Cama, Mesa e Banho	1.400,00	1.944,70
Livros, Jornais e Revistas	2.014,00	193,30
Uniformes e Vestuários em Geral	15.410,00	4.450,00
Outros Materiais de Consumo	8.550,88	25.372,79
(-) Serviços de Terceiros - PF	110.405,80	177.144,06
Assessoria Jurídica - PF	34.422,61	51.788,62
Manutenção e Reparo de Bens Móveis	165,00	2.229,25
Limpeza e Conservação	666,66	2.577,38
Serviços Fotográficos - PF	10.017,07	350,00
Serviços de Terceiros - Fundos	316,56	0,00
INSS s/Serviços - PF	25.390,84	29.203,54
Outros Serviços - PF	27.173,16	54.206,69
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	0,00	25.577,95
Tradução/Revisão de Textos - PF	12.253,90	9.424,91
Assessoria de Imprensa - PF	0,00	1.785,72
(-) Serviços de Terceiros - PJ	4.383.714,00	3.776.359,72
Assessoria Jurídica - PJ	737.320,26	659.988,36
Assessoria Contábil - PJ	77.657,90	76.805,36
Transportes e Fretes	454.210,90	252.140,30
Conduções e Transportes Urbanos	107.071,99	92.327,00
Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	954.250,83	877.475,97
Hospedagem	522.057,89	397.151,90
Telefone	126.356,46	129.426,30
Energia Elétrica	46.230,78	42.818,64
Água e Esgoto	807,01	6.022,17
Alimentação	73.323,07	12.052,54
Aluguel de Imóveis	231.951,19	145.468,60
Condomínio	93.221,29	87.081,17
Manutenção e Reparos de Bens Móveis	25.213,15	18.411,63
Serviços Gráficos	63.572,00	126.925,00
Limpeza e Conservação	0,00	927,15
Manutenção de Sistemas de Informática	0,00	2.641,96
Assinaturas e Periódicos	1.888,52	2.123,63
Internet	36.052,26	14.024,94
Fotocópias/Encadernações	1.311,06	3.556,58
Assinatura de TV a Cabo	3.541,88	2.653,56
Serviços da Embratel	0,00	252,75
Correios e Telégrafos	114.057,57	73.064,94
Reembolso de Kilometragem	20.103,52	18.737,69
Estacionamento/Pedágios	4.157,80	4.810,11

Serviços Fotográficos - PJ	2.797,00	9.294,94
Anúncios e Publicações	5.065,55	7.997,31
Revisa Universidade e Sociedade	115.135,50	151.190,00
Serviços de Terceiros - Revista/Jornal	0,00	19.368,14
Serviços Técnico Profissional - PJ	189.633,11	174.491,13
Despesas em Geral	1.096,40	3.382,65
Jornal Informandes	327.650,00	263.954,00
Seguros em Geral	561,63	1.974,14
Serviços Terceiros - Fundos	0,00	287,61
Locação de Máquinas e Equipamentos	108,11	0,00
Locações de Veículos	5.268,86	36.900,70
Custas e Emolumentos	24.300,51	21.655,81
Seminários, Congressos e Convenções	16.040,00	21.230,00
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	1.700,00	6.475,00
Serviços de Terceiros Diversos	0,00	11.270,04
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	44.254,47	88.497,16
(-) Despesas Tributárias	44.254,47	88.497,16
IPTU/TLP	23.318,67	16.733,59
IRRF s/Aplicações Financeiras	19.982,80	43.737,30
Impostos e Taxas Diversas	953,00	28.026,27
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	30.331,33	33.286,83
(-) Despesas Financeiras	30.331,33	33.286,83
Despesas Bancárias	11.602,37	12.233,99
Juros e Multas p/Atraso	18.728,96	21.052,84
(-) CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES	585.670,39	506.868,15
(-) Contribuições /Doações	585.670,39	506.868,15
DIEESE- Dep.Inst.Estat.Est. Social	166.083,97	109.888,79
DIAP- Dep. Interes.Ass.Parlam.	3.367,00	2.662,00
CNESF-Coord.Nac. Ent. Serv. Feder	65.271,00	63.291,06
FNDC - Forum Nac. p/Dem. Com	945,00	840,00
CONLUTAS-Ass. Coord. Nac. Lutas	221.491,19	189.594,50
Outras Contribuições/Doações	128.512,23	140.591,80
(-) DESPESAS C/REGIONAIS	901.128,10	1.056.354,31
(-) Despesas c/Regionais	901.128,10	1.056.354,31
Regional Sul	83.478,15	112.863,24
Regional RJ	73.384,94	117.365,13
Regional NE I	121.307,68	140.964,38
Regional NE II	41.138,09	73.536,83
Regional NE III	71.519,37	88.443,14
Regional SP	46.388,68	80.474,97
Regional Leste	112.023,57	69.116,53
Regional Norte I	36.759,75	69.396,62
Regional Norte II	83.879,84	63.055,49
Regional Planalto	84.359,08	65.749,20
Regional Pantanal	37.535,60	37.927,00
Regional RS	109.353,35	137.461,78
(-) DESPESAS DIVERSAS	14.667,24	13.138,15

(-) Despesas Diversas	14.667,24	13.138,15
Despesas de Exercícios anteriores	573,71	8.643,15
Despesas c/Eventos	14.092,68	3.189,04
Perdas Diversas	0,85	1.305,96
Total das Despesas	8.573.331,22	7.911.699,49
(=) Déficit do período	(1.285.184,08)	(212.480,73)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado no Período apresenta no exercício em referência um déficit de R\$ 1.285.184,08 (hum milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta e quatro reais e oito centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos mesmos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2012

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente

CPF: 236.646.492-49

**FAUSTO DE CAMARGO
JUNIOR**

1º Tesoureiro

CPF: 040.970.858-59

**IÊDA MENDES
CORREA**

Contadora

CRC/DF: 013.720/O-8

Recomendações:

- 1 - Detalhar os valores que são repassados às entidades que o ANDES-SN é filiado;
- 2 - Organizar a apresentação da tabela por ordem alfabética;
- 3 - Especificar os encargos de INSS sobre cada serviço;
- 4 - Desmembrar e detalhar os gastos discriminados no demonstrativo;
- 5 - Apresentar uma análise sobre a prestação de contas que contribua para uma melhor interpretação dos dados na tabela.

VII - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

O 58º CONAD aprova a previsão orçamentária para 2014

Receita	2014
Receita Total	8.374.970,73
Receita de Contribuições	7.855.520,93
Receita de aplicações financeiras	310.000,00
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	209.449,80
Despesas	2014
Pessoal e Encargos	2.300.000,00
Diárias de Diretores	350.000,00
Material de Consumo	187.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Física	40.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	400.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	400.000,00
Assessoria Contábil	90.000,00
Correios, Transportadoras e Fretes	200.000,00
Conduções e Passagens Urbanas	85.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	900.000,00
Hospedagem	400.000,00
Telefone	130.000,00
Energia Elétrica	51.000,00
Água e Esgoto	2.000,00
Alimentação	10.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	235.000,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	100.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	15.000,00
Custas e Emolumentos	23.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	60.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00
Assinaturas e Periódicos	2.000,00
Reembolso de Kilometragem	25.000,00
Estacionamentos / Pedágios	5.000,00
Revista - Universidade & Sociedade	120.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	200.000,00
INSS s/Serviços	27.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	25.000,00
Despesas Financeiras	30.000,00
Repasse p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	500.000,00
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	24.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00
Despesas com Regionais	850.000,00
Despesas Diversas	150.000,00
Total de despesas	7.970.000,00

VIII - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 32º CONGRESSO

O 58º CONAD aprova a prestação de contas do 32º CONGRESSO

PREVISÃO DE DESPESAS 32º CONGRESSO	ANDES-SN	ADUFRJ	Total de despesas
<i>Especificação</i>	Despesa	Despesa	Total
1-PESSOAL			
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)			
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	2.952,67	0,00	2.952,67
Diárias	6.000,00	0,00	6.000,00
Horas extras	20.312,83	0,00	20.312,83
Subtotal	29.265,50	0,00	29.265,50
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO			
Arte do Folder	0,00	22.800,00	22.800,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	1.078,80	0,00	1.078,80
Cartazes Gráfica	0,00	2.070,00	2.070,00
Encadernação	0,00	60,00	60,00
Convites (impressão)	0,00	600,00	600,00
Banner	0,00	1.143,65	1.143,65
Serviço de Impressão/Informativo do Congresso	9.000,00	0,00	9.000,00
Impressora para imprensa	0,00	2.300,00	2.300,00
Subtotal	10.078,80	28.973,65	39.052,45
3 – INFRAESTRUTURA			
Estrutura Física			
Correio	0,00	5.149,80	5.149,80
Técnico de Informática	0,00	2.000,00	2.000,00
Transportadora	4.763,81	160,00	4.923,81
Aluguel de rádios	0,00	1.260,00	1.260,00
Aluguel de cadeiras e mesas	0,00	18.150,00	18.150,00
Aluguel Balcão e Armário	0,00	5.598,00	5.598,00
Aluguel de Notbooks	0,00	18.150,00	18.150,00
Suporte Técnico de Informática	0,00	4.007,40	4.007,40
Apresentação Cultural	0,00	3.000,00	3.000,00
Sonorização	0,00	750,00	750,00
Cópias e Impressões	0,00	4.888,00	4.888,00
Roteador	0,00	230,00	230,00
Lixeiras	0,00	340,00	340,00
Subtotal	4.763,81	63.683,20	68.447,01
Prestação de Serviços			
Táxi	385,00	467,00	852,00
Filmagem	0,00	750,00	750,00

Enfermeiro/ Ambulância	0,00	13.200,00	13.200,00
Manutenção de equipamentos	0,00	400,00	400,00
Pessoal de Apoio (Acadêmicos)	0,00	22.620,00	22.620,00
Horas extras de Apoio	0,00	6.950,00	6.950,00
Aluguel de Bebedouro	0,00	2.355,00	2.355,00
Coffe Break	0,00	28.476,00	28.476,00
	385,00	75.218,00	75.603,00
Material de Consumo			
Medicamentos farmácia	0,00	133,00	133,00
Material de Escritório e expediente	83,31	1.192,34	1.275,65
Material de Consumo	0,00	934,91	934,91
Tonner e Cartucho de Tinta	1.124,00	0,00	1.124,00
	1.207,31	2.260,25	3.467,56
Material distribuído aos delegados e observadores			
Marcador de Texto/ Dia da Mulher	680,00	0,00	680,00
Pastas/ Bolsas	0,00	0,00	0,00
Camisetas	0,00	9.178,30	9.178,30
Crachá	0,00	3.127,50	3.127,50
Guia do Congressista	0,00	1.760,00	1.760,00
Canetas Ecológica	0,00	1.100,00	1.100,00
Blocos	0,00	2.080,00	2.080,00
Brindes/Caneca	0,00	0,00	0,00
Subtotal	680,00	17.245,80	17.925,80
4 - COMISSÃO ORGANIZADORA			
Diárias	2.200,00	0,00	2.200,00
Passagens Aéreas	5.062,50	0,00	5.062,50
Hospedagem	3.326,93	0,00	3.326,93
Subtotal	10.589,43	0,00	10.589,43
5- Despesa c/ transporte de um delegado das Seções Sindicais c/ menos de 101 filiados.	25.000,00	0,00	25.000,00
	0,00	0,00	
Subtotal	25.000,00	0,00	25.000,00
TOTAL	81.969,85	187.380,90	269.350,75

Total de Despesas Previstas para Rateio	239.306,13
Total de Despesas Realizadas	269.350,75
Porcentagem da diferença	13%
Valor pago a maior	30.044,62

IX – RATEIO DAS DESPESAS DE CONGRESSOS E CONAD

O 58º CONAD delibera que a Diretoria do ANDES-SN apresente até o Encontro Intersetorial um estudo Nacional que demonstre: o número de filiados, a forma e o percentual e o valor de arrecadação de cada seção sindical. O estudo nacional deve informar as seções sindicais que não disponibilizarem as informações solicitadas.

RATEIO DE DESPESAS DO 58º CONAD

Nº	SSIND	Nº Filia	Nº de Delegados Presentes	COTA	Transporte	Taxa Observ.	Pagar Receber (-)
	NORTE I						
1	SESDUF-RR	280	1	1.298,48	2.678,19	0,00	-1.379,71
2	ADUA	856	1	2.462,00	1.118,19	0,00	1.343,81
	NORTE II						
				732,88			
3	SINDUFAP	182	1	1.100,52	2.103,99	160,00	-843,47
4	SINDUFPA-MAR	60	1	854,08	1.752,39	0,00	-898,31
5	ADUFPA	1.616	1	3.997,20	808,59	40,00	3.228,61
	NORDESTE 1						
6	APRUMA	1.049	1	2.851,86	821,19	120,00	2.150,67
7	ADUFPI	1.293	1	3.344,74	863,19	40,00	2.521,55
8	SINDUECE	262	1	1.262,12	696,99	0,00	565,13
9	ADCESP	358	1	1.456,04	863,19	0,00	592,85
	NORDESTE 2						
10	ADUFPB	2.403	1	5.586,94	346,29	0,00	5.240,65
11	ADFURN/ADUERN	948	1	2.647,84	864,61	80,00	1.863,23
12	ADUFERSA	220	1	1.177,28	864,61	0,00	312,67
13	ADUFERPE	700	1	2.146,88	423,69	120,00	1.843,19
14	ADUFEPE	2.158	1	5.092,04	423,69	0,00	4.668,35
15	ADUFCG	740	1	2.227,68	361,47	40,00	1.906,21
	NORDESTE 3						
16	ADUFS-BA	553	1	1.849,94	917,58	0,00	932,36
17	ADUFS	1.063	1	2.880,14	739,77	40,00	2.180,37
18	ADUSB	734	1	2.215,56	992,79	40,00	1.262,77
19	ADUFAL	1.377	1	3.514,42	1.276,59	0,00	2.237,83
20	ADUSC	474	1	1.690,36	996,48	40,00	733,88
21	ADUNEB	879	1	2.508,46	902,19	80,00	1.686,27
	LESTE						
22	ASPUV	1.011	1	2.775,10	904,50	80,00	1.950,60
23	ADFMTM	234	1	1.205,56	691,86	40,00	553,70
24	ADUFES	1.597	1	3.958,82	631,59	120,00	3.447,23
25	APESJF	1.080	1	2.914,48	545,86	0,00	2.368,62
26	ADUFU	1.259	1	3.276,06	672,90	120,00	2.723,16
27	SINDCEFET-MG	497	1	1.736,82	863,49	40,00	913,33
28	ADFUNREI	455	1	1.651,98	882,60	200,00	969,38
29	ADUFOP	584	1	1.912,56	879,15	0,00	1.033,41
30	ADUFLA	550	1	1.843,88	890,30	40,00	993,58
	PANTANAL						
31	ADUFMAT	1.228	1	3.213,44	971,19	40,00	2.282,25
32	ADUEMS	329	1	1.397,46	558,63	0,00	838,83
	PLANALTO						
				732,88			
33	ADUNB	2.273	1	5.324,34	1.191,39	0,00	4.132,95
34	SESDUFT	336	1	1.411,60	543,39	0,00	868,21
	RIO DE JANEIRO						
36	ADUR-RJ	823	1	2.395,34	517,98	0,00	1.877,36
37	ADUFRJ	3.289	1	7.376,66	513,99	120,00	6.982,67
38	ADUFF	2.506	1	5.795,00	516,75	160,00	5.438,25
39	ASDUERJ	1.215	1	3.187,18	513,99	80,00	2.753,19
	SÃO PAULO						

40	ADUNICAMP	2.129	1	5.033,46	588,90	80,00	4.524,56
41	ADUSP	2.835	1	6.459,58	573,39	80,00	5.966,19
	SUL						
42	APUFPR	2.868	1	6.526,24	459,39	120,00	6.186,85
43	S.S UFSC	203	1	1.142,94	495,39	0,00	647,55
44	SESDUEM	373	1	1.486,34	564,73	40,00	961,61
45	SINDUTF-PR	896	1	2.542,80	459,39	200,00	2.283,41
	RGS						
46	APROFURG	792	1	2.332,72	148,10	200,00	2.384,62
47	S.S UFRGS	45	1	823,78	144,30	40,00	719,48
48	ADUFPEL	1.253	1	3.263,94	158,90	120,00	3.225,04
49	SEDUFISM	1.318	1	3.395,24	0,00	200,00	3.595,24
		50.183	48	138.013,66	36.697,72	2.920,00	102.770,18

Fausto de Camargo Júnior
1º Tesoureiro

Prestação de Contas do 58º CONAD

Nº	ITEM	Previsão ANDES	Rateio SEDUFISM
1	Pessoal		
1.1	ANDES-SN		
	Horas Extras	11.000,00	1.008,00
	Diárias	4.500,00	0,00
	Passagem Aérea	3.042,52	0,00
	Passagem Terrestre	740,00	0,00
	Hospedagem	9.360,00	0,00
	SUBTOTAL	28.642,52	1.008,00
1.2	Apoio		
	Serviço de Apoio	0,00	960,00
	Táxi	0,00	0,00
	Apresentação Cultural	0,00	0,00
	Serviço de Enfermagem	0,00	0,00
	Material Médico	0,00	0,00
	Transporte/ônibus	0,00	0,00
	Combustível	0,00	0,00
	SUBTOTAL	0,00	960,00
2	Imprensa e Divulgação		
	Cartazes	0,00	830,00
	Banner	0,00	0,00
	Filmagem	0,00	2.000,00
	Transportadora	1.209,43	0,00
	Informandes	2.165,50	0,00
	Convites Abertura	0,00	48,00
	SUBTOTAL	3.374,93	2.878,00
3	Infraestrutura		
	Material de Escritório	0,00	295,35
	Material de Copa	0,00	0,00
	Material de Limpeza	0,00	0,00
	Computador/ Notebook	0,00	7.710,00

	Aluguel Copiadora/ Impressora	0,00	10.800,00
	Correios	0,00	495,90
	Coffe Break	0,00	5.400,00
	Café/ Água Mineral	0,00	1.026,00
	Papel A4	479,00	194,25
	Sonorização	0,00	2.800,00
	Ornamentação	0,00	0,00
	Espaço Hotel, Auditório e Salas	0,00	29.182,40
	SUB-TOTAL	479,00	57.903,90
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores		
	Bolsas	0,00	4.750,00
	Camisetas	0,00	3.500,00
	Crachás	0,00	559,50
	Bloco de anotações	0,00	700,00
	SUB-TOTAL	0,00	9.509,50
5	Gastos com Comissão Organizadora		
	Diárias	700,00	0,00
	Hospedagem	759,00	0,00
	Passagens Aéreas	475,39	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	0,00	0,00
	SUB-TOTAL	1.934,39	0,00
	TOTAL	34.430,84	72.259,40
	Total de Despesas Previstas	106.690,24	

CADERNO DE TEXTOS

58º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional

TEMA CENTRAL:

ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores.

Santa Maria/RS, 18 a 21 de julho de 2013

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2012-2014

Presidente: Marinalva Silva Oliveira

Secretário-geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Fausto de Camargo Júnior

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

SUMÁRIO

Proposta de Cronograma e Pauta do 58º CONAD	
Proposta de Regimento do 58º CONAD	
TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 32º CONGRESSO	
Texto 1 - Movimento Docente e a Conjuntura – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 2 – A práxis como exigência da práxis – <i>Contribuição da Diretoria da ADUFPI Seção Sindical</i>	
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 3 - Tratando os desafios político-organizativos do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 4 - Avaliação e atualização do plano de lutas de ciência e tecnologia - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 5 - Sobre a proposta de projeto de lei da mídia democrática de iniciativa popular - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 6 - Avaliação e atualização do plano de lutas de educação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 7 - Avaliação e atualização do plano de lutas de seguridade social e assuntos de aposentadoria - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 8 - A práxis como exigência da práxis – <i>Contribuição da Diretoria da ADUFPI Seção Sindical</i>	
Texto 9 - Uma proposta de mobilização - <i>Contribuição do Prof. Althen Teixeira Filho – Sindicalizado da Adufpel Seção Sindical e do Prof. Antônio Libório Philomena – Sindicalizado da Aprofurg Seção Sindical</i>	
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
Texto 10 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 11 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 12 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	

TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 13 - VII Encontro Intersetorial – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 14 - Sede do 59º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 15 – Apoio político e material à construção do Sindicato na base - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 16 - Designar a sala de reuniões da sede do ANDES-SN com o nome do companheiro Edmundo Fernandes Dias – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 17 – Comissão da Verdade do ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 18 - Prestação de Contas do Exercício 2012 – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 19 - Previsão orçamentária para 2014 – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
SIGLAS	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 3 - Tratando os desafios político-organizativos do ANDES-SN	
TR 4 - Avaliação e atualização do plano de lutas de ciência e tecnologia	
TR 5 - Sobre a proposta de projeto de lei da mídia democrática de iniciativa popular	
TR 6 - Avaliação e atualização do plano de lutas de educação	
TR 7 - Avaliação e atualização do plano de lutas de seguridade social e assuntos de aposentadoria	
TR 8 - A práxis como exigência da práxis	
TR 9 - Uma proposta de mobilização	
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
TR 10 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	
TR 11 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES	
TR 12 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 13 - VII Encontro Intersetorial	
TR 14 - Sede do 59º CONAD	
TR 15 - Apoio político e material à construção do Sindicato na base	
TR 16 - Designar a sala de reuniões da sede do ANDES-SN com o nome do companheiro Edmundo Fernandes Dias	
TR 17 – Comissão da Verdade do ANDES-SN	
TR 18 - Prestação de Contas do Exercício 2012	
TR 19 - Previsão orçamentária para 2014	

Apresentação

Tendo como tema “ANDES-SN: Sindicato de Luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores”, convocado pela diretoria do ANDES-SN e organizado pela SEDUFMS, o 58º CONAD ocorrerá na cidade de Santa Maria-RS, no período de 18 a 21 de julho de 2013.

Destacam-se, nesse momento conjuntural, os sinais de crise internacional sobre o Brasil com o acirramento das pressões do capital internacional, apertando o cerco pela exigência de medidas drásticas que se traduzem na ampliação desmesurada das privatizações e as ações de pressão pela retirada de direitos conquistados democraticamente pela luta dos trabalhadores.

Em relação às instituições públicas, tece-se uma rede intrincada de ações visando satisfazer a voracidade do capital. Não é outra senão a intencionalidade de medidas que atingem as instituições públicas de ensino, como EBSEH, as Fundações Estatais de Direito Privado, o PRONATEC, o Projeto do Código Nacional de Ciência e Tecnologias, o PNE, entre outras, e os mecanismos de desmonte da estrutura da carreira dos docentes.

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN já avaliava a gravidade dessas investidas brutais. Cabe, agora, ao 58º CONAD atualizar o Plano de Lutas de 2013 para enfrentar os desdobramentos desses desafios. A resposta deve ser dada com o revigoramento das propostas de lutas em defesa das instituições públicas de educação, da autonomia universitária, das reivindicações dos professores por salários, carreira e condições de trabalho e o direito de organização autônoma, tendo como referência os princípios da emancipação da classe trabalhadora.

Com essa perspectiva de muito trabalho e reflexão, estaremos em Santa Maria-RS fortalecendo o ANDES-SN e estabelecendo os caminhos que favoreçam a trajetória de construção do movimento docente por uma nova sociedade, fundada na igualdade e no direito de todos a uma existência humana, digna e fraterna.

Até Santa Maria.

Diretoria do ANDES-SN

PROPOSTA DE PAUTA E CRONOGRAMA DO 58º CONAD

18 a 21 de julho de 2013

Tema Central: ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores

5ª feira (18/7)	6ª feira (19/7)	Sábado (20/7)	Domingo (21/7)
9h às 12h Credenciamento 10h às 12h Plenária de Abertura	9h às 12h Grupo Misto - Tema II	9h às 12h Plenária Tema II	9h às 12h Plenária Tema IV
14h às 16h Plenária de Instalação 14h às 18h Credenciamento	14h às 17h Grupo Misto - Tema III	14h às 17h Plenária Tema III	15h às 17h Plenária de Encerramento
18h às 20h Plenária Tema I	18h às 21h Grupo Misto - Tema IV		

TEMÁRIO:

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 32º CONGRESSO.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

Tema IV: Questões organizativas e financeiras

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 58º CONAD

Capítulo I Do 58º CONAD

Art. 1º O 58º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (58º CONAD do ANDES-SN), previsto no inciso II, do Art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII, do Art. 30, reunir-se-á no período de 18 a 21 de julho de 2013, em Santa Maria-RS, organizado pela SEDUFMSM Seção Sindical do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 58º CONAD poderá ser estendido, pela Plenária de Encerramento, para o dia 22 de julho de 2013.

Art. 2º O 58º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o **cronograma de atividades** no seu início, de acordo com o disposto no Art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 58º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o Art. 22.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 58º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 32º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 32º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 32º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV – exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN nos termos do seu Estatuto;

V – examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela Diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, ad referendum do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de Seções Sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de Associações de Docentes (AD) em Seções Sindicais e as alterações nos seus regimentos, **ad referendum** do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO do Sindicato imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 58º CONAD:

I – um(a) delegado(a) de cada Seção Sindical (S.Sind) ou AD - Seção Sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua Assembleia Geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II – um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via Secretaria Regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva Assembleia Geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III – uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV – o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V – observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via Secretaria Regional, com direito a voz;

VI – os demais membros efetivos da Diretoria em exercício (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz;

VIII – os(as) convidados(as) pelas Comissões Organizadora ou Diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 58º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à Comissão Diretora;

b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas Assembleias Gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas Assembleias Gerais dos sindicalizados via Secretaria Regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as);

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via Secretaria Regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º A (O) Presidente do ANDES-SN preside o 58º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 58º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18 (dezoito) horas, do dia 18 de julho de 2013, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em Assembleia Geral, será exigida ata (ou extrato), que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind., justificando a situação.

§ 3º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via Secretaria Regional, deve ser apresentada a ata da Assembleia Geral que os(as) escolheu.

§ 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e ou votação, em cores diferentes.

§ 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou Secretaria Regional, mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V Do Funcionamento Seção I Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 58º CONAD:

- I - Comissão Organizadora;
- II - Comissão Diretora;
- III - Grupos Mistos;
- IV – Plenárias.

§ 1º As Comissões Organizadora e Diretora são criadas a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 58º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos Grupos Mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 10. A Comissão Organizadora do 58º CONAD é constituída por 3 (três) representantes da SEDUFSM e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 58º CONAD;

II - organizar a sessão de abertura;

III – providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela Plenária de Instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;

V – realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes.

Seção III

Da Comissão Diretora

Art. 12. A Comissão Diretora do 58º CONAD é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da Comissão Diretora (do 58º CONAD):

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes;

II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III – elaborar a prestação de contas, para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias, que deverão ser constituídas por membros efetivos da Diretoria do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos, em consonância com o disposto no art. 14, deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora, cabe recurso à Plenária subsequente.

Seção IV

Dos Grupos Mistos

Art. 14. Os Grupos Mistos são compostos por:

I – delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via Secretaria Regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) Presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II – observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via Secretaria Regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III – diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;

IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz.

Parágrafo único. Cada Grupo Misto será composto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

Art. 15. Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por um(a) Coordenador(a), um(a) Relator(a) e um(a) Secretário(a).

§ 1º Os membros da Mesa Coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do referido grupo.

§ 2º O(A) Coordenador(a) da Mesa Coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as) componentes do mesmo.

§ 3º O(a) Relator(a) e o(a) Secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art.17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II – participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos Grupos Mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 58º CONAD, observado o quórum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma nova lista de frequência.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

Art. 20. Os(as) Relatores(as) dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à Comissão Diretora o Relatório de seu grupo, digitado; sendo garantidas, pela Comissão Organizadora, as condições necessárias para tal.

Parágrafo único. Excetuam-se do prazo estabelecido no *caput* deste artigo os Relatórios de Grupos Mistos cujas reuniões terminem após às 19 horas. Para esses casos, o prazo limite é até às 10 horas do dia seguinte.

Art. 21. A consolidação dos Relatórios de Grupos Mistos será feita pelos membros da Comissão Diretora, para tal designados; e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) Relatores(as) dos diversos Grupos Mistos.

Art. 22. Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 58º CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e, sempre que necessário, por esta última em conjunto com os (as) Relatores(as).

Art. 23. Os Grupos Mistos terão a duração de 3 (três) horas.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I – delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via Secretaria Regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) Presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II – observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via Secretaria Regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - membros das Comissões Diretora e Organizadora do 58º CONAD, com direito a voz;

IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 25. Os trabalhos das Plenárias do 58º CONAD serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um(a) Presidente, um(a) Vice-Presidente, um(a) 1º(1ª) Secretário(a) e um(a) 2º(2ª) Secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica, entre os membros da Diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da Mesa Coordenadora de cada Plenária.

§ 2º A Plenária poderá, a partir de encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da Mesa Coordenadora dos trabalhos.

Art. 26. Compete ao(à) Presidente da Mesa Coordenadora:

I – preparar, junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a), a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao (à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) Secretário(a):

- I – preparar, junto com o(a) Presidente, a ordem dos trabalhos da Plenária;
- II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária;
- III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 58º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único No caso das plenárias de Instalação, Inicial e Encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo da sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) Secretário(a):

- I - auxiliar o(a) 1º (1ª) Secretário(a) em suas atividades;
- II - elaborar a ata da Plenária.
- III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 58º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

- I- Plenária de Abertura: 2 (duas) horas;
- II - Plenária de Instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- III - Plenária do Tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- IV - Plenária do Tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- V - Plenária do Tema III: 3 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- VI - Plenária do Tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- VII - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo – consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 2º - Compete à Plenária de Instalação:

- I - aprovar o Regimento e cronograma do 58º CONAD;
- II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 58º CONAD;
- III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 58º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no Anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à Plenária do Tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 58º CONAD, nos termos deste Regimento.

§ 4º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 5º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

Art. 31. A verificação do quórum, no início das Plenárias do 58º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da Seção Sindical ou AD-Seção Sindical ou Secretaria Regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Capítulo VI

Das Discussões e Votações

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos Grupos Mistos e nas Plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 33. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do Plenário ou do Grupo Misto, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do Grupo Misto ou Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do Plenário.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do Plenário e dos(as) inscrites(as).

§ 2º Somente serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes nos grupos mistos;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora ou por esta em conjunto com os Relatores, nos termos do art. 22, deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 35. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28, do Estatuto do ANDES - SN.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 58º CONAD, até às 18 (dezoito) horas, do dia 20 de julho de 2013, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 58º CONAD o teor das moções propostas, até às 14 (quatorze) horas, do dia 21 de julho de 2013.

§ 2º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39. Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se absterem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas Plenárias, somente constarão do Relatório Final aquelas apresentadas, por escrito, à Mesa Coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a Mesa Coordenadora submeta à votação.

Art. 40. A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 58º CONAD, para divulgar o respectivo Relatório Final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à Plenária.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 58º CONAD do ANDES-SN.

Santa Maria-RS, 18 de julho de 2013

**Tema I: Movimento Docente e Conjuntura:
avaliação da atuação do ANDES-SN frente
às ações estabelecidas no 32º Congresso**

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

MOVIMENTO DOCENTE E A CONJUNTURA

Passados quatro meses da realização do 32º CONGRESSO, a dinâmica econômica social confirma as tendências registradas em nossas análises. Daquele debate foi possível definir a centralidade da luta em 2013: “Defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho, salários dignos e carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES-SINDICATO NACIONAL e a unidade classista dos trabalhadores”.

A Crise do Capital se aprofunda.

No quadro internacional, a crise aguda do sistema se mantém, espalhando-se em escala planetária, com intensificação de medidas repressivas, de intensificação e de exploração exacerbada das condições de vida, de trabalho e de luta dos trabalhadores. Como desdobramento, intensifica-se a sociabilidade do capital sobre a vida de cada trabalhador(a) do planeta e recrudesce o pensamento conservador, cresce o individualismo, intensifica-se a onda neoliberal de privatização das políticas públicas e de sua redução a programas de alívio à pobreza, a partir das políticas compensatórias, orientadas pelo mercado. A onda conservadora se manifesta de diversas formas contra as conquistas sociais, como, por exemplo, nas marchas ocorridas contra o casamento gay na França e no Brasil, e também contra o aborto, no mês de junho.

Apesar do contexto fortemente hegemônico pelo pensamento conservador, as contradições têm levado os trabalhadores a responder aos ataques aos seus direitos com fortes mobilizações, com a paralisação de fábricas e serviços, impulsionados por uma massa de trabalhadores, estudantes e outros segmentos sociais, que se insurgem contra seus governos, na busca por mais democracia e garantia de direitos sociais e trabalhistas. A luta se unifica pelo mote-resposta à “pilhagem do público”, à “superexploração do trabalho” e à “retirada de direitos”. Grécia, Espanha, Portugal, França, Turquia, Síria, Chile e EUA são agitados por mobilizações. Na América Latina, confirmam a tendência geral do momento: a fuga de capitais com a inserção subordinada no mercado internacional em que os estados priorizam a “venda” dos recursos produtivos e naturais para o capital internacional e, como contrapartida, a resposta à altura da juventude e trabalhadores.

A Crise e a Política Econômica do Governo Brasileiro articulado com o Capital

No Brasil, os efeitos da crise já haviam começado a se manifestar em 2012, sendo um deles a retração das exportações provocada pela redução das importações por parte dos principais compradores dos produtos produzidos no país, sobretudo de “commodities”. O superávit da balança comercial brasileira (exportações menos importações), em todo o ano de 2012, somou US\$ 19,43 bilhões, o menor saldo positivo em dez anos. A expectativa para 2013 é de continuidade da queda do superávit, cuja tendência já se confirmou nos três primeiros meses somando um déficit de US\$ 6,15 bilhões, contra um superávit de US\$ 3,299 bilhões no mesmo período de 2012.

A economia capitalista brasileira está em um impasse grave. O PIB cresce de forma irrisória. A “bolha financeira” aumenta como demonstram o recorde da dívida pública

federal (interna e externa), a dívida dos estados, a dívida privada de bancos, empresas e famílias e a bolha da propriedade imobiliária. O capital financeiro internacional reclama mais subsídios ao grande capital e a privatização dos bens públicos.

Dessa forma, o governo de Dilma Roussef continua mantendo o modelo político econômico adotado pelo governo anterior, em grandes linhas, no sentido solicitado pelo grande capital: iniciou a privatização dos aeroportos, com fortes subsídios estatais, às vésperas da Copa 2014 e das Olimpíadas de 2016 e transferiu à iniciativa privada a manutenção, construção e exploração de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias, sem contar com a incorporação de aeroportos e portos nesse processo. Os investimentos são da ordem de R\$ 133 bilhões para um período de 25 anos, sendo que R\$ 79,5 bilhões serão investidos nos primeiros cinco anos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará 80% dos projetos. Além disso, o governo investe sobre os direitos dos servidores públicos federais com redução do poder aquisitivo dos salários (com perdas inflacionárias) e reduz os gastos sociais ao seu percentual mais baixo (do PIB e da receita líquida do Estado) em duas décadas, abaixo inclusive dos índices dos governos “neoliberais” anteriores aos do PT.

Ademais, permanece a política de desoneração da folha de pagamentos das empresas. O fim da cobrança da contribuição previdenciária patronal compromete o equilíbrio futuro do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Sob o argumento da necessidade de redução do “custo Brasil”, o governo federal abdicou da receita previdenciária oriunda de 20% sobre a folha salarial e ficou com uma promessa de contribuição de alíquotas sobre o faturamento das empresas. Além disso, na atualidade, prevalece um quadro de crescimento baixíssimo da economia, aumento da inflação, da carestia e elevação da taxa de juros. Tudo isso reforça a implementação das práticas antissindiciais, a flexibilização dos direitos trabalhistas e as tentativas de retomada da contrarreforma sindical, a exemplo do Acordo Coletivo Especial, proposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que permite flexibilizar direitos, a despeito do que está assegurado em lei.

O capital exige novos horizontes para manter os níveis de acumulação, retirando direitos históricos da população, com a colaboração do governo, que amplia espaços de exploração privada de serviços tradicionalmente públicos. O avanço do fim dos rudimentos de Estado de Bem-Estar Social estabelecidos na Constituição de 1988, com privatização das políticas públicas para sustentar a desoneração tributária das empresas e para impulsionar os negócios privados no segmento dos serviços (que deveriam ser públicos), têm debilitado o esboço de esfera pública, construído a partir das lutas sociais dos anos 80.

O Avanço da Reforma do Estado: a Privatização da Saúde e da Educação

Na educação confirma-se a política estratégica do governo com a proposta de PNE que está no Senado, reforça a privatização da educação, aumentando a transferência de recursos públicos para o setor privado. A expansão proposta pelo PNE será através da otimização da capacidade física e humana das IES (exemplo: REUNI) e da EAD, além de elevar o orçamento para o FIES e Prouni. Isso consolida o eixo privado como vetor responsável pela educação. O Pronatec é outra forma de repasse direto do dinheiro público para o sistema S – empresarial, que atua na área da educação. O governo insiste em reduzir as políticas educacionais ao treinamento instrumental da força de trabalho.

O governo, que não cumpriu os compromissos assumidos com o REUNI, segue na sua política de expansão precarizada das instituições federais de ensino com a sanção da lei

que cria quatro novas universidades federais (Sul e Sudeste do Pará, Oeste da Bahia, Sul da Bahia, e Cariri no Ceará). A análise inicial da relação de cursos criados e do número de alunos por professor indica a relação de 22,8 alunos por professor, o que supera a própria meta do Reuni (18 alunos por professor) do governo federal, que sabemos precariza o exercício profissional e afeta a qualidade do ensino.

Combina-se a precarização nas instituições públicas com o incremento de práticas privatistas. É ilustrativo deste incremento o projeto de Código Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação, que teve a “contribuição” de fundações privadas de todo o país. De acordo com o projeto, não apenas será permitida a transferência direta de recursos públicos para o setor privado, como se ampliará a possibilidade de as instituições públicas – as universidades, responsáveis por mais de 90% da produção científica do país – compartilharem seus laboratórios, equipamentos, materiais e instalações com empresas privadas, inclusive transnacionais. O Código permitirá ainda o acesso à biodiversidade pelos monopólios privados. Além do que será permitido, sem autorização prévia, o acesso ao patrimônio genético e de conhecimento tradicional para fins de pesquisa. E também a extração do patrimônio para fins de produção e comercialização. Trata-se de mais *uma política de entrega nacional total*.

A reforma do Estado brasileiro avança a partir da iniciativa do governo federal de aprovação do PLP 92/2007. Este projeto apresenta a proposição de Fundações Estatais de Direito Privado – FEDP – regulamenta o Inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, definindo as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público, de direito público ou privado. A proposta de FEDP tem como objeto as áreas de saúde, assistência social, cultura, educação, desporto, ciência e tecnologia, meio ambiente, previdência complementar do servidor público, comunicação social, promoção do turismo nacional e os hospitais universitários. Ao retomar a tramitação na Câmara dos Deputados, agora em regime de urgência, do PLP 92/2007, o governo Dilma Rousseff desconsidera a luta travada nesses últimos seis anos – contra esse modelo de gestão – pelos movimentos sociais, estudantis e as decisões das entidades do serviço público das esferas federal, estadual e municipal, bem como as resoluções do CNS - Conselho Nacional de Saúde. Busca-se regulamentar com leis práticas o que já vem sendo instituído em todas as esferas do Estado, como a entrega de hospitais e outros serviços para administração de OCIP – Organização Civil de Interesse Público e fundações, em diversos estados e municípios. O Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais vem intervindo para tentar barrar o referido PL no Congresso Nacional.

Ainda no terreno da mercantilização dos direitos sociais e da redução da ação do Estado, na área da saúde, a EBSERH completa o quadro de entrega de serviços públicos para empresas de regime privado. A EBSERH, além de ferir a autonomia universitária, influir negativamente na qualidade do ensino da pesquisa e da extensão, precariza a prestação de serviço para a população e as relações de trabalho no interior dos hospitais universitários.

A previdência é outra vertente de redução social do Estado, agora com a discussão do fator previdenciário 95/105, um mecanismo para que ninguém se aposente com menos de 70 anos, assim como a recente criação e pressão para adesão ao FUNPRESP, que acaba com a aposentadoria integral dos novos servidores públicos, formando um mega fundo que tem por centralidade estar a serviço do capital.

Na saúde, o governo federal está gestando uma política de isenção fiscal para que os planos privados assumam a demanda do SUS – uma “bolsa saúde”, um negócio que supera extraordinariamente o que foi a venda da Amil, e poderá, em conjunto com as

outras medidas citadas, por fim ao modelo de saúde pública, gratuita e universal do SUS.

A Criminalização dos Movimentos Sociais

Diante do quadro apresentado, temos ainda, no que se refere aos segmentos populacionais que reclamam seus direitos, o recrudescimento da violência oficial do Estado no lugar da atenção à dívida social para com os mesmos.

Os Povos Indígenas e Quilombolas lutam pelos seus Territórios Tradicionais, que estão em processo de demarcação, ou já demarcadas. Estes são vítimas de intensa violência, como: ameaças de morte, assassinatos, ataques de homens armados a seus locais de moradia, preconceito etnorracial e exclusão social. O Brasil é o país onde mais são cometidos homicídios e outras formas de violação de direitos contra comunidades originárias. As ações governamentais vêm favorecendo os interesses do empresariado sobre as terras indígenas com violência oficial de estado, gerando um número expressivo de mortes de homens e mulheres que lutam pelo direito de trabalhar.

O substitutivo ao PL 478/2007, que cria o Estatuto do Nascituro, é um retrocesso para o direito das mulheres. Ao prever pena de um a três anos de prisão a quem “causar, culposamente, morte ao nascituro”, o projeto abre brecha para a possibilidade de se criminalizar o aborto, inclusive, nos casos de estupro. O PL prevê, ainda, dentre outros pontos, o pagamento de pensão alimentícia, equivalente a um salário mínimo, às crianças concebidas de violência sexual, incrementando o processo de “bolsificação” da vida dos trabalhadores.

No tocante à política de combate à homofobia, transfobia e lesbofobia, há que se considerar que um dos focos principais na análise deve ser a elaboração de políticas que superem caráter não classista do discurso governamental. O debate nacional hoje travado em torno do “Fora Feliciano!”, “Ele não nos representa!”, trouxe à tona, contraditoriamente, posturas ainda mais conservadoras na sociedade brasileira sobre o tema e sobre bandeiras históricas das mulheres, além de criar a falsa impressão de avanços na luta, a partir da exposição midiática da pauta LGBT, quando se percebe uma retração nas diversas mobilizações nacionais e o aumento da violência contra os LGBT trabalhadores. Por outro lado, o capital busca acomodar minimamente as reivindicações LGBT, quando cede e reconhece a união civil e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e oferece a possibilidade do acesso à cidadania através da mercantilização, o rentável “mercado pink”, dentre outras ações.

Está em curso um processo que combina medidas repressivas à luta dos trabalhadores e juventude com ações assistencialistas (“bolsificação da vida”), o que reforça a ressignificação das políticas sociais, na medida em que elas são descaracterizadas como direito universal, focalizando-as entre os mais pobres dos pobres, deixando os demais à mercê das regras de mercado para o acesso aos bens coletivos necessários à reprodução material e social da sua vida e família. Os conflitos urbanos são importante evidência desse processo que, no atual contexto, tem enfrentado as medidas de higienização social, que marcam a cena das grandes cidades brasileiras em nome da presença do grande capital e sob a retórica do desenvolvimento-crescimento-investimento dos mega eventos esportivos.

A criminalização destas lutas se expressa não só nas ações repressoras como também nos verdadeiros absurdos, como o atentado a direitos constitucionais presente no PL 728/2011 do Senado, dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Ana Amélia (PP-RS) e Walter Pinheiro (PT-BA), conhecido pelos movimentos sociais como “AI-5 da Copa” por, dentre outras coisas, proibir greves durante o período dos jogos e incluir

“terrorismo” no rol de crimes com punições duras e penas altas para quem “provocar terror ou pânico organizado”.

A Luta dos Trabalhadores: Resposta à Violência do Capital

Dos peões das obras do PAC aos bombeiros do Rio de Janeiro, passando pelos professores, funcionalismo federal, metalúrgicos da Volkswagen no Paraná e a juventude no “Fora Micarla” em Natal, nas marchas pela liberdade, no movimento pelo passe livre e contra o aumento das passagens de transporte nas grandes cidades do Brasil, os trabalhadores demonstram que não estão dispostos a arcar com os ônus da crise. Em 2013, o aprofundamento da crise internacional e seus reflexos no Brasil, com a retomada da inflação e aumento da carestia, trazem à cena manifestações com diferenciados níveis de organização, contra o aumento na passagem como as que ocorreram em Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Natal e Teresina, ações organizadas de trabalhadores com importantes greves e a Marcha Unificada de 24 de abril, além de ocupações de áreas rurais e públicas intensificando as reivindicações por direitos.

Da parte do governo e com forte alimentação pela mídia, contudo, aprofunda-se a criminalização das lutas, manifestações públicas e greves. São ações policiais e medidas judiciais contra as mobilizações, visando à eliminação de movimentos sociais e dos ativistas. Vivenciamos um quadro em que as greves são julgadas ilegais ou abusivas preventivamente, com pesadas multas aos trabalhadores e suas entidades, como, por exemplo, no setor de transportes e no funcionalismo.

Porém, a luta dos trabalhadores está viva e são visíveis as conquistas por segmento-categoria. Também é importante o despreendimento de setores do bloco governistas e do sindicalismo pelego. No entanto, é preciso ampliar o volume e qualidade necessários para inverter a correlação de forças e dar, ao polo sindical-popular classista e autônomo, a direção do movimento social do país. Superar a fragmentação, aprofundando a unidade dos setores dispostos a resistir para ampliar as lutas, que sejam capazes de reverter o quadro de ataques aos direitos sociais, constitui-se numa tarefa primordial.

Nas lutas deste período destaca-se a importância da preparação e da realização da Marcha de 24 de abril promovida pelo espaço unidade de ação, no qual a CSP-Conlutas atuou corretamente no sentido de aglutinação de forças dispostas a mobilizar os trabalhadores em oposição às contrarreformas neoliberais. Essa movimentação enfrentou, com sucesso, vários obstáculos. Entre os quais, destaca-se a ação da direção nacional da CUT, que precipitou a chamada de outra manifestação em Brasília, ameaçou entidades de sua base que estavam envolvidas na preparação da Marcha do dia 24 e atuou no sentido de combater a luta pela anulação da reforma da previdência. O sucesso da mobilização teve, como uma das consequências, o distanciamento da direção da CUT em relação à proposta do Acordo Coletivo Especial – ACE, proposto pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Isso, no entanto, não significa que a contrarreforma sindical esteja afastada do horizonte. Ao contrário, o embate ocorrido até o momento tende a continuar. O capital, diante da redução das taxas de lucro, exige urgência na reforma sindical, na flexibilização de direitos e em relação a isso, está estabelecido um marco diferenciador de ação sindical. Se a iniciativa do ACE encontra-se temporariamente desmoralizada, outras tendem a ser retomadas pelas centrais, hoje reconhecidas e alimentadas por recursos do imposto sindical.

É necessário avançar na consolidação de instrumentos organizativos que trabalhem pela unificação dos movimentos sociais e suas lutas, tendo como elemento catalizador a CSP-Conlutas. Instrumentos esses que possam potencializar as greves, elevando

qualitativamente o patamar das lutas contribuindo e acumulando para alterar a correlação de forças em favor dos trabalhadores, enfrentando o domínio do neopeleguismo governista entre as grandes centrais sindicais e a grande fragmentação no campo dos setores classistas e combativos.

Docentes na luta por seus direitos e a defesa do ANDES-SN

A conjuntura deste último trimestre manteve as ações de desconstrução do papel social das IES públicas. A luta do ANDES-SN para enfrentar os ataques manteve eixos unitários que caracterizam o amálgama do projeto de universidade que defendemos. Neste sentido, deve-se manter a luta contra o PNE, que oficializa o processo de privatização da educação brasileira, e luta contra o estrangulamento da democracia interna nas instituições, que é a marca da subalternidade dos dirigentes das IES às políticas governamentais. Os desdobramentos para o trabalho docente têm sido evidentes nas precárias condições de trabalho, carreira e salário. Assim, as ações nas estaduais e a campanha salarial das federais, nas quais tivemos programadas mobilizações, dias nacionais de luta, jornadas, paralisações, greves, atividades no parlamento, junto a outros movimentos e entidades, marcaram nossas reações neste período. Na nossa esfera de lutas, devem ser consideradas as IES particulares, quer porque contém expressivo número de alunos e professores, quer porque sofrem uma exploração do patronato e são submetidos, os professores, a um regime de coação política e restrição abusiva na sua forma de organização pela luta dos seus direitos. Nosso objetivo é pautar as reivindicações de todos os docentes, mobilizar a categoria e arrancar as reivindicações.

É importante destacar as dificuldades que se antepõem na trajetória de luta das entidades combativas, críticas da política do governo e que se apresentam com uma postura autônoma, comprometida apenas com o interesse dos trabalhadores e da categoria que representam. Além de pressões políticas, sofrem com a injunção dos processos judiciais e com os trâmites burocráticos que buscam obscurecer a legitimidade pelo aparato legal. Essas entidades, como é o caso do ANDES-SN, têm respondido a esses ataques com a organização democrática de sua estrutura, com a mobilização de sua base e com ações externas articuladas com os movimentos sociais em defesa do patrimônio acumulado nesses mais de 30 anos de existência. A defesa do Sindicato continua, portanto, como prioritária.

Cabe ao 58º CONAD avaliar as ações de luta empreendidas neste período, atualizar o plano de lutas de modo a responder ao desafio de, a partir da intensificação do trabalho de base, ampliar a organização da nossa categoria e contribuir para a unidade classista dos trabalhadores, fortalecendo o Sindicato Nacional, avançando no processo de sua legitimação na categoria como instrumento de luta.

TEXTO 2

Contribuição da Diretoria da ADUFPI Seção Sindical

A PRÁXIS COMO EXIGÊNCIA DA PRÁXIS

1. Ao nascermos herdamos uma compreensão do mundo já pronta, acabada, onde o signifiante e o significado perfazem um só bloco consistente, expressando na sociedade de classes a opinião e a “verdade” da classe dominante que, poderosa, arrasta a quase totalidade da sociedade para construir os seus devaneios de liberdade, traduzidos no supérfluo distante incomensuravelmente da maioria absoluta da classe trabalhadora.
2. Na sociedade capitalista – dependente ou não - a opinião e a “verdade” da classe dominante transformam as riquezas materiais e bens culturais produzidos, sobretudo pela classe subalterna – trabalhadores e trabalhadoras, desempregados (exército de reserva) e expurgos sociais – em bens para si; enquanto alienada, a classe subalterna se debate unicamente com a aquisição, ou manutenção, das condições de sobrevivência ou mesmo de algumas poucas veleidades de pequeno porte, e sendo uma classe voltada para a outra segue a pauta imposta pela classe dominante.
3. A classe subalterna vê a sociedade como composta de castas produzidas e distribuídas dentro do espectro da produção capitalista, induzindo-a a se ver como muitas classes diferenciadas, conforme o quinhão de poder a elas atribuído pela classe dominante. Percebe-se como voltada para si independentemente do lugar que a classe dominante lhes tenha reservado na produção – e na sociedade.
4. Os professores e professoras das universidades se veem como um estamento privilegiado na ilusão do “espectro das classes sociais”, não sabendo a diferença entre classe e categorias na classe em razão do trabalho produzido em sua formação mental/intelectual – em que professores e professoras, pais e mães, o trabalho, sociedade, exerceram, e exercem, um profundo trabalho de alienação no processo de práxis do senso comum - que agora reproduzem mecanicamente a compreensão que receberam e vivência praticada, em muitos casos recusando-se a se verem como pertencentes à classe subalterna, reivindicando para si uma compreensão e práticas que não lhes pertencem enquanto classe efetiva, mas que as reivindicam para si como próprias, realizando assim, em si mesma, a própria servidão.
5. A questão mais importante a resolver no âmbito dos sindicalizados, e não sindicalizados, é o da participação efetiva, com ciência e consciência, de que o trabalho docente precisa ser o de desconstruir a alienação imposta, principalmente a partir do local de trabalho docente.
6. Sem vencer a alienação da própria classe, e nessa a categoria docente, a centralidade da luta expressa na frase: *defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho, salários dignos e de carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES Sindicato Nacional e a unidade classista dos trabalhadores*, não pode se efetivar de modo a alcançar o patamar em que quantidade se transforma em qualidade.
7. Dizer que a nossa última greve docente – a mais longa da história, dito isso como uma vantagem por ignorantes – resultou de um trabalho da direção do ANDES-SN e de sua rede associada, é parcialmente uma inverdade. A greve foi também resultado do cansaço físico e mental da grande maioria docente. O mesmo cansaço e desgaste que a obrigou retornar às salas de aulas a partir de decisão do CNG, e não da BASE.

- A pesquisa continuou quase intacta e funcionando como um contraponto da greve, local em que muitos docentes se escondem com a finalidade provarem que a todo o momento estavam trabalhando (jeitinho docente de fazer greve e de furar a greve, ao mesmo tempo – destruindo assim um princípio da lógica clássica). Os relatos a que tivemos acesso nas reuniões do setor das IFES indicaram que pouquíssimos docentes se fariam presentes na Marcha do dia 24 de abril deste ano de 2013, como realmente aconteceu. Os relatos em torno da presença em nossas assembleias mostram que os interesses em discutir e tomar decisões sobre as nossas pautas praticamente inexistem. Cansaço físico, dinheiro pouco e alienação induzida produzem depressão. Depressão é caminho para a desistência, qualquer que seja ela.
8. Neste sentido, há uma profunda lacuna de informação, discussão e desconstrução do processo de alienação inerentes ao modo de produção capitalista e da propaganda que este faz de suas delícias inalcançáveis à classe subalterna (alguns pegam migalhas no portão do Paraíso) e profundamente destrutivas ao Planeta. Não dizemos aqui que o grupo militante faz pouco. Faz o que pode e à custa de muitos prejuízos financeiros e afetivos. É que dificilmente a qualidade se transforma em quantidade. Precisamos atingir mais quantidades com a qualidade e acúmulos que já possuímos.
 9. Em muitos casos, segmentos da classe subalterna criam movimentos do tipo “primavera árabe”, movimento “occupy”, “crise do capitalismo”, como se fossem rotas de fuga do sistema ou mesmo a sua quebra. O capitalismo quebrará com certeza, mas não em razão desses justos movimentos sociais – fadados a perecerem brevemente por não se constituírem como consciência de classe, por isso sem a firmeza necessária para a continuidade e aprofundamento das conquistas. O que importa é entender que através do capitalismo a classe subalterna jamais se libertará, e para isso necessita compreendê-lo. Isso não acontecerá de modo espontâneo ou conduzido por uma massa disforme de famintos.
 10. A maior contribuição que a nossa rede de sindicatos e associações pode prestar ao povo brasileiro e ao planeta, coordenado por um GT composto de militantes de toda a nossa rede associada, é trabalhar diuturnamente na explicitação de como e pra quem funciona o modo de produção capitalista. Planejar a sua derrota (entendemos planejamento como pensar, executar e avaliar concomitantemente). É a práxis como exigência da práxis. Sair da informação em sites e penetrar o cotidiano das universidades, da sociedade.
 11. No mais, concordamos com todas as análises que colocam os nossos, as nossas, governantes e maioria parlamentar como assecas do capital. A narrativa de como procedem é lugar comum sob a visão classista militante em nosso sindicato e já são pautas de denúncia e reivindicações. Não podemos deixar de constatar que a Marcha de 24 de abril foi uma vitória, principalmente por revelar o potencial que temos ainda a construir no **Espaço de Unidade de Ação**, além de ter sido a maior manifestação da classe subalterna nos últimos anos aqui no Brasil.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

TEXTO 3

Diretoria do ANDES-SN

TRATANDO OS DESAFIOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Os desafios organizativos do ANDES-SN se expressaram no 32º Congresso por meio da quantidade expressiva de TRs nele apresentadas que tratavam de questões organizativas. O Congresso aprovou algumas questões, entre as que o acúmulo de discussão assim o permitiu. É o caso da criação do fundo único de mobilização, solidariedade e greve, decidindo, ao mesmo tempo, deflagrar um processo de ampla discussão, com vistas à construção coletiva de propostas que deverão ser objeto de deliberação do 33º Congresso, no início de 2014, sem prejuízo da aprovação de outras, que, por não serem estruturais, podem ser deliberadas pelo CONAD. O 32º Congresso definiu o 7º Encontro Intersetorial como momento importante do debate: *“O 32º Congresso do ANDES-SN delibera que a diretoria promova, sob a coordenação do GTPFS, um amplo debate, com a participação das seções sindicais, sobre as demandas e os desafios organizativos do Sindicato, atendendo os três setores (IFES, IEES/IMES e IPES), resultando no 7º Encontro Intersetorial do ANDES-SN, a ser realizado até 31 de agosto de 2013”*.

Para dar cumprimento a esta deliberação do 32º Congresso, a diretoria convocou o GTPFS, que se reuniu no dia 18 de maio de 2013 e indicou a necessidade de ser feito um levantamento e um diagnóstico de como as seções sindicais estão se organizando, notadamente em relação à estrutura multicampi das instituições, para poder subsidiar o debate do 7º Encontro Intersetorial. Isso significa que o encontro deverá ter uma boa preparação, que os participantes tenham um bom diagnóstico da situação organizativa do Sindicato, suas demandas e as possibilidades para seu fortalecimento. É compreensão da diretoria que um dos principais desafios é o de fazer o Sindicato estar presente e com existência efetiva em todos os locais de trabalho, sem descaracterizar seu princípio organizativo, que é o de ser um sindicato nacional e não uma federação. Sendo a seção sindical parte constitutiva do Sindicato – *“Art. 44. A SEÇÃO SINDICAL (S.SIND) ou AD-SEÇÃO SINDICAL (AD-S.SIND) é indissociável, constituindo-se na menor instância organizativa e deliberativa territorial do ANDES-SINDICATO NACIONAL”* –, há que se encontrar flexibilidade para atender a diversidade de situações, mantendo este princípio. O prazo de 31 de agosto, estabelecido pelo Congresso para a realização do 7º Encontro Intersetorial apresenta-se exíguo para a sua devida preparação, bem como se obter o proveito que é demandado pelos assuntos em debate. Neste sentido, a diretoria entende que ele deva ser realizado em outubro. Ao mesmo tempo em que se desenvolve o diagnóstico e se aprofunda a discussão, faz-se necessário desenvolver atividades de formação. A partir de encaminhamento da reunião do GTPFS de promover uma atividade de formação em Niterói, em parceria com a ADUFF-SSind, no mês de agosto, propõe-se que sejam realizadas atividades em outras regiões.

TR - 3

O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN:

1. Realize, precedendo o VII Encontro Intersetorial, um levantamento e um diagnóstico das práticas organizativas e políticas das seções sindicais que atuam em instituições multicampi, para que seja possível definir algumas orientações gerais, bem como pensar em possíveis modificações na estrutura do ANDES-SN, em sua política de sustentação financeira, de assessoria jurídica e outras;
2. Promova Atividades de Formação Sindical nas cinco regiões geográficas do Brasil no segundo semestre de 2013 (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-oeste e Sul);
 - 2.1 Os locais, as datas e a organização das atividades serão definidos pela diretoria, em articulação com as seções sindicais e as secretarias regionais;
 - 2.2 O formato e o conteúdo das atividades devem concentrar-se na história do ANDES-SN como parte do processo de luta de enfrentamento ao Sindicalismo de Estado, tratar dos desafios atuais de reorganização da classe e da organização do próprio ANDES-SN.

TEXTO 4

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

Diante das demandas atuais do capital, a ciência e a tecnologia são encaradas como mera mercadoria e o desenvolvimento científico e tecnológico é usado como instrumento de controle social e político. Nas últimas décadas, o Brasil, por meio das políticas governamentais, reproduzidas acriticamente por suas agências de fomento e sem a reflexão de grande parte de seus cientistas, vem avançando rapidamente neste processo de “capitalização” do conhecimento científico e tecnológico. O binômio Ciência e Tecnologia (C&T) foi transformado, de forma aparentemente redundante, em Ciência, Tecnologia e Inovação. A redundância ao incorporar o termo Inovação esconde o verdadeiro movimento: a Inovação passa a ser o veículo por meio do qual a universidade, local onde praticamente toda atividade científica do país está concentrada, é subalternizada ao setor dito “produtivo”. A partir deste conceito, a pesquisa passa agora a ter seu valor medido pela sua potencialidade de adaptação ao mercado.

Para efetivar suas políticas neoliberais para C&T, o governo se mune de um aparato legal, que, sob o eufemismo da modernização, flexibiliza as relações entre os pesquisadores, as instituições públicas e as empresas privadas. Destaca-se aqui a Lei de Inovação Tecnológica e sua regulamentação (Lei nº 10.973, de 2/12/2004 e Decreto nº 5.563, de 11/10/2005) e o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011). Este último amplia a possibilidade de as instituições públicas compartilharem seus recursos humanos e materiais com as empresas privadas, inclusive transnacionais, permitindo, sem autorização prévia, o acesso destas ao patrimônio genético e de conhecimento tradicional para fins de comercialização visando lucro. Em seu artigo quarto, o PL 2177/2011 ainda estabelece que as agências de fomento, como

CAPES e CNPq, poderão celebrar convênios e contratos com as fundações de apoio de direito privado com a finalidade de gerenciar os projetos de pesquisa desenvolvidos dentro da universidade.

No jogo do capital, é importante ainda salientar o papel do desenvolvimento científico e tecnológico como aparato para controlar cada vez mais o uso dos recursos naturais, dos recursos energéticos, a posse e a divisão da terra. Os problemas envolvendo a invasão e demarcação de territórios de povos indígenas e quilombolas e o código florestal, concretizado sob a tutela do agronegócio, são exemplos claros deste processo.

Nessa perspectiva, o campo da educação científica, fundamental para a formação das futuras gerações de cientistas, não poderia ser deixado de fora do projeto do capital para a ciência brasileira. A formação de professores da área científica vem sofrendo uma série de reformas, que vão em direção de uma formação mais utilitarista e menos reflexiva da ciência e seu papel na sociedade. Este fato vem ao encontro da política do capital internacional para a América Latina, que coloca esses países numa posição secundária e de dependência no que concerne à ciência e à tecnologia.

Diante deste quadro, o 32º Congresso do ANDES-SN aprovou uma série de resoluções sobre C&T que visam aprofundar o debate sobre política científica, promovida pelas agências de fomento, e seu processo de avaliação, calcado no produtivismo e imediatismo, assim como realizar atividades conjuntas com o GTPE para analisar as reformas na área da educação científica. Também foi aprovada no 32º Congresso a realização de um Seminário Nacional sobre povos indígenas, em conjunto com o agora GTPAUA e o GTPCEGD. O seminário terá como tema “O Estado contra as NAÇÕES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: A questão da Terra”, a ser realizado na cidade de Dourados-MT.

Importante ressaltar que, após o 32º Congresso, o governo criou, em conjunto com a classe empresarial e com o beneplácito da ANDIFES, a ação piloto da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). A EMBRAPII se propõe a ser uma organização social que tem como objetivo fomentar o processo de cooperação entre as pequenas e médias empresas nacionais e instituições voltadas para pesquisa e desenvolvimento. Os recursos serão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dos parceiros envolvidos. A EMBRAPII certificará, avaliará e financiará os projetos que vão ser estabelecidos a partir da demanda da indústria, podendo utilizar-se dos laboratórios das universidades, construídos com dinheiro público.

Neste contexto, é fundamental a luta conduzida pelo ANDES-SN para que seja alterada radicalmente a lógica das políticas de C&T para o país, de forma a que o desenvolvimento científico e tecnológico seja um vetor para o desenvolvimento humano, com vista aos interesses e necessidades da maioria da população. Caso contrário, o projeto de C&T continuará sendo dominado pelos interesses da elite nacional e do capital internacional.

TR-4

A partir das ações aprovadas no 32º Congresso, o 58º CONAD delibera:

1- Que as seções sindicais acompanhem e relatem à coordenação do GT C&T a celebração de possíveis convênios entre as IFE e a ação piloto da EMBRAPII;

TEXTO 5

Diretoria do ANDES-SN

SOBRE A PROPOSTA DE PROJETO DE LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA DE INICIATIVA POPULAR

TEXTO DE APOIO

A legislação que rege as comunicações no Brasil data de 1962, já durando, portanto, 50 anos sem qualquer atualização frente à dinâmica social. Os governos militares que se seguiram ao golpe militar de 1964 valeram-se do poder de influência conservadora desse setor, dominado por um pequeno grupo de famílias, mantendo o muro que o protege e perpetua. Tal condição permaneceu intocada nas três últimas décadas.

Para enfrentar essa situação secular – que já começa a sofrer mudanças em alguns países da América Latina - foi gestado uma proposta de projeto de lei de iniciativa popular da comunicação social eletrônica, Projeto da Mídia Democrática, visando, sobretudo, modificações na área de rádio, televisão e transmissão eletrônica de dados, de forma a regulamentar os artigos 5, 21, 220, 221, 222, e 223 da Constituição Federal. (<http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/index.php/2013-04-30-15-58-11>)

A proposta de projeto de lei em questão contém seis capítulos que, em síntese, tratam do seguinte: 1 – define o que é a comunicação social eletrônica e seus serviços (rádio e televisão aberta gratuita, rádio e TV digital, rádio e TV na Internet não produzidas por usuários), 2 – define os princípios e objetivos da lei: pluralidade de ideias e opiniões, fomentar a cultura nacional, a diversidade regional, etnicorracial, de gênero, classe social, etária e de orientação sexual. 3 – Define regras para licença de um serviço de comunicação, através de critérios transparentes e com audiências públicas. Proíbe que políticos sejam donos de emissoras de rádio e televisão. 4 – Define regras para impedir a formação de monopólio nos meios de comunicação, proibindo que um mesmo grupo econômico seja proprietário de rádios, televisões, jornais e revistas numa mesma localidade, com exceção dos pequenos municípios. 5 – Define o direito de antena para grupos sociais, direito de resposta e proíbe a censura prévia de conteúdos. 6 – Define os órgãos que terão o papel de regular os serviços e serão responsáveis por observar o cumprimento da lei e cria o Conselho Nacional de Políticas de Comunicação.

Esta iniciativa popular é uma alternativa que se apresenta para mobilizar a sociedade e também incidir no debate legislativo, em tema tão importante, relegado pelos governos e parlamento, que têm se omitido, submissos às ingerências do poder econômico.

Seu conteúdo é resultado de um movimento de consultas e acordos com vários setores sociais e entidades comprometidas com a democratização das comunicações, reaglutinadas em torno do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações – FNDC, após a frustrada tentativa de influenciar nos rumos da comunicação do país no espaço da Conferência Nacional de Comunicação – CONFECOM.

Mesmo sendo produto de uma composição de várias opiniões, o projeto contempla os principais elementos da plataforma aprovada pelo ANDES-SN, no seu 32º Congresso, tais como: o fortalecimento dos meios de comunicação sindicais e comunitários; a luta

contra a apropriação dos meios de comunicação por monopólios, a propriedade cruzada desses meios, bem como o monopólio para a abertura de eventos de interesse público; a luta para que o dispositivo constitucional (artigo 222) seja cumprido, impedindo a apropriação dos meios de comunicação por monopólios, a propriedade cruzada desses meios, bem como o monopólio para a cobertura de eventos de interesse público; a universalização dos serviços essenciais nos meios de comunicação, tratando como serviços públicos aqueles relacionados à concretização dos direitos individuais e coletivos; a separação do conteúdo e infraestrutura para as atividades de comunicação social: a operação da infraestrutura necessária ao transporte do sinal, qualquer que seja o meio, plataforma ou tecnologia, deve ser independente das atividades de programação do conteúdo, com licenças diferenciadas e serviços tratados de forma separada; o estabelecimento de mecanismos de transparência para a publicidade oficial e para o gasto de verbas públicas diretas ou indiretas; o estabelecimento de mecanismo de controle social e responsabilização quanto a violações de direitos humanos, de proteção às crianças e aos adolescentes, e publicidade abusiva no que diz respeito a alimentos, bebidas, medicamentos e tabaco.

Muitas entidades nacionais e regionais já publicizaram sua chancela à proposta, e pontos de coleta de assinatura estão funcionando em vários locais do país, porém, para que o efeito ocorra com a potência necessária, será preciso ampliar o movimento e ganhar a sociedade, inclusive para atingir o número de assinaturas exigido para a formalização do protocolo que garanta sua tramitação na Câmara Federal e no Senado da República.

O ANDES-SN sempre esteve na linha de frente da luta pela democratização do país e reorganizou sua intervenção sobre a política de comunicação no último Congresso, ocorrido no Rio de Janeiro, o que respalda e justifica seu apoio e empenho político a favor dessa iniciativa de caráter popular.

TR-5

O 58º CONAD delibera:

1. Apoiar a proposta de Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica – Lei da Mídia Democrática;
2. Divulgar a campanha de coleta de assinaturas em apoio a essa proposta de iniciativa popular.

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DA EDUCAÇÃO

Disputas de projeto e estratégias de ação na política educacional

O atual momento da política educacional requer uma reflexão aprofundada a respeito das disputas em torno de projetos societários presentes na sociedade brasileira. A correlação de forças políticas possibilitou ao governo a consolidação de um processo de dominação de classe para o conjunto social, que se concretiza por meio de uma legislação que retira da educação o caráter de direito social garantido constitucionalmente, que nos é apresentado através do Plano Nacional de Educação (PNE), Instituto de Avaliação de Educação Superior (INSAES), Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego (PRONATEC), Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Universidade para Todos (ProUni), entre outros.

Este texto de apoio contempla essa discussão na medida em que se atualiza a análise sobre os PL da educação que tramitam no Congresso Nacional. Nesse sentido, resgatamos os embates políticos ocorridos em torno de um projeto de educação para a sociedade brasileira ao longo das últimas décadas.

Os debates em torno da necessidade de um Plano Nacional da Educação se concretizaram na constituinte (1987) como uma das marcas do processo de democratização da sociedade brasileira. Nesse contexto, várias Conferências Brasileiras de Educação culminaram com a Carta de Goiânia, em 1986, trazendo um diagnóstico da educação no Brasil e sugestões de itens a serem contemplados na Constituição. Esse movimento resultou na articulação do Fórum em Defesa da Escola Pública (FEDEP), que aglutinou a mobilização da sociedade brasileira. A promulgação da LDB nº 9394/96 expressava os conflitos entre um projeto democrático popular de educação e o projeto neoliberal do governo que se consolidava à época. Fortalecendo o projeto democrático popular, o ANDES-SN protagonizou a construção de plataformas de ação em diversas áreas do campo social, dentre elas a educação e a saúde, para a constituinte; participou ativamente do FEDEP e apresentou importantes contribuições na elaboração da proposta da LDB.

A LDB nº 9394/96 previa que, no prazo de um ano, a União encaminhasse ao Congresso um Plano Nacional de Educação (PNE) com diretrizes e metas para os dez anos seguintes. O processo de discussão e elaboração de um PNE gerou dois projetos antagônicos. Um elaborado no âmbito da sociedade civil por meio das Conferências Nacionais de Educação, que era apoiado pelo FEDEP e pelos partidos de oposição. Essa proposta, denominada PNE da Sociedade Brasileira, deu entrada no Congresso Nacional como o PL 4155 no dia 10 de fevereiro de 1998, buscando incorporar as reivindicações dos movimentos populares para a educação brasileira. Em contraposição a esse projeto, foi pensado a essa proposta o texto oficial do Governo, o PL 4178, um dia depois. Apenas no final de 2000 foi aprovado o PNE, com base no relatório da Comissão de

Educação, desconsiderando as proposições do PNE da sociedade brasileira, sobretudo em termos do compromisso do Estado com o financiamento da educação brasileira - Lei 10172, sancionada em 09 de janeiro de 2001, com nove vetos presidenciais.

Esse PNE vigorou até 2010, sem cumprir parte significativa das metas estabelecidas em lei, com os governos desse período, negligenciando as necessidades de ampliação de recursos, valorização do profissional da educação e universalização e democratização do ensino. As Conferências Municipais e Estaduais de Educação culminaram com a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), convocada pelo governo, e teve a participação de setores da sociedade civil, entidades como ANPED, ANFOPE, ANPAE, CNTE. As sugestões, reivindicações, recomendações e propostas vindas da CONAE não foram acatadas pelo governo. Isso porque sua intenção ao convocar a CONAE era de buscar legitimidade em seu projeto que atende aos interesses privatistas do empresariamento da educação, aprofunda a precarização do trabalho docente e promove uma expansão sem adequadas condições que preservem a qualidade do ensino desde a educação básica até a educação superior. Essa postura governamental reforça a posição do ANDES-SN, aprovada em Congresso (Pelotas, 2009), que deliberou por não participar das Conferências Municipal, Estadual e Nacional, pois participar seria legitimar o projeto de educação do governo, que não se compromete com a educação pública, gratuita, de qualidade e, sobretudo, socialmente referenciada. Da mesma forma, o 32º Congresso manifestou posição contrária à participação do ANDES-SN na CONAE 2013/2014.

Em 2010, entra em cena o PL nº 8035/2010, que propõe o Plano Nacional de Educação 2011-2020. Este PNE nos últimos três anos ficou tramitando no Congresso Nacional passando por várias comissões, recebendo inúmeras Emendas. Em dezembro de 2012 chegou ao Senado Federal o PLC 103/2012, sendo encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos e indicado para relatoria o Senador José Pimentel. No último dia 30 de maio o texto substitutivo nº 84 apresentado pelo relator José Pimentel é aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, sendo encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça.

Este texto substitutivo aprovado reafirma o projeto de Educação que o governo vem impondo à sociedade.

Na meta aponta para a universalização na educação infantil e na pré-escola nas idades de 4 a 5 anos até 2016 e a oferta de pré-escola e educação infantil em creche até os três anos atendendo no mínimo de 50% até o fim da vigência desse PNE. Vale destacar que o atendimento mínimo de 50% em creches até os três anos está longe de promover uma política de universalização, sobretudo no que se refere aos interesses das classes menos favorecidas, da população do campo, quilombola e indígena.

As metas 2 e 3 trazem a universalização no ensino de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos, mas apontam ao final taxas líquidas de matrículas inferiores a 100%. O mesmo ocorre na meta 6 em relação à escola em tempo integral. Na estratégia 3.1 da meta 3 essa perspectiva da interdisciplinaridade põe em cheque os currículos e a fluidez dos mesmos. Isto porque dilui os conteúdos disciplinares negando a construção do saber historicamente acumulado e fazendo prevalecer um ensino pautado numa proposta de formação para o trabalho orientada pelo que se denomina de pedagogia das competências, que reforça as teses do capital humano revestidas das exigências da atual fase da acumulação capitalista.

Na estratégia 3.4 referencia o ENEM e SAEB utilizando-os como instrumento de avaliação sistêmica para subsidiar políticas para a Educação Básica, de avaliação

certificadora, de habilidades e de avaliação classificatória como critério de acesso ao ensino superior. Nesse sentido o ENEM se apresenta como um mecanismo de democratização do acesso à universidade pública, mas de fato reforça a meritocracia, a competitividade e os critérios de acesso que só beneficiam aqueles que têm condições de um ensino básico de elite.

A meta 4 aborda a universalização para a população de 4 a 17 anos do atendimento escolar aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino. A proposta do PNE repete a proposta do anterior sobre Educação Especial e é lançada com o mesmo discurso no qual prevê as Salas de Recursos Multifuncionais como meio de realizar a inclusão escolar. Para ocorrer a inclusão, esta modalidade de educação deve ter relação direta com a educação regular, e não apenas uma articulação com o Atendimento Educacional Especializado complementar, ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais.

A meta 5 aponta para alfabetização na idade de seis anos no último ano de vigência do plano. Além disso, estabelece como estratégia de estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização a perspectiva de escolarização desde a pré-escola, tendo como referência os processos de avaliação nacional. O problema é que há uma tendência de escolarização forçada na pré-escola que desconsidera as particularidades de criança de zero a seis anos, bem como a diversidade cultural e regional brasileira.

A meta 7 trata da fomentação da qualidade da educação básica em todas as modalidades, na perspectiva da melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, para atingir médias definidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB, com 35 estratégias, supervalorizando tal índice. Entendemos que é uma política equivocada, por tratar a educação básica, nas suas diversas etapas e modalidades, com o propósito exclusivo de atingir uma meta a partir de médias de fluxo e aprendizagem, estabelecidos por um sistema de avaliação expresso por índice, sem considerar elementos significativos como perfil do aluno, dos profissionais, condições de trabalho, infraestrutura e financiamento para a qualificação da educação básica.

As metas de 8 a 10 pretendem elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, bem como erradicar o analfabetismo, fortalecendo a estratégia política das parcerias público-privadas (Sistema S, ONGs, Fundações e outros); além de favorecer os interesses financeiros do empresariado, focaliza as exigências de formação do trabalhador de acordo com as necessidades do capital, reduzindo as finalidades da educação de jovens e adultos e da educação profissional à mera instrumentalização de informações.

A meta 11 trata das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, referenciando a gratuidade na expansão das vagas nas instituições privadas por meio do financiamento estudantil e pelo ensino a distância. Ao mesmo tempo permanece a política de expansão precarizada do ensino público via PRONATEC, que viabiliza a ampliação das vagas sem garantir condições de trabalho que promova uma educação profissional de qualidade, nos mesmos moldes do REUNI.

A meta 12 propõe elevar a matrícula na educação superior em cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos. A estratégia proposta para atingir essa meta é através da otimização da capacidade física e humana das IE legitimando a expansão aos moldes do REUNI e da UAB, ou seja, precarizando as condições de ensino já existentes e rebaixando a sua qualidade. Outra forma de expansão dessas matrículas será através do FIES e do PROUNI. Esta proposta reafirma o REUNI na medida em que reforça: o aumento da relação aluno professor

(RAP) de 18 para 1 como forma de elevar a taxa bruta de matrículas; o aumento da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%; fomenta abertura de vagas no EAD. A meta também estimula o FIES e a formação para o mercado de trabalho, ferindo a autonomia ao instituir uma avaliação quinzenal para verificar a relevância dos cursos oferecidos. Vale ressaltar que esta meta também traz a expansão do REUNI para as instituições de ensino superior estadual e municipal.

A meta 13 trata da qualidade da educação superior e da qualificação dos docentes, ampliando a proporção de mestres e doutores nas instituições de ensino superior. Fortalece como forma de avaliação o ENADE, e coloca a perspectiva de realização do ENEM ao fim do primeiro ano do curso de graduação para verificação de valores agregados na passagem do ensino médio para o ensino superior. Referencia a qualidade na capacitação docente, no entanto, não aponta nenhum investimento nas condições de trabalho, de recursos materiais e físicos que interferem diretamente na qualidade do ensino.

A meta 14 respalda a meta 13 quando trata do aumento de vagas na pós-graduação *strictu sensu*, quantificando a titulação anual em 60 mil mestres e 25mil doutores, expandindo o financiamento por meio do FIES, das agências oficiais de fomento, criação de cursos nos campi novos, EAD e a internacionalização da pesquisa. É importante considerar que esta meta também não prevê a criação de estratégias adequadas para a efetivação dessa expansão com qualidade.

As metas 15, 16, 17, 18 e 19 tratam respectivamente das questões da formação de professores (metas 15 e 16), valorização do profissional da educação (metas 17 e 18) e gestão democrática da escola (meta 19). O conjunto dessas metas prevê a formação inicial e continuada de professores mediante a expansão do ensino superior e pretende valorizar o magistério através da implantação do piso nacional, induzindo municípios e estados na constituição de planos de carreira. Essas metas expressam ao longo de suas estratégias um discurso democratizante do governo, que alega se preocupar com o desenvolvimento da nação e colocar o magistério como protagonista desse processo. No entanto, cabe destacar que essas metas e estratégias deslocam as responsabilidades da União para uma falaciosa colaboração com municípios e estados. Em suma, não há nenhuma garantia de concretização de formação e valorização do magistério no PNE sem que haja uma política de compromisso da União. Além disso, não se pode falar de formação e valorização do magistério sem criar condições adequadas de recursos e de possibilidades de participação ativa das representações sindicais no debate central acerca do piso salarial e da carreira docente. Já a meta 19 aponta para a construção da gestão democrática da educação básica e superior, motivando a prevalência das decisões colegiadas e uma forma mista de acesso às funções de direção, conjugando mérito e desempenho à participação das comunidades escolar e acadêmica. O que essa meta faz é submeter à eleição direta para dirigentes tanto de escolas quanto de instituições de ensino superior a critérios estranhos aos processos políticos de democratização. Isso faz com que todo o estímulo à participação estabelecida nas estratégias configure-se num engodo. As estratégias trazem uma concepção de participação em que as comunidades servem como mecanismo de auxílio e de fiscalização à gestão e não como sujeito que discute, avalia e toma decisões acerca dos processos político-pedagógicos que atuam sobre as instituições.

A meta 20 trata do investimento público em educação; neste aspecto, a proposta dessa meta permite que recursos públicos sejam transferidos para setores privados da educação confirmando os compromissos do estado brasileiro em favorecer o capital e as

políticas neoliberais determinadas pelos organismos internacionais. Além disso, o investimento de 10% do PIB para a Educação será escalonado ao longo de 10 anos, atingindo o patamar máximo apenas ao final do plano, o que compromete os interesses e demandas da sociedade brasileira organizada em torno do movimento da campanha dos 10% do PIB para a Educação Pública, já.

A estratégia 20.3, que trata dos recursos do Fundo Social do Pré-sal, negligencia o financiamento da educação, que é um direito que deve ser assegurado pelo tesouro nacional e não a partir de bens finitos e recursos incertos. Além do mais, a origem desses recursos é resultado da privatização dos poços do petróleo, patrimônio do Estado brasileiro, e que ainda resulta na degradação do meio ambiente. A educação é uma política pública e social e não pode ficar à mercê da privatização barata de um patrimônio do povo brasileiro, que é reserva natural e esgotável. É importante ressaltar ainda que esse recurso poderá existir no máximo no médio prazo, pois as empresas exploratórias não terão lucro imediato, o que torna imprevisível o período em que as empresas estarão aplicando o dinheiro do fundo. A educação deve ser pública e gratuita, como um direito **social inalienável da população brasileira, portanto, obrigação do Estado em financiá-la**. A política educacional expressa no PNE apresenta-se como parte de um programa de governo que foi instituído desde 2007 pelo Plano de Desenvolvimento da Educação, propõem expansão através de flexibilização dos currículos, retira o caráter público da educação e substitui por educação gratuita. **A ideia de formação de estudantes para o mercado opõe-se à educação como formadora de sujeitos críticos comprometidos socialmente com o conhecimento**. Assim, reafirma suas metas políticas já em vigor e amplia suas orientações, com fundamentos pautados na reforma de estado, tais como aprofundamento das parcerias público-privadas, instrumentalização da educação básica e superior adaptando a força de trabalho às exigências do processo produtivo, bem como inculcando formas de sociabilidade burguesa.

É preciso fortalecer a ampla articulação no interior da sociedade, agregando os movimentos sociais, populares e sindicais em educação, para construir uma proposta alternativa à que vem sendo empreendida pelo governo, como foi deliberado no 32º Congresso do ANDES-SN “... *a construção de um encontro em prol da educação pública...*” que venha a trazer elementos para contribuir na direção de uma Política de Estado. Os encontros preparatórios/atividades locais e nacional deverão reforçar a proposta alternativa de educação para a sociedade brasileira defendida pelo ANDES-SN, que está sendo articulado a partir do Comitê Executivo da Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública, já.

Outra política que está sendo combatida pelo ANDES-SN diz respeito ao INSAES-PL nº 4.372, de 2012, que trata da criação de uma autarquia federal de direito público, vinculada ao MEC, e tem por finalidade supervisionar e avaliar instituições de educação superior (IES) e cursos do Sistema Federal de ensino, segundo as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e do Plano Nacional de Educação (PNE). A criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior – INSAES – contempla a regulação, supervisão e avaliação da educação superior pública federal e privada em atividade no país; incumbência de autorizar, reconhecer e renovar o reconhecimento de cursos superiores e de acreditação de instituições e cursos superiores; credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior; produção e divulgação de informações educacionais; de constituição, gerenciamento, manutenção e divulgação de dados do cadastro de cursos e instituições credenciadas; aplicação de penalidades e instrumentos previstos na legislação, inclusive decretação de

intervenção em IES; caber-lhe-á ainda credenciar entidades e renovar a concessão do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) e supervisionar sua regularidade; responsabilizar-se-á também pela aprovação prévia das aquisições, fusões, cisões, transferências de manutenção, unificação de mantidas ou descredenciamento voluntário de instituições de educação superior do sistema federal de ensino, e articular-se-á com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação técnica e financeira. O INSAES nada mais é do que uma agência reguladora dos processos avaliativos institucionais que, além de comprometer a autonomia das instituições de ensino superior, transfere a responsabilidade do Estado para uma autarquia de caráter gerencial, sujeita à politização e perpetuação da política promíscua de troca de favores entre executivo e legislativo. Neste momento, o PL encontra-se na Comissão de Educação da Câmara Federal, com parecer favorável do Deputado Waldenor Pereira e com vista conjunta dos Deputados Alice Portugal, Fátima Bezerra, Izalci e Pedro Uczai, em 05 de junho de 2013.

Em relação aos PL da Educação em tramitação no Congresso Nacional, o PL nº 518/2009, que altera a Lei nº 10.683/03 – que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências – para incluir dentre os assuntos que constituem áreas de competência do Ministério da Ciência e Tecnologia: a) educação superior; b) pesquisa e extensão universitária; c) magistério do ensino superior; d) avaliação, informação e pesquisa educacional referente à educação superior; elenca as seguintes matérias como competência do Ministério da Educação: a) política nacional de educação básica, compreendendo ensino fundamental e ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; b) educação infantil; c) educação básica; d) avaliação, informação e pesquisa educacional referentes à educação básica; e) magistério da educação básica; f) assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes; o PL altera também a estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Educação, transferindo para este as competências relativas à educação superior, incluindo todas as secretarias, departamentos, autarquias, fundações públicas e empresas públicas que atuam na educação superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Colégio Pedro II, sendo a única exceção o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O PL estava parado desde 2009, encontrando-se atualmente na Comissão de Educação do Senado aguardando entrada na pauta.

O PL 7.639/2010, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria, foi aprovado na Câmara Federal sendo encaminhado para o Senado. Encontra-se atualmente aguardando relatoria.

O PL nº 147 de 2004, que trata da alteração do artigo 56 da LDB, estabelece a criação de um colegiado deliberativo superior das instituições públicas de educação superior, com 2/3 dos assentos ocupados por membros da comunidade acadêmica e 1/3 por representantes da sociedade civil, segundo critérios definidos pelo respectivo sistema; dispõe que em cada um dos demais órgãos colegiados e comissões os docentes ocuparão 70% dos respectivos assentos; dispõe que o reitor, vice-reitor e os diretores das instituições públicas de educação superior serão escolhidos mediante processo eleitoral direto, com a participação de todos os docentes, discentes e técnicos administrativos, nos termos do disposto em seus estatutos e regimentos, foi aprovado na comissão de educação da Câmara Federal em 2 de abril de 2013, sendo encaminhado para o Senado no dia 4 de abril. Em 18 de abril foi encaminhado para a Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania do Senado, onde aguarda designação de relator. O PL modifica as regras, porém sem fazer alterações substanciais, novamente utilizando-se de um discurso democratizante para ocultar a quebra da autonomia das universidades. A posição do ANDES-SN apresentada no Caderno 2 e expressa na luta cotidiana do Sindicato é pela eleição direta para dirigentes, sendo no mínimo paritária a distribuição dos pesos entre as categorias docente e de TA e o segmento dos estudantes.

TR - 6

O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN:

1. Denuncie o PNE como política de governo contrária aos interesses da sociedade;
2. Lutar para que o financiamento da educação seja efetivado exclusivamente via Tesouro Nacional;
3. Denuncie as estratégias que rompam com o financiamento da educação como um direito constitucional.
4. Realize em conjunto com as secretarias regionais e seções sindicais os Encontros Preparatórios/Atividades visando ao Encontro Nacional de Educação em 2014.
5. Lutar contra o PL nº 147 de 2004, e pela revogação da lei que regulamenta a eleição nos termos atuais (70-15-15 e lista tríplice).



Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

Os servidores públicos federais e os movimentos sociais enfrentam uma luta árdua nos últimos anos contra as medidas autoritárias dos governos que se sucederam. Os ataques aos direitos dos servidores públicos e o descaso do governo em relação às políticas públicas, em especial, às de saúde e de educação, são cada vez mais ostensivos.

Na luta em defesa do Sistema Único de Saúde integralmente público e contra as privatizações nessa área, sindicatos e fóruns populares de saúde, em conjunto com outras entidades e movimentos sociais, criaram a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, movimento que já congrega mais de 400 entidades em todo o país. A partir desta organização, que cresce a cada dia, houve fortalecimento das ações contra a EBSERH, as Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Nos últimos dois anos, ANDES, FASUBRA, SINASEFE, Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e outros sindicatos e movimentos sociais aprofundaram essa luta, especialmente contra a privatização da saúde via criação da EBSERH.

Apesar de todos os esforços empreendidos, o governo continua avançando, do que são exemplos as ações implementadas para a implantação da EBSERH e o desengavetamento, agora em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar PLC

92/07 autorizando o Poder Público a criar Fundações Estatais de Direito Privado para gerir as políticas públicas. Se aprovado, esse PLC, que abrange as áreas da saúde, assistência social, cultura, esporte, ciência e tecnologia, ensino e pesquisa, meio ambiente, previdência complementar do trabalhador do serviço público, comunicação social, promoção do turismo nacional, formação profissional, cooperação técnica internacional, e também os hospitais universitários públicos, trará consequências prejudiciais à autonomia universitária, à qualidade e liberdade do ensino, pesquisa e extensão.

O governo exerce forte pressão sobre as reitorias e administrações dos hospitais, com o contingenciamento de recursos do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) e a não abertura de novos concursos públicos, acirrando a luta contra a EBSEH em cada universidade. Contra essa situação, o ANDES, a FASUBRA e o FENASPS se articularam junto à Procuradoria Geral da República, que ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade, à qual as mesmas entidades aderiram como *amicus curiae*.

Como reforço a essa luta, o 32º Congresso ANDES-SN aprovou ações junto aos Ministérios Públicos Estaduais, com vistas ao cumprimento da lei, no que se refere ao uso de recursos e à abertura de concursos públicos para servidores nos hospitais, bem como contra a abertura de concursos pela EBSEH. Essas ações têm apresentado resultados positivos, como em Minas Gerais e Santa Catarina, onde o MP interditou os concursos pela EBSEH para os HU.

No que se refere à aposentadoria, desde a reforma da previdência de 2003, quebrou-se uma cláusula pétrea da Constituição Federal, quando os servidores federais aposentados e pensionistas passaram a contribuir com o sistema previdenciário. Na luta em favor da PEC 555, que extingue essa contribuição dos aposentados, houve um avanço recentemente, com sua aprovação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. No momento, a tramitação da PEC no plenário da Câmara Federal depende da unanimidade dos integrantes do Colégio de Líderes, onde apenas os líderes do PT e do PMDB não assinaram o requerimento que garante a inclusão da PEC na pauta para discussão e votação.

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), prevista para abranger servidores dos três poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário), teve sua implementação iniciada pelo executivo, que criou a FUNPRESP-Exe e está atuando abertamente na perspectiva de cooptação do maior número possível de servidores. Como já foi denunciado publicamente pelo ANDES-SN, o governo federal tenta convencer tanto os antigos servidores federais quanto os novos a aderirem a esse fundo. Na propaganda oficial são omitidos os riscos que esta adesão representa. A modalidade do Regime de Previdência Complementar (RPC) é de contribuição definida, ou seja, cada servidor sabe quanto vai contribuir, mês a mês, durante vinte, trinta anos para o fundo, desconhecendo, porém, qual será o valor da sua aposentadoria. Para quem tem salário menor ou igual ao teto do INSS (atualmente R\$ 4.159,00), a aposentadoria é integral, independentemente do regime a que estiver associado. Para quem recebe acima deste teto e optar pelo RPC, terá ou não, no momento de sua aposentadoria, uma complementação, a depender dos humores do mercado. Nesse sentido, é importante lembrar que as contribuições dos servidores públicos para a sua aposentadoria devem ser resguardadas em um sistema público de previdência, como o RPPS, e não aplicadas no sistema financeiro, para gerar lucros ao capital e insegurança aos trabalhadores.

O servidor público, antes de optar pela Funpresp-exe, deve avaliar com muito cuidado o passo que estará dando, pois esta opção, com toda a insegurança intrínseca à própria constituição da nova entidade, terá reflexo no benefício do servidor e o acompanhará durante toda a sua vida laboral e na aposentadoria, por ser uma opção irrevogável e irrevogável.

TR - 7

O 58º CONAD delibera:

1. Jornada Nacional de lutas contra a FUNPRESP:

1.1 Realizar uma Jornada de Lutas contra a adesão à FUNPRESP, no período de agosto a setembro de 2013, em articulação com os demais SPF, buscando intensificar o debate e a conscientização sobre os riscos de adesão à FUNPRESP;

1.2 Marcar o início da Jornada de Lutas contra a FUNPRESP, nas seções sindicais, para a primeira quinzena de agosto de 2013, utilizando como material de divulgação: cartilha, panfleto explicativo e cartaz;

1.3 Montar estratégias de enfrentamento, com orientação para as seções sindicais, para a luta contra a FUNPRESP junto às administrações das IES;

1.4 Denunciar estratégias de coação dos professores para aderirem à FUNPRESP;

2. Intensificação da luta contra a implementação da EBSEH nas IFE:

2.1 Continuar a conscientizar a comunidade universitária e os usuários dos HU em relação às mudanças que virão com a implantação da EBSEH, no que se refere a: a) Autonomia universitária; b) Qualidade do ensino, pesquisa e extensão; c) Formação de profissionais da área da saúde; d) Contrato de trabalho, estabilidade e direitos trabalhistas dos servidores dos HU; e) Qualidade e gratuidade do atendimento de saúde dos usuários; f) Estratégias para denunciar os descumprimentos da legislação por parte do governo federal no que se refere a repasse de recursos, abertura de concursos públicos e transferência de atribuições do MEC para a EBSEH;

2.2 Indicar, sempre que possível, a presença do movimento docente nas IFE, nos momentos de crise ou onde estiver ocorrendo discussão sobre a adesão da Universidade à EBSEH;

3. Intensificar as ações junto ao Congresso Nacional, em articulação com outras entidades, com o objetivo de impedir a aprovação do PLC 92/2007.

4. Intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/2006 junto aos deputados federais, sobretudo, aos líderes partidários.

TEXTO 8

Contribuição da Diretoria da ADUFPI Seção Sindical

A PRÁXIS COMO EXIGÊNCIA DA PRÁXIS

O texto de apoio encontra-se na página 25

TR – 8

O 58º CONAD delibera:

1. Constituir uma Força Tarefa de pessoas interessadas – para além do GTFS -, até setembro de 2013, composto por representantes de toda a nossa rede de associados – IFES-IEES-IMES-IPES - junto ao ANDES, e por ele coordenado, com a finalidade de planejar ações voltadas para desconstruir a alienação produzida pelo sistema capitalista em nossa Base Social.

TEXTO 9

Contribuição do Prof. Althen Teixeira Filho – Sindicalizado da Adufpel Seção Sindical e do Prof. Antônio Libório Philomena – Sindicalizado da Aprofurg Seção Sindical

UMA PROPOSTA DE MOBILIZAÇÃO

TEXTO DE APOIO

Há muito tempo as questões ambientais no Brasil deixaram de ser assuntos debatidos por ambientalistas para compor, literalmente, colunas de páginas policiais. A bem da verdade, jamais foram políticas estudadas, pensadas e implementadas por governos, mas só juras eleitorais.

Nosso próprio Rio Grande do Sul, auto conceituado como altaneiro, assentado em boas tradições, ético e moral, mais uma vez viu-se abalar por escândalo que envolveu, nada mais, nada menos, a gestão do Estado e da capital Porto Alegre. Notórios, premiados e conhecidos políticos alardeados como "defensores do meio ambiente" e "empresários" foram recolhidos em operação da Polícia Federal.

Informações jornalísticas repassaram que *"o cenário descrito na investigação é (...) marcado pela promiscuidade entre agentes públicos e particulares, pela relativização dos rigores estatais por influência do dinheiro e do franco descaso com a causa ambiental"*.

Dezoito suspeitos foram para a prisão!

De Norte a Sul e de Leste a Oeste, o que se vê são agressões desvairadas que atingem não somente a organização geográfica do orbe, mas desorganizam e destroem o próprio

encadeamento da natureza que sustenta todos os organismos, inclusive o próprio ser humano.

Notícias recentes dão conta que 25% das espécies de mamíferos conhecidas no mundo estão ameaçadas pelo perigo de extinção. O próprio rinoceronte negro africano está considerado extinto. Tais fatos, pertencentes ao agora, responsabilizam aos que hoje vivem, é culpabilidade nossa e mostra claramente o rastro que esta humanidade deixa no orbe.

Os grandes conglomerados negociais, indiferentes frente as consequências dos seus atos e insensíveis com a degradação social que geram, atuam como grandes predadores do próprio ser humano, impiedosos na sua ávida meta de procura pelo lucro.

Entre os biomas brasileiros (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, Manguezal, Marinho) o Pampa estende-se por 176.496 km², ocupando expressiva área territorial do Rio Grande do Sul.

Em suas fronteiras guarda características que fundamentam e tipificam nosso Estado, nosso povo, nossas tradições mais fundamentais. Contudo, este solo vem sendo destruído em nome do "desenvolvimento" e da "geração de emprego", mentiras aplicadas há longa data e que retornam insistentemente.

No recente ontem foram espetados milhares de hectares pampeanos com lavouras de árvores e foram chamadas, desrespeitando o bom senso e a inteligência de todos, de "florestas" e "reflorestamentos".

Entretanto, sequer passados quatro anos, vemos confirmada e brotada a verdadeira natureza daninha destes paliteiros, os quais geram desemprego, afastamento do homem do campo, no próprio campo, destruição do solo e da biodiversidade, desrespeito legal e, como não podia faltar, o apoio de políticos financiados eleitoralmente pelas empresas plantadoras. Uma incrível "coincidência" que deve ser registrada!

Se atentarmos agora para as lavouras transgênicas, vemos outro manancial de falsas promessas.

Apresentadas para "matar a fome do mundo", na realidade estas plantações florescem para gerar lucro exponencial para as grandes multinacionais do setor agrícola. Ainda, não só atrelam o agricultor a contratos de sigilo, mas o aprisionam a exclusividades que o cerceiam na sua liberdade do que e como plantar.

Na realidade o que mais chama a atenção sobre estes cultivares é o intenso marketing associado a uma defesa ideológica extremada e extremista. "A tecnologia de transgênicos é boa, porque é boa"! E o "pacote ideológico" é volumoso em promessas: menor impacto ambiental, diminuição do uso de agrotóxicos, maior produtividade para grandes e pequenos agricultores, plantas resistentes a secas e a insetos, maior lucro e, como não poderia deixar de ser, tudo adornado com um belíssimo rótulo de seriedade, rigor e cientificismo.

Em entrevista recente oferecida ao "Instituto Humanitas Unisinos", o engenheiro agrônomo e membro da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) Leonardo Melgarejo afirma: *"É verdade que [lavouras tolerantes a herbicidas](#) trazem, inicialmente, facilidades técnicas. Trazem de fato simplificações ao processo de gestão, que são importantes e facilitam o trabalho do agricultor. Assim como é verdade que plantas inseticidas, que matam as lagartas que tentam mastigar suas folhas, durante algum tempo permitem economizar em inseticidas e facilitam o controle de determinados insetos. Mas isso só tem se mostrado válido no curto prazo. No médio prazo, o que tem sido observado é o oposto: há uma necessidade de uso de agrotóxicos*

mais fortes e mais tóxicos, com maior frequência e em maior intensidade, ampliando os custos e reduzindo a rentabilidade das lavouras. Para que se tenha ideia: segundo a imprensa, nesta safra, com o ataque de lagartas que deveriam ser controladas pelas lavouras Bt, o custo de produção da soja, na Bahia, passou de US\$ 100 para US\$ 200 por hectare. No caso do algodão, os gastos passaram de US\$ 400 para US\$ 800 por hectare (Valor Econômico, 12-03-2013). Segundo a imprensa, agricultores que até 2012 usavam 70 ml do inseticida Prêmio, da DuPont (produto mais recomendado e utilizado na região), com expectativa de restringir em 90% a população da Helicoverpa, lagarta que deveria ser morta no contato com plantas Bt, nesta safra, mesmo utilizando 150 ml, obtiveram resultados de apenas 70%. Os prejuízos, na Bahia, são estimados em R\$ 2 bilhões. Os resultados concretos mostram que, de forma geral, é possível afirmar que a transgenia tem oferecido para alguns, durante algum tempo, facilidades de manejo em função da homogeneização de processos decisórios relacionados ao controle de herbicidas e de algumas pragas. Porém, isso tem reflexos muito severos para os demais envolvidos. E mesmo para os que se beneficiam no curto prazo, os resultados de médio e longo prazo não permitem otimismo. Vejamos: a agricultura brasileira se vê diante da ampliação de custos produtivos e percebe uma alteração no tamanho mínimo viável para lavouras tecnificadas de milho, soja e algodão. Com isso, pequenos estabelecimentos se tornam inviáveis, o que resulta em aceleração da exclusão de pequenos produtores. Isso significa que, na prática, a transgenia tem acelerado uma espécie de reforma agrária às avessas no rural brasileiro. A expansão das lavouras transgênicas também acelera a simplificação das matrizes produtivas regionais."

Para além, já se somam às centenas os números de trabalhos criteriosos e independentes da "ciência negocial" e do "cientificismo pago", que ratificam os males orgânicos gerados pela transgenia. Assim, comprovadamente indutoras de divisões celulares alteradas, estes produtos também vão desequilibrar a homeostase de quem dizem alimentar: o "alimento" à mesa já não é mais o sustento saudável.

O que se vê é uma depreciação da agricultura familiar e da produção orgânica e sadia. Entretanto, mesmo este pequeno agricultor deve ser protegido do ataque agronegocial, evitando que sejam vítimas das mesmas promessas infundadas.

Exemplo clássico deste lamentável equívoco é a inclusão no processo de "troca-troca" de sementes transgênicas no RS.

Notemos que este é o mesmo processo que tornou o Brasil o maior consumidor mundial de agrotóxicos, numa quantidade injustificável de 5,5 litros/habitante/ano. A exposição e conseqüente contaminação de pessoas é tão intensa que já foram registrados casos de leite materno com a presença de agrotóxicos: a insidiosidade do veneno não respeita a chamada "segurança do lar".

Por serem oceânicas na sua extensão, as lavouras do agronegócio alteram profundamente a microrregião onde se inserem e causam graves desequilíbrios biológicos, transformando simples insetos, normais e benéficos de uma flora equilibrada, em verdadeiras pragas de destruição. O resultado? A aplicação de potentes venenos, eufemisticamente propagandeados como "insumos agrícolas", ou "agrotóxicos", ou "remédios agrícolas", ou "praguicidas", ou "defensivos agrícolas".

A aplicação por aspersão aérea para o combate de tais "pragas" geradas pela agricultura intensiva vai atingir tanto lavouras de grãos do grande produtor, quanto as hortas de sustento familiar dos pequenos trabalhadores rurais. O lucro de um significa o envenenamento e o enfrentamento de várias dificuldades de outros.

Para que se tenha uma ideia da ineficácia dos herbicidas, as "plantas vítimas" têm desenvolvido resistência a estes produtos, motivo pelo qual a CTNBbio já autorizou a pesquisa para a aplicação do uso do "Agente Laranja". Este famoso desfolhante utilizado na guerra do Vietnam matou milhares de soldados de todos os exércitos e, muito pior, vitimou ainda no ventre outros tantos fetos. Os que nasceram apresentam as monstruosidades de mal formações gênicas.

Por conta disto, é com assombro que se registra que esta arma química de guerra será aplicada em lavouras brasileiras. E a nossa população? E nossos filhos? E a futura geração?

Aliás, duas constatações importantes.

Em primeiro lugar é que estes venenos são isto mesmo: armas químicas de guerras.

Em segundo, são elementos químicos sintéticos, ou seja, não existiam antes na natureza e são produzidos artificialmente em milhões de litros e quilos que envenenam todo o planeta.

Por outro lado, é preciso salientar o grande avanço explorador em direção ao subsolo brasileiro e particularmente o gaúcho.

O acesso ao "site" do Ministério de Minas e Energia mostra os que ontem indicavam no eucalipto a "verdadeira aptidão da metade sul do RS", hoje já reservaram dezenas de quilômetros quadrados de subsolo para a exploração mineral, como é o caso do grupo Votorantim. Perguntar-se-ia aos "experts" sobre este assunto, o que deveria ser feito com as "florestas plantadas", tendo em vista a "quebradeira" das empresas nas jogatinas da ciranda financeira? Ou, onde estão as toneladas de mel que os agricultores produziram? Também, onde está o dinheiro público que o BNDES lhes financiou o empreendimento, ou por que o número de empregos gerados pelos "desertos verdes" é quase nulo, entre tantos outros questionamentos.

Por fim, mas não menos importante, é preciso que nos debrucemos sobre um estudo sério que indique qual é a real necessidade energética do RS, para que não fiquemos à mercê dos "achismos" que tentam justificar a construção de hidroelétrica (lucro fácil para as empreiteiras) ou da energia carbonífera.

Neste curto horizonte vislumbrado, é importante que um segmento dito "pensante" da sociedade, a Universidade, se organize e, além de estudar, possa indicar com fundamentos e lógica os males advindos desta trilha de irresponsabilidades, assim como novos (ou velhos) rumos alternativos de produção.

TR - 9

Desta forma, após o exposto, entende-se como fundamental que:

1. Os GTC&T e o GTPAUA atuem em conjunto, tendo em vista que os problemas do campo, cidade e da pesquisa apresentam um natural e indissolúvel encadeamento.
2. Estes GTs promovam reuniões periódicas na região sul estabelecendo, num primeiro momento, uma pauta mínima de debates.
3. Este indicativo de trabalho conjunto e de elaboração de uma pauta mínima também seja encaminhado à diretoria do ANDES-SN, agora pensando numa pauta nacional.

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

TEXTO 10

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

Conforme deliberação do 32º Congresso, foi realizado no dia 29 de maio de 2013, por ocasião do envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo poder executivo às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, um *dia nacional em defesa do financiamento e autonomia das Universidades Estaduais e Municipais*. A reunião do setor das IEES/IMES, realizada nos dias 05 e 06 de abril, preparou toda uma política de divulgação no sentido de fortalecer a participação das instituições nos seus diversos estados. Para tanto, foi apresentada uma proposta de trabalho com a participação da encarregatura de imprensa, que apoiou na elaboração do cartaz, panfleto, amplamente divulgados através do site e InformANDES.

No entanto, apesar dos esforços realizados pela direção nacional e as seções sindicais, percebemos que ainda há muito a se fazer para o fortalecimento do Dia Nacional de Luta. Podemos afirmar que o balanço é positivo, tendo em vista que as seções sindicais de vários estados realizaram suas tarefas, dando saltos quantitativos e qualitativos ao movimento. Assim, percebemos o quão urgente é levar adiante a luta em torno dessas temáticas, considerando a situação precária das universidades.

O desenvolvimento de uma ação que reivindique dos governadores, prefeitos e parlamentares uma posição em relação à política de financiamento das universidades é baseado no acúmulo do Sindicato, que já prevê:

As propostas orçamentárias devem ser elaboradas de forma democrática e participativa, a partir das unidades básicas que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão, e ser apreciadas, consolidadas e aprovadas por colegiados democraticamente constituídos. Além disso, tais propostas devem atender plenamente às necessidades das IES, definidas de acordo com os respectivos planos acadêmicos e concebidos de forma global, ou seja, de maneira a garantir, em todos os seus aspectos, os recursos necessários ao cumprimento dos planos de trabalhos. [Cadernos Andes, nº 2, p. 29]

Em contraponto à política definida pelo Andes-SN, os governos, os grupos políticos e econômicos subvertem a autonomia universitária aos seus interesses: expandem de forma irresponsável o ensino superior nos diversos estados sem o real compromisso com as questões regionais e nacionais; ampliam as matrículas através da EAD; oferecem cursos aligeirados de graduação e pós-graduação com o único objetivo de atingir as metas ditadas pelos órgãos externos às universidades; submetem professores e estudantes à lógica do mercado privatizando a universidade; definem quais linhas de pesquisa devem ser prioritárias em detrimento das demandas regionais e nacionais urgentes; enfim, trazem para dentro da universidade uma lógica alheia ao fazer acadêmico, reforçando a política dos órgãos internacionais, que preconiza:

- a) o retorno dos investimentos em educação superior é inferior ao que se poderia auferir, caso fossem realizados na educação básica e fundamental;
- b) seguir o preceito constitucional e bandeira do movimento docente no que tange à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, que é muito caro e pouco adequado às necessidades dos países mais pobres;
- c) a defesa de que as instituições de ensino superior devem ser geridas pela lógica da iniciativa privada, acarretando um processo generalizado da intensificação da privatização do sistema, seja pela redução do financiamento público para educação superior, seja pela abertura do campo para a iniciativa de empresas comerciais de ensino, ou ainda, pela introdução de mecanismo de administração e gerenciamento empresariais nas instituições públicas, com busca de recursos junto ao mercado;
- d) indicação para que as IES públicas diversifiquem suas fontes de financiamento, com busca de recursos suplementares junto à iniciativa privada, a cobrança de taxas de matrícula e de mensalidades, com formulação de contratos de pesquisa com empresas, a venda de serviços e consultoria, entre outras, formulando, assim, a educação superior com um bem privado e não como um direito do cidadão. (MANCEBO, 1998)

Ou seja, o que percebemos é a materialização da transformação da universidade, enquanto instituição social, em universidade operacional onde a vida acadêmica, a produção do conhecimento e sua transmissão são reguladas, definidas ou estruturadas por uma lógica produtivista e mercadológica.

A autonomia universitária é para nós, movimento docente, bandeira importante na defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, expressada no caderno 2 do ANDES/SN, como segue:

“A autonomia universitária, indissociável da democracia interna das IES, tem sido ao longo da história do ANDES-SN uma de suas principais bandeiras de luta. As definições do financiamento, da carreira docente, da política de pessoal, do regime jurídico, do processo de escolha de dirigentes, da avaliação, entre outros aspectos, dependem da conceituação de autonomia universitária adotada.

O ANDES-SN considera que, no exercício pleno da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, a universidade deve estar incondicionalmente a serviço do interesse público.

O ANDES-SN opõe-se a que uma lei delimite o alcance da autonomia universitária, visto que o art. 207 da Constituição Federal de 1988 – em suas relações com os demais preceitos constitucionais – é suficiente. O Sindicato tem sempre se insurgido contra a submissão da universidade aos controles do poder e contra o cumprimento de funções meramente reprodutoras das relações sociais vigentes. Sua luta pela autonomia universitária significa: autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos poderes político e econômico; autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos interesses de grupos econômicos e políticos hegemônicos; autonomia para contrapor-se à lógica produtivista que concebe a escola, o ensino e o saber como mercadorias.

1.7.1 O ANDES-SN entende que a autonomia didático-científica consiste em:

- a) fixar as diretrizes e os meios para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão;*
- b) criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação, pós-graduação e outros a serem realizados sob sua responsabilidade;*
- c) definir os projetos político-pedagógicos e os currículos de seus cursos, observada a base comum nacional para os cursos de graduação;*
- d) estabelecer o calendário escolar e o regime de trabalho didático de seus diferentes cursos, sem outras limitações;*
- e) instituir critérios e normas de seleção, admissão, promoção e transferência de seus estudantes;*
- f) conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos.*

1.7.2 O ANDES-SN considera que a universidade, no exercício da autonomia administrativa, deve:

- a) elaborar seus estatutos e regimentos em processo democrático, definido e concluído no âmbito de cada instituição, em consonância com os pressupostos da gestão democrática;*
- b) escolher seus dirigentes, na forma de seus estatutos e regimentos, em processo democrático definido e concluído no âmbito de cada instituição, em consonância com os pressupostos da gestão democrática;*
- c) dimensionar seu quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, de acordo com seu planejamento didático-científico;*
- d) estabelecer a lotação global de seu pessoal docente e técnico-administrativo;*
- e) autorizar docentes e pessoal técnico-administrativo a participar de atividades científicas e culturais no exterior, nos termos do seu regimento.*

1.7.3 O ANDES-SN compreende que a autonomia da gestão financeira e patrimonial consiste em:

- a) administrar, de forma democrática e transparente, os recursos de dotações orçamentárias globais regulares, assegurados pelo poder público, preservada a isonomia de salários;*
- b) administrar, de forma democrática e transparente, os rendimentos próprios e o patrimônio da instituição, incluindo subvenções, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas e deles dispor, na forma do seu estatuto;*
- c) celebrar contratos referentes a obras, compras, alienação, locação ou concessão, obedecendo ao procedimento administrativo de licitação, cabendo aos conselhos superiores definir, em regulamento próprio, as modalidades, os atos integrantes do procedimento e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;*
- d) elaborar o orçamento total de sua receita e despesa, a partir de suas unidades básicas, e submetê-lo à aprovação dos colegiados superiores competentes, de modo a contemplar plenamente as necessidades definidas nos seus planos globais;*

f) definir, em regulamento próprio, aprovado nos conselhos superiores, normas e procedimentos de elaboração, execução e controle do orçamento, realizando anualmente a prestação pública de contas da dotação e da aplicação de todos os seus recursos.

No que se refere às universidades privadas, o ANDES-SN defende que o exercício pleno da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira se dê em relação às respectivas mantenedoras, nos moldes estabelecidos para as instituições de ensino superior públicas”.

Há que se dar destaque a esses temas, pois não há como pensar em autonomia sem falar em um financiamento compatível com o desenvolvimento das atividades finalísticas da universidade. A constatação das dificuldades em se implementar uma luta por essas bandeiras aponta que devemos realizar na base do Sindicato um maior aprofundamento dos temas, de modo a possibilitar e encaminhar as lutas.

Em março deste ano, logo após o 32º Congresso do ANDES-SN, a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) encaminhou a deputados e senadores um documento intitulado “Proposta de participação do Governo Federal no financiamento das universidades Estaduais e Municipais” que contém um projeto de lei reivindicando aporte financeiro da União às IEES/IMES. Em tal documento, elaborado unilateralmente, os reitores afirmam o “enorme sacrifício orçamentário e financeiro a que se submetem os Estados e Municípios brasileiros para oferecer Educação Superior, preenchendo vazios na oferta desta modalidade de educação que é de responsabilidade da União”. Em seguida, o documento diz que “em diversas oportunidades e de há muito tempo vêm sendo discutidas formas de participação da União no financiamento das Universidades Públicas Estaduais e Municipais, porém, de concreto só se tem conseguido recursos para projetos específicos elaborados pelas IES, por convênio ou por ação dos membros do poder legislativo pela consignação de emendas orçamentárias”.

Na proposta, os reitores solicitam que a União destine às Universidades Estaduais e Municipais R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por estudante matriculado, para ser utilizado em manutenção e infraestrutura, a ser corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA; além disso, o Poder Executivo fica autorizado a utilizar os recursos oriundos do pagamento da dívida dos respectivos Estados junto à União.

Cabe agora ao Sindicato Nacional detalhar a sua proposta para avançar na luta concreta pela autonomia e orçamento apresentado após discussão dos docentes, visto que o deslocamento da luta por financiamento dos Estados e Municípios para a União, diante das dificuldades em mantermos os embates com os Governos Estaduais e Municipais, poderá acarretar fragmentação, dispersão e fragilização das lutas nos Estados.

TR - 10

O 58º CONAD do ANDES/SN delibera:

1. Acompanhar a tramitação da proposta encaminhada pela ABRUEM que trata sobre a destinação de recursos Federais para as Universidades Estaduais e Municipais.
2. Que as seções sindicais intensifiquem a mobilização para acompanhar junto às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais as discussões sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
3. Realizar, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013, o XI Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, conforme planilha a seguir.

4. Autoriza a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do XI Encontro Nacional das IEES/IMES, que acontecerá nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013 na cidade de Brasília.

Planilha (em real) de despesas do XI Encontro Nacional das IEES/IMES
27, 28 e 29 de setembro – Brasília/DF

Seção Sindical	Trechos	Despesas Deslocamento	Despesas Hospedagem	Despesas Diárias
<i>Regional Norte 1</i>				
SINDUERR	BVB/BSB/BVB	527,08	334,00	300,00
<i>Regional Norte 2</i>				
SINDUEPA	BEL/BSB/BEL	536,70	334,00	300,00
SINDUEAP	MCP/BSB/MCP	640,08	334,00	300,00
<i>Regional Nordeste 1</i>				
Convidado UEMA	SLZ/BSB/SLZ	416,60	334,00	300,00
SINDCENTEC-JN	FOR/BSB/FOR	485,70	334,00	300,00
ADCESP	THE/BSB/THE	364,08	334,00	300,00
<i>Regional Nordeste 2</i>				
ADESA-PE	REC/BSB/REC	372,70	334,00	300,00
ADUPE	REC/BSB/REC	372,70	334,00	300,00
ADUEPB	REC/BSB/REC	372,70	334,00	300,00
Convidado Autarquias Municipais do Interior de Pernambuco	REC/BSB/REC		334,00	300,00
<i>Regional Nordeste 3</i>				
UNICISAL-AL	SSA/BSB/SSA	352,41	334,00	300,00
<i>Regional - Rio Janeiro</i>				
ADUEZO	RIO/BSB/RIO	346,70	334,00	300,00
<i>Regional Leste</i>				
SINDUEMG	BHZ/BSB/BHZ	291,61	334,00	300,00
Convidado Instituto Est. Anísio Teixeira	BHZ/BSB/BHZ	291,61	334,00	300,00
<i>Regional Planalto</i>				
Convidado UNITINS	PMW/BSB/PMW	244,98	334,00	300,00
ADUEG	GYN/BSB/GYN	256,08	334,00	300,00
FECIPAR – TO	Paraíso - TO	244,98	334,00	300,00
FECOLINAS – TO	Colinas - TO	244,98	334,00	300,00
SEDFESG	Goiatuba - GO	244,98	334,00	300,00
<i>Regional Sul</i>				
APRUDESC	FLN/BSB/FLN	520,70	334,00	300,00
Convidado ADESSC	FLN/BSB/FLN	520,70	334,00	300,00
SINDUNISPAR	CWC/BSB/CWB	460,70	334,00	300,00
ADUNICENTRO	CWB/BSB/CWB	460,70	334,00	300,00
<i>Regional R. G. do Sul</i>				
Convidado UERGS	POA/BSB/POA	406,70	334,00	300,00
Total		R\$ 8.976,17	R\$ 8.016,00	R\$ 7.200,00
Total Geral	24.192,17			

HOTEL BSB = ST. PAUL R\$ 167,00 (3 diárias final de semana)

TEXTO 11

Diretoria do ANDES-SN

AValiação e Atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES

TEXTO DE APOIO

A atualização do plano de lutas do setor das IFE para o próximo semestre, parte das reflexões sobre a conjuntura apresentada no último Congresso pela diretoria, quando avaliou, no que se refere aos aspectos da reforma do Estado brasileiro, as suas repercussões para os direitos sociais e trabalhistas (políticas sociais) em torno das quais *“enfrentamos: retração das políticas universais; preponderância do favorecimento do setor privado na ação do Estado; produtivismo como ordenador das carreiras dos diferentes segmentos dos servidores; implantação de modelos diferenciados de gestão (EBSERH/OS/OSCIP e Fundações) com verticalização autoritária de comando; precarização de condições de trabalho; redução dos direitos previdenciários, reordenamento do fazer profissional, novo modelo educacional e novo modelo das relações de trabalho”*. Consideramos que a dinâmica lá apresentada se confirmou até o momento, o que demonstra o acerto da tendência prevista para o período.

O setor assumiu os desdobramentos da luta desenvolvida em 2012, tomando como eixos a luta pela reestruturação da carreira docente, enfrentando as consequências da Lei 12.772/12 e, ao mesmo tempo, a luta para reverter a precarização das condições de trabalho em cada IFE, reconhecendo-as como expressão da política de reestruturação das instituições.

Neste primeiro semestre, atuamos respondendo: a) à nossa ação nacional em conjunto com a luta mais geral dos trabalhadores e dos SPF, com destaque para as ações nacionais como a Marcha do dia 24/04 e a Campanha Salarial Unificada dos SPF, com o protocolo de pauta e busca de negociação com o governo federal, e b) à luta pela reestruturação da carreira e contra a precarização das condições de trabalho, com destaque para a busca pela reabertura de negociação com o executivo e definição de agenda de discussão sobre esses temas que a categoria traduz como reivindicações imediatas, incluindo também outros temas mais gerais na agenda de luta e de discussões com o governo, destacando: 1 – Carreira Docente – concepção e estrutura da proposta apresentada; 2- Passivo de infraestrutura, concurso para docentes e técnicos administrativos; 3 – Expansão das IFES e novas necessidades – Orçamento, vagas e infraestrutura (PL, Decreto de Banco Equivalente e DE); 4 – CEFET, CAP e demais vinculadas; 5 – Autonomia e democracia; 6- Pesquisa e Pós-graduação (CAPES/CNPq); 7- Aposentadoria dos docentes das IFE; 8- Público e privado no ensino superior - papel do governo.

Dando sequência às ações aprovadas no último Congresso, viabilizamos o cumprimento da primeira etapa da sistematização do quadro nacional sobre a precarização das condições de trabalho em uma edição da Revista Dossiê Nacional - Precarização das condições de trabalho I, lançada nacionalmente em ato organizado em frente ao MEC, na tarde do dia 24 de abril, após a Marcha. A revista também foi distribuída a várias entidades nacionais e movimentos sociais. As seções sindicais promoveram o

lançamento em âmbito local durante a Jornada de Lutas, incluindo a divulgação na imprensa.

Na intensificação do trabalho de base, percorremos várias IFE com debates, encontros, atividades de mobilização e concentramos nossa luta específica na *“Jornada de Luta de 20 a 24 de maio por condições de trabalho e reestruturação da carreira, com panfletagens, atos, seminários, paralisação e destaque para: a) realizar audiência pública com a reitoria (reivindicada pela seção sindical) com pauta: “negociações entre reitoria e MEC sobre orçamento e expansão de vagas (graduação e pós-graduação); distribuição de vagas de docentes e técnicos administrativos; cronograma de obras”*. Reivindicar, também, posicionamento das reitorias e dos órgãos colegiados das instituições com relação aos Processos de Expansão (abertura de cursos); b) atividade em local emblemático do processo de precarização das condições de trabalho, com divulgação na mídia local criando fato político, dentro da Jornada de Lutas”

A última reunião de setor, realizada em 24 e 25 de maio próximo passado, avaliou o quadro nacional e as perspectivas de luta dos docentes das IFE, apontando caminhos e indicando proposições para a plenária da CNESF. Esta plenária ocorreu no dia seguinte e promoveu uma avaliação da campanha 2013 e definiu encaminhamentos.

Aprofundando a discussão e a análise do contexto, à diretoria cabe registrar os aspectos centrais que servem para ordenar a atualização do plano de lutas do setor.

Em primeiro, destacamos que a ação do governo vai ao encontro do eixo de sua política, ou seja, manter o projeto de reestruturação da carreira pela Lei 12.772/12, o que se confirma com as limitações para a abertura de negociação sobre o tema e a edição da MP 614/2013, que apresenta alterações pontuais, mantendo e buscando legitimar, na essência, o seu projeto estratégico.

Ainda que o governo tenha sido forçado a reconhecer que há problemas graves no aspecto das condições de trabalho como uma CONDIÇÃO REAL, concreta, e não como uma ABSTRAÇÃO DO ANDES-SN, conforme a afirmação feita pelo ministro da educação durante a greve, até o momento, sua ação sobre o tema busca deslocar a questão para os limites das administrações universitárias sem enfrentá-la como questão estrutural que tem relação direta com financiamento e gestão, ou seja, componente de determinado projeto educacional.

O governo passou a dar sinais de concordância com a definição de uma agenda para discutir a pauta proposta pelo ANDES-SN, evidentemente que isso demonstra o que afirmamos no pós-greve: as IFE se alteraram após vivenciarem uma experiência de luta intensa na greve de 2012 e isso não pode ser desprezado pelos gestores, sob o ônus, na sua ótica, de enfrentar novo ciclo de mobilização nacionalmente radicalizada em defesa da pauta dos docentes. É claro o seu objetivo de tomar a frente e evitar que a categoria volte às ruas em nova conflagração e se esforça para antecipar-se à ação do Movimento Docente. No entanto, é evidente a gravidade do quadro interno das IFE, o que exige resposta contundente do Movimento e, por outro lado, que o governo assuma a sua responsabilidade na destinação dos meios necessários para o funcionamento adequado das instituições. Note-se o procedimento ambíguo do governo que, ao mesmo tempo, reconhece sua incapacidade de revolver os emergentes das IFE, mas segue criando novas universidades.

É imperioso reconhecer que a determinação desse processo parte da política mais geral do governo, advinda de seus vínculos com atores e fórmulas da política econômica

internacional e nacional, que está mobilizada para responder à crise internacional e sua repercussão no país.

Neste contexto, a postura dos reitores-administradores tem sido de, cada vez mais, se submeterem aos ditames do governo central, com requintes no ataque à democracia e à autonomia universitária. A sanha pela implantação da EBSEH é o exemplo mais categórico deste comportamento. Como parte constitutiva deste cenário há um acelerado processo de verticalização das decisões, que busca reduzir as instâncias internas a meras adaptadoras das diretrizes do MEC, em um precário ritual que tenta caracterizar-se como “espaços democráticos de legitimação”, mas que se resumem a posturas pro forma de cumprimento de ordens.

No que se refere ao Movimento, consideramos que a condição defensiva ainda não foi revertida. A reação cresce, o número de greves é maior, as ações de rua mobilizam importantes contingentes numérica e socialmente, mas ainda não é suficiente para inverter a correlação de forças. Confirma esta caracterização a Marcha do dia 24/04 e a campanha salarial dos SPF, insuficientes para reverter ataques em curso e assegurar negociação para manter e avançar nos direitos dos trabalhadores.

No nosso campo, a Jornada de Lutas dos docentes das IFE revelou fragilidades e desigualdades no processo de mobilização da categoria. Variáveis concorrem para isso: calendários desencontrados; início de semestre; repercussão dos desdobramentos da greve; desinformação e insegurança frente aos elementos trazidos pela MP 614/13; autoritarismos nas IFE; incerteza na luta; limites dos ganhos da greve; intransigência do governo; crise econômica; as condições de sobrecarga do trabalho, dentre outras.

Mas, apesar deste quadro, os sinais de disposição de luta se fazem presentes e nos desafiam a definir os próximos passos.

É preciso dar continuidade à luta em torno da pauta que protocolamos, cuja conquista ainda está para ser definida. Assim, reafirmamos que a pauta definida no 32º Congresso é condição para a mobilização, tanto nos seus propósitos mais gerais (com os trabalhadores e SPF) quanto específicos (luta da categoria).

Seguir atuando na campanha salarial dos SPF e no Espaço de Unidade de Ação é o que nos dará o ambiente para materializar a unidade que fortalecerá nossa reação conjunta.

E, em consonância com isso, assumir como eixo interno a luta pelas pautas específicas a serviço de catapultar, dialeticamente, a luta unitária da categoria.

A atualização das pautas específicas far-se-á a partir de eixos prioritários, a saber: a) Cargos/vagas; b) Condições de trabalho; c) Democracia; d) outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria; fatores de adoecimento docente; campi descentralizados; hospitais universitários; CEFET; CAP, demais escolas vinculadas, dentre outros.

Esta atualização deve ser materializada sob a forma de dossiê com documentos comprobatórios, vídeos feitos para servir de elemento de denúncia e unidade nacional a partir da divulgação e da troca entre as instituições, com audiências e materiais centralizados.

No que se refere à carreira, o eixo é desnudar a desestruturação, as inconsistências e a retirada de direitos contida no padrão que o governo impõe. Trabalharemos as contradições que se escancaram no dia a dia das Instituições Federais de Ensino e as consequências danosas para os distintos segmentos da categoria, inclusive a decomposição do poder aquisitivo dos salários, submetidos a índices inflacionários crescentes. Cada um desses elementos propicia impulso mobilizador, pois, sendo

percebido por um contingente cada vez maior dos docentes, reforça a identidade coletiva, a disposição de vir para a luta e facilita a atuação das lideranças do Movimento local, as direções das seções sindicais.

Por outro lado, a edição do MP 614/13 abre flancos no governo e no Congresso Nacional, para tencionarmos com nossas propostas para a abertura de negociações.

Conexão entre os espaços nacional e locais são a referência metodológica para a construção da mobilização, forçando o governo e as reitorias a negociar. O desafio é enfrentar a precarização diretamente na vida acadêmica onde ela ocorre, com ordenamento nacional para dar unidade e potencializar a luta.

TR - 11

Considerando que o direcionamento e as ações aprovadas no 32º Congresso permanecem pertinentes e em curso, o 58º CONAD delibera agregar para o segundo semestre os seguintes encaminhamentos:

B- NO ÂMBITO DOS SPF

- 1.** Dar continuidade às lutas articuladas conjuntamente com os demais SPF e no âmbito do Espaço de Unidade de Ação;
- 2.** Fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para regularização das contribuições financeiras;
- 3.** Articular previamente, no espaço da CNESF, as proposições para atuação no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, objetivando potencializá-las;
- 4.** Retomar as iniciativas políticas com vistas à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF;
- 5.** Destacar as lutas pela anulação da reforma da previdência; contra o PLP 92/07, a EBSEH e a revisão do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e a defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta;
- 6.** Encaminhar, em articulação com as demais entidades dos SPF, a produção por todas elas de “Dossiês sobre precarização/repressão no serviço público, com vistas à produção de materiais de denúncia e divulgação;
- 7.** Organizar, no próximo período e em articulação com as demais entidades dos SPF, atividades nacionais e regionais de formação política;
- 8.** Elaborar, em articulação com as demais entidades dos SPF, materiais conjuntos para enfrentamento do FUNPRESP;
- 9.** Propor à CNESF e ao Fórum Nacional das Entidades dos SPF que o balanço da Campanha 2013 e a construção articulada de pauta e agenda de lutas para 2014 sejam realizados ainda neste ano, de forma que já seja possível deslanchar a campanha no mês de janeiro.

C- LUTA ESPECÍFICA DO SETOR

1. Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes eixos:

1.1 Cargos/vagas: lutar pela ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação;

1.2 Infraestrutura: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, identificação por um lado das insuficiências e por outro das impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras;

1.3 Democracia: enfrentar a agudização dos ataques à autonomia das instituições e arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC e a criminalização/punição do direito de divergir;

1.4 Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, CAP e demais escolas vinculadas;

2. Elaborar dossiês durante a atualização das pautas locais:

2.1 Dar visibilidade aos elementos identificados nos dossiês locais dentro e fora das instituições, em nível local e nacional;

2.2 Encaminhar à secretaria do ANDES-SN o material produzido pelas seções sindicais contendo, além da pauta definida, fotos, vídeos, documentos e outros materiais comprobatórios, notícias publicadas na imprensa local, regional e nos veículos das seções sindicais, sobre os temas;

3. Carreira docente:

3.1 Intensificar as denúncias, como instrumento de mobilização, das consequências das iniciativas do governo para os diferentes segmentos da categoria e para o futuro das instituições;

3.2 Atuar no novo cenário criado pela MP 614/13, estimulando o debate nas instituições, na sociedade e no Congresso Nacional e também pressionando o governo a abrir negociações;

3.3 Produzir documentos que explicitem a repercussão geral para cada segmento que compõe a categoria, a fim de gerar maior identidade e pertencimento à resistência cotidiana e fomento da luta geral, além de documento que atualize a realidade da situação salarial, em termos de valor real, após a Lei e a MP;

4. Outros encaminhamentos:

4.1 Organizar e estimular o debate nas seções sindicais e nos CAP, construindo atividades preparatórias para o 3º Seminário Estado e Educação, que discutirá, entre outros temas, políticas para os Colégios de Aplicação;

4.2 Dar sequência ao conjunto de iniciativas de resistência em curso à EBSERH, ao FUNPRESP e ao PLP 92/07;

D- AGENDA

- **mês de agosto** - atualização das pautas locais e retomada de negociações com as Reitorias;
- **até o dia 23 de agosto** - envio das pautas locais atualizadas/dossiês para a secretaria do ANDES-SN;
- **meses de agosto e setembro** - construir atividades preparatórias ao Seminário Estado e Educação sobre a política para os CAP;
- **dias 31 de agosto e 1º de setembro** - reunião do setor das IFES, em Brasília;
- **meses de agosto e setembro** - atuar junto aos parlamentares, durante a tramitação da MP 614/13, em defesa da nossa proposta e por abertura de negociações com o poder executivo;
- **mês de setembro** - lançamento nacional da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFE;
- **mês de setembro** - priorizar os temas “necessidades de cargos/vagas”, “política para os CAP”, “política para os CEFET”, “Hospitais Universitários”;
- **mês de setembro** - participação no seminário Estado e Educação, cuja pauta incluirá o debate sobre política para os CAP;
- **mês de outubro** - lançamento em cada seção sindical da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFE;
- **mês de outubro** - priorizar os temas “infraestrutura” e “campi descentralizados”;
- **mês de novembro** - priorizar os temas “democracia”, “aposentadoria” e “adoecimento docente”.

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

TEXTO DE APOIO

A expansão das instituições particulares de ensino superior no Brasil, na última década, exige do Andes-SN um esforço no sentido de compreender o universo deste setor e apresentar mecanismos que possibilitem a organização destes profissionais frente às diversas ameaças patronais e que exigem ações específicas.

Da mesma forma, faz-se importante a definição e o cumprimento de marcos regulatórios no sentido de garantir a qualidade destas instituições na formação de cidadãos críticos da sua realidade.

Apesar de os professores das IPES representarem 2/3 do total de professores do ensino superior, responsáveis pela formação de cerca de 73,7% dos alunos matriculados, esta categoria sofre todo tipo de precarização das condições de trabalho, sendo mais vulneráveis às investidas do patronato, que considera a educação uma mercadoria, tratando os professores como mero instrumento de ampliação do capital.

A mercantilização do Ensino Superior privado precariza as condições de trabalho, negando a esses professores um plano de carreira, flexibilizando os regimes de trabalho, com contratos caracterizados pela ausência de direitos trabalhistas e sem estabilidade no emprego. Neste sistema, muitos professores são horistas, pagos apenas pelo tempo em que estão em sala de aula, sem tempo previsto para outras atividades necessárias ao desenvolvimento profissional e educacional. Além do atraso nos pagamentos, é comum lecionarem disciplinas distintas e de outras áreas que não a área de sua formação.

Algumas instituições particulares registram professores como tutores, na carteira de trabalho, retirando o poder do Decreto nº 5.773/2006: *Todo profissional que trabalha diretamente com educação é denominado professor*. O barateamento da mão de obra destes profissionais atribui novo fôlego ao circuito de exploração capitalista. Com a LDB de 1996, os parâmetros de contratação tornaram-se bastante flexíveis, oferecendo ao monopólio do capital estrangeiro uma fonte inesgotável de apropriação de mais-valia, acrescida de péssimas condições de trabalho, com salas superlotadas e o pagamento do “pacote fechado”, além da flexibilização nos regimes de trabalho.

Com a grande quantidade de profissionais inseridos nesta categoria, sindicatos cartoriais competem entre si por este setor, com o objetivo de recolher o imposto sindical, sem qualquer preocupação com a organização destes trabalhadores, o que amplia sua vulnerabilidade num mercado de trabalho de alta rotatividade de profissionais, demissões e seletividade econômica da titulação. Estes são fatos cotidianos na vida destes profissionais.

Além disso, o ensino público superior é gratuito das instituições públicas, não contempla a grande maioria da classe trabalhadora, que não consegue competir, em igualdade de condições, nos vestibulares e processos seletivos. Diante do exposto, grande parte da classe trabalhadora recorre às instituições privadas para a sua formação

universitária e a de seus familiares. Este processo impõe um ônus econômico adicional à grande maioria da classe trabalhadora, independentemente dos programas de bolsas oferecidos pelo governo, como o Prouni e o Fies, que não são suficientes para atender a demanda.

Com exceção de algumas instituições confessionais com tradição no ensino superior, comunitárias e algumas instituições mais qualificadas, a maioria do setor das instituições privadas de ensino superior tem se ampliado pela singular atratividade econômica decorrente de uma imensa demanda por formação superior, não atendida pelas instituições públicas e gratuitas. Diante disso, observa-se a proliferação de instituições que entendem a qualidade de ensino como elemento antagônico aos lucros almejados. Este fato, somado à precariedade da fiscalização dos órgãos públicos (MEC, Ministério do Trabalho, Sisu, Secretarias de Educação) e mesmo a conivência destes com o modelo de desenvolvimento econômico, impõe mais um ônus à classe trabalhadora que se submete a uma formação de péssima qualidade, agravando o quadro de desigualdades de nossa realidade.

A adoção de uma política para o setor das Ipes implica o reconhecimento do setor como uma realidade difícil, mas não intransponível, e estabelece a necessidade do aprofundamento do debate acerca da responsabilidade pública que deve ser exigida dessas instituições, bem como sobre o significado do princípio da gratuidade, explicitado como princípio geral da Política do Andes – SN.

Diante do exposto, a inserção sindical das instituições particulares, através de um registro sindical regular do Andes para esta categoria, nos parece o marco inicial de uma concepção de uma política para este setor.

TR – 12

O 58º Conad do Andes delibera:

1. Dar continuidade à luta política e jurídica para a obtenção do registro sindical do ANDES-SN como representante dos docentes das IPES.
2. Dar continuidade à denúncia das condições de trabalho dos docentes das IPES, produzindo materiais específicos para isso.
3. Lutar pelo cumprimento dos marcos regulatórios contra a internacionalização do ensino superior privado no Brasil.
4. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do Encontro Nacional das IPES que acontecerá nos dias 15 e 16 de novembro em São Paulo/SP.

Planilha de despesas do Encontro Nacional das IPES 2º semestre de 2013
 Data prevista - 15 e 16 de novembro
 Local – São Paulo-SP

Entidades	Trechos	Despesa com deslocamento	Despesa com hospedagem	Despesa com diária
ADESSC (1)	FLN/SÃO/FLN	363,14	243,00	200,00
ADUCSAL (1)	SSA/SÃO/SSA	443,14	243,00	200,00
ADUNIFOR (1)	FOR/SÃO/FOR	915,00	243,00	200,00
SINDFAFICA (1)	REC/SÃO/REC	916,04	243,00	200,00
Associações de IPES confessionais: MG (1), PR (1), RJ (1)	BHZ/SÃO/BHZ	300,94	243,00	200,00
	CWB/SÃO/CWB	280,94	243,00	200,00
	RIO/SÃO/RIO	302,94	243,00	200,00
Associações de IPES Confessionais/SÃO	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
ADUNIMEP (1)	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
IPES SP:	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Uninove	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Fernão Dias,	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Unicsul	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
FMU	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Total Previsto		R\$ 4.572,14	R\$ 3.402,00	R\$ 2.800,00

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 13*Diretoria do ANDES-SN***VII ENCONTRO INTERSETORIAL****TEXTO DE APOIO**

O 32º Congresso do ANDES-SN deliberou que a diretoria promova o VII Encontro Intersetorial do Andes-SN, a ser realizado até 31 de agosto de 2013, precedido de amplo debate sob a coordenação do GTPFS, sobre as demandas e os desafios organizativos do Sindicato, com a participação das seções sindicais, atendendo aos três setores. Devido à proximidade com o 58º CONAD e a necessidade de maior debate, a diretoria indica a mudança de data desse encontro.

TR - 13

O 58º CONAD aprova a alteração da data de realização do VII Encontro Intersetorial do ANDES-SN para o período de 25 a 27 de outubro de 2013, em Brasília, de acordo com a planilha apresentada e autoriza a diretoria a realizar os ajustes necessários na mesma.

REALIZAÇÃO DO VII ENCONTRO INTERSETORIAL DO ANDES-SN

Seção Sindical	Nº Filiados	Trechos ³	Despesa com deslocamento	Despesa com hospedagem	Diárias
Regional Norte I					
SIND-UEA	138	Manaus	537,50	334,00	300,00
SINDUERR		Boa Vista	482,08	334,00	300,00
Regional Norte II			0,00	0,00	0,00
ADUFRA	90	Belém	503,70	334,00	300,00
SINDUFAP	169	Macapá	613,08	334,00	300,00
SINDUEPA		Belém	503,70	334,00	300,00
SINDUFPA-MAR		Marabá	433,88	334,00	300,00
SINDUFOPA		Santarém	616,98	334,00	300,00
SINDIFAP	15	Macapá	613,08	334,00	300,00
Regional NE I			0,00	0,00	0,00
SINDIUVA	100	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
ADCESP		Teresina	336,08	334,00	300,00
ADUNIFOR	174	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
SINDURCA	162	J. do Norte	648,60	334,00	300,00
SINDCENTEC	30	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
SINDCEFET-PI	31	Teresina	336,08	334,00	300,00
SINDUECE	262	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
Regional NE II			0,00	0,00	0,00
ADUFCG-PATOS	76	Patos	506,98	334,00	300,00

ADESA-PE	37	Arco Verde	376,60	334,00	300,00
ADUEPb		J. Pessoa	372,70	334,00	300,00
SINDFAFICA	45	Caruaru	376,60	334,00	300,00
ADUC	47	Cajazeiras	506,98	334,00	300,00
ADUFERSA	220	Mossoró	712,50	334,00	300,00
SINDUNIVASF	50	Petrolina	1.252,26	334,00	300,00
ADUPE	890	Recife	376,60	334,00	300,00
Regional NE III			0,00	0,00	0,00
ADUCSAL	214	Salvador	376,70	334,00	300,00
ADUNICISAL		Salvador	376,70	334,00	300,00
APUR	101	C+ das Almas	376,70	334,00	300,00
Regional Leste			0,00	0,00	0,00
SINDFAFEID	82	Belo Horizonte	322,70	334,00	300,00
ADOM	25	Teófilo Otoni	322,70	334,00	300,00
Regional Planalto			0,00	0,00	0,00
ADCAC	173	Catalão	280,00	334,00	300,00
ADCAJ	25	Jataí	250,00	334,00	300,00
ADUEG	206	Goiânia	308,08	334,00	300,00
SEDFESG		Goiatuba	308,08	334,00	300,00
Regional Pantanal			0,00	0,00	0,00
Adleste	21	T. Lagoas – MS	746,71	334,00	300,00
Regional RJ			0,00	0,00	0,00
SESDUENF	189	Rio de Janeiro	322,70	334,00	300,00
ADUEZO	15	Rio de Janeiro	322,70	334,00	300,00
Regional SP			0,00	0,00	0,00
ADUNIMEP	229	Piracicaba	414,06	334,00	300,00
ADUFABC	106	São Paulo	322,70	334,00	300,00
ADEEP	52	Piracicaba	414,06	334,00	300,00
Regional Sul			0,00	0,00	0,00
ADUNIOESTE	244	Cascavel	667,88	334,00	300,00
ADUNICENTRO	140	Guarapuava	472,70	334,00	300,00
SINDUEPG	233	Ponta Grossa	472,70	334,00	300,00
SINDINESPAR		Curitiba	460,70	334,00	300,00
APRUDESC	211	Florianópolis	540,50	334,00	300,00
S. Sind do ANDES na UFSC	87	Florianópolis	540,50	334,00	300,00
SINDUFFS		Chapecó	1.469,75	334,00	300,00
Regional RGS			0,00	0,00	0,00
S. Sind do ANDES na UFRGS	25	Porto Alegre	386,70	334,00	300,00
SESUNIPAMPA	111	Bagé	386,70	334,00	300,00
Total: 53.361,10			R\$ 23.563,10	R\$ 15.698,00	R\$ 14.100,00

Observação: 1 tarifas voando nos dias 25 e 27 de outubro de 2013

2 tarifas de final de semana no H. Saint Paul R\$ 167,00 + taxas.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 59º CONAD DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 59º CONAD do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até as 16h do dia 19/7/13, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 14

O 59º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da Seção Sindical.

TEXTO 15

Diretoria do ANDES-SN

APOIO POLÍTICO E MATERIAL À CONSTRUÇÃO DO SINDICATO NA BASE

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN organiza-se a partir dos locais de trabalho, por meio de seções sindicais, e tem por princípio que a sustentação financeira se dê exclusivamente pela contribuição dos sindicalizados, nos termos de seu estatuto. A política de contribuição mensal de 1% da totalidade dos vencimentos ou remuneração de cada sindicalizado, sendo 0,2% para a tesouraria nacional, dos quais as seções sindicais são fiéis depositárias, e 0,8% para as tesourarias das seções sindicais (*Art. 8º; Art. 10, II; Art. 47, III e IV; Art. 67, Art. 68 e Art. 72*), deve dar conta do custeio das atividades sindicais em todos os níveis e ela deve ser entendida como um processo de construção. Trata-se de uma política que visa, nos termos do Art. 44, § 2º (“*A S.SIND ou AD-S.SIND tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, dentro dos limites deste Estatuto*”), garantir a autossustentação financeira de cada seção sindical, que seja capaz de assegurar tal autonomia.

A experiência de criação, organização e construção de seções sindicais demonstra existência de muitas dificuldades que requerem, muitas vezes, para além do apoio político, o apoio material, por parte da diretoria do ANDES-SN, para alavancar o processo de estruturação das seções sindicais. As demandas de apoio material têm sido crescentes, quanto mais se busca organizar o sindicato em locais distantes e em instituições em que são recorrentes as práticas de intimidação aos processos de organização sindical e de desrespeito aos direitos dos professores. O 58º CONAD deve

definir um encaminhamento que possibilite ao Sindicato encarar positivamente os processos de organização, ajudando-o a avançar, a se organizar nos locais de trabalho, encarando o apoio material como parte do investimento de construção da autossustentação. É este o sentido do TR abaixo.

TR – 15

O 58º CONAD delibera que:

- 1.** A diretoria do ANDES–SN fica autorizada a disponibilizar recursos do seu Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que estas consigam viabilizar sua autossustentação e a regularização de suas receitas por meio da contribuição dos sindicalizados.
- 2.** Aplica-se esta resolução para o caso de seções sindicais já existentes até a data do 58º CONAD.
- 3.** As seções sindicais que estejam recebendo tais ajudas não estarão dispensadas do repasse regular da parcela da contribuição sindical dos sindicalizados à tesouraria do ANDES-SN, sendo essa uma condição para o recebimento da ajuda definida por esta resolução.
- 4.** Os recursos para este fim ficam limitados em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo período total de um ano, para cada uma das seções sindicais contempladas.
- 5.** As seções sindicais solicitantes deverão apresentar pedido devidamente justificado e plano de uso dos recursos que especifique a destinação e os valores necessários.
- 6.** Para a aprovação das solicitações, a diretoria deverá fundamentar suas análises nas justificativas e especificações de cada plano.
- 7.** A liberação dos recursos poderá ser parcelada em conformidade com as especificações de cada plano, após sua aprovação pela diretoria do ANDES-SN.
- 8.** O comprometimento de despesas de cada seção sindical é de sua responsabilidade exclusiva, durante e após o período de vigência de uso da ajuda financeira aqui aprovada.

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

DESIGNAR A SALA DE REUNIÕES DA SEDE DO ANDES-SN COM O NOME DO COMPANHEIRO EDMUNDO FERNANDES DIAS

TEXTO DE APOIO

Logo após a homenagem prestada ao companheiro Edmundo Fernandes Dias, tendo em vista o seu recente falecimento, no início da reunião do Setor das IFES, 24 e 25 de maio de 2013, foi aprovado sugerir para a diretoria que a sala de reuniões do ANDES-SN seja designada com o nome do companheiro Edmundo Fernandes Dias.

O companheiro Edmundo teve uma trajetória intelectual marcante e destacou-se pelo compromisso militante em grande parte vivido nos espaços do ANDES-SN.

Para todo o movimento docente e sindical, tornou-se referência humana íntegra e solidária que conseguiu, sempre com peculiar solidez, conjugar competência intelectual e simplicidade, e primar pela firmeza de suas convicções.

Exemplo de militância, Edmundo participou ativamente da criação e construção do ANDES Sindicato Nacional. Deu ainda especial e fundamental contribuição na análise de conjuntura, em diversos momentos de crise vivenciados pela classe trabalhadora, e na formação sindical de inúmeros docentes e trabalhadores de outras categorias.

Em 1979, participou de forma corajosa da primeira greve geral do funcionalismo público paulista sob a Ditadura Militar e, em 1981, participou da mobilização contra a intervenção malufista na Unicamp. Nesse mesmo ano, Dias foi um dos organizadores do I Congresso Nacional dos Docentes Universitários, realizado em Campinas, que resultou na criação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes, transformada em Sindicato Nacional a partir de 1988.

Enquanto docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, Edmundo trabalhou intensamente na leitura e interpretação da obra de Gramsci. Deixou extensa produção bibliográfica sob a forma de artigos e livros de sociologia e ciência política situados no campo do marxismo, como *O outro Gramsci* (Xamã, 1996) e *Gramsci em Turim* (Xamã, 2001), obras que trazem contribuições fundamentais para a compreensão do pensamento desse intelectual revolucionário italiano.

Mais recentemente, escreveu *Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos, e Revolução Passiva e Modo de Vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*, ambos publicados pela Editora José Luis e Rosa Sundermann. Nessas obras, Edmundo retoma e atualiza aspectos essenciais da teoria marxista da revolução e empreende análises críticas sobre as reconfigurações da hegemonia capitalista nos planos nacional e mundial.

A história de Edmundo se confunde com a do ANDES-SN, sindicato que ajudou a construir e consolidar. Enquanto diretor da entidade, ele ocupou o cargo de suplente na

Regional São Paulo (1982-1984) e depois suplente da vice-presidência da mesma regional entre 1988 e 1990. Foi 3º vice-presidente do Sindicato Nacional na gestão 1992-1994, ocupou duas vezes o cargo de secretário-geral do ANDES-SN (1994-1996 e 2000-2002) e de 3º secretário entre os anos de 2004 e 2006.

Por sua contribuição ao movimento docente, sindical e de luta da classe trabalhadora, Edmundo foi homenageado durante o 30º Congresso Nacional do ANDES-SN, realizado em fevereiro de 2011 em Uberlândia.

Por tudo isso, a diretoria, reunida entre 6 e 9 de junho, decidiu acolher a indicação feita pelo Setor das IFES e propõe que o 58º CONAD chancela a designação da sala de reuniões do Sindicato com o nome Edmundo Fernandes Dias.

Companheiro Edmundo, SEMPRE PESENTE!

TR - 16

O 58º CONAD aprova:

Designar a sala de reuniões do ANDES-SN, localizada no terceiro andar da sede, no Edifício Cedro II, em Brasília, com o nome do companheiro Edmundo Fernandes Dias.



Diretoria do ANDES-SN

COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Nas últimas duas décadas os movimentos civis e populares de alguns países da América Latina e do Brasil têm travado uma luta pelo fim da impunidade de que gozam os agentes das ditaduras, que, ao agirem na defesa daqueles regimes, usaram de sua autoridade e do aparelho coercitivo do Estado para torturar, assassinar, desaparecer com militantes políticos, democratas, estudantes e cidadãos suspeitos e acusados pelos regimes ditatoriais de se articularem politicamente contra o regime vigente. Tão importante quanto punir os executores dos crimes, se faz necessário também acabar com a impunidade que protege os mandantes, bem como os superiores que toleraram ou acobertaram tais práticas.

No Brasil, a luta tem se concentrado na criação de **Comissões da Verdade**, que buscam levantar dados que contribuam para a memória relacionada aos atos persecutórios, de delação e criminalização, sobretudo nos anos da ditadura militar. No tocante aos fatos acontecidos durante os *anos de chumbo*, no interior das IES, se faz necessário desencadear o mesmo processo, em respeito à memória de professores, técnicos e estudantes que sofreram com as ações repressivas do regime militar.

A iniciativa do ANDES-SN em criar a sua Comissão da Verdade se faz necessária, pois a Comissão Nacional da Verdade criada pelo governo federal, em 2010, apresenta sérias limitações, como, por exemplo, o seu objetivo de apenas examinar as violações dos direitos humanos durante o regime militar, quando, no fundo, o que esperamos é a apuração dos atos dos agentes públicos que agiram a serviço do regime ditatorial.

Assim, o ANDES-SN, ao criar a sua comissão, se junta aos movimentos civis e comissões da verdade independentes do Estado.

Dada a importância dessa comissão, a diretoria considera que é necessária uma preparação maior para o seu bom funcionamento. Nesse sentido, como prioridade para a efetivação desse importante trabalho político, a diretoria indica o mês de agosto, do corrente ano, para a implementação da Comissão da Verdade do ANDES-SN.

TR - 17

O 58º CONAD delibera que:

1. A Comissão da Verdade do ANDES-SN terá a seguinte composição: 3 (três) membros efetivos, sendo 1 (um) da diretoria e dois eleitos no 58º CONAD; e 3 (três) suplentes, sendo 1 (um) da diretoria e dois eleitos no 58º CONAD.
2. A Comissão da Verdade do ANDES-SN realizará reunião em agosto próximo, em conjunto com o GTHMD, para definir plano de trabalho, funcionamento e atividades a serem desenvolvidas.
3. Autorizar a diretoria a aprovar o plano de trabalho e disponibilizar recursos financeiros para a realização dos trabalhos da comissão, dentro da disponibilidade financeira do Sindicato.
4. A Comissão da Verdade do ANDES-SN deverá apresentar relatórios de suas atividades no 33º Congresso do ANDES-SN para avaliação.

TEXTO 18

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012

TEXTO DE APOIO

O ano de 2012 caracterizou-se como sendo um período de intensa atividade e de grandes mobilizações, envolvendo praticamente todas as entidades de servidores públicos, estudantes e movimentos sociais, com marchas em Brasília e nos estados, greves nos setores das federais e das estaduais. O ANDES-SN teve papel preponderante nessas lutas, com intensa participação de sua base e da diretoria nacional, além de contribuir financeiramente com apoio às suas seções sindicais e aos movimentos sociais e estudantis.

Isso resultou que o total de despesas, em 2012, foi de R\$ 8.573.331,22 significando um acréscimo de R\$ 661.631,73 (8,36%) em relação ao exercício anterior, que foi de R\$ 7.911.699,49.

As tabelas apresentadas abaixo detalham as despesas realizadas, a previsão orçamentária para 2012 e os demais demonstrativos contábeis.

TR - 18

O 58º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2012

Demonstrativo de Orçamento e Execução

Receita	Previsão 2012	Execução 2012
Receita Total	7.505.000,00	7.288.147,14
Receita de Contribuições	7.027.000,00	7.089.958,07
Receita de aplicações financeiras	293.300,00	83.388,90
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	184.700,00	114.800,17
Despesas	Previsão 2012	Execução 2012
Pessoal e Encargos	1.340.000,00	1.950.060,97
Diárias de Diretores	350.000,00	374.524,00
Material de Consumo	165.000,00	133.599,92
Assessoria Jurídica Pessoa Física	35.000,00	34.422,61
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – Regionais	385.500,00	351.820,26
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – AJN	371.500,00	385.500,00
Assessoria Contábil	90.000,00	77.657,90
Transportadoras e Fretes	180.000,00	454.210,90
Conduções e Passagens Urbanas	75.000,00	107.071,99
Passagens Aéreas e Terrestres	810.000,00	954.250,83
Hospedagem	290.000,00	522.057,89
Telefone	160.000,00	126.356,46
Energia Elétrica	45.000,00	46.230,78
Água e Esgoto	8.000,00	807,01
Alimentação	6.000,00	73.323,07
Aluguel de Bens Imóveis	155.000,00	231.951,19
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	95.000,00	93.221,29
Manutenção e Reparos Bens Móveis	12.000,00	25.213,15
Custas e Emolumentos	20.000,00	24.300,51
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	70.000,00	63.572,00
Locação de Equipamentos e Veículos	11.000,00	5.268,86
Assinaturas e Periódicos	2.500,00	1.888,52
Reembolso de Kilometragem	22.000,00	20.103,52
Estacionamentos / Pedágios	4.500,00	4.157,80
Revista - Universidade & Sociedade	80.000,00	115.135,50
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	150.000,00	327.650,00
INSS s/Serviços	25.000,00	25.390,84
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	65.000,00	23.318,67
Despesas Financeiras	40.000,00	30.331,33
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	343.678,69	457.158,16
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	18.000,00	24.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	18.000,00	24.000,00
Despesas com Regionais	850.000,00	901.128,10
Despesas Diversas	86.000,00	583.647,19
Total de despesas	R\$ 6.378.678,69	R\$ 8.573.331,22

Demonstrativos de Despesas Diversas

(-) Diárias – Funcionários	6.615,00
(-) Diárias - Colaboradores/Convidados	38.360,00
(-) Manutenção e Reparo de Bens Móveis – PF	165,00
(-) Limpeza e conservação – PF	666,66
(-) Serviços Fotográficos – PF	10.017,07
(-) Serviços de Terceiros – Fundos	316,56
(-) Tradução/Revisão/Ilustração de Textos – PF	12.253,90
(-) Outros Serviços – PF	27.173,16
(-) Internet	36.052,26
(-) Fotocópias/Encadernações	1.311,06
(-) Assinatura de TV a Cabo	3.541,88
(-) Serviços Fotográficos – PJ	2.797,00
(-) Anúncios e Publicações	5.065,55
(-) Serviços Técnico Profissionais – PJ	189.633,11
(-) Seguros em Geral	561,63
(-) Locação de Máquinas e Equipamentos	108,11
(-) Seminários, Congressos e Convenções	16.040,00
(-) Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	1.700,00
(-) IRRF s/Apl. Financeiras	19.982,80
(-) Impostos e Taxas Diversas	953,00
(-) Outras Contribuições/Doações	80.512,23
(-) <i>Outras Despesas</i>	1.096,40
(-) <i>Correios</i>	114.057,57
	568.979,95

Demonstrativo de Despesas - Mensal Jan a Dez 2012

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
<i>Despesas c/Pessoal e Encargos</i>	184.978,57	129.749,70	165.692,08	114.838,70	169.755,05	139.076,14	904.090,24
<i>Diárias - Diretores</i>	39.810,00	31.408,00	29.595,00	24.861,00	30.750,00	57.000,00	213.424,00
<i>Diárias - Funcionários</i>	6.315,00	0,00	200,00	1.000,00	100,00	5.400,00	13.015,00
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados</i>	2.710,00	1.000,00	5.000,00	3.200,00	7.693,00	2.357,00	21.960,00
<i>Despesas c/Material de Consumo</i>	3.241,15	11.275,00	24.348,48	7.900,52	28.767,22	22.347,54	97.879,91
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,30
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,00	165,00
<i>Limpeza e conservação - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	416,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	416,66
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	0,00	53,32	0,00	0,00	0,00	53,32
<i>INSS s/Serviços - PF</i>	1.360,89	3.278,08	1.881,85	2.474,71	2.439,77	2.203,72	13.639,02
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	421,43	5.875,78	0,00	0,00	0,00	619,22	6.916,43
<i>Outros Serviços - PF</i>	723,34	2.789,50	2.641,69	6.198,27	0,00	2.379,88	14.732,68
<i>Assessoria Jurídica - PJ</i>	48.383,39	44.064,73	41.042,72	93.383,38	46.383,38	45.845,30	319.102,90
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	34.051,68
<i>Transportes e Fretes</i>	29.417,00	25.779,00	18.140,00	69.644,00	49.601,70	40.867,00	233.448,70
<i>Conduções e Transportes Urbanos</i>	2.895,24	8.192,03	11.981,31	8.458,47	12.587,44	7.583,14	51.697,63
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	8.411,42	45.637,18	98.108,46	107.647,29	76.382,67	130.226,26	466.413,28
<i>Hospedagem</i>	639,00	99.968,13	19.121,99	25.190,03	99.929,54	33.202,07	278.050,76
<i>Telefone</i>	5.408,21	11.649,38	14.473,77	9.406,15	11.733,92	11.555,37	64.226,80
<i>Energia Elétrica</i>	2.973,30	3.098,08	4.395,48	4.516,25	4.188,93	4.294,51	23.466,55
<i>Água e Esgoto</i>	121,72	0,00	124,55	64,24	60,86	60,86	432,23
<i>Alimentação</i>	448,12	89.364,20	265,30	0,00	73,80	4.378,00	94.529,42
<i>Aluguel de Imóveis</i>	10.701,20	72.590,77	11.515,98	15.520,29	13.395,85	12.403,75	136.127,84
<i>Condomínio</i>	2.191,66	7.783,18	8.213,93	7.820,77	8.011,91	14.104,96	48.126,41
<i>Manut. e Reparo de Bens Móveis</i>	992,00	1.857,80	1.449,80	2.782,00	5.702,00	4.729,98	17.513,58

<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	283,08	282,59	279,06	279,06	286,96	300,08	1.710,83
<i>Correios</i>	1.176,15	13.524,73	3.731,42	9.206,59	14.051,49	3.727,65	45.418,03
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	855,00	2.858,58	1.325,10	1.240,50	2.052,90	2.280,48	10.612,56
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	170,10	375,30	413,30	284,30	295,40	303,60	1.842,00
<i>Serviços Fotográficos – PJ</i>	0,00	2.500,00	0,00	0,00	57,00	0,00	2.557,00
<i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	0,00	455,55	0,00	1.710,00	980,00	3.145,55
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	11.140,00	28.600,00	0,00	0,00	0,00	47.650,00	87.390,00
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	6.000,00	93.160,00	380,00	15.000,00	0,00	69.600,00	184.140,00
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	319,10	600,00	162,00	1.081,10
<i>Jornal Informandes</i>	21.990,00	29.200,00	24.420,00	31.000,00	7.240,00	58.400,00	172.250,00
<i>Seguros em Geral</i>	0,00	0,00	0,00	60,20	0,00	0,00	60,20
<i>Locação de Máquinas e Equipamentos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,11	108,11
<i>Locação de Veículos</i>	390,00	-	687,06	100,00	12.760,00	1.810,00	15.747,06
<i>Custas e Emolumentos</i>	3.372,88	2.352,50	1.813,12	5.444,34	1.519,18	334,65	14.836,67
<i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	11.880,00	0,00	11.880,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>IPTU/TLP</i>	819,18	1.623,16	243,72	243,72	13.481,09	852,36	17.263,23
<i>IRRF s/Apl. Financeiras</i>	475,26	955,56	243,95	893,06	11.444,94	1.449,15	15.461,92
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	213,00	0,00	213,00
<i>Despesas Financeiras</i>	2.342,53	4.131,53	878,65	1.192,27	3.656,45	1.192,38	13.393,81
<i>Contrib. p/DIEESE</i>	19.725,76	2.681,55	22.407,31	12.544,43	12.544,43	15.225,98	85.129,46
<i>Contrib. p/DIAP</i>	259,00	0,00	259,00	259,00	777,00	518,00	2.072,00
<i>Contrib. p/CNESF</i>	4.644,76	6.106,68	6.668,20	6.973,95	5.482,27	0,00	29.875,86
<i>Contrib. p/FNDC</i>	210,00	0,00	210,00	0,00	0,00	0,00	420,00
<i>Contrib. p/CONLUTAS</i>	14.099,50	0,00	14.099,50	14.099,50	14.099,50	46.998,34	103.396,34
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	25.790,00	5.450,00	8.050,00	13.823,88	3.550,00	13.319,00	69.982,88
<i>Despesas c/Regionais</i>	52.539,55	44.410,38	71.762,84	112.446,28	108.549,11	205.452,19	595.160,35
<i>Despesas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas	537.690,27	864.651,48	637.983,55	740.940,58	805.787,87	1.038.633,26	4.625.687,01

DESCRIÇÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Despesas c/Pessoal e Encargos</i>	172.881,34	152.771,90	154.846,84	155.733,68	161.282,62	248.454,35	1.045.970,73
<i>Diárias - Diretores</i>	36.950,00	33.400,00	16.400,00	30.250,00	35.600,00	8.500,00	161.100,00
<i>Diárias - Funcionários</i>	0,00	0,00	0,00	200,00	1.000,00	(7.600,00)	(6.400,00)
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados</i>	100,00	0,00	5.200,00	1.600,00	7.900,00	1.600,00	16.400,00
<i>Despesas c/Material de Consumo</i>	17.911,63	20.839,77	8.352,10	3.853,72	14.238,42	(29.475,63)	35.720,01
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	2.868,56	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,31
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Limpeza e conservação - PF</i>	666,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666,66
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	900,00	8.700,41	0,00	0,00	0,00	0,00	9.600,41
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	118,47	144,77	0,00	0,00	0,00	263,24
<i>INSS s/Serviços - PF</i>	1.229,56	3.754,85	.641,93	1.624,97	1.745,19	1.755,32	11.751,82
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	1.250,57	350,00	0,00	1.142,86	1.469,04	1.125,00	5.337,47
<i>Outros Serviços - PF</i>	370,24	2.910,86	220,24	0,00	0,00	8.939,14	12.440,48
<i>Assessoria Jurídica - PJ</i>	45.125,46	50.496,39	62.122,51	64.480,72	94.034,76	101.957,52	418.217,36
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	12.458,92	43.606,22
<i>Transportes e Fretes</i>	68.010,00	74,00	35.216,00	38.190,00	36.957,20	42.315,00	220.762,20
<i>Conduções e Transportes Urbanos</i>	10.170,59	12.348,47	8.225,45	6.523,87	9.185,91	8.920,07	55.374,36
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	87.224,65	94.970,46	22.703,41	88.848,17	129.471,78	64.619,08	487.837,55
<i>Hospedagem</i>	19.339,73	42.366,51	60.370,78	29.672,30	24.977,33	67.280,48	244.007,13
<i>Energia Elétrica</i>	805,01	9.168,02	2.792,20	2.798,41	3.880,23	3.320,36	22.764,23
<i>Água e Esgoto</i>	60,86	60,86	61,06	64,00	64,00	64,00	374,78
<i>Alimentação</i>	0,00	11.173,65	(14.715,00)	0,00	718,00	(18.383,00)	(21.206,35)
<i>Aluguel de Imóveis</i>	12.675,61	13.038,68	12.466,90	13.166,90	12.119,90	32.355,36	95.823,35
<i>Condomínio</i>	2.411,64	7.450,94	9.194,29	9.524,50	8.169,73	8.343,78	45.094,88
<i>Manut. e Reparo de Bens Móveis</i>	1.298,25	901,62	1.176,08	1.200,08	1.198,88	1.924,66	7.699,57
<i>Serviços Gráficos</i>	5.500,00	0,00	4.100,00	90,00	4.500,00	(4.940,00)	9.250,00
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	0,00	738,10	0,00	(368,10)	0,00	0,00	370,00
<i>Internet</i>	1.348,54	8.157,43	536,48	2.875,08	2.878,09	7.214,02	23.009,64
<i>Fotocópias/Encadernações</i>	211,44	0,00	34,20	51,00	0,00	49,85	346,49
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	300,08	300,08	305,08	309,96	275,04	340,81	1.831,05
<i>Correios</i>	63.213,24	876,12	1.188,08	747,42	1.438,87	1.175,81	68.639,54
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	2.260,37	2.000,49	1.211,16	630,90	2.330,00	1.058,04	9.490,96

DESCRIÇÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	379,20	405,20	918,10	492,60	876,80	(756,10)	2.315,80
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00
<i>Anúncios e Publicações</i>	1.440,00	(960,00)	0,00	0,00	1.440,00	0,00	1.920,00
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.745,50	27.745,50
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	1.443,11	0,00	290,00	260,00	3.500,00	0,00	5.493,11
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,30	15,30
<i>Jornal Informandes</i>	29.920,00	0,00	29.480,00	30.920,00	30.920,00	34.160,00	155.400,00
<i>Seguros em Geral</i>	227,60	0,00	0,00	0,00	0,00	273,83	501,43
<i>Locação de Veículos</i>	1.581,40	0,00	0,00	180,40	0,00	(12.240,00)	(10.478,20)
<i>Custas e Emolumentos</i>	3.300,17	18,83	1.117,67	4.034,85	659,18	333,14	9.463,84
<i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	4.160,00	0,00	4.160,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00
<i>IPTU/TLP</i>	131,40	243,72	243,72	4.993,22	243,72	199,66	6.055,44
<i>IRRF s/Apl. Financeiras</i>	1.736,06	1.037,96	442,54	274,49	983,69	46,14	4.520,88
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	600,00	740,00
<i>Despesas Financeiras</i>	7.219,44	1.637,06	836,95	5.559,22	928,28	756,57	16.937,52
<i>Contrib. p/DIEESE</i>	10.345,56	14.121,79	13.639,11	14.604,47	14.121,79	14.121,79	80.954,51
<i>Contrib. p/DIAP</i>	0,00	518,00	0,00	259,00	259,00	259,00	1.295,00
<i>Contrib. p/CNESF</i>	5.580,50	5.580,50	0,00	11.611,66	5.931,48	6.691,00	35.395,14
<i>Contrib. p/FNDC</i>	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	0,00	525,00
<i>Contrib. p/CONLUTAS</i>	0,00	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.906,17	23.691,17	118.094,85
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	34.916,63	435,55	(11.451,58)	3.550,00	3.550,00	27.528,75	58.529,35
<i>Despesas c/Regionais</i>	18.427,63	69.629,40	53.167,02	56.925,97	53.135,47	54.682,26	305.967,75
<i>Despesas Diversas</i>	0,00	0,00	0,75	573,81	0,00	14.092,68	14.667,24
Total das Despesas	687.315,92	617.860,31	522.167,77	632.359,66	717.197,10	770.743,45	3.947.644,21

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE
SUPERIOR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E
DEZEMBRO DE 2012
(Em Reais)
CNPJ 00.676.296/0001-65**

	Patrimônio Líquido	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit/ Déficit
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00	6.183.036
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	218.554
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0
REVERSÕES DE RESERVAS	0,00	0,00	0
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0
REALIZAÇÃO AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0
SUPÉRAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	(1.285.184,)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00	5.116.407

MARINALVA SILVA OLIVEIRA FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR IÊDA MENI

Presidente
CPF: 236.646.492-49

1º Tesoureiro
CPF: 040.970.858-59

Cor
CRC/DF)

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE E
SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2012**

ATIVO

	2012
ATIVO CIRCULANTE	R\$
DISPONIBILIDADES	3.457.483,69
Caixa Geral	1.045,62
Caixa - ANDES	386,38
Caixa - FNM	433,97
Caixa - CNESF	225,17
Caixa - FNG	0,10
Bancos c/Movimento	610.533,49
BB - c/c 403.726-x (ANDES)	489.712,27
BB - c/c 437.515-7 (FNM)	5.450,37
BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)	6.116,20
BB - c/c 437.525-4 (CNESF)	12.889,17
BB - c/c 5.551-4 (Publicações)	388,40

<i>BB - c/c 437.864-4 (Eventos)</i>	7.788,49	8.075,78
<i>CEF - c/c 51.567-2 (Contribuição Sindical)</i>	87.692,99	388,91
<i>BB - c/c 437.545-9 (FNG)</i>	495,60	0,00
<i>Bancos c/Depósitos Bloqueados</i>	202,25	916,96
<i>BB - c/c 437.515-7 (FNM)</i>	178,25	398,20
<i>BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)</i>	24,00	310,82
<i>BB - c/c 437.864-4 (Eventos)</i>	0,00	207,94
<i>Bancos c/Aplicações Financeiras</i>	2.845.702,33	4.425.371,55
<i>BB - c/403.726-x (ANDES)</i>	66.521,50	1.640.368,20
<i>BB - c/437.515-7 (FNM)</i>	980.802,85	1.043.606,25
<i>BB - c/437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)</i>	1.277.244,23	1.396.001,45
<i>BB - c/437.525-4 (CNESEF)</i>	315.852,43	255.045,74
<i>BB - c/437.864-4 (Eventos)</i>	147.216,56	90.349,91
<i>BB - c/437.545-9 (FNG)</i>	58.064,76	0,00
<i>CRÉDITOS</i>	1.056.303,33	1.079.198,02
<i>Devedores por Empréstimos</i>	83.280,44	103.408,13
CNESEF	29.013,64	12.739,85
Fundo de solidariedade	0,00	28.824,32
FNM	0,00	12.843,96
APUFSC	19.000,00	19.000,00
ADUNEB	0,00	10.000,00
SESDUEM	20.000,00	20.000,00
SINDUFAP	5.266,80	0,00
SESF-Sind.Emp.Est.Serv.Saude de	10.000,00	0,00
<i>Devedores da Entidade</i>	354.784,11	302.981,33
SSind. Rateio 22º Congresso	1.461,55	1.461,55
SSind. Rateio 47º CONAD	3.228,37	3.228,37
SSind. Rateio 23º Congresso	14.546,39	14.546,39
SSind. Rateio 48º CONAD	938,27	938,27
SSind. Rateio 49º CONAD-Brasília	3.093,85	3.093,85
SSind. Rateio 24º Congresso	13.368,91	13.368,91
SSind. Rateio 6º CONAD Extraordinário	12.855,39	12.855,39
SSind. Rateio 50º CONAD	9.156,94	9.156,94
SSind. Rateio 25º Congresso-MT	16.517,38	16.517,38
SSind. Rateio 51º CONAD	20.075,92	20.075,92
SSind. Rateio 26º Congresso-PB	17.369,90	17.369,90
SSind. Rateio 27º Congresso-GO	662,98	662,98
SSind. Rateio 3º Congresso Extraordinário	4.505,08	4.505,08
SSind. Rateio 52º CONAD	5.742,90	5.742,90
SSind. Rateio 28º Congresso-RS	53.281,84	53.281,84
SSind. Rateio 54º CONAD	19.121,34	19.121,34
SSind. Rateio 29º Congresso	17.578,71	17.578,71
SSind. Rateio 55º CONAD	13.247,37	13.676,67
SSind. Rateio 56º CONAD-PR	6.521,89	13.513,79
SSind. Rateio 30º Congresso-MG	22.121,87	22.121,87
SSind. Rateio 31º Congresso-Manaus/AM	25.828,29	0,00
SSind. Rateio 57º CONAD-Parnaíba/PI	26.994,14	0,00

Devedores Diversos	46.564,83	40.163,28
Créditos Diversos	229.012,08	247.060,09
Despesas a Regularizar	210.291,67	203.168,30
Secretaria da Receita Federal	7.121,16	6.664,39
Cheques em caução	3.473,85	3.473,85
INSS a Recuperar	0,00	25.628,15
Secretaria de Fazenda e Planejamento	450,17	450,17
Cheques devolvidos	4.975,28	4.975,28
FGTS a Recuperar	2.699,95	2.699,95
Adiantamento a Funcionários	37.612,51	16.036,45
Adiantamento de Salários	3.450,00	6.498,43
Adiantamento de Férias	34.162,51	9.538,02
Adiantamento a Fornecedores	97.637,50	174.081,50
Adiantamento a Fornecedores	97.637,50	174.081,50
Adiantamento a Diretores - Gestão 96/98	0,00	585,26
Zildo Gallo	0,00	137,03
Paulo Martins	0,00	448,23
Adiantamento a Diretores - Gestão 98/00	0,00	2.816,23
Renato Dagnino	0,00	1.608,60
Marcos Vinicius B. Silva	0,00	565,13
Mary Stella	0,00	642,50
Adiantamento a Regionais	253.976,69	232.229,03
Regional Sul	12.332,25	1.006,30
Regional RJ	15.829,78	11.519,72
Regional NE I	12.521,11	10.238,78
Regional NE II	28.382,71	15.922,92
Regional NE III	9.842,89	10.464,16
Regional SP	25.903,26	10.502,74
Regional Leste	8.340,52	46.925,44
Regional Norte I	14.718,92	14.733,50
Regional Norte II	11.889,55	4.106,99
Regional Planalto	7.722,40	15.750,95
Regional Pantanal	85.172,59	57.793,22
Regional RS	21.320,71	33.264,31
Total do Ativo Circulante	4.513.787,02	5.695.957,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
<i>Edificações</i>	2.280.000,00	2.280.000,00
<i>Benfeitoria 3º Andar</i>	198.565,73	198.565,73
<i>Benfeitoria 5º Andar</i>	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.252.850,25	1.183.279,13
<i>Móveis e Utensílios em Geral</i>	315.182,46	316.500,46
<i>Biblioteca</i>	555,00	555,00
<i>Máquinas e Equipamentos</i>	471.979,72	467.225,72

<i>Equipamentos de Informática</i>	445.615,07	380.579,95
<i>Equipamentos de Comunicação</i>	19.518,00	18.418,00
Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
<i>(-) Dep. Móveis e Utensílios</i>	(20.191,19)	(20.191,19)
<i>(-) Dep. Máquinas e Equipamentos</i>	(47.558,40)	(47.558,40)
<i>(-) Dep. Equipamentos de Informática</i>	(5.217,69)	(5.217,69)
<i>(-) Dep. Edificações</i>	(14.079,52)	(14.079,52)
<i>(-) Dep. Benfeitoria</i>	(6.272,17)	(6.272,17)
<i>(-) Dep. Máquinas, Motores, Aparelhos-BTNF</i>	(1.118,79)	(1.118,79)
Total do Imobilizado	4.069.161,59	3.999.590,47
INTANGÍVEL		
Bens Intangíveis	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
(-) Amortização	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização de Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)
Total do Intangível	15.635,51	15.635,51
Total do Ativo Não Circulante	4.084.797,10	4.015.225,98
TOTAL DO ATIVO	8.598.584,12	9.711.183,46

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2012**

PASSIVO

	2012	2011
PASSIVO CIRCULANTE	RS	RS
EXIGIBILIDADES	824.399,38	741.024,83
Fornecedores	27.815,19	10.191,03
Fornecedores Diversos	27.815,19	10.191,03
Obrigações Sociais e Trabalhistas	110.605,66	93.369,56
Salários a Pagar	0,00	4.501,70
INSS a Recolher	100.108,36	79.467,05
FGTS a Recolher	10.497,30	9.400,81
Obrigações Fiscais e Tributárias	20.818,52	32.389,71
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	12.157,25	4.005,91
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	123,48	5.290,45
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	1.010,53	4.885,28
PIS s/Folha a Recolher (8301)	1.729,60	818,73
ISS a Recolher	4.024,70	5.549,82

Contribuição Sindical a Recolher	0,00	61,65
Mensalidade Sindical/SESC a Recolher	0,00	1.515,26
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	1.636,86	10.233,56
ISS a Recolher PJ	0,00	29,05
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	136,10	0,00
Credores da Entidade	28.932,20	22.963,53
Credores Diversos	28.932,20	22.963,53
Valores a Compensar	0,00	4.507,38
Cheques a Compensar	0,00	900,00
Cheques a Compensar - CEF	0,00	3.607,38
Depósitos de Diversas Origens	81.425,39	55.163,66
Depósitos não Identificados	81.425,39	55.163,66
Credores por Empréstimo	554.802,42	522.439,96
Fundo de Solidariedade	528.074,36	1.087,65
FNM	10.263,00	372.826,12
FNG	16.465,06	148.526,19
Fundos p/Financiamento de Campanha	2.657.777,10	2.787.121,71
FNM - Fundo Nacional de Mobilização	986.865,44	1.055.232,29
Contribuições Recebidas	2.174.820,22	2.019.558,39
Rendimentos s/Apl. Financeiras	757.675,66	669.065,17
Depósitos a Identificar	5.929,10	5.929,10
Empréstimos Recebidos - ANDES	0,00	12.843,96
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	660,50	0,00
Empréstimos Recebidos - FNG	10.497,50	0,00
(-) Despesas c/Diárias	(275.818,90)	(210.458,90)
(-) Despesas c/Passagens	(566.145,70)	(421.716,14)
(-) Despesas c/Hospedagem	(175.862,10)	(149.629,91)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(133.493,84)	(79.962,46)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(27.067,70)	(24.902,29)
(-) Despesas Gerais	(33.212,06)	(33.212,06)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(109.109,16)	(95.216,66)
(-) Despesas c/Impostos	(1.425,10)	(1.004,92)
(-) Acordos Concedidos	(9,01)	(9,01)
(-) Despesas a Regularizar	(142.644,93)	(85.844,93)
(-) Despesas c/Combustíveis	(173,00)	(173,00)
(-) Despesas c/Reembolso de Kilometragem	(184,40)	(184,40)
(-) Empréstimos Concedidos-ADUNEB	(20.000,00)	(20.000,00)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(48.455,00)	(48.455,00)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(32.989,13)	(26.421,86)
(-) Despesas c/Locações	(65.080,00)	(50.080,00)
(-) Despesas c/Material de Consumo	(59.274,65)	(21.863,85)
(-) Despesas c/Material de Consumo Diverso	(277,72)	(202,82)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(10.263,00)	(372.826,12)
(-) Despesas c/Contribuições/Doações	(260.787,20)	(10.000,00)
(-) Empréstimos Concedidos - FDO SOLIDARIEDADE	(444,94)	0,00
FNG - Fundo Nacional de Greve	58.560,46	0,00
Contribuições Recebidas	773.055,30	581.273,55

<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	85.300,76	84.736,00
<i>Doações Recebidas</i>	8.044,35	8.044,35
<i>Depósitos a Identificar</i>	7.522,85	5.734,85
<i>Credores Diversos - FNG</i>	82,00	0,00
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(169.575,99)	(85.515,99)
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	(99.506,41)	(61.077,38)
<i>(-) Despesas c/Hospedagem</i>	(61.289,50)	(26.153,70)
<i>(-) Despesas c/Condução e Transporte</i>	(34.670,46)	(20.290,18)
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	(8.065,09)	(7.429,79)
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	(80.639,71)	(79.808,67)
<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	(12.616,49)	(12.616,49)
<i>(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade</i>	(74.181,34)	(60.801,34)
<i>(-) Despesas c/Prestação de Serviços</i>	(62.073,32)	(49.896,60)
<i>(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	(64.326,63)	(32.537,74)
<i>(-) Despesas c/Material de Expediente</i>	(47.805,94)	(40.713,19)
<i>(-) Despesas Diversas</i>	(8.000,09)	(7.995,44)
<i>(-) Despesas a Regularizar</i>	(8.473,68)	(2.600,00)
<i>(-) Xerox Com. E Ind. Ltda</i>	(10.528,14)	(10.528,14)
<i>(-) Despesas c/Telefone</i>	(5.972,91)	(5.972,91)
<i>(-) Despesas c/Limpeza, Higiene e Conservação</i>	(2.460,75)	(1.083,09)
<i>(-) Despesas c/Medicamentos Utens. Farmácia</i>	(317,85)	(218,43)
<i>(-) Despesas c/Jornais e Revistas</i>	(880,50)	(880,50)
<i>(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	(1.234,16)	(455,54)
<i>(-) Despesas c/Locações</i>	(19.392,30)	(14.887,16)
<i>(-) Despesas c/Serviços Gráficos</i>	(4.223,00)	(4.073,00)
<i>(-) Despesas c/Material Permanente</i>	(4.038,00)	(4.038,00)
<i>(-) Despesas c/Material de Consumo Diversos</i>	(7.742,26)	(1.467,56)
<i>(-) Despesas c/Juros e/ou Multas</i>	(221,72)	(221,72)
<i>(-) Empréstimos Concedidos - ANDES</i>	(16.465,06)	(148.526,19)
<i>(-) Reembolso de Kilometragem</i>	(246,00)	0,00
<i>(-) Empréstimos Concedidos - FNM</i>	(10.497,50)	0,00
Fundo de Solidariedade	1.283.384,43	1.471.071,18
<i>Contribuições Recebidas</i>	2.981.315,22	2.708.423,82
<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	1.055.457,05	937.467,87
<i>Depósitos a Identificar</i>	7.541,19	7.541,19
<i>Empréstimos Recebidos - ANDES</i>	0,00	28.824,32
<i>Empréstimos Recebidos - FNM</i>	444,94	0,00
<i>(-) Despesas c/Salários</i>	(2.117.609,71)	(2.117.609,71)
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(1.110,00)	(1.110,00)
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	(1.401,60)	(1.401,60)
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	(42.055,04)	(39.693,94)
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	(7.000,00)	(7.000,00)
<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	(11.177,53)	(10.949,89)
<i>(-) Empréstimos Concedidos FNM</i>	(660,50)	(648,00)
<i>(-) Empréstimos Concedidos SINDURCA</i>	(3.757,00)	(3.757,00)
<i>(-) Despesas c/Ação FGTS</i>	(19.000,00)	(19.000,00)
<i>(-) Acordos Concedidos</i>	(40,13)	(40,13)

(-) Despesas c/Internet	(85,84)	(85,84)
(-) Cheques Devolvidos	(8.802,26)	(8.802,26)
(-) Despesas a Regularizar	(20.500,00)	0,00
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(528.074,36)	(1.087,65)
(-) Empréstimos Concedidos - CNESF	(100,00)	0,00
CNESF-Coord. Nac. Ent. Serv. Federais	328.966,77	260.818,24
Contribuições Recebidas	1.517.229,81	1.404.518,81
Rendimentos s/Apl. Financeiras	138.831,96	118.324,22
Receitas de Plenária	69.761,73	69.761,73
Depósitos a Identificar	46.263,36	45.263,36
Empréstimos Recebidos - ANDES	29.013,64	12.739,85
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	100,00	0,00
(-) Despesas c/Material de Expediente	(69.495,04)	(68.036,34)
(-) Despesas c/Plano de Saúde	(3.182,21)	(3.182,21)
(-) Despesas c/Fotocópias	(5.036,30)	(5.021,30)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(82.623,00)	(82.623,00)
(-) Despesas c/Juros e Multas	(2.664,77)	(2.155,89)
(-) Despesas c/Telefone	(66.948,77)	(65.354,89)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(9.410,84)	(9.410,84)
(-) Despesas c/Água e Esgoto	(392,16)	(392,16)
(-) Despesas c/Energia Elétrica	(7.016,31)	(6.742,95)
(-) Despesas c/Condomínios	(11.660,91)	(9.099,00)
(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF	(10.210,48)	(9.471,88)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(198.866,01)	(195.166,59)
(-) Despesas c/Vale Alimentação	(425,00)	(425,00)
(-) Despesas c/Vale Transporte	(120,00)	(120,00)
(-) Despesas c/Internet	(4.539,07)	(3.998,27)
(-) Despesas c/Material de Limpeza	(1.740,83)	(1.740,83)
(-) Despesas c/Gêneros Alimentícios	(20.952,46)	(20.952,46)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(155.205,40)	(155.205,40)
(-) Despesas c/Locações	(193.585,05)	(179.824,55)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.275,35)	(1.275,35)
(-) Despesas c/Diárias	(6.075,00)	(5.775,00)
(-) Despesas c/Passagens	(22.603,88)	(22.603,88)
(-) Despesas c/Gratificações	(150,00)	(150,00)
(-) Despesas c/Brindes	(3.023,98)	(3.023,98)
(-) Despesas c/Flores e Ornamentos	(455,00)	(455,00)
(-) II Enc. Ent. Assoc. de Aposentados	(54.239,98)	(54.239,98)
(-) Despesas a Regularizar	(104.357,14)	(104.357,14)
(-) Despesas c/Transportes e Fretes	(7.280,54)	(7.280,54)
(-) Despesas c/Alimentação	(1.774,03)	(799,49)
(-) Despesas c/Assinaturas e Periódicos	(9.731,14)	(8.819,64)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(365.216,39)	(315.133,78)
(-) Empréstimos Concedidos	(400,00)	(400,00)
(-) Despesas c/Hospedagem	(23.243,06)	(22.169,04)
(-) Despesas c/IPTU	(3.020,90)	(2.258,95)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(19.416,21)	(16.227,88)

<i>(-) Despesas c/Mat. Consumo Uso Duradouro</i>	(5.096,52)	(5.096,52)
<i>(-) Devedores Diversos</i>	(800,00)	(800,00)
Total do Passivo Circulante	3.482.176,48	3.528.146,54
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SUPERÁVITS/DÉFICITS ACUMULADOS	6.401.591,72	6.395.517,65
<i>Superávit Acumulado</i>	6.521.987,82	6.734.468,55
<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	(120.396,10)	338.950,90
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(1.285.184,08)	(212.480,73)
<i>Déficit do Período</i>	(1.285.184,08)	(212.480,73)
Total do Patrimônio Líquido	5.116.407,64	6.183.036,92
TOTAL DO PASSIVO	8.598.584,12	9.711.183,46

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2012 que apresenta um total de R\$ 8.598.584,12 (oito milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2012

MARINALVA SILVA OLIVEIRA FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR IÊDA MENDES CORREA

Presidente
CPF: 236.646.492-49

1º Tesoureiro
CPF: 040.970.858-59

Contadora
CRC/DF: 013.720/O-8

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR
31 de Dezembro de 2012**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS	2012	2011
	R\$	R\$
(+) RECEITAS ORDINÁRIAS	7.262.582,98	7.244.741,45
(+) RECEITAS SOCIAIS	7.089.958,07	6.927.267,14
<i>Contribuições</i>	7.089.958,07	6.916.192,58
<i>Contribuições de Exercícios Anteriores</i>	0,00	11.074,56
(+) Outras Receitas	89.236,01	47.926,90
<i>Contribuição Sindical</i>	87.706,38	44.860,02
<i>Descontos Obtidos</i>	1.529,63	718,78
<i>Recuperação de Despesas</i>	0,00	.348,10
(+) Receitas Financeiras	83.388,90	269.547,41
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	83.388,90	269.547,41
(+) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	25.564,16	454.477,31
(+) Receitas Diversas	25.564,16	81.113,98
<i>Vendas de Revistas e Jornais</i>	120,00	376,00
<i>Receitas de Eventos</i>	8.611,16	80.727,98
<i>Receitas Diversas</i>	16.833,00	10,00
(+) Receitas de Vendas de Bens	0,00	373.363,33
<i>(+) Receitas de Vendas de Bens Imóveis</i>	0,00	373.363,33
Total das Receitas	7.288.147,14	7.699.218,76
DESPESAS		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	8.573.331,22	7.911.699,49
(-) DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS	1.950.060,97	1.678.347,25
(-) Despesas c/Pessoal	1.561.128,40	1.343.040,37
<i>Ordenados e Salários</i>	906.092,93	772.083,66
<i>Férias</i>	63.129,89	64.658,22
<i>1/3 Férias</i>	21.043,31	19.254,07
<i>Abono Pecuniário de Férias</i>	16.594,06	20.945,67
<i>13º Salário</i>	92.809,99	78.357,99
<i>Horas Extras</i>	36.151,59	38.392,96
<i>DSR s/HE</i>	14.017,91	4.280,94
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	1.288,68	5.022,40
<i>Reembolso Creche/Auxílio Educação</i>	26.745,16	21.184,33
<i>Aviso Prévio</i>	0,00	9.084,28
<i>Adicional Noturno</i>	340,67	28,83
<i>Atestado Saúde Ocupacional</i>	657,00	98,00
<i>Vale Alimentação</i>	278.670,62	249.730,94
<i>Vale Transporte</i>	2.933,59	2.284,98
<i>Auxílio Saúde</i>	70.010,00	43.266,00

Hora Extra Pré-Contratada	27.133,00	14.367,10
Bolsistas	3.510,00	0,00
(-) Encargos Sociais	388.932,57	335.306,88
INSS Patronal	281.859,47	244.091,18
FGTS	94.988,13	80.390,03
PIS s/Folha de Pagamento	12.084,97	10.825,67
(-) DIÁRIAS	419.499,00	399.414,08
(-) Despesas c/Diárias	419.499,00	399.414,08
Diretores	374.524,00	379.744,08
Funcionários	6.615,00	1.100,00
Colaboradores/Convidados	38.360,00	18.570,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.627.719,72	4.135.793,56
(-) Despesas c/Material de consumo	133.599,92	182.289,78
Material de Expediente	48.065,56	50.235,68
Gás, Combustível e Lubrificantes	22.398,12	18.060,10
Material de Limpeza, Higiene e Conservação	6.452,70	9.175,66
Gêneros Alimentícios	1.117,81	20.032,21
Material de Copa e Cozinha	512,83	3.989,54
Material de Manutenção e Reparos	1.321,65	5.157,30
Material de Uso Duradouro	3.288,09	5.851,89
Medicamentos e Utensílios de Farmácia	1.155,18	739,34
Equipamentos e Material de Informática	20.779,20	32.641,56
Material Elétrico e Hidráulico	1.133,90	4.445,71
Material de Cama, Mesa e Banho	1.400,00	1.944,70
Livros, Jornais e Revistas	2.014,00	193,30
Uniformes e Vestuários em Geral	15.410,00	4.450,00
Outros Materiais de Consumo	8.550,88	25.372,79
(-) Serviços de Terceiros - PF	110.405,80	177.144,06
Assessoria Jurídica - PF	34.422,61	51.788,62
Manutenção e Reparo de Bens Móveis	165,00	2.229,25
Limpeza e Conservação	666,66	2.577,38
Serviços Fotográficos - PF	10.017,07	350,00
Serviços de Terceiros - Fundos	316,56	0,00
INSS s/Serviços - PF	25.390,84	29.203,54
Outros Serviços - PF	27.173,16	54.206,69
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	0,00	25.577,95
Tradução/Revisão de Textos - PF	12.253,90	9.424,91
Assessoria de Imprensa - PF	0,00	1.785,72
(-) Serviços de Terceiros - PJ	4.383.714,00	3.776.359,72
Assessoria Jurídica - PJ	737.320,26	659.988,36
Assessoria Contábil - PJ	77.657,90	76.805,36
Transportes e Fretes	454.210,90	252.140,30
Conduções e Transportes Urbanos	107.071,99	92.327,00
Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	954.250,83	877.475,97
Hospedagem	522.057,89	397.151,90
Telefone	126.356,46	129.426,30
Energia Elétrica	46.230,78	42.818,64

Água e Esgoto	807,01	6.022,17
Alimentação	73.323,07	12.052,54
Aluguel de Imóveis	231.951,19	145.468,60
Condomínio	93.221,29	87.081,17
Manutenção e Reparos de Bens Móveis	25.213,15	18.411,63
Serviços Gráficos	63.572,00	126.925,00
Limpeza e Conservação	0,00	927,15
Manutenção de Sistemas de Informática	0,00	2.641,96
Assinaturas e Periódicos	1.888,52	2.123,63
Internet	36.052,26	14.024,94
Fotocópias/Encadernações	1.311,06	3.556,58
Assinatura de TV a Cabo	3.541,88	2.653,56
Serviços da Embratel	0,00	252,75
Correios	114.057,57	73.064,94
Reembolso de Kilometragem	20.103,52	18.737,69
Estacionamento/Pedágios	4.157,80	4.810,11
Serviços Fotográficos - PJ	2.797,00	9.294,94
Anúncios e Publicações	5.065,55	7.997,31
Revisa Universidade e Sociedade	115.135,50	151.190,00
Serviços de Terceiros - Revista/Jornal	0,00	19.368,14
Serviços Técnico Profissional - PJ	189.633,11	174.491,13
Despesas em Geral	1.096,40	3.382,65
Jornal Informandes	327.650,00	263.954,00
Seguros em Geral	561,63	1.974,14
Serviços Terceiros - Fundos	0,00	287,61
Locação de Máquinas e Equipamentos	108,11	0,00
Locações de Veículos	5.268,86	36.900,70
Custas e Emolumentos	24.300,51	21.655,81
Seminários, Congressos e Convenções	16.040,00	21.230,00
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	1.700,00	6.475,00
Serviços de Terceiros Diversos	0,00	11.270,04
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	44.254,47	88.497,16
(-) Despesas Tributárias	44.254,47	88.497,16
IPTU/TLP	23.318,67	16.733,59
IRRF s/Aplicações Financeiras	19.982,80	43.737,30
Impostos e Taxas Diversas	953,00	28.026,27
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	30.331,33	33.286,83
(-) Despesas Financeiras	30.331,33	33.286,83
Despesas Bancárias	11.602,37	12.233,99
Juros e Multas p/Atraso	18.728,96	21.052,84
(-) CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES	585.670,39	506.868,15
(-) Contribuições /Doações	585.670,39	506.868,15
DIEESE- Dep.Inst.Estat.Est. Social	166.083,97	109.888,79
DIAP- Dep. Interes.Ass.Parlam.	3.367,00	2.662,00
CNESF-Coord.Nac. Ent. Serv. Feder	65.271,00	3.291,06
FNDC - Forum Nac. p/Dem. Com	945,00	840,00
CONLUTAS-Ass. Coord. Nac. Lutas	221.491,19	189.594,50

Outras Contribuições/Doações	128.512,23	140.591,80
(-) DESPESAS C/REGIONAIS	901.128,10	1.056.354,31
(-) Despesas c/Regionais	901.128,10	1.056.354,31
Regional Sul	83.478,15	112.863,24
Regional RJ	73.384,94	117.365,13
Regional NE I	121.307,68	140.964,38
Regional NE II	41.138,09	73.536,83
Regional NE III	71.519,37	88.443,14
Regional SP	46.388,68	80.474,97
Regional Leste	112.023,57	69.116,53
Regional Norte I	36.759,75	69.396,62
Regional Norte II	83.879,84	63.055,49
Regional Planalto	84.359,08	65.749,20
Regional Pantanal	37.535,60	37.927,00
Regional RS	109.353,35	137.461,78
(-) DESPESAS DIVERSAS	14.667,24	13.138,15
(-) Despesas Diversas	14.667,24	13.138,15
Despesas de Exercícios anteriores	573,71	8.643,15
Despesas c/Eventos	14.092,68	3.189,04
Perdas Diversas	0,85	1.305,96
Total das Despesas	8.573.331,22	7.911.699,49
(=) Déficit do período	(1.285.184,08)	(212.480,73)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado no Período apresenta no exercício em referência um déficit de R\$ 1.285.184,08 (hum milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta e quatro reais e oito centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos mesmos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2012

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente

CPF: 236.646.492-49

**FAUSTO DE CAMARGO
JUNIOR**

1º Tesoureiro

CPF: 040.970.858-59

IÊDA MENDES CORREA

Contadora

CRC/DF: 013.720/O-8

TEXTO 19

Diretoria do ANDES-SN

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**TR - 19****O 58º CONAD aprova a previsão orçamentária para 2014**

Receita	2014
Receita Total	8.374.970,73
Receita de Contribuições	7.855.520,93
Receita de aplicações financeiras	310.000,00
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	209.449,80
Despesas	2014
Pessoal e Encargos	2.100.000,00
Diárias de Diretores	350.000,00
Material de Consumo	187.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Física	40.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – Regionais	400.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – AJN	400.000,00
Assessoria Contábil	90.000,00
Correios, Transportadoras e Fretes	200.000,00
Conduções e Passagens Urbanas	85.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	900.000,00
Hospedagem	400.000,00
Telefone	130.000,00
Energia Elétrica	51.000,00
Água e Esgoto	10.000,00
Alimentação	10.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	235.000,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	100.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	15.000,00
Custas e Emolumentos	23.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	60.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00
Assinaturas e Periódicos	2.000,00
Reembolso de Kilometragem	25.000,00
Estacionamentos / Pedágios	5.000,00

Revista - Universidade & Sociedade	120.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	200.000,00
INSS s/Serviços	27.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	25.000,00
Despesas Financeiras	30.000,00
Repasses p/ Entidades Filiadas:	350.000,00
DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	24.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00
Despesas com Regionais	850.000,00
Despesas Diversas	150.000,00
Total de despesas	7.628,000, 00

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AGU: Advocacia-Geral da União
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BGA: Bacharelados em Grandes Áreas
C&T: Ciência e Tecnologia
CADIN: Cadastro de Inadimplentes
CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:
CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONGRESSO: Congresso do ANDES-SN
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.
CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPA: Comissões Próprias de Avaliação
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CSS: Contribuição Social para Saúde
DA: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central de Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos
DRU: Desvinculação de Recursos da União
EaD: Educação a Distância
EC: Emenda Constitucional
ETF: Escolas Técnicas Federais
ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FIES: Financiamento Estudantil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica
GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior
GT: Grupo de Trabalho
GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical
HU: Hospital Universitário
ICV: Índice do Custo de Vida
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituições de Ensino Superior
IFE: Instituições Federais de Ensino
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LOA: Lei Orçamentária Anual
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC: Ministério do Estado da Educação
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OCC: Outros Custeios de Capital
OIT: Organização Internacional do Trabalho
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Projeto de Lei
PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente
PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados

PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU/PUCRCE:
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development

ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS

58º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional

TEMA CENTRAL:

ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores.

Santa Maria/RS, 18 a 21 de julho de 2013

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2012-2014

Presidente: Marinalva Silva Oliveira

Secretário-geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Fausto de Camargo Júnior

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

SUMÁRIO

TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 32º CONGRESSO	
Texto 20 – A retomada da luta de massas e a luta em defesa da educação pública federal – <i>Contribuição da Diretoria da ADUFRJ Seção Sindical (Aprovada na AG do dia 03/07/13)</i>	
Texto 21 – Situação nacional e desafios da categoria docente - <i>Contribuição dos professores Cláudia Durans, Welbson Madeira, Catarina Malcher, Marcone Dutra, Rosenverck Estrela Santos, Suly Rose Pinheiro, Vilemar Gomes – sindicalizados da APRUMA Seção Sindical</i>	
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 22 – Paridade das ações do ANDES-SN para ativos e inativos – <i>Contribuição do GTSS/SEDUFMS</i>	
Texto 23 – Políticas de seguridade social e assuntos de aposentadoria - <i>Contribuição do GTSS/SEDUFMS</i>	
Texto 24 – Sugestão de alterações no PL do Senador Paulo Paim - <i>Contribuição do GTSS/SEDUFMS</i>	
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
Texto 25 – Que o ANDES-SN assuma no estado do Paraná a luta pela regulamentação do direito a contagem de tempo para aposentadoria (MI-880/STF) – <i>Contribuição da Diretoria da ADUNICENTRO Seção Sindical</i>	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 26 – Prestação de Contas do 32º CONGRESSO – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 27 – Rateio das despesas de Congressos e CONADs - <i>Contribuição da Diretoria da ADUNICENTRO Seção Sindical</i>	
Texto 28 – Proposta de Emenda (Acréscimo) ao TR 17 – <i>Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical/UFRGS</i>	
Texto 29 – Repasses das seções sindicais – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 22 – Paridade das ações do ANDES-SN para ativos e inativos	
TR 23 – Políticas de seguridade social e assuntos de aposentadoria	
TR 24 – Sugestão de alterações no PL do Senador Paulo Paim	
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
TR 25 – Que o ANDES-SN assumira no estado do Paraná a luta pela regulamentação do direito a contagem de tempo para aposentadoria (MI-880/STF)	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 26 – Prestação de Contas do 32º CONGRESSO	
TR 27 – Rateio das despesas de Congressos e CONADs	
TR 28 – Proposta de Emenda (Acréscimo) ao TR 17	

**Tema I: Movimento Docente e Conjuntura:
avaliação da atuação do ANDES-SN frente
às ações estabelecidas no 32º Congresso**

TEXTO 20

Contribuição da Diretoria da ADUFRJ Seção Sindical (Aprovada na AG do dia 03/07/13)

A RETOMADA DA LUTA DE MASSAS E A LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

O dado novo na conjuntura nacional é a explosão de multitudinárias manifestações sociais que se seguiram à luta contra o aumento das passagens e da violenta repressão contra aqueles que saíram às ruas, primeiro em São Paulo e depois em todo o país, notadamente na imensa manifestação de 27/06 que reuniu mais de 500 mil pessoas no Rio de Janeiro.

O luta contra o aumento das passagens logo se estendeu para uma pauta multifacetada cujo eixo central era a demonstração de um profundo descontentamento que germinava sob a aparência imposta pelo discurso oficial de que tudo ia bem no Brasil, denunciando a situação da saúde e educação e contra os gastos da copa, as remoções e uma série de insatisfações que transbordaram.

O longo Período de governo de coalizão de classes, hegemônico pelo setor financeiro e gerenciado pelo PT produziu uma profunda despolitização, uma reversão da consciência de classe dos trabalhadores e uma inflexão conservadora no senso comum. Desta forma a explosão social vivenciada emerge de forma contraditória, mesclando elementos de natureza contestatória ao lado de preocupantes elementos conservadores, hiperdimensionados pelas corporações da mídia, como um sentimento antipartidário e a iniciativa de grupúsculos de extrema direita que, em conexão com o aparato repressivo, tentaram se aproveitar das mobilizações para colocar uma cunha entre o movimento e os militantes de esquerda que há muito tempo lutam pelas mesmas bandeiras que agora eram retomadas. Da mesma forma, os meios de comunicação buscaram pautar o movimento, inicialmente estigmatizando-o e criminalizando-o e, depois, enaltecendo seu sentido “democrático”, neutralizando as bandeiras que indicavam a crítica aos efeitos do caminho adotado do desenvolvimento capitalista pactuado com a grande burguesia monopolista, enfatizando bandeiras de cunho moralizador e nacionalista.

A força do movimento conquistou bandeiras imediatas importantes, entre elas destaca-se a redução do preço das passagens em 15 capitais e mais de cinquenta municípios, mas o mais importante é que impactou na agenda política brasileira forçando o governo e o Congresso a buscar respostas às demandas apresentadas. A resposta do governo Dilma do PT foi congruente com a agenda em circulação na grande mídia e com os centros de pensamento dos setores dominantes e se manifestou na forma de cinco pactos: 1. Pacto pela Responsabilidade Fiscal; 2. Pacto pela Reforma Política; 3. Pacto contra a corrupção; 4. Pacto pela Saúde e Educação; 5. Pacto pela mobilidade urbana.

Mais uma vez os governantes demonstram sua incapacidade de ouvir o que vem das ruas e a insatisfação popular. Em síntese o que se propõe com os pactos é a continuidade do mesmo. Significativamente os pactos propostos começam pela

reafirmação da responsabilidade fiscal, que está na origem da política de superávits primários para a sangria dos recursos públicos para o pagamento dos juros da dívida, transferindo bilhões do fundo público para o bolso dos banqueiros ao mesmo tempo que limita os gastos com contratação de pessoal levando ao pleno desenvolvimento das terceirizações, das parcerias público-privadas, das fundações públicas de direito privado, das OS, OCIPs e outras formas diretas e indiretas de privatização e mercantilização dos serviços públicos que gerou a situação contra a qual sempre lutamos e que agora explode nas ruas.

O pacto pela reforma política demonstra o quanto o atual governo não tem autonomia e iniciativa política, submetido as alianças que resultam dos arranjos que possibilitam o atual bloco de poder e, no plano da política parlamentar, ao chamado presidencialismo de coalizão. Inicialmente propõe uma Constituinte exclusiva, para depois recuar e entregar o processo de elaboração da reforma política ao Congresso e chamando a população apenas para opinar através de um plebiscito que sequer está garantido e divide a base de apoio do governo Dilma. Aqui também o governo se mostra surdo às demandas das massas que vêm se manifestando nas ruas. O que vivemos é um profundo questionamento quanto à forma da representação política da institucionalidade burguesa, fundada em eleições controladas pelo poder econômico dos monopólios capitalistas que financiam as campanhas e depois cobram a conta dos eleitos que viram as costas para aqueles que os elegeram.

Diante de tal desmoralização da institucionalidade política da ordem burguesa, querem circunscrever a reforma política a alterações de forma (que reforçam a política estabelecida) pedindo que a população opine sobre o voto proporcional ou distrital, em listas ou nominal, deixando de lado a questão central da deformação do processo político pelo poder econômico e a forma do “presidencialismo de coalizão”. Mesmo a bandeira do financiamento público de campanhas fica deformada pela prévia alteração do quadro partidário proposto que reduziria o número de partidos hoje existente para algo entorno de sete agremiações políticas por meio de clausuras de barreira que beneficiaria os grandes partidos da ordem hoje existentes. Não se quer alterar o funcionamento da política, mas racionalizar os arranjos partidários operados pelos setores dominantes de forma que o Estado Maior do capital possa efetivar suas políticas pelos métodos que hoje funcionam, isto é, a barganha de cargos, liberação de emendas, facilidades e financiamentos legais e ilícitos de campanhas. O poder econômico seguiria deformando o processo político se necessário por meio de caixa dois que existem e seguiram existindo.

O pacto contra a corrupção é outra manobra diversionista, uma vez que procura enfrentar o problema pelo endurecimento das penas contra corruptos e deixa intacto o poder dos corruptores e da forma política que implica na prática da corrupção como parte incontornável de seu funcionamento.

Os pactos restantes sobre a educação, saúde e transporte insistem na principal estratégia do governo petista: a desoneração, a isenção de impostos. Sabemos que tal atitude apenas garante as margens de lucro das empresas que exploram os serviços e que transformam direitos em mercadorias e, de forma nenhuma, implicam em melhoria na qualidade do serviço ou no seu custo para a população, como no caso dos transportes fica evidente. O aumento de verbas anunciado pode ser dirigido, como de fato tem ocorrido, para ajudar o setor privado, seja no massivo desvio de recursos para o ensino privado (lembremos que diante de nosso movimento grevista o governo se recusou a acatar nossa proposta de carreira que custaria cerca de menos de 9 bilhões ao mesmo tempo que transferiu para o setor privado do ensino superior mais de 15 bilhões), ao

mesmo tempo, as verbas para saúde são desviadas para beneficiar organizações sociais, fundações e outras formas de privatização dos serviços de saúde, quando não, como se anuncia, na transferência direta à máfia dos planos de saúde.

Por tudo isso, os pactos propostos pelo governo Dilma devem ser resolutamente rejeitados pelos movimentos sociais, sindicais e pelas massas em luta nas ruas que deverão seguir mobilizadas por suas demandas que nem de perto foram atendidas pela tímida reação do governo e do Congresso.

A partir do dia nacional de mobilização, manifestações e greve chamado pelas centrais sindicais, os movimentos populares e sociais e os partidos de esquerda, incluindo as organizações da base governista, os trabalhadores devem engrossar as manifestações da juventude e da população com a retomada de uma pauta popular e em defesa dos trabalhadores. O movimento docente deve ser parte integrante e protagonista desta iniciativa e apresentar ao lado da pauta geral suas próprias reivindicações, centradas em nossa luta pela carreira docente, pela remuneração dos professores do ensino público federal e pelas condições de trabalho, pauta esta que ficou suspensa pela autoritária suspensão das negociações por parte de governo federal quando de nossa greve em 2012.

Devemos aproveitar a mudança da conjuntura para exigir a imediata reabertura das negociações e retomada de nossa pauta específica, se necessário retomando nosso movimento grevista, ao mesmo tempo que nos somamos as lutas de rua pelas demandas populares e sociais em defesa da educação e saúde públicas, contra as privatizações e a mercantilização da vida.

Se o movimento se bifurcou entre os setores de direita que tentaram pautar as manifestações e limitá-las a bandeiras da ordem, inclusive pela fracassada tentativa de greve geral proposta para dia 1 de julho, agora viveremos uma nova bifurcação entre aqueles que na base governista tentaram tirar do foco a presidente Dilma e o governo do PT e seus aliados em nome de uma reforma política sobre o controle do Congresso e aqueles que querem ver as demandas populares e sociais, assim como os direitos dos trabalhadores, garantidos. Para estes últimos entre os quais o movimento docente deve se somar, é necessário contrapor a reforma política das elites e das classes dominantes, uma verdadeira Constituinte Popular, eleita entre os trabalhadores em seus locais de trabalho e moradia, entre os movimentos sociais e populares para que possamos construir um verdadeiro programa popular que de resposta as demandas que emergiram da luta nas ruas e buscar uma forma política que supere pela raiz as distorções e limites da institucionalidade burguesa desmascarada pela atual crise e acumule para constituição de uma poder popular.

TEXTO 21

Contribuição dos professores Cláudia Durans, Welbson Madeira, Catarina Malcher, Marcone Dutra, Rosenverck Estrela Santos, Suly Rose Pinheiro, Vilemar Gomes – sindicalizados da APRUMA Seção Sindical

SITUAÇÃO NACIONAL E DESAFIOS DA CATEGORIA DOCENTE

Nos últimos 20 anos o mundo tem enfrentado diversas crises econômicas, ao mesmo tempo em que temos assistido as massas se rebelarem contra os regimes que sustentam a sociedade de mercado, seja regimes ditatorial, teocrático ou ditos democráticos. Nenhum tem escapado aos enfrentamentos com os segmentos explorados e oprimidos da sociedade. Grécia, Tunísia, Egito, Espanha, Portugal ... mobilizações gigantescas face a uma permanente insatisfação com as autoridades, instituições políticas, e as consequências dos modelos econômicos.

No Brasil, estamos vivendo um processo nunca visto na nossa história, muito semelhante aos acontecimentos dos anos 2000 no Equador e Argentina. Vale lembrar que, na Argentina, por exemplo, vários presidentes foram depostos, empresas foram coletivizadas, porém as massas não foram capazes de impor derrota às forças que mantêm a atual ordem societária, terminaram por canalizar para uma saída conciliadora, através da eleição de Nestor Kirchner e hoje a economia argentina está arrasada, os serviços públicos privatizados de forma direta ou indireta.

O 32º CONAD realiza-se neste importante momento histórico, em que há uma grande virada na situação política do país. Algo novo sacode o Brasil a partir das mobilizações por transporte público em várias capitais como Porto Alegre, Natal, Teresina e por último as maiores capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, da repressão violenta contra as manifestações no intuito de evitar a expansão do movimento antes da Copa do Mundo de 2014. Cerca de 2 milhões foram às ruas, superando o Fora Collor, e as mobilizações se espalharam pelo país como rastilho de pólvora.

Este momento requer muita paciência e investigação. As mobilizações dobraram os governos que, no alto de sua arrogância, tiveram que recuar na repressão e no preço das passagens, por exemplo. A queda da PEC 37 e do famigerado “cura gay” também são conquistas desses movimentos.

Ariscando uma caracterização, podemos dizer que são movimentos multitudinários, que tem a juventude não organizada como principal base social, não tem direção definida e tem na internet e redes sociais um fundamental instrumento de mobilização, a exemplo do que ocorreu na Europa, Norte da África e Oriente Médio.

Como um “estouro de boiada” a população foi às ruas, mostrando em cartazes, em palavras de ordem, o seu descontentamento com o caos nos serviços públicos das três esferas, com a corrupção aviltante e despudorada, os gastos excessivos com a construção dos estádios da Copa, que já custaram aos cofres públicos cerca de 28 bilhões (mais cara que as copas do Japão/Coreia, Alemanha e África do Sul juntas). Enquanto para as políticas públicas, que se destinam à população pobre principalmente, não há recursos. Por isso o grito: “tem dinheiro pra copa, não tem pra saúde e educação”.

As mobilizações passaram por cima da maior central sindical da América Latina - a CUT; da UNE e das demais organizações governistas, com um sentimento antirregime muito forte. Contra a democracia burguesa, as massas rejeitam o conjunto das instituições e os partidos, incluindo os que conhecem e os que não conhecem. Porém, vale destacar que as massas se levantam num governo de frente popular. Na Europa, ao contrário, as massas se ergueram num contexto de governos de direita, e a ultra direita soube se localizar na defesa de seus governos.

É preciso, nesta discussão, caracterizar bem as forças que pretenderam transformar todos os atos com término em violência praticada por uma minoria, assim como os ensaios organizados contra as bandeiras vermelhas. Em um país dirigido por uma frente popular como o Brasil, a ultra direita entra no movimento contra o governo para disputá-lo e evitar que a esquerda o dirija.

A frente popular cumpriu o seu papel de desmobilizar e desmobilizar a classe trabalhadora e a juventude, conseguiu espalhar a desconfiança nos partidos de esquerda e nas lideranças populares, afinal o processo de sucateamento e desmonte das políticas públicas, etc. foi conduzido nada mais, nada menos do que pela maior liderança operária produzida na história do Brasil. Isso garantiu uma confortável estabilidade política para a burguesia no país. A popularidade altíssima a algumas semanas atrás, contrasta com os 30% de aprovação atualmente.

O que está sendo desnudado e que precisa ser compreendido pelas massas é que depois de 8 anos de governos do PSDB e 10 anos de governo petista, o Brasil ficou muito desigual, enquanto nos propagandeiam como 7ª economia do mundo, nos oferecem o 85º no ranking do IDH. A população brasileira cresceu nos últimos anos a uma média de pouco mais de 12% e a economia não deu conta de resolver as necessidades básicas das pessoas.

Do ponto de vista demográfico assistimos a uma concentração enorme de pessoas nos centros urbanos atingindo a casa dos 80% das residências em áreas urbanas. O abandono do campo como parte de uma política consciente do fortalecimento do latifúndio e do agronegócio. Por outro lado, a vida nas cidades reflete uma grande desigualdade nas condições de moradia. Enquanto uma minoria consegue morar em áreas luxuosas e bem servidas dos serviços de saneamento ambiental, a maioria da população vive nas periferias e favelas sem as mínimas condições básicas de salubridade ambiental. Tudo isso tem consequência direta no crescimento da violência.

A desaceleração da economia, a inflação, o déficit comercial, a carestia, corrosão do poder de compra dos salários já arrojados, o endividamento crescente das famílias (19,5% das famílias que tem mais de 50% de sua renda mensal comprometida com o pagamento das parcelas e juros dos empréstimos), etc. tem levado a população a sentimentos de insegurança, insatisfação e a sensação de bem-estar e estabilidade está se esvaindo.

Por outro lado, a crise econômica mundial afeta o país pela redução das exportações, levando ao maior *déficit* comercial da história (entre janeiro e maio). Além disso, existe um *déficit* na balança de conta-corrente de mais de 70 bilhões de dólares, podendo chegar no conjunto do ano a 100 bilhões. As expectativas de mudanças na política econômica dos EUA já estão afetando o fluxo internacional de capitais, com uma retirada parcial de capitais especulativos do Brasil, queda da Bolsa e alta do dólar.

É baseado na investigação, na análise dos acontecimentos, que não achamos que as lutas vão arrefecer e que tudo voltará ao “normal”. Mesmo ainda sem a entrada em cena do

batalhão pesado da humanidade até o momento: aqueles que produzem a riqueza industrial e intelectual vários recuos já foram realizados pelos governos.

Precisamos atingir um patamar superior com a classe trabalhadora, a juventude, o movimento negro, de mulheres, LGBTs combativos, entrando com seus métodos de organização e luta. Reforçar o segmento minoritário que vem insistindo pacientemente na reorganização de um movimento classista, combativo, democrático e socialista.

Nesse sentido, o dia nacional de greve, paralisações e manifestações que, no momento em que fechamos esse texto, está sendo chamado e construído pelas centrais sindicais, será um importante momento de acúmulo. Necessário construir uma pauta única que contemple os anseios dos trabalhadores, trabalhadoras e juventude. Tal pauta com certeza não coaduna com o modelo econômico liberal, neoliberal, social liberal, implementado no Brasil sob o comando do PSDB, PT, PMDB, DEM, etc. A “fórmula mágica”: reforma política e plebiscito está sendo utilizada pelo governo para desviar a atenção das massas dos reais problemas que enfrenta e endurecer mais o regime, restringindo os espaços democráticos.

Isto significa que para os lutadores sociais este fenômeno é algo esperado e devemos insistir na movimentação da classe trabalhadora na construção de uma pauta que possa por fim à corrupção, aos privilégios dados a segmentos minoritários da sociedade, avançarmos na aplicação de políticas públicas de educação, saúde, saneamento, transporte, enfim em medidas que torne o nosso país menos injusto. Ao mesmo tempo que devemos mobilizar no sentido de ampliar as liberdades democráticas, assegurando a pluralidade política.

A categoria docente das instituições federais de ensino superior, em 2012, realizou a maior greve da história das universidades, sob um governo forte que prometia 10 anos sem aumento e que não recebia grevistas. Nessa greve tivemos alguma conquista econômica. Agora, pela pressão das ruas anuncia-se o aumento das verbas para a educação, se ainda não são os 10% do PIB, mas 75% dos *royalties* do petróleo para a educação. Precisamos avançar na luta contra a precarização que passa por melhoria nas condições de trabalho, carreira e mais concurso para docentes e técnicos, superando as mesas de enrolação. Continuar na defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade e seguir na luta com os demais SPFs os estudantes, técnicos administrativos e com a classe trabalhadora, por uma vida humana mais feliz e emancipada.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

TEXTO 22

Contribuição do GTSSA/SEDUFMS

PARIDADE DAS AÇÕES DO ANDES/SN PARA ATIVOS E INATIVOS

TEXTO DE APOIO

A população de aposentados militantes durante o movimento paredista de 2012 teve presença bem maior em número e em ações do que em oportunidades semelhantes em movimentos anteriores.

Em razão disso, considerando o percentual de filiações sindicais nas ADs do ANDES/SN, os inativos compreendem quase metade do total de seus membros. Inclusive, após o fim da greve muitos desses continuam atuando efetivamente em suas seções sindicais.

Percebemos no último congresso, durante as discussões, que os assuntos de aposentadoria foram timidamente aventados e, ainda, teve menor relevância quando no âmbito das tomadas de decisões plenárias.

Podemos compreender que aposentadoria é um tema que tem enfrentado dificuldades de negociações junto ao governo federal, entretanto, tal fato não explica a perceptível irrelevância com que somos tratados nas decisões sindicais.

A conjuntura nos leva a crer que as lutas do ANDES/SN devem estar centradas naquelas reivindicações consideradas essenciais para a profissão e para a vida dos ativos e inativos. Existe, sim, um conjunto de bandeiras, de questões e problemas sociais sobre os quais os trabalhadores organizados devem associar-se em luta. Porém, nada justifica que as ações do sindicato não contemplem adequadamente as pautas oriundas do próprio corpo social, como no caso dos inativos.

TR - 22

O 58º CONAD resolve que a diretoria do ANDES/SN:

1. amplie sua atenção e dirija suas ações para temas e problemas de seguridade social e aposentadoria paritariamente para ativos e inativos.

TEXTO 23

Contribuição do GTSSA/SEDUFMSM

POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

No 32º Congresso do ANDES/SN, realizado de 4 a 9 de março deste ano, a diretoria encaminhou o texto 13 onde apresentou um conjunto de resoluções sobre Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria. Neste é afirmado que *“todas as posições, bandeiras e orientações mantêm-se em vigor, desde que não tenham sido expressamente revogadas ou superadas por novas deliberações a respeito do mesmo tema.”*

Percebemos que esse conjunto de propostas aprovadas, na forma em que foi apresentado se constitui de 34 itens, os quais dispõem sobre políticas de previdência social, financiamento da saúde, hospitais universitários, aposentadoria e assistência social.

Desse modo, o GTSSA/SEDUFMSM não consegue perceber claramente o efetivo interesse da atual diretoria quando trata insatisfatoriamente as reivindicações de aposentadoria. Desejamos saber o que tem sido feito em favor da efetivação de tais políticas e em que nível de ação está cada ponto enumerado no referido texto.

TR - 23

O 58º CONAD resolve que a diretoria do ANDES/SN:

1. informe sobre as ações relativas às questões de seguridade social e aposentadoria elencadas e aprovadas no TR nº13 no 32º Congresso;
2. elabore e divulgue um cronograma de metas para as próximas ações do sindicato a respeito das políticas em favor dos aposentados.

TEXTOS 24

Contribuição do GTSSA/SEDUFMS

SUGESTÃO DE ALTERAÇÕES NO PL DO SENADOR PAULO PAIM

TEXTOS DE APOIO

Considerando que o senador Paulo Paim está elaborando um projeto de lei que busca uma correlação dentro da matriz hierárquica dos servidores técnico- administrativos da educação (TAEs) no plano de carreira (PCCTAE) procurando equiparar as tabelas remuneratórias para ativos e inativos, acreditamos que será mais um recurso reivindicatório que os docentes poderão se utilizar com o objetivo de pleitear a equivalência remuneratória entre a classe atual de associado e a classe de adjunto aposentado.

A proposta do referido senador em favor dos TAEs é de alterar o artigo 15 da Lei nº 11.091/2005 acrescentando um 6º parágrafo.

Em nosso favor, podemos sugerir ao referido parlamentar que no mesmo PL poderá também incluir o pedido de alteração do artigo 5º da Lei nº 11.344/2006, acrescentando um 2º parágrafo.

Para acessar os textos das modificações sugeridas (inclusão de novos parágrafos e justificativa) convém a leitura do PL, em anexo, que contém as alterações em escrita grifada.

TR - 24

O 58º CONAD decide que a diretoria do ANDES/SN...

1. deverá encaminhar pedido de que, além dos TAEs, os docentes também sejam contemplados no PL do senador Paulo Paim, conforme modelo anexo, o qual procura dispor sobre a equiparação do posicionamento de aposentados e pensionistas às tabelas remuneratórias dos servidores da ativa.

ANEXO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2011

Altera o art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, para dispor sobre o posicionamento dos aposentados e pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes do Anexo I da Lei e altera o art. 5º da Lei nº 11.344, de 08 de setembro de 2006, para dispor sobre o posicionamento dos aposentados e pensionistas na classe de professor associado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 15.....

.....

§ 6º O enquadramento dos servidores aposentados e dos pensionistas nas tabelas constantes do Anexo I desta Lei será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão.” (NR)

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 11.344, de 08 de setembro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 5º

.....

§ 1º

§ 2º Os professores aposentados que, na data da aposentadoria, preencherem os requisitos dos incisos I e II do art. 5º, serão posicionados na classe de associado no mesmo nível que ocupavam na classe de adjunto, sendo aplicada a mesma regra para professores assistentes que passarão à classe de adjunto, bem como referente aos diferentes níveis das pensões.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, objeto de alteração pelo nosso projeto, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

A promulgação da Lei resultou de intensas negociações por largo espaço de tempo, e ainda assim deixou a desejar no que concerne ao posicionamento dos aposentados e pensionistas. Com efeito, a esses cidadãos que dedicaram suas vidas em prol de atividades ligadas à Educação não foi dispensado o merecido tratamento com relação à forma de seu enquadramento na tabela remuneratória, pois não se levou em conta a situação em que se encontravam nas datas em que se deram a aposentadoria e a concessão da pensão.

A nossa intenção, pois, é corrigir essa injustiça mediante a alteração da Lei no seu art. 15, acrescentando-lhe um parágrafo e, dessa maneira, dispensar a esses cidadãos o mesmo tratamento dado a outras categorias de aposentados e pensionistas em diversas Leis, das quais citamos a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que, entre outras

coisas, institui o Plano Especial de Cargos de Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural. O seu art.

1º comporta parágrafo com disposição idêntica à alteração que se pretende aprovar pelo Projeto ora apresentado.

Já a Lei nº 11.344, de 08 de setembro de 2006, que também é objeto de alteração pelo nosso projeto, dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de **Magistério de Ensino Superior** e de Magistério de 1º e 2º Graus e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, e dá outras providências.

A lei em questão criou uma nova classe na carreira dos docentes, situada entre as classes de Professor Adjunto e a de Professor Titular e permitiu aos professores em atividade e que ocupavam o último nível da classe de Professor Adjunto, progredirem funcionalmente para a nova classe.

A classe de Professor Adjunto era a última classe que poderia ser acessada mediante progressão funcional. A classe de Professor Titular, que vinha imediatamente após a de Professor Adjunto, somente poderia ser acessada pela via do concurso público.

Assim, os professores aposentados que estavam no último nível da classe de Professor Adjunto, estavam, efetivamente, na última classe da carreira de Professor do Ensino Superior, uma vez que não tinham mais como progredir funcionalmente, independentemente do desempenho ou do tempo de serviço que tivessem.

A nossa intenção, pois, é corrigir essa injustiça mediante a alteração da Lei no seu art. 5º, acrescentando-lhe um parágrafo e, dessa maneira, dispensar a esses cidadãos aposentados o mesmo tratamento dado aos professores em atividade, bem como aplicar regra semelhante à aplicada aos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, cujos aposentados tiveram a sua posição na carreira considerada quando do enquadramento em nova tabela remuneratória, como se pode observar no art. 119 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Cremos, dessa forma, que a acolhida da nossa iniciativa pelos ilustres Pares corrigirá lacuna existente na Lei nº 11.091, de 2005, e na Lei nº 11.344, de 2006, prejudicial aos aposentados e pensionistas ali referidos, razão que nos leva a esperar por sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM LEGISLAÇÃO CITADA

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2005.

Texto compilado

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 15. O enquadramento previsto nesta Lei será efetuado de acordo com a Tabela de Correlação, constante do Anexo VII desta Lei.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nos 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estruturado o Plano Especial de Cargos da Cultura, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, da Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, da Fundação Biblioteca Nacional - FBN e da Fundação Cultural Palmares - FCP, em 30 de julho de 2005, ou que venham a ser redistribuídos para esses Quadros, desde que as redistribuições tenham sido requeridas até 12 de julho de 2005, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante no anexo I desta Lei.

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

TEXTO 25

Contribuição da Diretoria da Adunicentro-Seção Sindical

QUE O ANDES-SN ASSUMA NO ESTADO DO PARANÁ A LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO A CONTAGEM DE TEMPO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL (MI-880/STF)

TEXTO DE APOIO

No mês de agosto de 2008, cerca de 20 entidades sindicais de servidores públicos entraram com pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para ter assegurado o direito a contagem especial de tempo de serviço para aqueles que exercem atividades em situação penosa, insalubre ou perigosa, de acordo com a Lei 8.213/91, que já rege o benefício para empregados da iniciativa privada.

A expectativa, na ocasião, era de que mais de 100 mil servidores públicos seriam beneficiados caso o pedido fosse julgado procedente pelo STF. A Constituição Federal já garante aos servidores públicos que exercem essas atividades o direito à aposentadoria especial. No entanto, até aquele momento não havia ainda nenhuma regulamentação da lei, o que impedia que o servidor fosse beneficiado, ao mesmo tempo, os funcionários da iniciativa privada já contavam com o regime especial para a aposentadoria porque seguem as normas do Regime Geral da Previdência (INSS), enquanto as regras para os servidores públicos constam em lei específica.

Na aposentadoria especial, a contagem do tempo de serviço varia entre 15, 20 ou 25 anos, de acordo com a exposição dos agentes nocivos que podem ser Químicos (asbestos, carvão mineral, chumbo, mercúrio e petróleo), Físicos (ruídos, vibrações, radiações ionizantes, temperaturas anormais e pressão atmosférica anormal), Biológicos (microorganismos e parasitas infecciosos vivos) ou ainda a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. A exposição, bem como a nocividade dos agentes, deve ser comprovada por laudo técnico. A aposentadoria padrão se dá aos 35 anos para homens e 30 anos para mulheres.

Como esta regulamentação nunca ocorreu, o ANDES-SN impetrou o Mandado de Injunção de nº 880/STF, em conjunto com outras entidades, provocando o Poder Judiciário para que suprisse a lacuna deixada pelo Legislativo. Referida ação foi julgada de forma procedente e reconheceu o direito dos associados ao ANDES-SN à contagem de tempo de serviço especial nos termos da legislação privada, ou seja da mesma forma que antes era calculada.

Logo após esta grande vitória, a Adunicentro Seção Sindical começou a atuar na luta pela implementação do MI-880/STF no Paraná, pois como parte integrante do Andes-SN, os docentes filiados a nossa seção sindical também fazem jus a este direito, porém, até o momento o Estado do Paraná não regulamentou tal decisão. Desde 2009 lutamos para que o MI-880/STF possa ser estendido aos docentes do Paraná e até o momento não conseguimos avançar nesta regulamentação. Em 2012 o Estado do Paraná fez mais uma reforma da previdência e não regulamentou o MI-880/STF, retirando ainda mais direitos dos servidores públicos do Estado.

TR - 25

O 58º CONAD delibera:

1. Que o Andes-SN, através da AJN elabore parecer sobre o MI-880/STF, e suas implicações nas aposentadorias especiais nos estados, em especial no Estado do Paraná, que ainda não regulamentou o MI-880/STF a ser enviado para as Seções Sindicais do setor das estaduais até o final de julho de 2013;
2. Convocar o GTSSA, para discutir o MI-880/STF e sua aplicação nos estados na primeira semana de agosto de 2013. Esta reunião deverá ocorrer na cidade de Curitiba-PR, contando com a participação da AJN.
3. Que este tema seja incorporado ao Encontro do setor das IEES-IMES que vai ocorrer no segundo semestre de 2013;
4. Que o Andes-SN, elabore material explicativo sobre o MI-880/STF em forma de Informandes especial online para o setor das estaduais, a ser enviado até o final do mês de agosto de 2013.

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 26

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 32º CONGRESSO**TR – 26**

O 58º CONAD aprova a prestação de contas do 32º CONGRESSO

PREVISÃO DE DESPESAS 32º CONGRESSO	ANDES-SN	ADUFRJ	Total de despesas
<i>Especificação</i>	Despesa	Despesa	Total
1-PESSOAL			
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)			
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	2.952,67	0,00	2.952,67
Diárias	6.000,00	0,00	6.000,00
Horas extras	20.312,83	0,00	20.312,83
Subtotal	29.265,50	0,00	29.265,50
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO			
Arte do Folder	0,00	22.800,00	22.800,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	1.078,80	0,00	1.078,80
Cartazes Gráfica	0,00	2.070,00	2.070,00
Encadernação	0,00	60,00	60,00
Convites (impressão)	0,00	600,00	600,00
Banner	0,00	1.143,65	1.143,65
Serviço de Impressão/Informativo do Congresso	9.000,00	0,00	9.000,00
Impressora para imprensa	0,00	2.300,00	2.300,00
Subtotal	10.078,80	28.973,65	39.052,45
3 – INFRAESTRUTURA			
Estrutura Física			
Correio	0,00	5.149,80	5.149,80
Técnico de Informática	0,00	2.000,00	2.000,00
Transportadora	4.763,81	160,00	4.923,81
Aluguel de rádios	0,00	1.260,00	1.260,00
Aluguel de cadeiras e mesas	0,00	18.150,00	18.150,00
Aluguel Balcão e Armário	0,00	5.598,00	5.598,00
Aluguel de Notbooks	0,00	18.150,00	18.150,00
Suporte Técnico de Informática	0,00	4.007,40	4.007,40
Apresentação Cultural	0,00	3.000,00	3.000,00
Sonorização	0,00	750,00	750,00
Cópias e Impressões	0,00	4.888,00	4.888,00
Roteador	0,00	230,00	230,00
Lixeiras	0,00	340,00	340,00
Subtotal	4.763,81	63.683,20	68.447,01

Prestação de Serviços			
Táxi	385,00	467,00	852,00
Filmagem	0,00	750,00	750,00
Enfermeiro/ Ambulância	0,00	13.200,00	13.200,00
Manutenção de equipamentos	0,00	400,00	400,00
Pessoal de Apoio (Acadêmicos)	0,00	22.620,00	22.620,00
Horas extras de Apoio	0,00	6.950,00	6.950,00
Aluguel de Bebedouro	0,00	2.355,00	2.355,00
Coffe Break	0,00	28.476,00	28.476,00
	385,00	75.218,00	75.603,00
Material de Consumo			
Medicamentos farmácia	0,00	133,00	133,00
Material de Escritório e expediente	83,31	1.192,34	1.275,65
Material de Consumo	0,00	934,91	934,91
Tonner e Cartucho de Tinta	1.124,00	0,00	1.124,00
	1.207,31	2.260,25	3.467,56
Material distribuído aos delegados e observadores			
Marcador de Texto/ Dia da Mulher	680,00	0,00	680,00
Pastas/ Bolsas	0,00	0,00	0,00
Camisetas	0,00	9.178,30	9.178,30
Crachá	0,00	3.127,50	3.127,50
Guia do Congressista	0,00	1.760,00	1.760,00
Canetas Ecológica	0,00	1.100,00	1.100,00
Blocos	0,00	2.080,00	2.080,00
Brindes/Caneca	0,00	0,00	0,00
Subtotal	680,00	17.245,80	17.925,80
4 - COMISSÃO ORGANIZADORA			
Diárias	2.200,00	0,00	2.200,00
Passagens Aéreas	5.062,50	0,00	5.062,50
Hospedagem	3.326,93	0,00	3.326,93
Subtotal	10.589,43	0,00	10.589,43
5- Despesa c/ transporte de um delegado das Seções Sindicais c/ menos de 101 filiados.	25.000,00	0,00	25.000,00
	0,00	0,00	
Subtotal	25.000,00	0,00	25.000,00
TOTAL	81.969,85	187.380,90	269.350,75

Total de Despesas Previstas para Rateio	239.306,13
Total de Despesas Realizadas	269.350,75
Porcentagem da diferença	13%
Valor pago a maior	30.044,62

TEXTO 27

Contribuição da Diretoria da Adunicentro-Seção Sindical

RATEIO DAS DESPESAS DE CONGRESSOS E CONADs

TEXTO DE APOIO

O 56º CONAD deliberou que a diretoria enviasse para as seções sindicais um estudo sobre rateio de despesas de Congressos e CONADs para subsidiar as seções sindicais nos debates sobre alteração na estrutura dos rateios, atualmente em vigor e objeto de vários questionamentos, com vista à deliberação no 31º Congresso do ANDES-SN em Manaus.

No Congresso de Manaus avançamos para uma nova proposta de rateio para os eventos do Andes-SN (CONGRESSOS e CONADS), em especial na mudança da fórmula do rateio, da distância terrestre entre a sede da seção sindical e a racionalização entre vagas de delegados e delegados presentes nos eventos. Consideramos esta mudança importante para democratizar e ampliar a participação das seções sindicais nos eventos do Sindicato Nacional, porém, alguns pontos ainda precisam ser aperfeiçoados para que mais seções sindicais possam participar dos eventos nacionais, sendo esta participação efetiva e sem onerar a seção sindical por um longo período após os eventos, como ocorre com muitas das seções sindicais que participam ativamente das atividades do Sindicato.

Para tanto, uma alternativa viável, seria isentar as seções sindicais com até duzentos filiados da participação do rateio e garantindo a elas as condições financeiras para participar das atividades nacionais do sindicato. Atualmente, apenas as seções sindicais com menos de cem filiados possuem esta prerrogativa, de fazer a escolha em participar do rateio ou escolher o reembolso das despesas com passagens aéreas que serão pagas pelo evento nacional (CONGRESSOS e CONAD). Para que mais seções sindicais possam participar efetivamente de todos os eventos nacionais (CONGRESSOS e CONAD), é preciso avançar neste ponto da nossa política de rateio.

Também é preciso modificar o item que garante apenas o reembolso para seções sindicais que enviar apenas um representante para o evento nacional (CONGRESSOS e CONAD'S), o que impede que mais representantes das seções possam participar dos nossos eventos nacionais como delegados - caso dos Congressos - política esta que fortaleceria nosso sindicato, ao garantir mais participantes nos nossos eventos.

Outro ponto que precisa de regulamentação é o custeio dos delegados via Artigo 41 do nosso do Estatuto. No último Congresso, a Plenária de Instalação aprovou o pagamento das despesas com passagens aéreas e hospedagem para delegados da base de uma Seção Sindical que não convocou AG, garantindo a todos os delegados eleitos o direito a participação no evento nacional, concordamos com a política da participação, pois eles travam uma dura luta naquela universidade contra o Proifes, porém é preciso que o sindicato tenha uma mesma política de rateio nos eventos, mesmo para estes casos específicos.

Ao mesmo tempo em que é possível garantir - respeitando a decisão soberana da Plenária - o pagamento para vários delegados, as seções sindicais com até cem

delegados, só podem participar com direito a reembolso se enviar um único representante, caso enviem dois delegados (um da diretoria da e um da base) por decisão da sua AG, terão que arcar com todos os custos da participação no evento. As demais seções sindicais, com até duzentos filiados, podem ou não entrar no rateio, respeitando também o número de representantes enviados.

TR - 27

O 58º CONAD delibera que:

1. As seções sindicais com até 150 filiados terão direito ao reembolso do valor gasto com passagens aéreas e hospedagens nos eventos nacionais (CONGRESSOS e CONAD);
2. As seções sindicais com até 200 filiados terão direito apenas ao reembolso das passagens aéreas;
3. O reembolso só é válido para delegados, caso a seção sindical envie também observadores perderá o direito ao reembolso e entrará no rateio com as demais seções sindicais;
4. No caso de AGs convocadas de acordo com artigo 41 do Estatuto do Andes-SN, o limite para pagamentos de despesas com passagens aéreas e hospedagens devem respeitar as mesmas normas para as seções sindicais com até 200 filiados;
 - 4.1 Para pagamento de passagens aéreas e hospedagens, nos casos dos delegados via artigo 41, fica limitado ao número de um delegado até 100 filiados e apenas passagens aéreas para os que possuam mais de 101 filiados, limitando ao número de 03 (três) delegados para este reembolso;
 - 4.2 Em nenhuma hipótese o Caixa Nacional poderá utilizar recursos próprios para custear despesas com delegados nos eventos nacionais (CONGRESSOS e CONAD), sendo todos os gastos rateados entre as seções sindicais participantes nos eventos nacionais (CONGRESSOS e CONAD). Também não haverá em nenhuma hipótese o pagamento de diárias a estes delegados.
5. Estas alterações passam a valer a partir do 33º Congresso do Andes-SN.

TEXTO 28

Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical/UFRGS

PROPOSTA DE EMENDA (ACRÉSCIMO) AO TR 17

TEXTO DE APOIO

O TR 17 apresentado pela diretoria do ANDES-SN propõe algumas normas de organização da Comissão da Verdade do ANDES-SN, cuja criação foi deliberada pelo 32º Congresso, o qual também decidiu que a Comissão seria “instalada” no 58º CONAD. No item 2 da proposta de TR 17, lê-se que “a Comissão da Verdade do ANDES-SN realizará reunião em agosto próximo, em conjunto com o GTHMD, para definir plano de trabalho, funcionamento e atividades a serem desenvolvidas”.

1. Considerando que, nos dois últimos semestres, foram criadas Comissões/Comitês da Verdade em diversas IFEs (Unifesp, PUCSP, UnB, UFRGS, etc.), as quais vêm expressando e acumulando uma diversidade de formas de organização, experiências, atividades, de que a Comissão da Verdade do ANDES-SN deve tomar conhecimento para “definir plano de trabalho, funcionamento e atividades a serem desenvolvidas”;

2. Considerando que o 32º Congresso se posicionou “pelo fim da impunidade de que gozam os agentes civis e militares que usaram a autoridade e o poder estatais para torturar, assassinar e desaparecer com militantes, democratas e cidadãos considerados suspeitos que atuaram em oposição à ditadura civil-militar (1964-1985), além de outros cidadãos comuns”; considerando que, conseqüentemente, o 32º Congresso também se posicionou “pela revisão da Lei de Anistia”; considerando que a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pelo governo, está sendo palco de embates entre os seus membros a respeito da questão se essa deve, ou não, se posicionar pela necessidade de revisão da Lei de Anistia (Lei nº 6683/19790); considerando que esses embates motivaram, pelo menos em parte, a demissão de Cláudio Fonteles da CNV; que esses embates estão se expressando nas Comissões Estaduais da Verdade, em outras entidades, nos veículos de comunicação e na sociedade; que eles influem nos caminhos e resultados na consecução da Justiça em relação aos torturados e desaparecidos!

3. Considerando o exposto em 1 e 2, a Assembleia Geral Extraordinária da Seção Sindical/UFRGS propõe a seguinte emenda, com caráter de acréscimo, à proposta de TR 17, intitulada “Comissão da Verdade do ANDES-SN”:

TR - 28

No TR 17 proposto pela diretoria, após o item 2 introduzir a seguinte proposta de acréscimo:

2.1. A Comissão da Verdade do ANDES-SN promoverá a realização de uma reunião de representantes docentes dos Comitês/Comissões da Verdade que vêm sendo constituídos nas IFEs no decorrer dos dois últimos semestres; participarão também da reunião representantes de seções sindicais interessadas em trabalhar pela constituição de Comitês/Comissões da Verdade em sua IFE. Sugere-se que a reunião ocorra por ocasião

da reunião de agosto referida no item 2 da proposta de TR 17 apresentada ao 58º CONAD pela Diretoria do ANDES-SN

2.2. Ciente dos embates em curso no seio da Comissão Nacional da Verdade (também, nas Comissões Estaduais) sobre se essa deve, ou não, se posicionar pela necessidade de revisão da Lei de Anistia (Lei nº 6683/1979), o 58º CONAD:

2.2.1 reafirma a decisão do 32º Congresso do ANDES-SN de se posicionar pelo fim da impunidade de que gozam os agentes civis e militares que usaram a autoridade e o poder estatais para torturar, assassinar e desaparecer com militantes, democratas e cidadãos considerados suspeitos por atuarem em oposição à ditadura civil-militar (1964-1985), além de outros cidadãos comuns;

2.2.2 orienta a Comissão da Verdade do ANDES-SN a desenvolver iniciativas visando à realização, junto com outras entidades sindicais e democráticas, de um seminário ou encontro nacional que tenha por objetivo debater a questão da revisão da Lei de Anistia e impulsionar um movimento voltado à conquista da mesma”.

TEXTO 29

Diretoria do ANDES-SN

REPASSES DAS SEÇÕES SINDICAIS**TEXTO DE APOIO**

De acordo com a deliberação do 52º CONAD, São Luís - MA, 26 a 29/7/07, a Diretoria está apresentando o quadro com os repasses das seções sindicais ao ANDES-SN, atualizado até o dia 28 de junho de 2013, acompanhado dos acordos estabelecidos com a tesouraria nacional.

NORTE 1

ADUA - 1231-9 - MANAUS/AM											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	13/01/12	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	17/01/13	8.617,10	17/01/13	344,68	17/01/13	214,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	26/02/13	8.617,10	26/02/13	344,68	26/02/13	214,00			
MARÇO	F	fevereiro/2013	17/04/13	8.617,10	17/04/13	344,68	17/04/13	214,00			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	17/04/13	8.617,10		559,68					

SESDUF-RR - 1236-X - BOA VISTA/RR											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	22/01/13	4.001,33							
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	08/02/13	4.072,95							
MARÇO	F	fevereiro/2013	19/03/13	4.953,33							
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	10/04/13	5.499,40							
MAIO	F	abril/2013	02/05/13	5.412,57							
JUNHO	F	maio/2013	07/06/13	5.316,51							

ADUNIR - 1235-1 - PORTO VELHO/RO											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUFAC - 1232-7 - RIO BRANCO/AC											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	21/01/13	7.628,80	21/01/13	305,15	21/01/13	129,25			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	07/02/13	7.446,88	07/02/13	297,88	07/02/13	129,25			
MARÇO	F	fevereiro/2013	05/03/13	7.374,78	05/03/13	294,99	05/03/13	129,25			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	04/04/13	8.241,25		458,90					
MAIO	F	abril/2013	06/05/13	8.213,25		457,78					
JUNHO	F	maio/2013	04/06/13	8.252,83		457,61					

SIND-UEA - - MANAUS/AM											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	19/02/13	234,00	19/02/13	23,00	19/02/13	9,30			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	07/03/13	234,00	07/03/13	23,00	07/03/13	9,30			
MARÇO	E	fevereiro/2013	03/04/13	234,00	07/05/13	23,00	07/05/13	9,30			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	07/05/13	234,00		32,30					
MAIO	E	abril/2013	10/06/13	234,00		32,30					
JUNHO	E	maio/2013									

SINDUERR – BOA VISTA/RR											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013									
JUNHO	E	maio/2013									

NORTE 2

ADUFRA - 1234-3 - BELÉM/PA											
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012		acordo		acordo		acordo	26/03/13	1/6	1.374,89
FEVEREIRO	F	janeiro/2013		acordo		acordo		acordo	26/03/13	2/6	1.374,89
MARÇO	F	fevereiro/2013	08/05/13	1.278,81	08/05/13	52,56	08/05/13	45,00	10/04/13	3/6	1.374,89
					FUNDO ÚNICO				16/05/13	4/6	1.374,89
ABRIL	F	março/2013	08/05/13	1.219,47		100,30			17/06/13	5/6	1.374,89
MAIO	F	abril/2013	19/06/13	2.352,49		109,60					
JUNHO	F	maio/2013	20/06/13	1.370,10		188,20					

ADUFPA - 1233-5 - BELÉM/PA											
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	09/01/13	22.926,48	09/01/13	917,06	09/01/13	405,50			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013			08/02/13	919,29	08/02/13	405,00			
MARÇO	F	fevereiro/2013	20/03/13	23.025,07	20/03/13	921,00	20/03/13	405,00			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	10/04/13	26.086,68		2.086,93					
MAIO	F	abril/2013	08/05/13	26.714,86		2.137,19					
JUNHO	F	maio/2013	18/06/13	26.681,35		2.134,51					

SINDUFAP - 1349-8 - MACAPÁ/AP											
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	04/01/13	1.888,83	04/01/13	73,49	04/01/13	47,25			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	08/02/13	1.840,43	08/02/13	73,62	08/02/13	47,50			
MARÇO	F	fevereiro/2013	04/03/13	1.506,06	04/06/13	73,38	04/06/13	47,25			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	04/06/13	1.834,50		158,25					
MAIO	F	abril/2013	04/06/13	1.978,14		160,56					
JUNHO	F	maio/2013	04/06/13	2.007,01		365,28					
JULHO	F	junho/2013	07/06/13	2.529,89		365,28					

SINDUEPA - 1284-X - BELÉM/PA											
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO		dezembro/2012									
FEVEREIRO		janeiro/2013									
MARÇO		fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL		março/2013									
MAIO		abril/2013									
JUNHO		maio/2013									

SINDUFOPA - SANTARÉM/PA											
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO		dezembro/2012									
FEVEREIRO		janeiro/2013									
MARÇO		fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL		março/2013									
MAIO		abril/2013									
JUNHO		maio/2013									

SINDUFPA-MAR – MARABÁ/PA											
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

NORDESTE 1

APRUMA - 1238-6 - SÃO LUÍS/MA											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	16/01/13	7.442,15	16/01/13	297,68	16/01/13	274,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	15/02/13	7.427,71	15/02/13	297,11	15/02/13	273,50			
MARÇO	F	fevereiro/2013	19/03/13	7.427,71	19/03/13	297,11	19/03/13	274,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	17/04/13	7.396,12		591,69					
MAIO	F	abril/2013	15/05/13	7.396,12		591,69					
JUNHO	F	maio/2013	18/06/13	7.389,28		591,14					

ADUFPI - 1239-4 - TERESINA/PI											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	31/01/13	3.825,66	31/01/13	140,46	31/01/13	309,25			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	01/03/13	3.825,66	01/03/13	140,46	01/03/13	309,25			
MARÇO	F	fevereiro/2013	01/03/13	3.825,66	01/03/13	140,46	01/03/13	309,25			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	22/05/13	3.825,66	449,71						
MAIO	F	abril/2013	19/06/13	3.399,65	449,71						
JUNHO	F	maio/2013	19/06/13	3.825,66							

ADCESP - 1240-8 - TERESINA/PI											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	01/02/13	3.371,60	01/02/13	134,86	01/02/13	76,50			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	01/03/13	3.371,60	01/03/13	134,50	01/03/13	76,50			
MARÇO	E	fevereiro/2013	01/03/13	3.371,60	01/03/13	134,50	01/03/13	76,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	16/04/13	3.371,60	269,73						
MAIO	E	abril/2013	03/05/13	3.371,60	269,73						
JUNHO	E	maio/2013	06/06/13	3.371,60	269,73						

SESDFC - 1241-6 - FORTALEZA/CE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUNIFOR - 1242-4 - FORTALEZA/CE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2012									
FEVEREIRO	P	janeiro/2013									
MARÇO	P	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	P	março/2013									
MAIO	P	abril/2013									
JUNHO	P	maio/2013									

SINDCEFET-PI - - TERESINA/PI											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

SINDCENTEC - - JUAZEIRO DO NORTE/CE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013									
JUNHO	E	maio/2013									

SINDIUIVA - 1341-2 - SOBRAL/CE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	10/01/13	1.618,93	10/01/13	64,76	10/01/13	30,75			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	20/02/13	1.759,90	20/02/13	70,40	20/02/13	31,50			
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013	03/05/13	1.782,00		142,56					
JUNHO	E	maio/2013	11/06/13	1.816,90		145,36					

SINDUECE - 1342-0 - FORTALEZA/CE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	18/02/13	18.970,43	18/2/13	758,81	15/2/13	526,75			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013									
JUNHO	E	maio/2013	17/06/13	10.127,86		776,05					

SINDURCA - 1354-4 - CRATO/CE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	07/01/13	1.467,16	07/01/13	58,68	07/01/13	42,50			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	05/02/13	1.566,96	05/02/13	62,67	05/02/13	42,25			
MARÇO	E	fevereiro/2013	06/03/13	1.566,96	06/03/13	62,67	06/03/13	42,25			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	02/04/13	1.567,67		125,41					
MAIO	E	abril/2013	09/05/13	1.567,67		125,41					
JUNHO	E	maio/2013	11/06/13	1.577,95		126,23					

NORDESTE 2

ADESA-PE - 1253-X - ARCO VERDE/PE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	M	dezembro/2012	25/02/13	221,42	25/02/13	8,66	25/02/13	8,75	07/12/12	33/43	173,07
FEVEREIRO	M	janeiro/2013	25/02/13	195,18	25/02/13	8,86	25/02/13	9,00	25/02/13	34/43	173,07
MARÇO	M	fevereiro/2013	25/02/13	216,62	25/02/13	7,81	25/02/13	9,00	25/02/13	35/43	173,07
					FUNDO ÚNICO				25/02/13	36/43	173,07
ABRIL	M	março/2013									
MAIO	M	abril/2013									
JUNHO	M	maio/2013									

ADESB - 1255-6 - BELO JARDIM/PE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	M	dezembro/2012									
FEVEREIRO	M	janeiro/2013									
MARÇO	M	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	M	março/2013									
MAIO	M	abril/2013									
JUNHO	M	maio/2013									

ADUFRRN / ADUERN - 1249-1 - MOSSORÓ-RN											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	31/01/13	6.529,50	31/01/13	261,18	31/01/13	235,75			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	21/02/13	6.539,35	21/02/13	216,58	21/02/13	236,00			
MARÇO	E	fevereiro/2013	26/03/13	6.534,12	26/03/13	220,00	26/03/13	302,73			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	28/05/13	6.597,40		787,42					
MAIO	E	abril/2013	28/05/13	6.659,57		1.060,57					
JUNHO	E	maio/2013	20/06/13	7.341,75		587,34					

ADUC - 1245-9 - CAJAZEIRAS-PB											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUEPB - 1246-7 - CAMPINA GRANDE/PB											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013									
JUNHO	E	maio/2013									

ADUFCG - 1244-0 - CAMPINA GRANDE/PB											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	15/01/13	9.974,06	15/01/13	398,60	15/01/13	186,75			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	15/02/13	9.915,42	15/02/13	396,77	15/02/13	186,75			
MARÇO	F	fevereiro/2013	15/03/13	9.919,42	15/03/13	396,77	15/03/13	186,75			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	15/04/13	9.830,82		786,45					
MAIO	F	abril/2013	16/05/13	11.242,82		899,45					
JUNHO	F	maio/2013	17/06/13	11.242,82		899,50					

ADUFCG-PATOS - 1250-5 - PATOS/PB											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	07/12/12	857,16	07/12/12	29,87	07/12/12	18,75	28/02/13	1/12	774,43
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	28/02/13	746,83	28/02/13	29,87	28/02/13	18,75	11/04/13	2/12	774,13
MARÇO	F	fevereiro/2013	20/03/13	746,83	20/03/13	29,87	20/03/13	18,75			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	20/03/13	746,83		108,36					
MAIO	F	abril/2013	11/04/13	746,83							
JUNHO	F	maio/2013	23/04/13	746,83							

ADUFEPE - 1251-3 - RECIFE/PE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	15/01/13	25.962,05	15/01/13	1.298,10	15/01/13	546,75			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	22/02/13	26.174,00	22/02/13	1.308,72	22/02/13	546,75	22/02/13	1/15	9.261,35
MARÇO	F	fevereiro/2013	15/03/13	26.174,00	15/03/13	546,75	15/03/13	546,75	15/03/13	2/15	9.261,35
					FUNDO ÚNICO				10/04/13	3/15	9.261,35
ABRIL	F	março/2013	10/04/13	31.496,94	2.519,75				10/05/13	4/15	9.261,35
MAIO	F	abril/2013	10/05/13	31.659,98	2.532,79				07/06/13	5/15	9.261,35
JUNHO	F	maio/2013	07/06/13	31.623,65	2.529,89						

ADUFERPE - 1252-1 - RECIFE/PE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	15/01/13	12.328,50	15/01/13	493,14			17/12/12	22/23	2.129,39
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	21/02/13	11.642,74	21/02/13	465,71	21/02/13	172,50	15/01/13	23/23	2.129,39
MARÇO	F	fevereiro/2013	15/03/13	11.667,44	15/03/13	466,70	15/03/13	173,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	12/04/13	13.009,63	1.040,77						
MAIO	F	abril/2013	20/05/13	13.355,85	1.068,47						
JUNHO	F	maio/2013	14/06/13	13.290,77	1.063,26						

ADUFPB - 1243-2 - JOÃO PESSOA/PB											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012			07/01/13	681,04	07/01/13	567,50	29/04/13	1/60	7.058,87
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	28/02/13	17.025,98	07/02/13	681,04	07/02/13	567,50	18/06/13	2/60	7.058,87
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013	18/06/13	18.030,40		1.442,43					

ADUPE - 1254-8 - RECIFE/PE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013									
JUNHO	E	maio/2013									

ADURN - 1247-5 - NATAL/RN											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUFERSA - 1248-3 - MOSSORÓ/RN											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	26/12/13	205,60	27/02/13	44,67	27/02/13	44,67	27/02/13	1/12	211,52
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	14/01/13	205,60	13/03/13	44,67	27/02/13	55,00	27/02/13	1/12	270,33
MARÇO	F	fevereiro/2013	20/02/13	205,60			13/03/13	55,00	13/03/13	2/12	270,63
					FUNDO ÚNICO				13/03/13	2/12	211,52
ABRIL	F	março/2013	13/03/13	211,52		89,35			10/04/13	3/12	270,33
MAIO	F	abril/2013	13/03/13	211,52		99,67			10/04/13	3/12	211,52
JUNHO	F	maio/2013	10/05/13	205,60		99,67			16/05/13	4/12	270,33
JULHO	F	junho/2013	19/06/13	205,60					16/05/13	4/12	211,52
AGOSTO	F	julho/2013							19/06/13	5/12	270,33
SETEMBRO	F	agosto/2013							19/06/13	5/12	211,52

SINDFAFICA - 1256-4 - CARUARU/PE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2012									
FEVEREIRO	P	janeiro/2013									
MARÇO	P	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	P	março/2013									
MAIO	P	abril/2013									
JUNHO	P	maio/2013									

SINDFAVIP - - VALE DO IPOJUCA/PE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2012									
FEVEREIRO	P	janeiro/2013									
MARÇO	P	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	P	março/2013									
MAIO	P	abril/2013									
JUNHO	P	maio/2013									

SINDUNIVASF - - JUAZEIRO/BA 1325-0											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

NORDESTE 3

ADUFAL - 1258-0 - MACEIÓ/AL											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	16/01/13	2.421,63	16/01/13	388,49	16/01/13	345,25	16/01/13	9/14	9.712,29
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	20/02/13	2.421,63	20/02/13	388,41	20/02/13	345,25	20/02/13	10/14	9.710,36
MARÇO	F	fevereiro/2013	21/03/13	2.421,63	21/03/13	389,33	21/03/13	345,25	21/03/13	11/14	9.733,24
					FUNDO ÚNICO				18/04/13	12/14	11.459,61
ABRIL	F	março/2013	18/04/13	2.421,63		916,77			17/05/13	13/14	11.433,62
MAIO	F	abril/2013	17/05/13	2.421,63		914,69			18/06/13	14/14	11.459,35
JUNHO	F	maio/2013	18/06/13	2.421,63		916,75					

APUR - CRUZ DAS ALMAS/BA											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	04/02/13	1.951,11							
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	21/02/13	1.991,68							
MARÇO	F	fevereiro/2013	26/03/13	2.076,97							
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	12/04/13	2.136,39	1.040,77						
MAIO	F	abril/2013	03/06/13	2.148,18							
JUNHO	F	maio/2013	26/06/13	2.247,51							

ADUNEB - 1260-2 - SALVADOR/BA											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	06/02/13	3.321,74			06/02/13	148,19			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	15/03/13	3.321,74			15/03/13	148,19			
MARÇO	E	fevereiro/2013	09/04/13	3.321,74							
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	09/04/13	3.321,74	255,35						
MAIO	E	abril/2013	08/05/13	3.321,74	266,39						
JUNHO	E	maio/2013	07/06/13	3.321,74	266,39						

ADUFS-BA - 1261-0 - FEIRA DE SANTANA/BA											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	09/01/13	2.317,46	09/01/13	92,15	09/01/13	130,50			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	28/02/13	2.317,46	25/01/13	92,15	28/02/13	130,50			
MARÇO	E	fevereiro/2013	22/03/13	2.317,46	22/03/13	92,15	22/03/13	130,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	08/05/13	3.340,00	344,00						
MAIO	E	abril/2013	14/06/13	3.440,00	344,00						
JUNHO	E	maio/2013									

ADUFS - 1257-2 - SÃO CRISTÓVÃO/SE											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	29/01/13	7.206,08	29/01/13	362,55	29/01/13	362,55	24/04/13	1/6	7.206,08
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	20/02/13	7.206,08	20/02/13	362,55	20/02/13	173,15	15/05/13	2/6	7.206,08
MARÇO	F	fevereiro/2013	01/03/13	7.206,55	01/03/13	362,55	01/03/13	362,55	14/06/13	3/6	7.206,08
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	01/03/13	7.206,00	1.391,63						
MAIO	F	abril/2013	14/05/13	13.066,67	1.581,03						
JUNHO	F	maio/2013	14/06/13	13.066,67	1.581,03						

ADUSB - 1262-9 - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	09/01/13	661,00	26/02/13	60,56	26/02/13	198,00			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	26/02/13	1.514,04	12/03/13	60,60	11/03/13	198,00			
MARÇO	E	fevereiro/2013	12/03/13	1.514,00							
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	11/04/13	1.514,00		258,56					
MAIO	E	abril/2013	13/05/13	1.514,00		258,56					
JUNHO	E	maio/2013	11/06/13	1.541,00		258,56					

ADUCSAL - 1263-7 - SALVADOR/BA											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2012									
FEVEREIRO	P	janeiro/2013									
MARÇO	P	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	P	março/2013									
MAIO	P	abril/2013									
JUNHO	P	maio/2013									

APUNI - 1265-3 - IBICARAÍ/BA											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2012									
FEVEREIRO	P	janeiro/2013									
MARÇO	P	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	P	março/2013									
MAIO	P	abril/2013									
JUNHO	P	maio/2013									

SINDESP-BA - - ITABUNA/BA											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO		dezembro/2012									
FEVEREIRO		janeiro/2013									
MARÇO		fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL		março/2013									
MAIO		abril/2013									
JUNHO		maio/2013									

SINDESP-Sudoeste/BA - - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO		dezembro/2012									
FEVEREIRO		janeiro/2013									
MARÇO		fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL		março/2013									
MAIO		abril/2013									
JUNHO		maio/2013									

SINDFUNESA - 1344-7 - ARAPIRACA/AL											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUSC - 1264-5 - ILHÉUS/BA											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	22/01/13	1874,14	22/01/13	101,50	22/01/13	74,97	20/12/12	11/24	528,95
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	07/02/13	1.874,14	07/02/13	101,50	07/02/13	74,97	30/01/13	12/24	528,95
MARÇO	E	fevereiro/2013	11/04/13	1.874,14	11/04/13	101,50	11/04/13	74,97	07/02/13	13/24	528,95
					FUNDO ÚNICO				11/04/13	14/24	528,95
ABRIL	E	março/2013	17/05/13	1.874,14	176,47				17/05/13	15/24	528,95
MAIO	E	abril/2013	18/06/13	1.874,14	176,47						
JUNHO	E	maio/2013			176,47						

SINDESP-Extremo Sul/BA - 1333-X - EUNÁPOLIS/BA											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO		dezembro/2012									
FEVEREIRO		janeiro/2013									
MARÇO		fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

LESTE

ADFMTM - 1267-X - UBERABA/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	11/03/13	5.278,40	11/03/13	2.414,21	11/03/13	827,75			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	11/03/13	373,33	11/03/13	117,14	11/03/13	58,33			
MARÇO	F	fevereiro/2013	11/03/13	373,33	11/03/13	117,14	11/03/13	58,33			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	11/03/13	373,33		175,47					
MAIO	F	abril/2013	21/06/13	374,40		234,94					
JUNHO	F	maio/2013	21/06/13	371,20		232,93					
JULHO	F	junho/2013	21/06/13	369,60		231,93					

ADFUNREI - 1275-0 - SÃO JOÃO DEL REY/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	17/01/13	3.530,23	17/01/13	317,72	17/01/13	113,75			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	06/02/13	3.532,13	06/02/13	317,90	06/02/13	114,00			
MARÇO	F	fevereiro/2013	11/03/13	3.568,11	08/03/13	321,13	11/03/13	115,00			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	05/04/13	4.048,12		728,67					
MAIO	F	abril/2013	15/05/13	4.104,18		738,76					
JUNHO	F	maio/2013	14/06/13	4.205,35		756,97					

ADUFES - 1276-9 - VITÓRIA/ES											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	30/01/13	21.035,99	25/01/13	843,70	30/01/13	386,50	18/06/13		2.004,42
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	06/02/13	21.235,80	06/02/13	849,43	06/02/13	391,00			
MARÇO	F	fevereiro/2013	06/02/13	21.092,97	06/02/13	849,43	06/02/13	389,00			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	15/03/13	21.330,83		853,23					
MAIO	F	abril/2013	21/03/13	21.433,23		857,33					
JUNHO	F	maio/2013	30/04/13	21.555,55		1.724,45					
JULHO	F	junho/2013	04/06/13	21.520,35		1.721,63					

ADUFLA - 1272-6 - LAVRAS/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	13/12/12	9.762,40	13/12/12	390,47	13/12/12	136,25			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	09/01/12	4.820,33	09/01/13	192,81	09/01/13	137,50			
MARÇO	F	fevereiro/2013	08/02/13	4.894,66	08/02/13	195,79	08/02/13	138,25			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	14/03/13	4.714,37		327,32					
MAIO	F	abril/2013	12/04/13	4.936,71		336,98					
JUNHO	F	maio/2013	13/05/13	4.949,59		337,36					
JULHO	F	junho/2013	13/06/13	4.965,43		337,36					

ADUFOP - 1274-2 - OURO PRETO/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	17/01/13	7.737,48	17/01/13	309,50	17/01/13	141,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	25/02/13	7.874,98	25/02/13	315,00	22/02/13	143,25			
MARÇO	F	fevereiro/2013	22/03/13	7.424,02	22/03/13	304,34	22/03/13	296,96			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	22/04/13	7.939,64	635,17						
MAIO	F	abril/2013	22/05/13	8.016,30	641,30						
JUNHO	F	maio/2013	24/06/13	7.985,92	638,87						

ADUFU - 1266-1 - UBERLÂNDIA/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	10/01/13	18.551,81	10/01/13	742,07	10/01/13	314,25			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	08/02/13	18.460,13	08/02/13	738,41	08/02/13	313,50			
MARÇO	F	fevereiro/2013	08/03/13	18.456,23	08/03/13	738,25	08/03/13	313,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	10/04/13	18.399,56	1.471,96						
MAIO	F	abril/2013	10/05/13	18.417,23	1.473,38						
JUNHO	F	maio/2013	10/06/13	18.391,39	1.471,31						

ADUNIFAL - 1280-7 - ALFENAS/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	07/01/13	249,00	07/01/13	8,80	07/01/13	28,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	14/02/13	249,00	14/02/13	8,80	14/02/13	28,00			
MARÇO	F	fevereiro/2013	12/03/13	249,00	12/03/13	8,80	11/03/13	28,00			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	02/04/13	249,00		36,80					
MAIO	F	abril/2013	09/05/13	249,00		36,80					
JUNHO	F	maio/2013	06/06/13	249,00		36,80					

ADUNIFEI - 1273-4 - ITAJUBÁ/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	20/02/13	216,45	20/02/13	232,84	20/02/13	121,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUNIMONTES - 1277-7 - MONTES CLAROS/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	18/01/13	1.489,79							
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	25/02/13	1.489,79							
MARÇO	E	fevereiro/2013	20/03/13	1.489,79							
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	19/04/13	1.568,18							
MAIO	E	abril/2013	28/05/13	1.568,18							
JUNHO	E	maio/2013	28/06/13	1.568,18							

APES-JF - 1270-X - JUIZ DE FORA/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	17/01/13	13.099,78	17/01/13	523,99	17/01/13	273,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	21/02/13	12.994,11	21/02/13	519,38	21/02/13	260,00			
MARÇO	F	fevereiro/2013	19/03/13	13.206,83	19/03/13	528,27	19/03/13	152,36			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	09/04/13	14.058,49		1.097,43					
MAIO	F	abril/2013	15/05/13	13.559,24		1.057,48					
JUNHO	F	maio/2013	20/06/13	13.614,79		1.061,93					

ASPUV - 1271-8 - VIÇOSA/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	14/01/13	18.867,61	14/01/13	754,70	10/01/13	252,75			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	21/02/13	18.908,83	21/02/13	756,35	21/02/13	252,25			
MARÇO	F	fevereiro/2013	19/03/13	18.898,52	19/03/13	755,94	19/03/13	252,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	16/04/13	18.898,52	1.511,88						
MAIO	F	abril/2013	24/05/13	18.848,30	1.507,86						
JUNHO	F	maio/2013									

SINDCEFET-MG - 1269-6 - BELO HORIZONTE/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	04/12/12	4.552,42	04/12/12	182,10	04/12/12	124,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	03/01/13	4.581,05	03/01/13	183,24	03/01/13	124,50			
MARÇO	F	fevereiro/2013	26/02/13	4.548,10	26/02/13	181,92	26/02/13	123,75			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	12/03/13	4.556,45	306,26						
MAIO	F	abril/2013	02/04/13	4.568,21	365,46						
JUNHO	F	maio/2013	06/05/13	4.587,72	367,02						
JULHO	F	junho/2013	05/06/13	4.574,69	366,06						

SINDCEFET-OP - 1349-8 - OURO PRETO/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUFVJM - 1350-1 - DIAMANTINA/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	22/01/13	687,01	22/01/13	20,55	22/01/13	17,25	25/02/13		174,00
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	25/02/13	514,84	25/02/13	20,59	25/02/13	55,50	02/04/13		174,00
MARÇO	F	fevereiro/2013	02/04/13	514,84	25/02/13	20,59	25/02/13	55,50	19/04/13		174,00
					FUNDO ÚNICO				29/05/13		174,00
ABRIL	F	março/2013	19/04/13	628,20		50,25					
MAIO	F	abril/2013	29/05/13	628,20		50,25					
JUNHO	F	maio/2013									

SINDUNIT - 1279-3 - UBERLÂNDIA/MG											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2012									
FEVEREIRO	P	janeiro/2013									
MARÇO	P	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	P	março/2013									
MAIO	P	abril/2013									
JUNHO	P	maio/2013									

PLANALTO

ADCAC - 1286-6 - CATALÃO/GO											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	05/12/12	688,38	05/12/12	27,53	05/12/12	13,50			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	03/04/13	688,39	20/02/13	27,53	20/02/13	13,50			
MARÇO	F	fevereiro/2013			20/02/13	27,00	20/12/13	55,06			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	28/05/13	978,36		68,84					
MAIO	F	abril/2013	28/05/13	978,36		156,53					
JUNHO	F	maio/2013									

ADCAJ - 1287-4 - JATAÍ/GO											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	18/01/13	84,00	18/01/13	3,63	18/01/13	3,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	19/02/13	177,13	19/02/13	7,08	19/02/13	3,00			
MARÇO	F	fevereiro/2013	20/02/13	288,82	15/03/13	11,56	15/03/13	5,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	30/04/13	280,47		16,72					
MAIO	F	abril/2013	21/05/13	331,49		19,26					
JUNHO	F	maio/2013	26/06/13	342,09		19,68					

ADUEG - - GOIÂNIA/GO											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013									
JUNHO	E	maio/2013									

ADUNB - 1281-5 - BRASÍLIA/DF											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	09/01/13	16.200,20	09/01/13	648,00	09/01/13	520,50			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	08/02/13	16.200,20	08/02/13	648,00	08/02/13	520,50			
MARÇO	F	fevereiro/2013	14/03/13	16.200,20	14/03/13	648,00	14/03/13	520,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	15/04/13	16.200,20	1.259,99						
MAIO	F	abril/2013	13/05/13	16.200,20	1.259,99						
JUNHO	F	maio/2013	12/06/13	16.200,20							

ADUCB - BRASÍLIA/DF											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2012									
FEVEREIRO	P	janeiro/2013									
MARÇO	P	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	P	março/2013									
MAIO	P	abril/2013									
JUNHO	P	maio/2013									

APUG - 1345-5 - GURUPI-TO											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	M	dezembro/2012	09/04/13	2.186,48	09/04/13	87,46	09/04/13	56,25			
FEVEREIRO	M	janeiro/2013	09/04/13	2.157,61	09/04/13	103,00	09/04/13	69,61			
MARÇO	M	fevereiro/2013	08/05/13	2.122,29	08/05/13	84,89	08/05/13	53,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	M	março/2013	08/05/13	2.126,40		170,11					
MAIO	M	abril/2013	06/06/13	2.122,35		138,39					
JUNHO	M	maio/2013	06/06/13	2.164,38		138,64					

SESDUEG - - ANÁPOLIS/GO											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013									
JUNHO	E	maio/2013									

SESDUFT - 1352-8 - PALMAS/TO											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012		ACORDO		ACORDO		ACORDO	10/05/13	1/7	2.373,53
FEVEREIRO	F	janeiro/2013		ACORDO		ACORDO		ACORDO			
MARÇO	F	fevereiro/2013		ACORDO		ACORDO		ACORDO			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	14/05/13	2.147,00		84,00					
MAIO	F	abril/2013	10/06/13	2.373,53		84,00					
JUNHO	F	maio/2013	11/06/13	2.147,00							

SINDCEFET-GO - 1284-X - GOIÂNIA/GO											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

PANTANAL

ADUFMAT - 1288-2 - CUIABÁ/MT											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	27/02/13	25.072,60	27/02/13	875,16	27/02/13	1.444,32			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUFMS - 1289-0 - CAMPO GRANDE/MS											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUNEMAT - 1290-4 - CÁCERES/MT											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	31/01/13	3.467,33	31/01/13	138,69	31/01/13	64,50	30/11/12	82/100	300,00
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	01/03/13	3.276,50	01/03/13	131,06	01/03/13	54,50	28/12/12	83/100	300,00
MARÇO	E	fevereiro/2013	28/03/13	2.607,14	28/03/13	104,29	28/03/13	64,50	31/01/13	84/100	300,00
					FUNDO ÚNICO				01/03/13	85/100	300,00
ABRIL	E	março/2013	02/05/13	3.143,97		184,01			28/03/13	86/100	300,00
MAIO	E	abril/2013	29/05/13	3.019,25		192,52			29/05/13	87/100	300,00
JUNHO	E	maio/2013	28/06/13	4.040,83		233,63			28/06/13	88/100	300,00

ADUFMAT-ROO - 1291-2 - RONDONÓPOLIS/MT											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUEMS - 1292-0 - DOURADOS/MS											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	21/02/13	1.400,00	06/03/13	56,00	06/03/13	82,25			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	06/03/13	1.400,00	21/03/13	56,00	21/03/13	82,25			
MARÇO	E	fevereiro/2013	21/03/13	1.400,00							
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	24/04/13	1.400,00	138,25						
MAIO	E	abril/2013	23/05/13	1.400,00	138,25						
JUNHO	E	maio/2013	26/06/13	1.400,00	138,25						

ADUFDOURADOS - 1293-9 - DOURADOS/MS											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	14/02/13	600,00	14/02/13	24,00	14/02/13	39,75	14/02/13	18/60	229,57
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	25/02/13	600,00	25/02/13	24,00	22/02/13	39,75	25/02/13	19/60	229,57
MARÇO	F	fevereiro/2013	21/03/13	600,00	21/03/13	24,00	21/03/13	39,75		20/60	229,57
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	29/05/13	600,00	127,50						
MAIO	F	abril/2013	29/05/13	600,00							
JUNHO	F	maio/2013									

ADLESTE - 1377-3 - TRÊS LAGOAS/MS											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	28/02/13	757,20	28/02/13	37,86	28/02/13	7,50			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013	26/06/13	992,00		79,36					

RIO DE JANEIRO

ASDUERJ - 1294-7 - RJ											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	30/01/13	13.230,04	30/01/13	529,20	30/01/13	331,50	12/04/13	1/70	1.007,18
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	06/03/13	14.234,31	06/03/13	529,37	06/03/13	331,50			
MARÇO	E	fevereiro/2013	14/03/13	13.230,04	12/04/13	533,30		331,94			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	12/04/13	13.299,64		1.007,18					
MAIO	E	abril/2013	21/05/13	13.426,43		1.342,64					
JUNHO	E	maio/2013									

ADUFRJ - 1295-5 - RJ											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	08/01/12	130.917,21	08/01/13	2.100,00	08/01/13	1.827,52			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	06/02/13	65.530,49	06/02/13	1.742,41	06/02/13	1.050,00			
MARÇO	F	fevereiro/2013	06/03/13	65.430,82	06/03/13	1.962,92	06/03/13	824,75			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	05/04/13	73.632,58	4.417,96						
MAIO	F	abril/2013	07/05/13	73.674,88	4.420,49						
JUNHO	F	maio/2013	07/06/13	73.659,49	4.419,57						

ADUNI-RIO - 1296-3 - RJ											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	04/01/13	5.010,44	04/01/13	200,41	04/01/13	181,25			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	14/02/13	5.031,01	14/02/13	201,24	14/02/13	181,25			
MARÇO	F	fevereiro/2013	12/03/13	5.025,20	12/03/13	201,00	11/03/13	181,00			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	10/04/13	5.952,12	476,16						
MAIO	F	abril/2013	13/05/13	5.966,37	477,31						
JUNHO	F	maio/2013	11/06/13	5.958,26	476,66						

ADCEFET-RJ - 1297-1 - RJ											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUFF - 1298-X - NITERÓI/RJ											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	28/01/13	44.062,28	28/01/13	1.762,49	25/01/13	626,50			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	28/02/13	43.919,54	26/02/13	1.756,78	28/02/13	627,25			
MARÇO	F	fevereiro/2013	22/03/13	43.935,61	22/03/13	1.757,42	22/03/13	626,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	22/03/13	43.919,54		3.905,94					
MAIO	F	abril/2013	29/05/13	48.824,23		4.082,71					
JUNHO	F	maio/2013	06/06/13	51.033,84		4.082,71					

ADUR-RJ - 1299-8 - SEROPÉDICA/RJ											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	07/01/13	12.430,49	07/01/13	497,22	07/01/13	205,75			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	05/02/13	12.430,49	05/02/13	497,22	05/02/13	205,75			
MARÇO	F	fevereiro/2013	06/03/13	12.430,49	06/03/13	497,22	06/03/13	205,75			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	09/04/13	13.314,68		1.065,17					
MAIO	F	abril/2013	14/06/13	13.371,34		1.069,71					
JUNHO	F	maio/2013									

SESDUENF - 1356-0 – RIO DE JANEIRO - RJ											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	25/01/13	1.134,00	04/02/13	45,36	04/02/13	47,25			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	04/03/13	1.134,00	04/03/13	45,36	04/03/13	47,25			
MARÇO	E	fevereiro/2013	22/03/13	1.134,00	22/03/13	45,36	22/03/13	47,25			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	24/04/13	1.134,00		90,72					
MAIO	E	abril/2013	17/05/13	1.134,00		90,72					
JUNHO	E	maio/2013	17/06/13	1.134,00		90,72					

ADUEZO – CAMPO GRANDE - RJ											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013									
JUNHO	E	maio/2013									

SÃO PAULO

ADAF - 1306-4 - PIRASSUNUNGA/SP											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADFATEC - 1309-9 - SÃO PAULO/SP											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013									
JUNHO	E	maio/2013									

ADFAMEMA - 1308-0 - MARÍLIA/SP											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	18/01/13	1.261,78	18/01/13	50,47					
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	20/02/13	1.261,78	20/02/13	50,47					
MARÇO	E	fevereiro/2013	18/03/13	1.261,78	18/03/13	50,47					
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	22/04/13	1.261,78		100,94					
MAIO	E	abril/2013	16/05/13	1.261,78		100,94					
JUNHO	E	maio/2013	18/06/13	1.256,46		100,51					

ADUFSCAR - 1300-5 - SÃO CARLOS/SP											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

ADUNESP - 1305-6 - SÃO PAULO/SP											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	15/01/13	10.387,62	14/12/2012	384,39	14/12/12	254,00			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	18/02/13	10.347,69	15/01/2013	415,50	15/01/13	284,00			
MARÇO	E	fevereiro/2013	19/03/13	10.329,56	18/02/2013	413,91	18/02/13	281,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	12/04/13	10.397,14		831,77					
MAIO	E	abril/2013	13/05/13	10.343,20		827,46					
JUNHO	E	maio/2013	14/06/13	10.288,31		823,65					

ADUNICAMP - 1302-1 - CAMPINAS/SP											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	15/01/13	28.812,01	15/01/13	1.152,48	15/01/13	530,50			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	15/02/13	28.883,47	15/02/13	1.155,34	15/02/13	531,50			
MARÇO	E	fevereiro/2013	15/03/13	29.159,84	15/03/13	1.166,39	15/03/13	529,75			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	15/04/13	29.287,64		1.701,25					
MAIO	E	abril/2013	15/05/13	29.358,55		1.705,09					
JUNHO	E	maio/2013	14/06/13	30.921,54		1.769,11					

ADUNIFESP - 1304-8 - SÃO PAULO/SP											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	17/01/13	4.165,15	17/01/13	166,60	17/01/13	162,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	15/02/13	4.161,84	15/02/13	166,47	15/02/13	162,00			
MARÇO	F	fevereiro/2013	15/03/13	4.253,50	15/03/13	170,14	15/03/13	165,00			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	15/04/13	4.344,62		347,59					
MAIO	F	abril/2013	16/05/13	4.317,26		345,38					
JUNHO	F	maio/2013									

ADUNIMEP - 1301-3 - PIRACICABA/SP											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2012	29/01/13	1.434,80	19/01/13	143,48					
FEVEREIRO	P	janeiro/2013									
MARÇO	P	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	P	março/2013									
MAIO	P	abril/2013									
JUNHO	P	maio/2013									

ADUSP - 1303-X - SÃO PAULO/SP											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	08/01/13	62.927,48	08/01/13	2.517,09	08/01/13	701,50			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	07/02/13	51.975,53	07/02/13	2.079,02	07/02/13	706,25			
MARÇO	E	fevereiro/2013	07/03/13	52.174,13	07/03/13	2.086,96	07/03/13	707,75			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	05/04/13	52.659,53		4.212,76					
MAIO	E	abril/2013	09/05/13	52.882,84		4.230,62					
JUNHO	E	maio/2013	07/06/13	52.909,82		4.232,78					

ADEEP- PIRACICABA/SP											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	M	dezembro/2012									
FEVEREIRO	M	janeiro/2013									
MARÇO	M	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	M	março/2013									
MAIO	M	abril/2013									
JUNHO	M	maio/2013									

SUL

ADUNICENTRO - 1353-6 - GUARAPUAVA/PR											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	15/02/13	328,40		ACORDO		ACORDO	12/04/13	1/10	344,82
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	21/02/13	328,40		ACORDO		ACORDO	07/05/13	2/10	344,82
MARÇO	E	fevereiro/2013	01/03/13	328,40		ACORDO		ACORDO	13/06/13	3/10	344,82
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	12/04/13	440,00							
MAIO	E	abril/2013	07/05/13	440,00							
JUNHO	E	maio/2013	13/06/13	440,00							

ADUNIOESTE - 1317-X - CASCAVEL/PR											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013	15/03/13	13.418,40*							
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	03/04/13	1.301,06		205,00					
MAIO	E	abril/2013	02/05/13	612,00**		128,16**					
JUNHO	E	maio/2013	04/06/13	1.602,00		256,32					
Observações: *1 - Referente a quitação do acordo anterior de jan a dez/11 e jan e fev/12 **2 - Desconto na mensalidade em função do repasse feito a maior no acordo											

APRUDESC - 1319-6 - FLORIANÓPOLIS/SC											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013									
JUNHO	E	maio/2013									

APUFPR - 1311-0 - CURITIBA/PR											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	10/01/13	39.824,50	10/01/13	1.592,98	10/01/13	721,25			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	07/02/13	40.158,40	07/02/13	1.606,34	07/02/13	724,75			
MARÇO	F	fevereiro/2013	01/03/13	40.241,72	01/03/13	1.609,67	01/03/13	724,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	03/04/13	40.246,99		3.219,76					
MAIO	F	abril/2013	06/05/13	45.775,83		3.662,07					
JUNHO	F	maio/2013	06/06/13	46.213,36		3.697,07					

SINDUEPG - 1316-1 – PONTA GROSSA/PR											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012									
FEVEREIRO	E	janeiro/2013									
MARÇO	E	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013									
MAIO	E	abril/2013	05/06/13	2.368,14		189,45					
JUNHO	E	maio/2013	05/06/13	2.368,14		189,45					

SINDUTF-PR - 1312-9 - CURITIBA/PR											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012		acordo		acordo		acordo	28/02/13	1/10	11.670,61
FEVEREIRO	F	janeiro/2013		acordo		acordo		acordo	23/04/13	2/10	11.670,61
MARÇO	F	fevereiro/2013							09/05/13	3/10	11.670,61
					FUNDO ÚNICO				22/05/13	4/10	11.670,16
ABRIL	F	março/2013							12/06/13	5/10	11.670,61
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013	25/06/13	17.378,80							

S. Sind. UFSC - 1384 - FLORIANÓPOLIS/SC											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	29/01/13	2.833,20	29/01/13	113,33	29/01/13	50,75	21/05/13	1/20	1.054,02
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	05/02/13	1.895,45	05/02/13	75,82	05/02/13	50,75	12/06/13	2/20	1.040,42
MARÇO	F	fevereiro/2013	19/03/13	1.904,45	19/03/13	92,36	19/03/13	60,00			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	18/04/13	1.905,89		152,47					
MAIO	F	abril/2013	09/05/13	2.108,83		168,64					
JUNHO	F	maio/2013	12/06/13	2.080,85		166,47					

SESDUEM - 1376 - MARINGÁ/PR											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	15/02/13	3.047,75	15/02/13	121,91	15/02/13	94,25			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	15/02/13	3.044,43	15/02/13	121,78	15/02/13	93,75			
MARÇO	E	fevereiro/2013	19/04/13	3.044,69	19/04/13	243,57					
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	E	março/2013	19/04/13	3.054,42		244,35					
MAIO	E	abril/2013	10/05/13	3.045,86		243,67					
JUNHO	E	maio/2013	17/05/13	3.050,04		244,00					
JULHO	E	junho/2013	17/06/13	3.050,04		244,00					

SINDUFFS – CHAPECÓ/SC											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO		dezembro/2012									
FEVEREIRO		janeiro/2013									
MARÇO		fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL		março/2013									
MAIO		abril/2013									
JUNHO		maio/2013									

RIO GRANDE DO SUL

Seção Sindical na UFRGS - PORTO ALEGRE/RS											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	04/01/13	279,44	04/01/13	11,18	04/01/13	11,25			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	07/02/13	276,62	07/02/13	13,15	07/02/13	12,10			
MARÇO	F	fevereiro/2013	08/03/13	252,86	08/03/13	8,80	08/03/13	7,10			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	08/04/13	265,65		23,13					
MAIO	F	abril/2013	16/05/13	311,55		24,92					
JUNHO	F	maio/2013	18/06/13	372,35		25,98					

APROFURG - 1320-X - RIO GRANDE/RS											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	08/01/13	12.429,74	08/01/13	497,18	8/1/13	199,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	06/02/13	12.414,09	06/02/13	496,56	6/2/13	199,50			
MARÇO	F	fevereiro/2013	07/03/13	12.368,72	07/03/13	494,74	7/3/13	197,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	04/04/13	12.368,72		987,02					
MAIO	F	abril/2013	07/05/13	12.361,51		988,92					
JUNHO	F	maio/2013	04/06/13	14.178,39		1.134,72					

ADUFPEL - 1321-8 - PELOTAS/RS											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	10/01/13	17.255,87	10/01/13	687,09	10/01/13	313,75			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	05/02/13	17.118,41	05/02/13	681,59	05/02/13	314,25			
MARÇO	F	fevereiro/2013	08/03/13	17.439,41	08/03/13	694,42	08/03/13	315,50			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	05/04/13	20.135,75		1.610,86					
MAIO	F	abril/2013	07/05/13	19.745,38		1.579,63					
JUNHO	F	maio/2013	05/06/13	20.316,90		1.625,35					

SEDUFMS - 1322-6 - SANTA MARIA/RS											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	30/01/13	18.755,30	30/01/13	727,70	30/01/13	322,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	28/02/13	19.029,79	28/02/13	738,35	28/02/13	321,00			
MARÇO	F	fevereiro/2013	28/03/13	18.611,40	28/03/13	728,00	28/03/13	314,86			
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013	30/04/13	19.359,78		1.548,78					
MAIO	F	abril/2013	03/06/13	21.141,37		1.691,31					
JUNHO	F	maio/2013	28/06/13	21.053,24		1.684,25					

SESUNIPAMPA - - BAGÉ/RS											
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		F. SOLIDARIEDADE		FNM		ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012									
FEVEREIRO	F	janeiro/2013									
MARÇO	F	fevereiro/2013									
					FUNDO ÚNICO						
ABRIL	F	março/2013									
MAIO	F	abril/2013									
JUNHO	F	maio/2013									

Anexo ao Texto 29

**Seções Sindicais com ACORDOS Vigentes
Posicionamento até o mês de MAIO/13**

REGIONAIS	S. SINDICAL	PARCELAMENTO	SALDO DEVEDOR
Norte1	ADUNIR	1) Foi feito um novo acordo no 30º Congresso, sobre os débitos pendentes de 1997 a 2010, totalizando R\$ 34.641,39 que será dividido em 36 parcelas, de R\$ 962,26. Está na 13/36 2) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 31º Congresso, no valor de R\$ 6.134,84.	R\$ 21.241,75 e R\$ 6.134,34
	SIND-UEA	1) Pendente Rateio do 31º Congresso, no valor de R\$ 13.093,64.	R\$ 13.093,64
	ADUFAC	1) No 32º Congresso foi feito um acordo referente ao débito do FNG, no valor de R\$ 2.268,00 dividido em 3 parcelas de R\$ 756,00. Está na 2/3.	R\$ 756,00
	SESDUF-RR	1) Foi feito um acordo referente ao Rateio do 31º Congresso no valor de R\$ 6.608,40, dividido em 10 parcelas de R\$ 660,84. Está na 8/10. 2) Foi parcelado o valor em aberto referente a 2 meses de 2012, do Repasse Mensal e do Fundo de Solidariedade e Mobilização, no valor de R\$ 7.866,66, parcelado em 10 vezes de R\$ 786,67.	R\$ 1.321,68 e R\$ 7.866,66
Norte 2	ADUFRA	1) Foi feito um acordo referente ao Repasse Mensal, Fundo de Solidariedade, Mobilização e Fundo de Greve, em aberto 5 meses de 2012 e janeiro de 2013, no valor total de R\$ 8.249,38, parcelado em 6 vezes de R\$ 1.374,89. Está na 4/6.	R\$ 2.749,82
NE1	ADUNIFOR	1) No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a 3 meses de mensalidades pendentes de 2009, no valor de R\$ 2.134,67, mensalidades de março a dez/10, no valor de R\$ 18.981,40 e mensalidades de jan a dez/11, no valor de R\$ 22.77,68, totalizando R\$ 43.893,75, dividido em 36 parcelas de R\$ 1.219,27.	R\$ 43.893,75
	SINDCEFET-PI	1) No 57º CONAD, foi feito um acordo referente aos valores pendentes de mensalidades e fundos de mai a dez/10, jan a dez/11 e jan a mai/12, no valor total de R\$ 4.340,22, que foi dividido em 10 parcelas de R\$ 434,02.	R\$ 4.340,22

NE2	ADUFPB	<p>1) No 32º Congresso foi feito um novo acordo, somando os acordos anteriores e o débito dos repasses e fundos de mai a dez/12, totalizando R\$ 423.532,08, parcelado em 60 vezes de R\$ 7.058,87. Está na 1/60.</p> <p>2) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso, no valor de R\$ 5.760,00 em 5 vezes de R\$ 1.152,00, a partir de maio/13.</p>	R\$ 416.473,21 e 5.760,00	Pendentes
	ADUFEPE	<p>1) Foi feito um acordo referente às mensalidades pendentes do período de ago a dez/12 no valor de R\$ 138.920,25, dividido em 15 parcelas de R\$ 9.261,35. Está 5/15</p>	R\$ 92.613,50	OK
	ADUFERSA	<p>1) No 32º Congresso foi feito um acordo referente ao Fundo de Solidariedade de 2006 a jan/13 no valor de R\$ 3.243,97, parcelado em 12 vezes de R\$ 270,33. Está na 4/12.</p> <p>2) No 32º Congresso foi feito um acordo referente ao Fundo Nacional de Mobilização no valor de R\$ 2.538,25, parcelado em 12 vezes de R\$ 211,52. Está na 4/12.</p>	R\$ 2.162,65 e R\$ 1.692,17	OK
	ADESA-PE	<p>1) Parcelamento de débitos do período de março/06 a dez/09 no valor de R\$ 7.441,91 incluindo os fundos, dividido em 43 parcelas de R\$ 173, 07, sendo a primeira em fevereiro/10. Está na 36/43</p>	R\$ 1.211,39	Pendente
	ADUPE	<p>1) No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a mensalidades e fundos pendentes de 2009 a 2011, no valor de R\$ 102.167,00, dividido em 100 parcelas de R\$ 1.021,67.</p>	R\$ 102.167,00	Pendente
	ADUFCG-PATOS	<p>1) Foi realizado um novo acordo de parcelamento da dívida, referente aos meses de mai a out/12 e o restante do acordo anterior no valor de R\$ 3.982,80, totalizando R\$ 9.293,22, dividido em 12 parcelas de R\$ 774,43. Está 2/12</p>	R\$ 7.744,36	Pendente
	SINDUNIVASF	<p>1) Foi feito um novo acordo referente ao Repasse Mensal, Fundo de Solidariedade e Mobilização de jan a dez/12 e jan e fev/13, mais 5 parcelas restante do acordo anterior e 4 meses do FNG, totalizando R\$ 12.200,44, parcelado em 42 vezes de R\$ 290,49.</p>	R\$ 12.200,44	Pendente

	ADUEPB	1) Foi feito um acordo no 30º Congresso, sobre o parcelamento da dívida do período de jan a dez/07, jan a dez/08, jan a dez/09 e jan a dez/10, totalizando R\$ 247.121,52, dividido em 100 parcelas de R\$ 2.417,21. 2) Pendente o Rateio do 30º Congresso, no valor de R\$ 65,56.	R\$ 247.121,52	Pendentes
NE3	ADUCSAL	1) 30 parcelas de R\$ 419,11 ref. débitos do mês de dezembro de 2007 e dos meses de janeiro a agosto de 2008 - incluindo fundos 2/30 (Pagou a 2ª parcela em 23/4/09). Último pagamento dia 23/4/09.	R\$ 11.316,11	Pendente
	ADUSB	1) Pendente o Rateio do 57º CONAD no valor de R\$ 1.473,18. 2) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso, no valor de R\$ 4.100,96 em 4 parcelas de R\$ 1.025,24.	R\$ 1.473,18 e R\$ 4.100,96	Pendentes
	ADUFS-BA	1) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso no valor de R\$ 3.888,63 em 4 parcelas de R\$ 972,15. Está na 1/4.	R\$ 2.916,48	Pendente
	ADUSC	1) No 31º Congresso, foi feito um novo acordo, referente às mensalidades pendentes no valor de R\$ 9.370,70, um acordo anterior no valor de R\$ 1.791,15 e fundos pendentes no valor de R\$ 1.529,10, totalizando R\$ 12.686,95, dividido em 24 parcelas de R\$ 528,95. Está na 15/24. 2) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso no valor de R\$ 2.541,34, em 2 parcelas de R\$ 1.270,67. Está na 1/2.	R\$ 4.752,70 e R\$ 1.270,67	OK e Pendente
	ADUFS-SE	1) Parcelamento referente ao repasse mensal, Fundo de Solidariedade e Mobilização, que constam 6 meses em aberto no valor de R\$ 46.450,68 e foi parcelado em 6 vezes de R\$ 7.741,78. Está na 2/6	R\$ 32.038,52	OK
	ADUFAL	1) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso no valor de 3.736,42 em 4 parcelas de R\$ 934,11. Está na 2/4.	R\$ 1.868,22	OK
	ADUNIMONTES	1) 100 parcelas de R\$ 232,64, totalizando R\$ 23.264,00 (Está na 7ª parcela); 2) R\$ 170,01 ref. Rateio III CONGRESSO Extraordinário.	R\$ 21.900,80 e R\$ <u>170,01</u> R\$ 22.070,81	Pendentes
LESTE	SINDFAFEID	1) Comprometeu-se a pagar o valor de R\$ 1.780,54 referente ao Rateio do 32º Congresso em 10 vezes de R\$ 178,00. Está na 3/10	R\$ 1.246,54	OK

	SINDCEFET-MG	1) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso no valor de R\$ 4.590,09 em 4 parcelas de R\$ 1.147,52. Está na 2/4	R\$ 2.295,05	OK
	ADUFU	1) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso, no valor de R\$ 8.239,23, em 3 parcelas de R\$ 2.746,44. Está na 2/3	R\$ 2.746,44	OK
PLANALTO	SESDUFT	1)Referente ao parcelamento da dívida de ago a dez/12 e jan e fev/13 do repasse e dos FS, FNM e do Rateio do 57º CONAD no valor de R\$ 535,69, totalizando R\$ 16.614,69, parcelado em 7 vezes de R\$ 2.373,53. Está na 1/7.	R\$ 14.241,16	OK
PANTANAL	ADUNEMAT	1) 100 parcelas de R\$ 300,00. Está na 87/100.	R\$ 3.900,00	OK
	ADLESTE	1) No 57º CONAD, foi feito um novo acordo referente aos valores pendentes, do 30º Congresso e do 56º CONAD, totalizando R\$ 5.298,61, dividido em 15 parcelas de R\$ 353,24. Foram pagas 4 parcelas (compensado da devolução de passagens, referente a cota de Rateio) Está na 6/15.	R\$ 3.179,17	Pendente
	ADUEMS	1) Comprometeu-se a pagar o valor de R\$ 2.942,17, referente ao Rateio do 32º Congresso.	R\$ 2.942,17	Pendente
	ADUFDOURADOS	1) No 56º CONAD foi feito um novo acordo somando a dívida anterior de R\$ 10.391,63, de mensalidades pendentes, com a nova dívida de R\$ 3.382,50, no total de R\$ 13.774,13, dividida em 60 parcelas de R\$ 229,57. Está na 17/60. 2) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso no valor de R\$ 1.984,62 em 4 parcelas de R\$ 496,15. Está na 2/4.	R\$ 9.871,44 e R\$ 992,32	Pendente e OK
RJ	SESDUENF	1) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso no valor de R\$ 3.166,28 em 10 parcelas de R\$ 316,62. Está na 1/10.	R\$ 2.849,66	OK
	ADCEFET-RJ	1) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso no valor de R\$ 7.234,20, em 5 parcelas de R\$ 1.446,84	R\$ 7.234,20	Pendente
	ASDUERJ	1) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso no valor de R\$ 12.886,15 em 4 parcelas de R\$ 3.221,53. Está na 2/4 2) Parcelamento do valor em aberto de 5 meses do Repasse Mensal, Fundo de Solidariedade e Mobilização, no valor total de R\$ 70.502,65, dividido em 70 vezes de R\$ 1.007,18. Está na 2/70	R\$ 6.443,09 e R\$ 68.488,29	OK

SP	ADUNIMEP	<p>1) No 56° CONAD, foi feito um novo acordo, sobre a pendência de empréstimo de R\$ 6.000,00, mais o restante do acordo anterior de R\$ 1.500,00 de mensalidades pendentes, no valor total de R\$ 7.500,00, dividido em 10 parcelas de R\$ R\$ 750,00.</p> <p>2) Parcelamento do Rateio do 56° CONAD no valor total de R\$ 1.191,49, dividido em 3 parcelas de R\$ 397,17.</p>	R\$ 7.500,00 e R\$ 1.191,49	Pendente
	ADUNICAMP	<p>1) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 32° Congresso no valor de R\$ 10.206,18, em 3 parcelas de R\$ 3.402,06. Está na 2/3.</p>	R\$ 3.402,06	OK
SUL	SINDUEPG	<p>1) A pedido da SINDUEPG foi suspenso o repasse para o ANDES-SN, até a data do 32° Congresso, onde foi calculado o valor, para um acordo e parcelamento.</p> <p>2) No 32° Congresso, foi feito um acordo referente aos meses em atraso das mensalidades e fundos de jul a dez/12, no valor de R\$ 12,368,02, parcelado em 10 vezes de R\$ 1.236,82.</p> <p>3) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32° Congresso o valor de R\$ 1.543,25, em 2 parcelas de R\$ 771,62</p>	R\$ 12.368,22	Pendente
	ADUNICENTRO	<p>1) Comprometeu-se a pagar o valor em aberto referente a out a dez/12 e jan e fev/13 e 3 parcelas restantes do acordo anterior no valor de R\$ 985,20, totalizando R\$ 3.448,20, que será parcelado em 10 vezes de R\$ 344,82. Está na 2/10.</p> <p>2) Comprometeu-se a pagar o valor de R\$ 1.357,44 referente ao Rateio do 32° Congresso.</p>	R\$ 2.758,56 e R\$ 1.357,44	OK e Pendente
	SINDUTF-PR	<p>1) Comprometeu-se a pagar a cota do Rateio do 32° Congresso, no valor de R\$ 5.858,86 em 5 parcelas de R\$ 1.171,77. Está na 3/5</p> <p>2) O parcelamento da dívida do FNG, Fundos e Contribuições Mensais de jul a set/12, no valor de R\$ 116.670,61, dividido em 10 parcelas de R\$ 11.670,61. Está 5/10.</p>	R\$ 3.515,32 e R\$ 58.352,60	OK
	S. Sind. UFSC	<p>No 56° CONAD, foi feito um novo acordo comprometendo-se a pagar o valor do empréstimo de R\$ 19.000,00, mais o valor de R\$ 2.870,78, totalizando R\$ 21.870,78, dividido em 20 parcelas de R\$ 1.093,53. Está 1/20</p>	R\$ 20.816,76	OK

TEXTOS APRESENTADOS

NA

PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

TEXTO 30

Contribuição da assembleia da ADUFF-SSIND

TEMA I – Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 32º Congresso

PRIMAVERA EM JUNHO: O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA ESTÁ AQUÉM DA GRANDIOSIDADE DAS MANIFESTAÇÕES.

Após o Congresso Nacional do ANDES-SN, vimo-nos diante do desafio de intensificar o trabalho de base via Campanha Nacional de Sindicalização, (re)articulação dos Grupos de Trabalho nas bases, fortalecimento da CSP-Conlutas, nossa central sindical, e a construção de uma Jornada de Lutas. Convocada para maio, esta tinha como objetivo retomar o clima de mobilização instaurado durante a greve. Entretanto, as pautas sobre condições de trabalho e carreira docente não foram totalmente incorporadas pela base, o que não reverberou em mobilizações significativas. Em algumas seções sindicais, a pauta local e a luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) ganharam destaque, adensando as mobilizações, mas também não repercutiram em grandes movimentações docentes.

Vale ressaltar que o debate sobre condições de trabalho é uma demanda da própria categoria e, em nossa avaliação, um dos principais propulsores da adesão à greve de 2012. Não conseguir agregar essa pauta ao saldo de mobilização evidencia um momento de ressaca (ou refluxo) na categoria. Em parte, atribuímos esse refluxo ao perfil médio dos novos professores, que de forma entusiástica aderiram à greve, mas que se mostraram decepcionados com a perda de nossa pauta de reivindicações naquele momento da luta.

É importante destacar ainda que a maioria desses docentes não possuía uma trajetória de organização e grande parte ainda se encontra em estágio probatório, sofrendo diferentes tipos de assédio moral – o que dificulta sua adesão às mobilizações cotidianas e à organização sindical fora do período grevista.

MP 614

Antes mesmo de nossa Jornada de Lutas do setor das Federais, fomos surpreendidos no início do mês de maio com a MP 614, que institui mudanças no recém-aprovado plano de carreiras do magistério superior, imposto pelo governo federal aos professores. Se, por um lado, a medida, fruto da pressão elitista de parte da comunidade acadêmica, dos órgãos de fomento e da necessidade de regulamentar pontos confusos e controversos da Lei 12.772, deixa ainda mais confusa a classificação dos professores (determinadas agora por letras), por outro amplia as possibilidades de concessão de bolsas. Em um claro esforço de evitar interpretações controversas proporcionadas pela pouca clareza e objetividade com que a lei da carreira trata pontos de fundamental interesse da categoria e das instituições, o governo federal, mais uma vez de forma unilateral, modifica a carreira docente.

EBSERH

Também neste período, a luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) foi intensificada em todo o Brasil. A mobilização foi uma resposta ao governo federal, que pressionava as Universidades para acelerarem o processo de adesão à empresa pública de direito privado de qualquer jeito, excluindo a comunidade acadêmica do debate e dos espaços de deliberação sobre o assunto. No estado do Rio de Janeiro, esse processo foi mais intenso na UFRJ, que possui o maior complexo hospitalar universitário do Brasil.

Isso não significa, entretanto, que as demais universidades do estado não tenham se mobilizado contra a EBSERH. Pelo contrário. A unidade na luta entre as comunidades universitárias da UFRJ, UFF e UNIRIO – para barrar a privatização dos hospitais universitários

– foi um fator importante na intensificação das mobilizações e, aparentemente, conquistou, inclusive, alguns setores da base governista para a luta. Nessa perspectiva entendemos que a luta contra EBSERH deve ser intensificada nacionalmente.

Mobilizações de Junho

Após um maio de intensificação da luta contra a EBSERH e de reflexões sobre os desafios do movimento sindical no processo de intensificação do trabalho de base visando à mobilização cotidiana, iniciamos junho surpreendidos por um processo de mobilização que ganhou as ruas de todo o Brasil.

De início com uma pauta muito objetiva e pontual – a redução do aumento da passagem – as mobilizações logo cresceram e passaram a incorporar muitas das bandeiras construídas ao longo das duas últimas décadas pelos movimentos organizados. Certamente, os jovens do Movimento Passe Livre (MPL), que atuam de modo persistente anos a fio, não tinham noção de que contribuiriam para deflagrar o maior movimento de massas do país em mais de duas décadas.

Nas duas últimas semanas, participamos de manifestações gigantescas em dezenas de capitais e de cidades do interior. Os movimentos de contestação revigoraram o ânimo dos que lutam e têm servido para pautar o debate da política na sociedade. Dessa forma, a população trabalhadora brasileira, de uma hora para outra, vê-se sacudida diante de uma ordem social marcada pela iniquidade social, pela institucionalização da violência e pelas dramáticas consequências sociais produzidas pela destinação dos recursos públicos em favor do aumento dos lucros do capital, tendo o Estado o papel de intermediador central desse processo.

Infelizmente, ao longo das marchas por reivindicações históricas construídas nas lutas de movimentos sociais, sindicatos e partidos, deparamo-nos com o coro que clamava pelo movimento “sem partido”. Preocupa-nos o perfil conservador de parcela importante dos manifestantes. Essas vozes, expressivas do pensamento hegemônico, revelam os efeitos do apassivamento da classe trabalhadora implementado pelo projeto neoliberal e seus representantes nos governos, com destaque para o descrédito com o PT.

Em face da ampliação dos protestos, a brutalidade policial se intensificou. Até mesmo milícias foram pagas para atacar os militantes de partidos de esquerda e movimentos sociais combativos, que chegaram a ser espancados por bate-paus. No Rio de Janeiro, os estudantes foram cercados pela Polícia Militar fortemente armada em universidades. Jovens ficaram confinados em estabelecimentos comerciais, ameaçados pelas bombas das forças de repressão. E, mais uma vez, a polícia exterminou jovens moradores de favelas, demonstrando que o Estado que reprime na avenida e o mesmo que mata na favela!

Enquanto isso, os representantes dos monopólios da comunicação enfrentaram “no ar” o escracho dos que lutam. Os manifestantes, que em sua maioria estava nas ruas pela primeira vez, perceberam que os veículos tradicionais da imprensa tinham um lado muito claro ao cobrir os protestos. Não era o lado das ruas, dos estudantes, dos trabalhadores! Era o lado do status-quo, do Estado e de seu aparelho repressor, a Polícia Militar. Pagaram o preço: além do descrédito daqueles que agora ocupam as ruas e fazem questão de construir sua própria narrativa dos fatos (principalmente através das redes sociais), foram vaiados, criticados e desautorizados a ponto de terem que mudar seu discurso. No momento atual, tentam passar que estão ao lado dos manifestantes, diferenciando os manifestantes entre ordeiros e vândalos, empurrando goela abaixo a pauta contra a corrupção, apresentada como a grande vilã do país. Tentam, assim, disputar os rumos do movimento e difundir a ideia de que está tudo sobre controle. Vale ressaltar que para a Globo e o resto dos grandes conglomerados de comunicação no país, não interessa tentar derrubar o governo Dilma. O que importa é convencer a população que os protestos não têm nada a ver com o descontentamento em relação à política econômica do governo e, principalmente, com o sistema econômico. Mesmo porque a preocupação com os milionários negócios da Copa do Mundo é algo decisivo na opção por não contribuir para qualquer situação de instabilidade.

Fingindo ouvir o clamor dos manifestantes indignados nas ruas, o governo acena com uma proposta de pacto que inclui entre as medidas anunciadas a manutenção da privatização dos serviços públicos, do contingenciamento dos investimentos públicos para assegurar o equilíbrio que permite formar os superávits que destinam quase 50% do orçamento federal para o

pagamento de serviços financeiros, os títulos e juros da dívida, e ainda anuncia mais desoneração de impostos para o capital.

De forma populista, o governo federal ao anunciar os cinco pactos, não explicita que estes intensificam o processo de privatização em curso dos serviços públicos, como é o caso da educação e da saúde. Na saúde, anuncia a contratação de cinco mil médicos, porém não explicita a forma, potencializando a ação da EBSEH, que segundo a lógica imposta pelo governo, tem a possibilidade de contratação imediata via recursos do SUS. Desconsidera que o problema da saúde não é restrito à falta de médicos, mas que inclui em especial a precária estrutura física das unidades de saúde e a falta dos demais profissionais da área da saúde.

Na área da educação, anuncia investimento dos royalties do petróleo, mas assim como na reforma que propõe no Plano Nacional de Educação (na qual retira a expressão “educação pública” de todas as metas e substitui por educação gratuita), não evidencia que os recursos devem ser aplicados na EDUCAÇÃO PÚBLICA, possibilitando a intensificação de programas como o PROUNI e o contínuo processo de revitalização dos empresários da educação.

Porém, mesmo diante do anúncio dos pactos propostos pelo governo, as ruas não esvaziaram. Ao contrário: as mobilizações continuam. As entidades de classe organizadas passam a assumir um papel mais diferenciado no processo e as bandeiras históricas pelos direitos dos trabalhadores continuam nas ruas. Saúde e educação pública, não à renúncia fiscal que favorece os empresários, passe livre, desmilitarização da polícia, punição dos corruptos e a rejeição aos mega investimentos para a Copa e Olimpíadas, que não reverberam em melhorias para a maioria da população.

Vale ressaltar, ainda, que as mobilizações já contam com importantes conquistas como a rejeição à PEC 37, a redução das tarifas em 15 capitais e em mais de 50 municípios e o passe livre em Goiás. Mas certamente a maior das conquistas é a compreensão por parte de significativos segmentos da classe trabalhadora de que as conquistas de direitos se dão por meio de luta. Isso certamente deve servir para revigorar o movimento sindical e conjunto dos movimentos sociais.

Nesse contexto, o desafio dos sindicatos classistas e dos movimentos sociais autônomos e combativos é imenso. Avaliamos de forma enfática que é necessário reafirmar nossas bandeiras de luta, nosso projeto de universidade e de sociedade contrário ao que o governo federal vem implementando.

Torna-se necessário, portanto, avançarmos no processo de organização/reorganização do movimento que, em termos gerais, até o momento, está aquém da grandiosidade das manifestações que ocupam as ruas. Parcela do movimento social e sindical se deu conta dessa debilidade e iniciou um processo, ainda tímido, de unificação no campo da classe, resgatou suas bandeiras históricas e se diferenciou, no processo organizativo e na rua, da direita conservadora. Mas, para avançarmos, é fundamental superarmos as debilidades de organização.

Dai, a necessidade de superar a terrível fragmentação e apego econômico-corporativo que é forte entre nós. A criação ou a retomada da organização de um espaço de articulação classista que tenha como objetivo trocar avaliações, organizar eixos de luta de corte classista e organizar (como já começou a ser realizado) encontros e manifestações, que contribuam para formar uma nova geração de militantes se torna absolutamente urgente.

Neste sentido, propomos como tarefas centrais do nosso Sindicato Nacional a organização de debates e assembleias em nossa base, o estímulo à participação da categoria nas manifestações e plenárias e a contribuição na organização de ações unitárias e classistas. Entendemos que se faz mais do que urgente a imediata intensificação das articulações para a construção do Encontro Nacional de Estudantes e Profissionais da Educação, momento em que debateremos nosso projeto de educação, buscando nos diferenciar do projeto privatista do governo federal e contribuir para a rearticulação da militância da área da educação.

TEXTO 31

Contribuição da assembleia geral da ADUFF-SSIND

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

O ANDES-SN E OS DESAFIOS DE AMPLIAÇÃO DO TRABALHO DE BASE E DA DISPUTA COM O SINDICALISMO OFICIAL.

TEXTO DE APOIO

Na última década passamos por uma mudança significativa na composição da base da categoria docente. O processo de expansão possibilitou a inserção de milhares de novos professores nas Universidades públicas brasileiras, conformando nossa atual categoria na ativa com cerca de 50% de professores com menos de cinco anos de efetivação na carreira do magistério superior federal. Vale ressaltar que apesar da ampla inserção de novos docentes, a expansão ainda é insuficiente para atender as demandas de efetivação, com qualidade, do tripé da universidade pública: o ensino, a pesquisa e a extensão.

A insuficiência no número de professores se dá basicamente por três fatores: grande número de aposentadorias de professores, vacância e aumento da entrada de discentes. A carência histórica de docentes, em função do não preenchimento das vagas de aposentadoria e vacância ao longo dos últimos 20 anos, se acentuou ainda mais a partir da política sistemática de ampliação das vagas discentes nos cursos já existentes e com a abertura de novos cursos sem a correspondente ampliação das vagas para docentes e técnicos-administrativos e sem o aprimoramento e ampliação da infraestrutura .

Diante da recomposição significativa do quadro de professores nas universidades públicas, do processo de reestruturação produtiva **e da forte hegemonia da ideologia do empreendedorismo**, o Andes-SN e suas seções sindicais se viram desafiados a construir estratégias de aproximação com o conjunto da categoria, buscando fazer o sindicato ser (re)conhecido - o que se materializou em diferentes ações sindicais. Dentre as quais se incluem o Plano de Comunicação e a Campanha de Sindicalização.

Porém, o desafio de aproximação com a base não está restrito aos docentes das universidades onde as seções sindicais estão vinculadas ao ANDES-SN, mas se relaciona também àquelas universidades que têm sua seção sindical vinculada ao sindicato oficial e governista, o PROIFES e MDIA. Isso dificulta a luta por um sindicalismo autônomo e classista.

Nesse sentido, em nossa última greve, a maior e mais intensa que o ANDES-SN vivenciou desde a chegada do PT ao governo federal, tivemos uma importante mudança na atuação de parte de nossa categoria nas universidades onde os sindicatos locais são vinculados ao PROIFES e ao MDIA. Nessas universidades as assembleias reconheceram o ANDES-SN como seu interlocutor e representante no processo de condução da greve e de negociação com o governo federal. Tal reconhecimento resultou não só da identidade com a pauta de reivindicações, como também do processo político pautado por uma atuação autônoma, democrática e referenciada nas decisões de base da categoria.

Findada a greve e entrando em outro estágio de nosso processo de organização e mobilização, continuamos a ser desafiados a colocar como estratégico e fundamental para a ampliação e consolidação de nosso sindicato e para o avanço do processo de organização dos professores federais a disputa com o PROIFES e com o MDIA.

Disputa pautada nas diferenças que temos no que se refere a projeto de Universidade, carreira docente, organização dos trabalhadores, autonomia em relação a partidos e governos e mobilização da base.

Nesse sentido propomos que o CONAD delibere:

TR 31

O 58º CONAD delibera:

1. Pelo apoio às oposições organizadas na base do PROIFES e MDIA que estejam construindo seu trabalho de base a partir dos princípios do ANDES-SN, sua proposta de carreira docente e de universidade;
2. Criação de estratégias para distribuição de material pelas secretarias regionais do ANDES-SN junto aos docentes das universidades onde haja sindicatos locais do PROIFES ou MDIA para que recebam em casa material do sindicato nacional (Informandes, cartilhas, cadernos etc),
3. Intensificação das ações já realizadas pelo ANDES regional nas universidades em que existe grupo de oposição organizado ao PROIFES e MDIA, como custeio de material para convocação de reunião de professores visando à organização ou à inserção em ações do ANDES-SN; reuniões periódicas de articulação entre a regional e as oposições; envio dos materiais nacionais produzidos pelo ANDES-SN etc.
4. Pela realização **de um estudo** a ser apresentado no próximo congresso do ANDES-SN, que considere as diferentes situações existentes na organização dos professores nas Universidades Brasileiras e possibilite o debate sobre a necessidade de fortalecimento e ampliação dos grupos de oposição ao PROIFES e ao MDIA. O estudo deve considerar as seguintes situações:
 - a) Necessidade de incorporação das oposições ao PROIFES e MDIA nos espaços organizativos e formativos do ANDES-SN, como delegados ou observadores. Em ambos os casos com o custeio das despesas via Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve;
 - b) Avaliação da possibilidade e da necessidade de custeio via Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve, de material de comunicação periódico (jornal ou informativo), para ser distribuído junto à base.

TEXTO 32*Diretoria do ANDES-SN***Tema III – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas dos Setores, como TR Geral, antecedendo aos TRs específicos dos três setores.****TEXTO DE APOIO**

Durante o balanço da jornada realizada no dia 11 de julho, houve acordo das oito centrais para chamar na sequência duas novas atividades: 6 de agosto, dia de lutas nos estados e no Distrito Federal contra o PL 4330, PL das terceirizações; 30 de agosto, dia nacional de greves, paralisações e manifestações, com a pauta do dia 11 de julho, acrescentando mais um item: salário igual para trabalho igual.

TR – 32

O 58º CONAD delibera:

Indicar as seções sindicais que participem da construção das atividades previstas para os dias 6 e 30 de agosto, chamadas pelas centrais sindicais e movimentos sociais, mobilizando a categoria e buscando formas de dar visibilidade a nossa pauta de lutas.

Substitutivo do TR 19, página 87 do caderno de texto.**TR- O 58º CONAD aprova a previsão orçamentária para 2014.**

Receita	2014
Receita Total	8.374.970,73
Receita de Contribuições	7.855.520,93
Receita de aplicações financeiras	310.000,00
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	209.449,80

Despesas	2014
Pessoal e Encargos	2.300.000,00
Diárias de Diretores	350.000,00
Material de Consumo	187.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Física	40.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	400.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	400.000,00
Assessoria Contábil	90.000,00
Correios, Transportadoras e Fretes	200.000,00
Conduções e Passagens Urbanas	85.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	900.000,00
Hospedagem	400.000,00

Telefone	130.000,00
Energia Elétrica	51.000,00
Água e Esgoto	2.000,00
Alimentação	10.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	235.000,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	100.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	15.000,00
Custas e Emolumentos	23.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	60.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00
Assinaturas e Periódicos	2.000,00
Reembolso de Kilometragem	25.000,00
Estacionamentos / Pedágios	5.000,00
Revista - Universidade & Sociedade	120.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	200.000,00
INSS s/Serviços	27.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	25.000,00
Despesas Financeiras	30.000,00
Repasse p/ Entidades Filiadas:	500.000,00
DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	24.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00
Despesas com Regionais	850.000,00
Despesas Diversas	150.000,00
Total de despesas	7.970.000,00

Substitutivo do TR 18, página 69 e 70 do caderno de texto.

TR- 18

O 58º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2012:

Demonstrativo de Orçamento e Execução

Receita	Previsão 2012	Execução 2012
Receita Total	7.505.000,00	7.288.147,14
Receita de Contribuições	7.027.000,00	7.089.958,07
Receita de aplicações financeiras	293.300,00	83.388,90
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	184.700,00	114.800,17

Despesas	Previsão 2012	Execução 2012
Pessoal e Encargos	1.340.000,00	1.950.060,97
Diárias de Diretores	350.000,00	374.524,00
Material de Consumo	165.000,00	133.599,92
Assessoria Jurídica Pessoa Física	35.000,00	34.422,61

Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	385.500,00	351.820,26
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	371.500,00	385.500,00
Assessoria Contábil	90.000,00	77.657,90
Transportadoras e Fretes	180.000,00	454.210,90
Conduções e Passagens Urbanas	75.000,00	107.071,99
Passagens Aéreas e Terrestres	810.000,00	954.250,83
Hospedagem	290.000,00	522.057,89
Telefone	160.000,00	126.356,46
Energia Elétrica	45.000,00	46.230,78
Água e Esgoto	8.000,00	807,01
Alimentação	6.000,00	73.323,07
Aluguel de Bens Imóveis	155.000,00	231.951,19
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	95.000,00	93.221,29
Manutenção e Reparos Bens Móveis	12.000,00	25.213,15
Custas e Emolumentos	20.000,00	24.300,51
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	70.000,00	63.572,00
Locação de Equipamentos e Veículos	11.000,00	5.268,86
Assinaturas e Periódicos	2.500,00	1.888,52
Reembolso de Kilometragem	22.000,00	20.103,52
Estacionamentos / Pedágios	4.500,00	4.157,80
Revista - Universidade & Sociedade	80.000,00	115.135,50
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	150.000,00	327.650,00
INSS s/Serviços	25.000,00	25.390,84
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	65.000,00	23.318,67
Despesas Financeiras	40.000,00	30.331,33
Repasses p/ Entidades Filiadas:	343.678,69	457.158,16
DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC		
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	18.000,00	0,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	18.000,00	0,00
Despesas com Regionais	850.000,00	901.128,10
Despesas Diversas	86.000,00	583.647,19
Total de despesas	R\$ 6.378.678,69	R\$ 8.525.331,22

Demonstrativos de Despesas Diversas

(-) Diárias - Funcionários	6.615,00
(-) Diárias - Colaboradores/Convidados	38.360,00
(-) Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF	165,00
(-) Limpeza e conservação - PF	666,66
(-) Serviços Fotográficos - PF	10.017,07
(-) Serviços de Terceiros - Fundos	316,56
(-) Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF	12.253,90
(-) Outros Serviços - PF	27.173,16
(-) Internet	36.052,26

(-) Fotocópias/Encadernações	1.311,06
(-) Assinatura de TV a Cabo	3.541,88
(-) Serviços Fotográficos - PJ	2.797,00
(-) Anúncios e Publicações	5.065,55
(-) Serviços Técnico Profissionais - PJ	189.633,11
(-) Seguros em Geral	561,63
(-) Locação de Máquinas e Equipamentos	108,11
(-) Seminários, Congressos e Convenções	16.040,00
(-) Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	1.700,00
(-) IRRF s/Apl. Financeiras	19.982,80
(-) Impostos e Taxas Diversas	953,00
(-) Outras Contribuições/Doações	80.512,23
(-) <i>Outras Despesas</i>	1.096,40
(-) <i>Correios e Telégrafos</i>	114.057,57
(-) <i>Despesas de exercícios anteriores</i>	574,56
(-) <i>Despesas com evento</i>	14.092,68
	583.647,19

Demonstrativo de Despesas - Mensal Jan a Dez 2012

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
<i>Despesas c/Pessoal e Encargos</i>	184.978,57	129.749,70	165.692,08	114.838,70	169.755,05	139.076,14	904.090,24
<i>Diárias - Diretores</i>	39.810,00	31.408,00	29.595,00	24.861,00	30.750,00	57.000,00	213.424,00
<i>Diárias - Funcionários</i>	6.315,00	0,00	200,00	1.000,00	100,00	5.400,00	13.015,00
<i>Diárias - Colaboradores/Convitados</i>	2.710,00	1.000,00	5.000,00	3.200,00	7.693,00	2.357,00	21.960,00
<i>Despesas c/Material de Consumo</i>	3.241,15	11.275,00	24.348,48	7.900,52	28.767,22	22.347,54	97.879,91
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,30
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,00	165,00
<i>Limpeza e conservação - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	416,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	416,66
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	0,00	53,32	0,00	0,00	0,00	53,32
<i>INSS s/Serviços - PF</i>	1.360,89	3.278,08	1.881,85	2.474,71	2.439,77	2.203,72	13.639,02
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	421,43	5.875,78	0,00	0,00	0,00	619,22	6.916,43
<i>Outros Serviços - PF</i>	723,34	2.789,50	2.641,69	6.198,27	0,00	2.379,88	14.732,68
<i>Assessoria Jurídica - PJ</i>	48.383,39	44.064,73	41.042,72	93.383,38	46.383,38	45.845,30	319.102,90
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	34.051,68
<i>Transportes e Fretes</i>	29.417,00	25.779,00	18.140,00	69.644,00	49.601,70	40.867,00	233.448,70
<i>Conduções e Transportes Urbanos</i>	2.895,24	8.192,03	11.981,31	8.458,47	12.587,44	7.583,14	51.697,63
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	8.411,42	45.637,18	98.108,46	107.647,29	76.382,67	130.226,26	466.413,28
<i>Hospedagem</i>	639,00	99.968,13	19.121,99	25.190,03	99.929,54	33.202,07	278.050,76
<i>Telefone</i>	5.408,21	11.649,38	14.473,77	9.406,15	11.733,92	11.555,37	64.226,80
<i>Energia Elétrica</i>	2.973,30	3.098,08	4.395,48	4.516,25	4.188,93	4.294,51	23.466,55
<i>Água e Esgoto</i>	121,72	0,00	124,55	64,24	60,86	60,86	432,23
<i>Alimentação</i>	448,12	89.364,20	265,30	0,00	73,80	4.378,00	94.529,42
<i>Aluguel de Imóveis</i>	10.701,20	72.590,77	11.515,98	15.520,29	13.395,85	12.403,75	136.127,84
<i>Condominio</i>	2.191,66	7.783,18	8.213,93	7.820,77	8.011,91	14.104,96	48.126,41
<i>Manut e Reparo de Bens Móveis</i>	997,00	1.857,80	1.449,80	2.782,00	5.702,00	1.729,98	17.513,58

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
<i>Fotocópias/Encadernações</i>	60,00	84,70	435,05	29,70	173,52	181,60	964,57
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	283,08	282,59	279,06	279,06	286,96	300,08	1.710,83
<i>Correios e Telégrafos</i>	1.176,15	13.524,73	3.731,42	9.206,59	14.051,49	3.727,65	45.418,03
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	855,00	2.858,58	1.325,10	1.240,50	2.052,90	2.280,48	10.612,56
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	170,10	375,30	413,30	284,30	295,40	303,60	1.842,00
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	2.500,00	0,00	0,00	57,00	0,00	2.557,00
<i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	0,00	455,55	0,00	1.710,00	980,00	3.145,55
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	11.140,00	28.600,00	0,00	0,00	0,00	47.650,00	87.390,00
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	6.000,00	93.160,00	380,00	15.000,00	0,00	69.600,00	184.140,00
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	319,10	600,00	162,00	1.081,10
<i>Jornal Informandes</i>	21.990,00	29.200,00	24.420,00	31.000,00	7.240,00	58.400,00	172.250,00
<i>Seguros em Geral</i>	0,00	0,00	0,00	60,20	0,00	0,00	60,20
<i>Locação de Máquinas e Equipamentos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,11	108,11
<i>Locação de Veículos</i>	390,00	-	687,06	100,00	12.760,00	1.810,00	15.747,06
<i>Custas e Emolumentos</i>	3.372,88	2.352,50	1.813,12	5.444,34	1.519,18	334,65	14.836,67
<i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	11.880,00	0,00	11.880,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>IPTU/TLP</i>	819,18	1.623,16	243,72	243,72	13.481,09	852,36	17.263,23
<i>IRRF s/Apl. Financeiras</i>	475,26	955,56	243,95	893,06	11.444,94	1.449,15	15.461,92
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	213,00	0,00	213,00
<i>Despesas Financeiras</i>	2.342,53	4.131,53	878,65	1.192,27	3.656,45	1.192,38	13.393,81
<i>Contrib. p/DIEESE</i>	19.725,76	2.681,55	22.407,31	12.544,43	12.544,43	15.225,98	85.129,46
<i>Contrib. p/DIAP</i>	259,00	0,00	259,00	259,00	777,00	518,00	2.072,00
<i>Contrib. p/CNESF</i>	4.644,76	6.106,68	6.668,20	6.973,95	5.482,27	0,00	29.875,86
<i>Contrib. p/FNDC</i>	210,00	0,00	210,00	0,00	0,00	0,00	420,00
<i>Contrib. p/CONLUTAS</i>	14.099,50	0,00	14.099,50	14.099,50	14.099,50	46.998,34	103.396,34
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	25.790,00	5.450,00	8.050,00	13.823,88	3.550,00	13.319,00	69.982,88
<i>Despesas c/Regionais</i>	52.539,55	44.410,38	71.762,84	112.446,28	108.549,11	205.452,19	595.160,35
<i>Despesas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas	537.690,27	864.651,48	637.983,55	740.940,58	805.787,87	1.038.633,26	4.625.687,01

DESCRIÇÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Despesas c/Pessoal e Encargos</i>	172.881,34	152.771,90	154.846,84	155.733,68	161.282,62	248.454,35	1.045.970,73
<i>Diárias - Diretores</i>	36.950,00	33.400,00	16.400,00	30.250,00	35.600,00	8.500,00	161.100,00
<i>Diárias - Funcionários</i>	0,00	0,00	0,00	200,00	1.000,00	(7.600,00)	(6.400,00)
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados</i>	100,00	0,00	5.200,00	1.600,00	7.900,00	1.600,00	16.400,00
<i>Despesas c/Material de Consumo</i>	17.911,63	20.839,77	8.352,10	3.853,72	14.238,42	(29.475,63)	35.720,01
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	2.868,56	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,31
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Limpeza e conservação - PF</i>	666,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666,66
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	900,00	8.700,41	0,00	0,00	0,00	0,00	9.600,41
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	118,47	144,77	0,00	0,00	0,00	263,24
<i>INSS s/Serviços - PF</i>	1.229,56	3.754,85	1.641,93	1.624,97	1.745,19	1.755,32	11.751,82
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	1.250,57	350,00	0,00	1.142,86	1.469,04	1.125,00	5.337,47
<i>Outros Serviços - PF</i>	370,24	2.910,86	220,24	0,00	0,00	8.939,14	12.440,48
<i>Assessoria Jurídica – PJ</i>	45.125,46	50.496,39	62.122,51	64.480,72	94.034,76	101.957,52	418.217,36
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	12.458,92	43.606,22
<i>Transportes e Fretes</i>	68.010,00	74,00	35.216,00	38.190,00	36.957,20	42.315,00	220.762,20
<i>Condições e Transportes Urbanos</i>	10.170,59	12.348,47	8.225,45	6.523,87	9.185,91	8.920,07	55.374,36
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	87.224,65	94.970,46	22.703,41	88.848,17	129.471,78	64.619,08	487.837,55
<i>Hospedagem</i>	19.339,73	42.366,51	60.370,78	29.672,30	24.977,33	67.280,48	244.007,13
<i>Energia Elétrica</i>	805,01	9.168,02	2.792,20	2.798,41	3.880,23	3.320,36	22.764,23
<i>Água e Esgoto</i>	60,86	60,86	61,06	64,00	64,00	64,00	374,78
<i>Alimentação</i>	0,00	11.173,65	(14.715,00)	0,00	718,00	(18.383,00)	(21.206,35)
<i>Aluguel de Imóveis</i>	12.675,61	13.038,68	12.466,90	13.166,90	12.119,90	32.355,36	95.823,35
<i>Condomínio</i>	2.411,64	7.450,94	9.194,29	9.524,50	8.169,73	8.343,78	45.094,88
<i>Manut. e Reparo de Bens Móveis</i>	1.298,25	901,62	1.176,08	1.200,08	1.198,88	1.924,66	7.699,57
<i>Serviços Gráficos</i>	5.500,00	0,00	4.100,00	90,00	4.500,00	(4.940,00)	9.250,00
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	0,00	738,10	0,00	(368,10)	0,00	0,00	370,00
<i>Internet</i>	1.348,54	8.157,43	536,48	2.875,08	2.878,09	7.214,02	23.009,64
<i>Fotocópias/Encadernações</i>	211,44	0,00	34,20	51,00	0,00	49,85	346,49
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	300,08	300,08	305,08	309,96	275,04	340,81	1.831,05
<i>Correios e Telegráfos</i>	63.213,24	876,12	1.188,08	747,42	1.438,87	1.175,81	68.639,54
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	2.260,37	2.000,49	1.211,16	630,90	2.330,00	1.058,04	9.490,96

DESCRIÇÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	379,20	405,20	918,10	492,60	876,80	(756,10)	2.315,80
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00
<i>Anúncios e Publicações</i>	1.440,00	(960,00)	0,00	0,00	1.440,00	0,00	1.920,00
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.745,50	27.745,50
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	1.443,11	0,00	290,00	260,00	3.500,00	0,00	5.493,11
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,30	15,30
<i>Jornal Informandes</i>	29.920,00	0,00	29.480,00	30.920,00	30.920,00	34.160,00	155.400,00
<i>Seguros em Geral</i>	227,60	0,00	0,00	0,00	0,00	273,83	501,43
<i>Locação de Veículos</i>	1.581,40	0,00	0,00	180,40	0,00	(12.240,00)	(10.478,20)
<i>Custas e Emolumentos</i>	3.300,17	18,83	1.117,67	4.034,85	659,18	333,14	9.463,84
<i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	4.160,00	0,00	4.160,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00
<i>IPTU/TLP</i>	131,40	243,72	243,72	4.993,22	243,72	199,66	6.055,44
<i>IRRF s/Apl. Financeiras</i>	1.736,06	1.037,96	442,54	274,49	983,69	46,14	4.520,88
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	600,00	740,00
<i>Despesas Financeiras</i>	7.219,44	1.637,06	836,95	5.559,22	928,28	756,57	16.937,52
<i>Contrib. p/DIEESE</i>	10.345,56	14.121,79	13.639,11	14.604,47	14.121,79	14.121,79	80.954,51
<i>Contrib. p/DIAP</i>	0,00	518,00	0,00	259,00	259,00	259,00	1.295,00
<i>Contrib. p/CNESF</i>	5.580,50	5.580,50	0,00	11.611,66	5.931,48	6.691,00	35.395,14
<i>Contrib. p/FNDC</i>	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	0,00	525,00
<i>Contrib. p/CONLUTAS</i>	0,00	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.906,17	23.691,17	118.094,85
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	34.916,63	435,55	(11.451,58)	3.550,00	3.550,00	27.528,75	58.529,35
<i>Despesas c/Regionais</i>	18.427,63	69.629,40	53.167,02	56.925,97	53.135,47	54.682,26	305.967,75
<i>Despesas Diversas</i>	0,00	0,00	0,75	573,81	0,00	14.092,68	14.667,24
Total das Despesas	687.315,92	617.860,31	522.167,77	632.359,66	717.197,10	770.743,45	3.947.644,21

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE
SUPERIOR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E
DEZEMBRO DE 2012
(Em Reais)
CNPJ 00.676.296/0001-65**

	Patrimônio Líquido	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit/ Déficit	T Pa I
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00	6.183.036,92	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	218.554,80	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
REVERSÕES DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	
REALIZAÇÃO AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	
SUPÉRAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	(1.285.184,08)	(
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00	5.116.407,64	

MARINALVA SILVA OLIVEIRA
Presidente
CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR
1º Tesoureiro
CPF: 040.970.858-59

Iêda Mendes Cor
Contadora
CRC/DF 013.720/0

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE
SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2012**

ATIVO

	2012	2011
	R\$	R\$
ATIVO CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES	3.457.483,69	4
<i>Caixa Geral</i>	1.045,62	
<i>Caixa - ANDES</i>	386,38	
<i>Caixa - FNM</i>	433,97	
<i>Caixa - CNESF</i>	225,17	
<i>Caixa - FNG</i>	0,10	
Bancos c/Movimento	610.533,49	
<i>BB - c/c 403.726-x (ANDES)</i>	489.712,27	
<i>BB - c/c 437.515-7 (FNM)</i>	5.450,37	
<i>BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)</i>	6.116,20	
<i>BB - c/c 437.525-4 (CNESF)</i>	12.889,17	
<i>BB - c/c 5.551-4 (Publicações)</i>	388,40	

<i>BB - c/c 437.864-4 (Eventos)</i>	7.788,49	8.075,78
<i>CEF - c/c 51.567-2 (Contribuição Sindical)</i>	87.692,99	388,91
<i>BB - c/c 437.545-9 (FNG)</i>	495,60	0,00
<i>Bancos c/Depósitos Bloqueados</i>	202,25	916,96
<i>BB - c/c 437.515-7 (FNM)</i>	178,25	398,20
<i>BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)</i>	24,00	310,82
<i>BB - c/c 437.864-4 (Eventos)</i>	0,00	207,94
<i>Bancos c/Aplicações Financeiras</i>	2.845.702,33	4.425.371,55
<i>BB - c/403.726-x (ANDES)</i>	66.521,50	1.640.368,20
<i>BB - c/437.515-7 (FNM)</i>	980.802,85	1.043.606,25
<i>BB - c/437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)</i>	1.277.244,23	1.396.001,45
<i>BB - c/437.525-4 (CNESF)</i>	315.852,43	255.045,74
<i>BB - c/437.864-4 (Eventos)</i>	147.216,56	90.349,91
<i>BB - c/437.545-9 (FNG)</i>	58.064,76	0,00
<i>CRÉDITOS</i>	1.056.303,33	1.079.198,02
<i>Devedores por Empréstimos</i>	83.280,44	103.408,13
CNESF	29.013,64	12.739,85
Fundo de solidariedade	0,00	28.824,32
FNM	0,00	12.843,96
APUFSC	19.000,00	19.000,00
ADUNEB	0,00	10.000,00
SESDUEM	20.000,00	20.000,00
SINDUFAP	5.266,80	0,00
SESF-Sind.Emp.Est.Serv.Saude de	10.000,00	0,00
<i>Devedores da Entidade</i>	354.784,11	302.981,33
SSind. Rateio 22º Congresso	1.461,55	1.461,55
SSind. Rateio 47º CONAD	3.228,37	3.228,37
SSind. Rateio 23º Congresso	14.546,39	14.546,39
SSind. Rateio 48º CONAD	938,27	938,27
SSind. Rateio 49º CONAD-Brasília	3.093,85	3.093,85
SSind. Rateio 24º Congresso	13.368,91	13.368,91
SSind. Rateio 6º CONAD Extraordinário	12.855,39	12.855,39
SSind. Rateio 50º CONAD	9.156,94	9.156,94
SSind. Rateio 25º Congresso-MT	16.517,38	16.517,38
SSind. Rateio 51º CONAD	20.075,92	20.075,92
SSind. Rateio 26º Congresso-PB	17.369,90	17.369,90
SSind. Rateio 27º Congresso-GO	662,98	662,98
SSind. Rateio 3º Congresso Extraordinário	4.505,08	4.505,08
SSind. Rateio 52º CONAD	5.742,90	5.742,90
SSind. Rateio 28º Congresso-RS	53.281,84	53.281,84
SSind. Rateio 54º CONAD	19.121,34	19.121,34
SSind. Rateio 29º Congresso	17.578,71	17.578,71
SSind. Rateio 55º CONAD	13.247,37	13.676,67
SSind. Rateio 56º CONAD-PR	6.521,89	13.513,79
SSind. Rateio 30º Congresso-MG	22.121,87	22.121,87
SSind. Rateio 31º Congresso-Manaus/AM	25.828,29	0,00
SSind. Rateio 57º CONAD-Parnaíba/PI	26.994,14	0,00

Devedores Diversos	46.564,83	40.163,28
Créditos Diversos	229.012,08	247.060,09
Despesas a Regularizar	210.291,67	203.168,30
Secretaria da Receita Federal	7.121,16	6.664,39
Cheques em caução	3.473,85	3.473,85
INSS a Recuperar	0,00	25.628,15
Secretaria de Fazenda e Planejamento	450,17	450,17
Cheques devolvidos	4.975,28	4.975,28
FGTS a Recuperar	2.699,95	2.699,95
Adiantamento a Funcionários	37.612,51	16.036,45
Adiantamento de Salários	3.450,00	6.498,43
Adiantamento de Férias	34.162,51	9.538,02
Adiantamento a Fornecedores	97.637,50	174.081,50
Adiantamento a Fornecedores	97.637,50	174.081,50
Adiantamento a Diretores - Gestão 96/98	0,00	585,26
Zildo Gallo	0,00	137,03
Paulo Martins	0,00	448,23
Adiantamento a Diretores - Gestão 98/00	0,00	2.816,23
Renato Dagnino	0,00	1.608,60
Marcos Vinicius B. Silva	0,00	565,13
Mary Stella	0,00	642,50
Adiantamento a Regionais	253.976,69	232.229,03
Regional Sul	12.332,25	1.006,30
Regional RJ	15.829,78	11.519,72
Regional NE I	12.521,11	10.238,78
Regional NE II	28.382,71	15.922,92
Regional NE III	9.842,89	10.464,16
Regional SP	25.903,26	10.502,74
Regional Leste	8.340,52	46.925,44
Regional Norte I	14.718,92	14.733,50
Regional Norte II	11.889,55	4.106,99
Regional Planalto	7.722,40	15.750,95
Regional Pantanal	85.172,59	57.793,22
Regional RS	21.320,71	33.264,31
Total do Ativo Circulante	4.513.787,02	5.695.957,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
<i>Edificações</i>	2.280.000,00	2.280.000,00
<i>Benfeitoria 3º Andar</i>	198.565,73	198.565,73
<i>Benfeitoria 5º Andar</i>	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.252.850,25	1.183.279,13
<i>Móveis e Utensílios em Geral</i>	315.182,46	316.500,46
<i>Biblioteca</i>	555,00	555,00
<i>Máquinas e Equipamentos</i>	471.979,72	467.225,72

<i>Equipamentos de Informática</i>	445.615,07	380.579,95
<i>Equipamentos de Comunicação</i>	19.518,00	18.418,00
<i>Depreciações Acumuladas</i>	<i>(94.437,76)</i>	<i>(94.437,76)</i>
<i>(-) Dep. Móveis e Utensílios</i>	(20.191,19)	(20.191,19)
<i>(-) Dep. Máquinas e Equipamentos</i>	(47.558,40)	(47.558,40)
<i>(-) Dep. Equipamentos de Informática</i>	(5.217,69)	(5.217,69)
<i>(-) Dep. Edificações</i>	(14.079,52)	(14.079,52)
<i>(-) Dep. Benfeitoria</i>	(6.272,17)	(6.272,17)
<i>(-) Dep. Máquinas, Motores, Aparelhos-BTNF</i>	(1.118,79)	(1.118,79)
<i>Total do Imobilizado</i>	<i>4.069.161,59</i>	<i>3.999.590,47</i>
<i>INTANGÍVEL</i>		
<i>Bens Intangíveis</i>	<i>15.858,27</i>	<i>15.858,27</i>
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
<i>(-)Amortização</i>	<i>(222,76)</i>	<i>(222,76)</i>
<i>(-) Amortização de Programas e Sistemas</i>	(222,76)	(222,76)
<i>Total do Intangível</i>	<i>15.635,51</i>	<i>15.635,51</i>
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>	<i>4.084.797,10</i>	<i>4.015.225,98</i>
<i>TOTAL DO ATIVO</i>	<i>8.598.584,12</i>	<i>9.711.183,46</i>

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2012

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	2012	2011
	R\$	R\$
EXIGIBILIDADES	824.399,38	741.024,83
Fornecedores	27.815,19	10.191,03
Fornecedores Diversos	27.815,19	10.191,03
Obrigações Sociais e Trabalhistas	110.605,66	93.369,56
Salários a Pagar	0,00	4.501,70
INSS a Recolher	100.108,36	79.467,05
FGTS a Recolher	10.497,30	9.400,81
Obrigações Fiscais e Tributárias	20.818,52	32.389,71
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	12.157,25	4.005,91
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	123,48	5.290,45
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	1.010,53	4.885,28
PIS s/Folha a Recolher (8301)	1.729,60	818,73
ISS a Recolher	4.024,70	5.549,82
Contribuição Sindical a Recolher	0,00	61,65
Mensalidade Sindical/SESC a Recolher	0,00	1.515,26
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	1.636,86	10.233,56
ISS a Recolher PJ	0,00	29,05
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	136,10	0,00
Credores da Entidade	28.932,20	22.963,53
Credores Diversos	28.932,20	22.963,53
Valores a Compensar	0,00	4.507,38
Cheques a Compensar	0,00	900,00
Cheques a Compensar - CEF	0,00	3.607,38
Depósitos de Diversas Origens	81.425,39	55.163,66
Depósitos não Identificados	81.425,39	55.163,66
Credores por Empréstimo	554.802,42	522.439,96
Fundo de Solidariedade	528.074,36	1.087,65
FNM	10.263,00	372.826,12
FNG	16.465,06	148.526,19
Fundos p/Financiamento de Campanha	2.657.777,10	2.787.121,71
FNM - Fundo Nacional de Mobilização	986.865,44	1.055.232,29
Contribuições Recebidas	2.174.820,22	2.019.558,39
Rendimentos s/Apl. Financeiras	757.675,66	669.065,17
Depósitos a Identificar	5.929,10	5.929,10
Empréstimos Recebidos - ANDES	0,00	12.843,96
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	660,50	0,00
Empréstimos Recebidos - FNG	10.497,50	0,00
(-) Despesas c/Diárias	(275.818,90)	(210.458,90)
(-) Despesas c/Passagens	(566.145,70)	(421.716,14)
(-) Despesas c/Hospedagem	(175.862,10)	(149.629,91)

(-) Despesas c/Condução e Transporte	(133.493,84)	(79.962,46)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(27.067,70)	(24.902,29)
(-) Despesas Gerais	(33.212,06)	(33.212,06)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(109.109,16)	(95.216,66)
(-) Despesas c/Impostos	(1.425,10)	(1.004,92)
(-) Acordos Concedidos	(9,01)	(9,01)
(-) Despesas a Regularizar	(142.644,93)	(85.844,93)
(-) Despesas c/Combustíveis	(173,00)	(173,00)
(-) Despesas c/Reembolso de Kilometragem	(184,40)	(184,40)
(-) Empréstimos Concedidos-ADUNEB	(20.000,00)	(20.000,00)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(48.455,00)	(48.455,00)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(32.989,13)	(26.421,86)
(-) Despesas c/Locações	(65.080,00)	(50.080,00)
(-) Despesas c/Material de Consumo	(59.274,65)	(21.863,85)
(-) Despesas c/Material de Consumo Diverso	(277,72)	(202,82)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(10.263,00)	(372.826,12)
(-) Despesas c/Contribuições/Doações	(260.787,20)	(10.000,00)
(-) Empréstimos Concedidos - FDO SOLIDARIEDADE	(444,94)	0,00
FNG - Fundo Nacional de Greve	58.560,46	0,00
Contribuições Recebidas	773.055,30	581.273,55
Rendimentos s/Apl. Financeiras	85.300,76	84.736,00
Doações Recebidas	8.044,35	8.044,35
Depósitos a Identificar	7.522,85	5.734,85
Credores Diversos - FNG	82,00	0,00
(-) Despesas c/Diárias	(169.575,99)	(85.515,99)
(-) Despesas c/Passagens	(99.506,41)	(61.077,38)
(-) Despesas c/Hospedagem	(61.289,50)	(26.153,70)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(34.670,46)	(20.290,18)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(8.065,09)	(7.429,79)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(80.639,71)	(79.808,67)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(12.616,49)	(12.616,49)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(74.181,34)	(60.801,34)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(62.073,32)	(49.896,60)
(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação	(64.326,63)	(32.537,74)
(-) Despesas c/Material de Expediente	(47.805,94)	(40.713,19)
(-) Despesas Diversas	(8.000,09)	(7.995,44)
(-) Despesas a Regularizar	(8.473,68)	(2.600,00)
(-) Xerox Com. E Ind. Ltda	(10.528,14)	(10.528,14)
(-) Despesas c/Telefone	(5.972,91)	(5.972,91)
(-) Despesas c/Limpeza, Higiene e Conservação	(2.460,75)	(1.083,09)
(-) Despesas c/Medicamentos Utens. Farmácia	(317,85)	(218,43)
(-) Despesas c/Jornais e Revistas	(880,50)	(880,50)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.234,16)	(455,54)
(-) Despesas c/Locações	(19.392,30)	(14.887,16)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(4.223,00)	(4.073,00)
(-) Despesas c/Material Permanente	(4.038,00)	(4.038,00)
(-) Despesas c/Material de Consumo Diversos	(7.742,26)	(1.467,56)

(-) Despesas c/Juros e/ou Multas	(221,72)	(221,72)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(16.465,06)	(148.526,19)
(-) Reembolso de Kilometragem	(246,00)	0,00
(-) Empréstimos Concedidos - FNM	(10.497,50)	0,00
Fundo de Solidariedade	1.283.384,43	1.471.071,18
Contribuições Recebidas	2.981.315,22	2.708.423,82
Rendimentos s/Apl. Financeiras	1.055.457,05	937.467,87
Depósitos a Identificar	7.541,19	7.541,19
Empréstimos Recebidos - ANDES	0,00	28.824,32
Empréstimos Recebidos - FNM	444,94	0,00
(-) Despesas c/Salários	(2.117.609,71)	(2.117.609,71)
(-) Despesas c/Diárias	(1.110,00)	(1.110,00)
(-) Despesas c/Passagens	(1.401,60)	(1.401,60)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(42.055,04)	(39.693,94)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(7.000,00)	(7.000,00)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(11.177,53)	(10.949,89)
(-) Empréstimos Concedidos FNM	(660,50)	(648,00)
(-) Empréstimos Concedidos SINDURCA	(3.757,00)	(3.757,00)
(-) Despesas c/Ação FGTS	(19.000,00)	(19.000,00)
(-) Acordos Concedidos	(40,13)	(40,13)
(-) Despesas c/Internet	(85,84)	(85,84)
(-) Cheques Devolvidos	(8.802,26)	(8.802,26)
(-) Despesas a Regularizar	(20.500,00)	0,00
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(528.074,36)	(1.087,65)
(-) Empréstimos Concedidos - CNESF	(100,00)	0,00
CNESF-Coord. Nac. Ent. Serv. Federais	328.966,77	260.818,24
Contribuições Recebidas	1.517.229,81	1.404.518,81
Rendimentos s/Apl. Financeiras	138.831,96	118.324,22
Receitas de Plenária	69.761,73	69.761,73
Depósitos a Identificar	46.263,36	45.263,36
Empréstimos Recebidos - ANDES	29.013,64	12.739,85
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	100,00	0,00
(-) Despesas c/Material de Expediente	(69.495,04)	(68.036,34)
(-) Despesas c/Plano de Saúde	(3.182,21)	(3.182,21)
(-) Despesas c/Fotocópias	(5.036,30)	(5.021,30)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(82.623,00)	(82.623,00)
(-) Despesas c/Juros e Multas	(2.664,77)	(2.155,89)
(-) Despesas c/Telefone	(66.948,77)	(65.354,89)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(9.410,84)	(9.410,84)
(-) Despesas c/Água e Esgoto	(392,16)	(392,16)
(-) Despesas c/Energia Elétrica	(7.016,31)	(6.742,95)
(-) Despesas c/Condomínios	(11.660,91)	(9.099,00)
(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF	(10.210,48)	(9.471,88)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(198.866,01)	(195.166,59)
(-) Despesas c/Vale Alimentação	(425,00)	(425,00)
(-) Despesas c/Vale Transporte	(120,00)	(120,00)
(-) Despesas c/Internet	(4.539,07)	(3.998,27)

(-) Despesas c/Material de Limpeza	(1.740,83)	(1.740,83)
(-) Despesas c/Gêneros Alimentícios	(20.952,46)	(20.952,46)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(155.205,40)	(155.205,40)
(-) Despesas c/Locações	(193.585,05)	(179.824,55)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.275,35)	(1.275,35)
(-) Despesas c/Diárias	(6.075,00)	(5.775,00)
(-) Despesas c/Passagens	(22.603,88)	(22.603,88)
(-) Despesas c/Gratificações	(150,00)	(150,00)
(-) Despesas c/Brindes	(3.023,98)	(3.023,98)
(-) Despesas c/Flores e Ornamentos	(455,00)	(455,00)
(-) II Enc. Ent. Assoc. de Aposentados	(54.239,98)	(54.239,98)
(-) Despesas a Regularizar	(104.357,14)	(104.357,14)
(-) Despesas c/Transportes e Fretes	(7.280,54)	(7.280,54)
(-) Despesas c/Alimentação	(1.774,03)	(799,49)
(-) Despesas c/Assinaturas e Periódicos	(9.731,14)	(8.819,64)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(365.216,39)	(315.133,78)
(-) Empréstimos Concedidos	(400,00)	(400,00)
(-) Despesas c/Hospedagem	(23.243,06)	(22.169,04)
(-) Despesas c/IPTU	(3.020,90)	(2.258,95)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(19.416,21)	(16.227,88)
(-) Despesas c/Mat. Consumo Uso Duradouro	(5.096,52)	(5.096,52)
(-) Devedores Diversos	(800,00)	(800,00)
Total do Passivo Circulante	3.482.176,48	3.528.146,54
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SUPERÁVIT'S/DÉFICIT'S ACUMULADOS	6.401.591,72	6.395.517,65
Superávit Acumulado	6.521.987,82	6.734.468,55
Ajustes de Exercícios Anteriores	(120.396,10)	(338.950,90)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(1.285.184,08)	(212.480,73)
Déficit do Período	(1.285.184,08)	(212.480,73)
Total do Patrimônio Líquido	5.116.407,64	6.183.036,92
TOTAL DO PASSIVO	8.598.584,12	9.711.183,46

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2012 que apresenta um total de R\$ 8.598.584,12 (oito milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2012

MARINALVA SILVA OLIVEIRA
Presidente
CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR
1º Tesoureiro
CPF: 040.970.858-59

IÊDA MENDES CORREA
Contadora
CRC/DF: 013.720/O-8

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
31 de Dezembro de 2012
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS	2012	2011
	R\$	R\$
(+) RECEITAS ORDINÁRIAS	7.262.582,98	7.244.741,45
(+) RECEITAS SOCIAIS	7.089.958,07	6.927.267,14
<i>Contribuições</i>	7.089.958,07	6.916.192,58
<i>Contribuições de Exercícios Anteriores</i>	0,00	11.074,56
(+) Outras Receitas	89.236,01	47.926,90
<i>Contribuição Sindical</i>	87.706,38	44.860,02
<i>Descontos Obtidos</i>	1.529,63	718,78
<i>Recuperação de Despesas</i>	0,00	2.348,10
(+) Receitas Financeiras	83.388,90	269.547,41
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	83.388,90	269.547,41
(+) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	25.564,16	454.477,31
(+) Receitas Diversas	25.564,16	81.113,98
<i>Vendas de Revistas e Jornais</i>	120,00	376,00
<i>Receitas de Eventos</i>	8.611,16	80.727,98
<i>Receitas Diversas</i>	16.833,00	10,00
(+) Receitas de Vendas de Bens	0,00	373.363,33
<i>(+) Receitas de Vendas de Bens Imóveis</i>	0,00	373.363,33
Total das Receitas	7.288.147,14	7.699.218,76
DESPESAS		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	8.573.331,22	7.911.699,49
(-) DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS	1.950.060,97	1.678.347,25
(-) Despesas c/Pessoal	1.561.128,40	1.343.040,37
<i>Ordenados e Salários</i>	906.092,93	772.083,66
<i>Férias</i>	63.129,89	64.658,22
<i>1/3 Férias</i>	21.043,31	19.254,07
<i>Abono Pecuniário de Férias</i>	16.594,06	20.945,67
<i>13º Salário</i>	92.809,99	78.357,99
<i>Horas Extras</i>	36.151,59	38.392,96
<i>DSR s/HE</i>	14.017,91	4.280,94
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	1.288,68	5.022,40
<i>Reembolso Creche/Auxílio Educação</i>	26.745,16	21.184,33
<i>Aviso Prévio</i>	0,00	9.084,28
<i>Adicional Noturno</i>	340,67	28,83
<i>Atestado Saúde Ocupacional</i>	657,00	98,00
<i>Vale Alimentação</i>	278.670,62	249.730,94
<i>Vale Transporte</i>	2.933,59	2.284,98
<i>Auxílio Saúde</i>	70.010,00	43.266,00
<i>Hora Extra Pré-Contratada</i>	27.133,00	14.367,10
<i>Bolsistas</i>	3.510,00	0,00
(-) Encargos Sociais	388.932,57	335.306,88
<i>INSS Patronal</i>	281.859,47	244.091,18
<i>FGTS</i>	94.988,13	80.390,03

PIS s/Folha de Pagamento	12.084,97	10.825,67
(-) DIÁRIAS	419.499,00	399.414,08
(-) Despesas c/Diárias	419.499,00	399.414,08
Diretores	374.524,00	379.744,08
Funcionários	6.615,00	1.100,00
Colaboradores/Convidados	38.360,00	18.570,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.627.719,72	4.135.793,56
(-) Despesas c/Material de consumo	133.599,92	182.289,78
Material de Expediente	48.065,56	50.235,68
Gás, Combustível e Lubrificantes	22.398,12	18.060,10
Material de Limpeza, Higiene e Conservação	6.452,70	9.175,66
Genêros Alimentícios	1.117,81	20.032,21
Material de Copa e Cozinha	512,83	3.989,54
Material de Manutenção e Reparos	1.321,65	5.157,30
Material de Uso Duradouro	3.288,09	5.851,89
Medicamentos e Utensílios de Farmácia	1.155,18	739,34
Equipamentos e Material de Informática	20.779,20	32.641,56
Material Elétrico e Hidráulico	1.133,90	4.445,71
Material de Cama, Mesa e Banho	1.400,00	1.944,70
Livros, Jornais e Revistas	2.014,00	193,30
Uniformes e Vestuários em Geral	15.410,00	4.450,00
Outros Materiais de Consumo	8.550,88	25.372,79
(-) Serviços de Terceiros - PF	110.405,80	177.144,06
Assessoria Jurídica - PF	34.422,61	51.788,62
Manutenção e Reparo de Bens Móveis	165,00	2.229,25
Limpeza e Conservação	666,66	2.577,38
Serviços Fotográficos - PF	10.017,07	350,00
Serviços de Terceiros - Fundos	316,56	0,00
INSS s/Serviços - PF	25.390,84	29.203,54
Outros Serviços - PF	27.173,16	54.206,69
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	0,00	25.577,95
Tradução/Revisão de Textos - PF	12.253,90	9.424,91
Assessoria de Imprensa - PF	0,00	1.785,72
(-) Serviços de Terceiros - PJ	4.383.714,00	3.776.359,72
Assessoria Jurídica - PJ	737.320,26	659.988,36
Assessoria Contábil - PJ	77.657,90	76.805,36
Transportes e Fretes	454.210,90	252.140,30
Conduções e Transportes Urbanos	107.071,99	92.327,00
Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	954.250,83	877.475,97
Hospedagem	522.057,89	397.151,90
Telefone	126.356,46	129.426,30
Energia Elétrica	46.230,78	42.818,64
Água e Esgoto	807,01	6.022,17
Alimentação	73.323,07	12.052,54
Aluguel de Imóveis	231.951,19	145.468,60
Condomínio	93.221,29	87.081,17
Manutenção e Reparos de Bens Móveis	25.213,15	18.411,63

Serviços Gráficos	63.572,00	126.925,00
Limpeza e Conservação	0,00	927,15
Manutenção de Sistemas de Informática	0,00	2.641,96
Assinaturas e Periódicos	1.888,52	2.123,63
Internet	36.052,26	14.024,94
Fotocópias/Encadernações	1.311,06	3.556,58
Assinatura de TV a Cabo	3.541,88	2.653,56
Serviços da Embratel	0,00	252,75
Correios e Telégrafos	114.057,57	73.064,94
Reembolso de Kilometragem	20.103,52	18.737,69
Estacionamento/Pedágios	4.157,80	4.810,11
Serviços Fotográficos - PJ	2.797,00	9.294,94
Anúncios e Publicações	5.065,55	7.997,31
Revisa Universidade e Sociedade	115.135,50	151.190,00
Serviços de Terceiros - Revista/Jornal	0,00	19.368,14
Serviços Técnico Profissional - PJ	189.633,11	174.491,13
Despesas em Geral	1.096,40	3.382,65
Jornal Informandes	327.650,00	263.954,00
Seguros em Geral	561,63	1.974,14
Serviços Terceiros - Fundos	0,00	287,61
Locação de Máquinas e Equipamentos	108,11	0,00
Locações de Veículos	5.268,86	36.900,70
Custas e Emolumentos	24.300,51	21.655,81
Seminários, Congressos e Convenções	16.040,00	21.230,00
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	1.700,00	6.475,00
Serviços de Terceiros Diversos	0,00	11.270,04
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	44.254,47	88.497,16
(-) Despesas Tributárias	44.254,47	88.497,16
IPTU/TLP	23.318,67	16.733,59
IRRF s/Aplicações Financeiras	19.982,80	43.737,30
Impostos e Taxas Diversas	953,00	28.026,27
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	30.331,33	33.286,83
(-) Despesas Financeiras	30.331,33	33.286,83
Despesas Bancárias	11.602,37	12.233,99
Juros e Multas p/Atraso	18.728,96	21.052,84
(-) CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES	585.670,39	506.868,15
(-) Contribuições /Doações	585.670,39	506.868,15
DIEESE- Dep.Inst.Estat.Est. Social	166.083,97	109.888,79
DIAP- Dep. Interes.Ass.Parlam.	3.367,00	2.662,00
CNESF-Coord.Nac. Ent. Serv. Feder	65.271,00	63.291,06
FNDC - Forum Nac. p/Dem. Com	945,00	840,00
CONLUTAS-Ass. Coord. Nac. Lutas	221.491,19	189.594,50
Outras Contribuições/Doações	128.512,23	140.591,80
(-) DESPESAS C/REGIONAIS	901.128,10	1.056.354,31
(-) Despesas c/Regionais	901.128,10	1.056.354,31
Regional Sul	83.478,15	112.863,24
Regional RJ	73.384,94	117.365,13

Regional NE I	121.307,68	140.964,38
Regional NE II	41.138,09	73.536,83
Regional NE III	71.519,37	88.443,14
Regional SP	46.388,68	80.474,97
Regional Leste	112.023,57	69.116,53
Regional Norte I	36.759,75	69.396,62
Regional Norte II	83.879,84	63.055,49
Regional Planalto	84.359,08	65.749,20
Regional Pantanal	37.535,60	37.927,00
Regional RS	109.353,35	137.461,78
(-) DESPESAS DIVERSAS	14.667,24	13.138,15
(-) Despesas Diversas	14.667,24	13.138,15
Despesas de Exercícios anteriores	573,71	8.643,15
Despesas c/Eventos	14.092,68	3.189,04
Perdas Diversas	0,85	1.305,96
Total das Despesas	8.573.331,22	7.911.699,49
(=) Déficit do período	(1.285.184,08)	(212.480,73)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado no Período apresenta no exercício em referência um déficit de R\$ 1.285.184,08 (hum milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta e quatro reais e oito centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos mesmos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2012

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente

CPF: 236.646.492-49

**FAUSTO DE CAMARGO
JUNIOR**

1º Tesoureiro

CPF: 040.970.858-59

IÊDA MENDES CORREA

Contadora

CRC/DF: 013.720/O-8